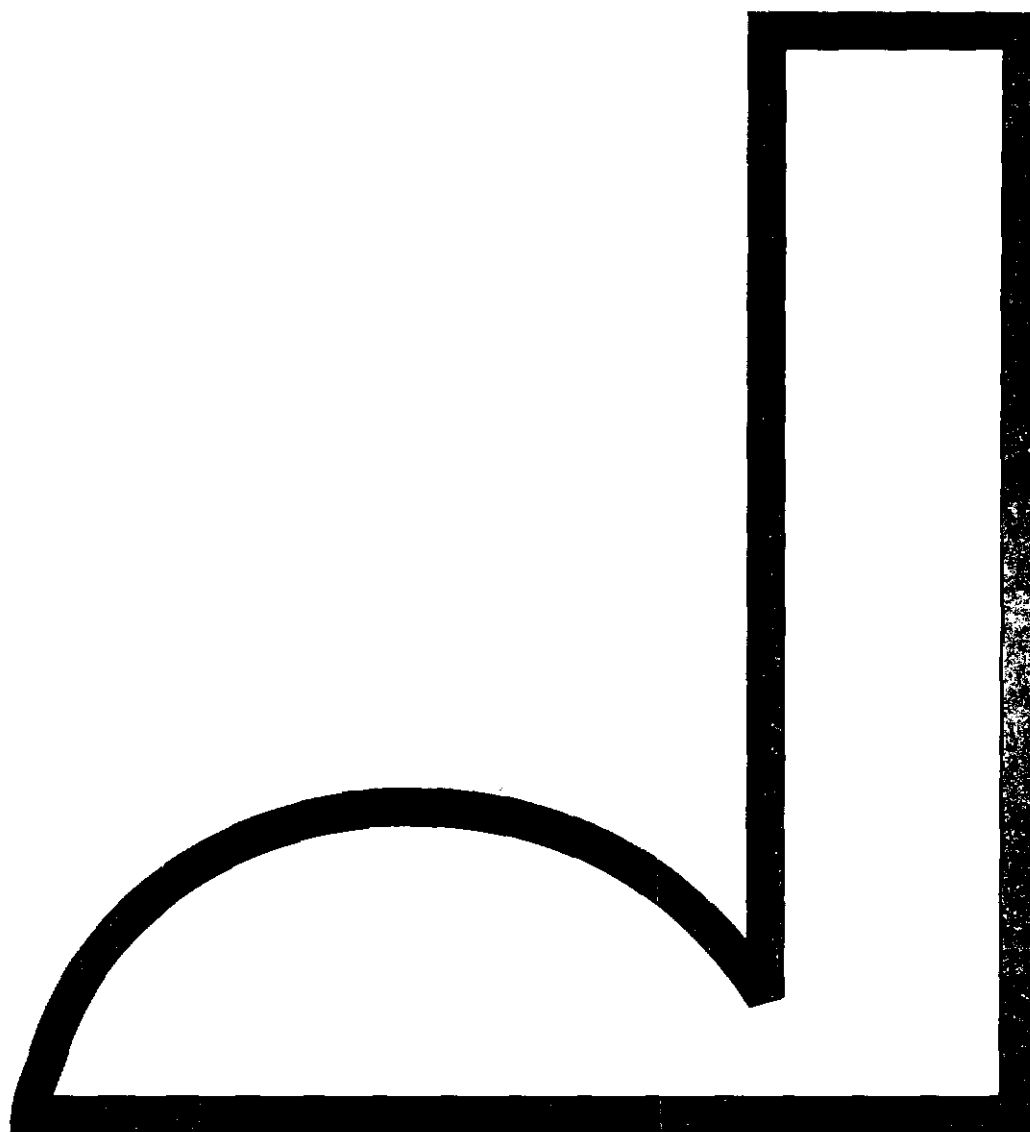




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>	<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes Vago Vago Vago Vago Vago Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</p> <p>Líder <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 13</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Director-Geral do Senado Federal <i>Claudioimar Moura Nunes</i> Director da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Director da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Directora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Directora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

– Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1995 (nº 1.645/96, naquela Casa), de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais. 03079

1.2.2 – Pareceres

Nº 70, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994 (nº 288/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cametá, Estado do Pará. 03086

Nº 71, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1995 (nº 368/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná. 03087

Nº 72, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 1999 (nº 178/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato de renova a concessão da Rádio Difusora Guarapuava Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. 03088

Nº 73, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 1999 (nº 46/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. 03089

Nº 74, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 1999 (nº 70/99, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Norte Rio-grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. 03090

Nº 75, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (nº 129/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 03091

Nº 76, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 1999 (nº 212/99, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de Taubaté para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo. 03091

Nº 77, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 1999 (nº 266/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo. 03092

Nº 78, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (nº 116/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat, para executar serviço de ra-

diodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	03093	da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	03112
Nº 79, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	03094	Nº 88, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 553, de 1999, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências.	03116
Nº 80, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo e do Senador Gerson Camata, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned. de Colatina.	03094	Nº 89, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica.	03119
Nº 81, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que altera o artigo 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e dá outras providências.	03097	Nº 90, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.	03121
Nº 82, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como "Mário Gurgel".	03100	Nº 91, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o artigo 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.	03123
Nº 83, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências.	03103	Nº 92, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. (Relatório do vencido)	03124
Nº 84, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que exclui do salário-de-contribuição para a previdência social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação.	03104	1.2.3 – Comunicação da Presidência Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação.	03126
Nº 85, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências.	03109	1.2.4 – Leitura de Recurso Nº 2, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, no sentido de que o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, seja apreciado pelo Plenário.	03126
Nº 86, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica da rodovia BR-020.	03111	1.2.5 – Comunicação da Presidência Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999.	03126
Nº 87, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que altera dispositivos		1.2.6 – Ofício Nº 33/2000, de 14 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de desligamento de membro suplente na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. À publicação.	03126
		1.2.7 – Comunicações da Presidência Recebimento do Ofício nº 23/2000, do Procurador-Geral da República, e do Aviso nº 34/2000,	

do Presidente do Tribunal de Contas da União, acusando recebimento do Relatório Final da CPI dos Bancos e informando as providências tomadas. (Anexados ao Requerimento nº 127, de 1999)

03127

Recebimento de ofícios do Corregedor-Geral da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Presidente do Conselho Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Procurador-Geral da República, do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, de Ministro do Tribunal de Contas da União e do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, acusando recebimento do Relatório Final da CPI do Judiciário e informando as providências tomadas. (Anexados ao Requerimento nº 118, de 1999)

03127

Remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania das Propostas de Emenda à Constituição nºs 1 a 3, e 5 a 9, de 2000, tendo como primeiros signatários os Senadores Tião Viana, José Alencar, Jader Barbalho, José Roberto Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Gilvam Borges e Artur da Távola, lidas durante a convocação extraordinária.

03132

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, a partir de hoje, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aos Projetos de Lei do Senado nºs 1, 3, 6, 7, 15, 17, 22 a 28, 30, 32 e 34, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária.

03132

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, aos Projetos de Lei do Senado nºs 4, 13, 16, 20, 25, 31 e 37, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária.

03132

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, aos Projetos de Lei do Senado nºs 5, 8, 10 a 12, 18 e 33, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária. .

03133

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Lei do Senado nºs 29 e 35, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária.

03133

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e posterior remessa à Comissão de Assuntos Econômicos, dos Projetos de Lei do Senado nºs 2, 19 e 21, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária.

03133

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão

de Educação, e posterior remessa à Comissão de Assuntos Econômicos, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2000, lido durante o período de convocação extraordinária.

03133

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 270, de 1999, 671 de 1999 – Complementar, 677, de 1999, 678, de 1999 – Complementar, 679, 680 a 682, de 1999, 683, de 1999 – Complementar, 684 e 685, de 1999, e dos Projetos de Lei da Câmara nºs 72, de 1995 (nº 3.129/92, na Casa de origem), e 40, de 1999 (nº 4.418/98, na Casa de origem), cujos pareceres foram lidos durante o período de convocação extraordinária.

03133

Prejudicialidade das Mensagens nºs 88 a 92, e 94, de 1999, em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24, de 1999, que altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho. Ao Arquivo.

03134

Remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 34 e 39, de 2000, lidos durante a convocação extraordinária.

03134

Remessa à Comissão de Assuntos Econômicos do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2000 – Complementar, lido durante a convocação extraordinária.

03134

Remessa às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2000 – Complementar, lido durante a convocação extraordinária.

03134

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, dos Projetos de Resolução nºs 6 e 7, de 2000, lidos durante a convocação extraordinária.

03134

Remessa à Comissão de Assuntos Econômicos do Projeto de Resolução nº 8, de 2000, lido durante a convocação extraordinária.

03134

Término do prazo, em 15 de dezembro de 1999, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.

03134

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 a 31 e 33, de 2000 (nºs 85, 89, 90, 96, 101, 105, 133, 144, 175, 190, 208, 209, 211, 247, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 265, 270,

272, 274, 286, 287, 288, 291, 294 e 282/99, na Câmara dos Deputados), lidos durante a convocação extraordinária.

03134

Recebimento do Ofício nº 73/2000, de 8 do corrente, do Secretário de Estado da Fazenda de Roraima, encaminhando, Balancetes Patrimoniais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1999, da BANER – Administradora de Ativos S.A, em liquidação. (Anexado à Resolução nº 75, de 1998). À Comissão de Assuntos Econômicos.

03134

1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 78/99, de 30 de novembro de 1999, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências, em reunião realizada naquela data.

03135

1.2.9 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 122/99, de 2 de dezembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica, em reunião realizada em 30 de novembro de 1999.

03135

Nº 123/99, de 1º de dezembro de 1999, comunicando a aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4-CAS, do Projeto de Lei do Senado nº 553, de 1999, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências (Dispõe sobre a destinação de renda da loteria esportiva federal a entidades de assistência à pessoa portadora de deficiência), em reunião realizada em 30 de novembro de 1999.

03135

Nº 128/99, de 15 de dezembro de 1999, comunicando a aprovação, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o artigo 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em reunião realizada em 14 de dezembro de 1999.

03135

Nº 129/99, de 15 de dezembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências, em reunião realizada em 14 de dezembro de 1999.

03135

Nº 130/99, de 15 de dezembro de 1999, comunicando a aprovação, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, do Projeto de Lei do Senado nº 347,

de 1999, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que exclui do salário-de-contribuição para a previdência social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação, em reunião realizada em 14 de dezembro de 1999.

03135

1.2.10 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 80/99, de 17 de novembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que altera o artigo 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e dá outras providências, para permitir, no restabelecimento da sociedade conjugal, a escolha de novo regime de bens, em reunião realizada naquela data.

03135

Nº 87/99, de 1º de dezembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, em reunião realizada naquela data.

03136

1.2.11 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nº 95/99, de 30 de novembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo e do Senador Gerson Camata, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – UNED. de Colatina, em reunião realizada naquela data.

03136

Nº 96/99, de 30 de novembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica da rodovia BR-020, e dá outras providências, em reunião realizada naquela data.

03136

Nº 97/99, de 30 de novembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como "Mário Gurgel", em reunião realizada naquela data.

03136

Nº 100/99, de 7 de dezembro de 1999, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências, em reunião realizada naquela data.

03136

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da com-

posição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 218, 232, 339, 340, 347, 359, 512, 536, 553, 572, 586 e 155, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 03136

1.2.13 – Discursos do Expediente

SENADOR **BERNARDO CABRAL** – Indignação com a situação econômica dos servidores da 11ª região do Tribunal Regional do Trabalho, que tiveram de devolver os valores recebidos de reposição salarial ganha na justiça, após decisão do STF. Apelo para uma revisão da política salarial dos servidores públicos, penalizados pelos programas de ajuste fiscal e estabilização econômica implementados no País..... 03136

SENADOR **ÁLVARO DIAS** – Importância da apreciação, amanhã, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. Críticas ao Ministério da Fazenda por não ter fornecido satisfatoriamente dados solicitados sobre a dívida do Paraná. 03140

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 72, de 2000, de autoria do Senador Francelino Pereira, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do cientista, pesquisador, escritor e professor Carlos Chagas Filho. Aprovado, após usar da palavra o autor..... 03142

1.2.15 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR **RAMEZ TEBET** – Protestos contra a medida sanitária do Ministério da Agricultura referente à possível contaminação por aftosa do rebanho bovino do município de Naviraí, no Estado de Mato Grosso do Sul..... 03144

SENADOR **LÚDIO COELHO** – Reflexões sobre a proposta de mudança do sistema de governo..... 03149

SENADOR **EDISON LOBÃO** – Leitura de carta do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, refutando reportagem do jornal "Bom Dia Brasil", da Rede Globo, sobre os gastos da Assembleia..... 03151

SENADOR **IRIS REZENDE** – Considerações sobre a segurança pública no País. Necessidade do Ministério da Justiça em efetivar um plano de combate à violência no entorno de Brasília. 03155

SENADOR **NABOR JÚNIOR** – Comentários à reportagem publicada no Jornal do Brasil, sobre a intenção do governo federal em regionalizar o salário mínimo. 03159

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Satisfação com a democratização das telecomunicações brasileiras. Elogios ao Programa "Luz no Campo"..... 03163

SENADORA **MARINA SILVA** – Discussão, no Acre, do Programa de Combate à Pobreza do Governo do Estado..... 03165

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Considerações sobre a fusão das empresas Brahma e Antartica-Ambev. 03167

1.2.16 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, que revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, a alínea a do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, e a alínea e, do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa..... 03168

Projeto de Resolução nº 16, de 2000, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera os incisos I e IX do art. 14 e os §§ 1º e 2º do art. 17 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina ao uso da palavra pelo Senador nas Sessões Ordinárias do Senado Federal. À publicação. 03174

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 16, de 2000, lido anteriormente. 03175

1.2.18 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Elogios à iniciativa da Comissão do Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura, de promover seminários sobre o meio ambiente, reunindo governadores do Norte e Nordeste do País, no próximo dia 24. 03175

1.2.19 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 03176

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Convocação de reunião a realizar-se no dia 23 de fevereiro do corrente ano, quarta-feira, às 10 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho..... 03177

3 – EMENDAS

Nºs 209 e 210, adicionadas à Medida Provisória nº 1.971-8, de 2000..... 03178

Nºs 38 e 39, adicionadas à Medida Provisória nº 1.972-10, de 2000. 03181

Nº 55, adicionada à Medida Provisória nº 1.973-58, de 2000..... 03184

Nº 73, adicionada à Medida Provisória nº 1.976-23, de 2000.....	03185	Nºs 138 a 178, adicionadas à Medida Provisória nº 2.004-5, de 2000.....	03207
Nºs 115 a 128, adicionadas à Medida Provisória nº 1.988-17, de 2000.....	03187	Nºs 7 a 13, adicionadas à Medida Provisória nº 2.009-2, de 2000.....	03251
Nº 9, adicionada à Medida Provisória nº 1.990-28, de 2000.....	03203	4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nº 99, adicionada à Medida Provisória nº 2.000-13, de 2000.....	03205	5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 1ª Sessão Não Deliberativa em 21 de fevereiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Nabor Júnior, Lúdio Coelho, Edison Lobão
Leomar Quintanilha e Iris Rezende*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimetal, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MATÉRIA RECEBIDA DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 27, DE 1995
(Nº 1.645/96, naquela Casa)**

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 6º

I – devem ser projetados e fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem; (NR)

.....
Parágrafo único, revogado

§ 1º Os usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente.

§ 2º Quando o produto não for fabricado no País, assumirá a responsabilidade de que trata o parágrafo anterior a pessoa física ou jurídica responsável pela importação e, tratando-se de produto importado submetido a processamento industrial ou a novo acondicionamento, caberá ao órgão registrante defini-la.

§ 3º As embalagens rígidas que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água deverão ser submetidas pelo usuário à operação de tripece lavagem, ou tecnologia equivalente, conforme normas técnicas oriundas dos órgãos competentes e orientação constante de seus rótulos e bulas,

§ 4º As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários, e pela dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas a sua reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes.

§ 5º O fracionamento e a reembalagem de agrotóxicos e afins com o objetivo de comercialização somente poderão ser

realizados pela empresa produtora, ou por estabelecimento devidamente credenciado, sob responsabilidade daquela, em locais e condições previamente autorizados pelos órgãos competentes.

§ 6º As empresas produtoras de equipamentos para pulverização deverão, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta Lei, inserir nos novos equipamentos adaptações destinadas a facilitar as operações de tríplece lavagem ou tecnologia equivalente".

Art. 2º O **caput** e a alínea d do inciso II do art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Para serem vendidos ou expostos à venda em todo o território nacional, os agrotóxicos e afins são obrigados a exibir rótulos próprios e bulas, redigidos em português, que contenham, entre outros, os seguintes dados: (NR)

.....
II –

.....
d) informações sobre os equipamentos a serem usados e a descrição dos processos de tríplece lavagem ou tecnologia equivalente, procedimentos para a devolução, destinação, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização das embalagens vazias e efeitos sobre o meio ambiente decorrentes da destinação inadequada dos recipientes; (NR)

....."

Art. 3º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12A:

"Art. 12A. Compete ao Poder Público a fiscalização:

I – da devolução e destinação adequada de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, de produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e daqueles impróprios para utilização ou em desuso;

II – do armazenamento, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização de embalagens vazias e produtos referidos no inciso anterior."

Art. 4º O **caput** e as alíneas b, c, e e do art. 14 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. As responsabilidades administrativas civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem: (NR)

.....
b) ao usuário ou ao prestador de serviços, quando proceder em desacordo com o receituário ou as recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais; (NR)

c) ao comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita ou recomendações do fabricante e órgãos registrantes e sanitário-ambientais; (NR)

.....
e) ao produtor, quando produzir mercadorias em desacordo com as especificações constantes do registro do produto, do rótulo, da bula, do folheto e da propaganda, ou não der destinação às embalagens vazias em conformidade com a legislação pertinente; (NR)

....."

Art. 5º O art. 15 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Aquele que permitir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa. (NR)"

Art. 6º o art. 19 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 19.

Parágrafo único. As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, implementarão, em colaboração com o Poder Público, programas educativos e mecanismos de con-

trole e estímulo à devolução das embalagens vazias por parte dos usuários, no prazo de cento e oitenta dias contados da publicação desta Lei."

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 15 de dezembro de 1999 – Michel Temer.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As embalagens dos agrotóxicos e afins deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I – devem ser projetadas e fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo, e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem;

II –

III –

IV – as embalagens rígidas que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água deverão obrigatoriamente, ser submetidas, pelo usuário, à operação de triplice lavagem ou tecnologia equivalente, conforme normas técnicas oriundas dos órgãos competentes e orientações constantes de seus rótulos e bulas;

V – devem ser providas de um lacre que seja irremediavelmente destruído ao ser aberto pela primeira vez.

§ 1º As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus compo-

nentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários, dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes.

§ 2º O Poder Executivo definirá, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta lei, os procedimentos, mecanismos de controle e co-responsabilidade das empresas produtoras e comercializadoras e dos usuários no processo de devolução e destinação das embalagens vazias e agrotóxicos, seus componentes e afins, dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e daqueles em desuso ou impróprios para utilização.

§ 3º O fracionamento e a reembalagem de agrotóxicos e afins com o objetivo de comercialização somente poderão ser realizados pela empresa produtora, ou por estabelecimento devidamente credenciado, sob responsabilidade daquela, em locais e condições previamente autorizados pelos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes.

§ 4º As empresas produtoras de equipamentos para pulverização deverão inserir nos novos equipamentos adaptações destinadas a facilitar as operações de triplice lavagem ou tecnologia equivalente."

Art. 2º O **caput** do art. 7º e seu inciso II, alínea **d**, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Para serem vendidos ou expostos à venda em todo território nacional, os agrotóxicos e afins são obrigados a exibir rótulos próprios e bulas, redigidos em português, que contenham, entre outros, os seguintes dados:

I –

II –

d) informações sobre os equipamentos a serem utilizados e a descrição dos processos de triplice lavagem ou tecnologia equivalente, dos procedimentos para a devolução, destinação, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização das embalagens

vazias e dos efeitos sobre o meio ambiente decorrentes da destinação inadequada dos recipientes;"

Art. 3º Acrescentem-se os seguintes parágrafos aos arts. 10 e 13 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989:

"Art. 10.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são componentes para dispor a respeito da destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora, os impróprios para utilização ou em desuso, nos termos do art. 23, inciso VI, da Constituição Federal."

Art. 13.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público a fiscalização da destinação adequada e a devolução das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e daqueles impróprios para utilização ou em desuso, assim como armazenamento, transporte, reciclagem, reutilização e inutilização desses".

Art. 4º O art. 14 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 14. As responsabilidades administrativas, civil e penal, pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, a comercialização, a utilização, o transporte e a destinação das embalagens vazias não cumprirem o disposto nesta Lei, no seu regulamento e nas legislações estaduais e municipais, cabem:

a)

b) ao usuário ou ao prestador de serviços, quando em desacordo com o receituário ou as recomendações do fabricante e dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais;

c) ao comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita ou recomendações do fabricante e dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais;

d)

e) ao produtor que produzir mercadorias em desacordo com as especificações constantes do registro do produto, do rótulo,

da bula, do folheto e da propaganda, ou não der destinação adequada às embalagens vazias, em conformidade com a legislação pertinente;

f)

Art. 5º O art. 15 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, dar destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas em leis e nos seus regulamentos, estará sujeito à pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa."

Art. 6º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 19 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989:

"Art. 19.

Parágrafo único. As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, em colaboração com o Poder Público, implementarão programas educativos e mecanismos de controle e estímulo à devolução das embalagens vazias por parte dos usuários, no prazo de cento e oitenta dias contados da publicação desta Lei."

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá os prazos, os requisitos e os procedimentos necessários à adequação das empresas e usuários às exigências desta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 15 de março de 1996. – Senador **Ernandes Amorim**, Quarto-Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a ex-

portação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, serão regidos por esta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – agrotóxicos e afins:

a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

II – componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.

Art. 3º Os agrotóxicos, seus componentes e afins, de acordo com definição do artigo 2º desta Lei, só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

§ 1º Fica criado o registro especial temporário para agrotóxicos, seus componentes e afins, quando se destinarem à pesquisa e à experimentação.

§ 2º Os registrantes e titulares de registro fornecerão, obrigatoriamente, à União, as inovações

concernentes aos dados fornecidos para o registro de seus produtos.

§ 3º Entidades públicas e privadas de ensino, assistência técnica e pesquisa poderão realizar, experimentação e pesquisas, e poderão fornecer laudos no campo da agronomia, toxicologia, resíduos, química e meio ambiente.

§ 4º Quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins, caberá à autoridade competente tomar imediatas providências, sob pena de responsabilidade.

§ 5º O registro para novo produto agrotóxico, seus componentes e afins, será concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for comprovadamente igual ou menor do que a daqueles já registrados, para o mesmo fim, segundo os parâmetros fixados na regulamentação desta Lei.

§ 6º Fica proibido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins:

a) para os quais o Brasil não disponha de métodos para desativação de seus componentes, de modo a impedir que os seus resíduos remanescentes provoquem riscos ao meio ambiente e à saúde pública;

b) para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil;

c) que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica;

d) que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, de acordo com procedimentos e experiências atualizadas na comunidade científica;

e) que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório, com animais, tenham podido demonstrar, segundo critérios técnicos e científicos atualizados;

f) cujas características causem danos ao meio ambiente.

Art. 4º As pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, ou que os produzam, importem, exportem ou comercializem, ficam obrigadas a promover os seus registros nos órgãos competentes, do Estado ou do Município, atendidas as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis

que atuam nas áreas da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Parágrafo único. São prestadoras de serviços as pessoas físicas e jurídicas que executam trabalhos de prevenção, destruição e controle de seres vivos, considerados nocivos, aplicando agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 5º Possuem legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação, em nome próprio, do registro de agrotóxicos e afins, arguindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e dos animais:

I – entidades de classe, representativas de profissões ligadas ao setor;

II – partidos políticos, com representação no Congresso Nacional;

III – entidades legalmente constituídas para a defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do consumidor, do meio ambiente e dos recursos naturais.

§ 1º Para efeito de registro e pedido de cancelamento ou impugnação de agrotóxicos e afins, todas as informações toxicológicas de contaminação ambiental e comportamento genéticos, bem como os efeitos no mecanismo hormonal, são de responsabilidade do estabelecimento registrante ou da entidade impugnante e devem proceder de laboratórios nacionais ou internacionais.

§ 2º A regulamentação desta Lei estabelecerá condições para o processo de impugnação ou cancelamento do registro, determinando que o prazo de tramitação não exceda 90 (noventa) dias e que os resultados apurados sejam publicados.

§ 3º Protocolado o pedido de registro, será publicado no “Diário Oficial” da União um resumo do mesmo.

Art. 6º As embalagens dos agrotóxicos e afins deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I – devem ser projetadas e fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo;

II – os materiais de que forem feitas devem ser insuscetíveis de ser atacados pelo conteúdo ou de formar com ele combinações nocivas ou perigosas;

III – devem ser suficientemente resistentes em todas as suas partes, de forma a não sofrer enfraquecimento e a responder adequadamente às exigências de sua normal conservação;

IV – devem ser providas de um lacre que seja irremediavelmente destruído ao ser aberto pela primeira vez.

Parágrafo único. Fica proibido o fracionamento ou a reembalagem de agrotóxicos e afins para fins de comercialização, salvo quando realizados nos estabelecimentos produtores dos mesmos.

Art. 7º Para serem vendidos ou expostos à venda em todo território nacional, os agrotóxicos e afins ficam obrigados a exibir rótulos próprios, redigidos em português, que contenham, entre outros, os seguintes dados:

I – indicações para a identificação do produto, compreendendo:

a) o nome do produto;

b) o nome e a percentagem de cada princípio ativo e a percentagem total dos ingredientes inertes que contém;

c) a quantidade de agrotóxicos, componentes ou afins, que a embalagem contém, expressa em unidades de peso ou volume, conforme o caso;

d) o nome e o endereço do fabricante e do importador;

e) os números de registro do produto e do estabelecimento fabricante ou importador;

f) o número do lote ou da partida;

g) um resumo dos principais usos do produto;

h) a classificação toxicológica do produto.

II – instruções para utilização, que compreendam:

a) a data de fabricação e de vencimento;

b) o intervalo de segurança, assim entendido o tempo que deverá transcorrer entre a aplicação e a colheita, uso ou consumo, a semeadura ou plantação, e a semeadura ou plantação do cultivo seguinte, conforme o caso;

c) informações sobre o modo de utilização, incluídas, entre outras: a indicação de onde ou sobre o quê deve ser aplicado; o nome comum da praga ou enfermidade que se pode com ele combater ou os efeitos que se pode obter; a época em que a aplicação deve ser feita; o número de aplicações e o espaçamento entre elas, se for o caso; as doses e os limites de sua utilização;

d) informações sobre os equipamentos a serem utilizados e sobre o destino final das embalagens;

III – informações relativas aos perigos potenciais, compreendidos:

a) os possíveis efeitos prejudiciais sobre a saúde do homem, dos animais e sobre o meio ambiente;

b) precauções para evitar danos a pessoas que os aplicam ou manipulam e a terceiros, aos animais domésticos, fauna, flora e meio ambiente;

c) símbolos de perigo e frases de advertência padronizados, de acordo com a classificação toxicológica do produto;

d) instruções para o caso de acidente, incluindo sintomas de alarme, primeiros socorros, antídotos e recomendações para os médicos.

IV – recomendação para que o usuário leia o rótulo antes de utilizar o produto.

§ 1º Os textos e símbolos impressos nos rótulos serão claramente visíveis e facilmente legíveis em condições normais e por pessoas comuns.

§ 2º Fica facultada a inscrição, nos rótulos, de dados não estabelecidos como obrigatórios, desde que:

I – não dificultem a visibilidade e a compreensão dos dados obrigatórios;

II – não contenham:

a) afirmações ou imagens que possam induzir o usuário a erro quanto à natureza, composição, segurança e eficácia do produto, e sua adequação ao uso;

b) comparações falsas ou equívocas com outros produtos;

c) indicações que contradigam as informações obrigatórias;

d) declarações de propriedade relativas à inoquidade tais como "seguro", "não venenoso", "não tóxico"; com ou sem uma frase complementar, como: "quando utilizado segundo as instruções";

e) afirmações de que o produto é recomendado por qualquer órgão do Governo.

§ 3º Quando, mediante aprovação do órgão competente, for juntado folheto complementar que amplie os dados do rótulo, ou que contenha dados que obrigatoriamente deste devam constar, mas que nele não couberam, pelas dimensões reduzidas da embalagem, observar-se-á o seguinte:

I – deve-se incluir no rótulo frase que recomende a leitura do folheto anexo, antes da utilização do produto;

II – em qualquer hipótese, os símbolos de perigo, o nome do produto, as precauções e instruções de primeiros socorros, bem como o nome e o endereço do fabricante ou importador devem constar tanto no rótulo como do folheto.

Art. 8º A propaganda comercial de agrotóxicos, componentes e afins, em qualquer meio de comunicação, conterá, obrigatoriamente, clara advertência sobre os riscos do produto à saúde dos homens, dos animais e ao meio ambiente, e observará o seguinte:

I – estimulará os compradores e usuários a ler atentamente o rótulo e, se for o caso, o folheto, ou a

pedir que alguém os leia para eles, se não souberem ler;

II – não conterá nenhuma representação visual de práticas potencialmente perigosas, tais como a manipulação ou aplicação sem equipamento protetor, o uso em proximidade de alimentos ou em presença de crianças;

III – obedecerá ao disposto no inciso II do § 2º do artigo 7º desta lei.

Art. 9º No exercício de sua competência, a União adotará as seguintes providências:

I – legislar sobre a produção, registro, comércio interestadual, exportação, importação, transporte, classificação e controle tecnológico e toxicológico;

II – controlar e fiscalizar os estabelecimentos de produção, importação e exportação;

III – analisar os produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, nacionais e importados;

IV – controlar e fiscalizar a produção, a exportação e a importação.

Art. 10. Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos artigos 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno.

Art. 11. Cabe ao Município legislar, supletivamente sobre o uso e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 12. A União, através dos órgãos componentes, prestará o apoio necessário às ações de controle e fiscalização, à Unidade da Federação que não dispuser dos meios necessários.

Art. 13. A venda de agrotóxicos e afins aos usuários será feita através de receituário próprio, prescrito por profissionais legalmente habilitados, salvo casos excepcionais que forem previstos na regulamentação desta lei.

Art. 14. As responsabilidades administrativas, civil e penal, pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, a comercialização, a utilização e o transporte não cumprirem o disposto nesta lei, na sua regulamentação e nas legislações estaduais e municipais, cabem:

a) ao profissional, quando comprovada receita errada, displicente ou indevida;

b) ao usuário ou a prestador de serviços, quando em desacordo com o receituário;

c) ao comerciante, quando efetuar venda sem o respectivo receituário ou em desacordo com a receita;

d) ao registrante que, por dolo ou por culpa, omitir informações ou fornecer informações incorretas;

e) ao produtor que produzir mercadorias em desacordo com as especificações constantes do registro do produto, do rótulo, da bula, do folheto e da propaganda;

f) ao empregador, quando não fornecer e não fizer manutenção dos equipamentos adequados à proteção da saúde dos trabalhadores ou dos equipamentos na produção, distribuição e aplicação dos produtos.

Art. 15. Aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar ou prestar serviço na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, descumprindo as exigências estabelecidas nas leis e nos seus regulamentos, ficará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além da multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além da multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR.

Art. 16. O empregador, profissional responsável ou o prestador de serviço, que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente, estará sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, além de multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) MVR. Em caso de culpa, será punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, além de multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentos) MVR.

Art. 17. Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta lei acarretará, isolada ou cumulativamente, nos termos previstos em regulamento, independente das medidas cautelares de embargo de estabelecimento e apreensão do produto ou alimentos contaminados, a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 1.000 (mil) vezes o Maior Valor de Referência – MVR, aplicável em dobro em caso de reincidência;

III – condenação de produto;

IV – inutilização de produto;

V – suspensão de autorização, registro ou licença;

VI – cancelamento de autorização, registro ou licença;

VII – interdição temporária ou definitiva de estabelecimento;

VIII – destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, com resíduos acima do permitido;

IX – destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos, nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado, a critério do órgão competente.

Parágrafo único. A autoridade fiscalizadora fará a divulgação das sanções impostas aos infratores desta lei.

Art. 18. Após a conclusão do processo administrativo, os agrotóxicos e afins apreendidos como resultado da ação fiscalizadora, serão inutilizados ou poderão ter outro destino, a critério da autoridade competente.

Parágrafo único. Os custos referentes a quaisquer procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator.

Art. 19. O Poder Executivo desenvolverá ações de instrução, divulgação e esclarecimento, que estimulem o uso seguro e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins, com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais para os seres humanos e o meio ambiente e de prevenir acidentes decorrentes de sua utilização imprópria.

Art. 20. As empresas e os prestadores de serviços que já exercem atividades no ramo de agrotóxicos, seus componentes e afins, têm o prazo de até 6 (seis) meses, a partir da regulamentação desta lei, para se adaptarem às suas exigências.

Parágrafo único. Aos titulares do registro de produtos agrotóxicos que têm como componentes os organoclorados será exigida imediata reavaliação de seu registro, nos termos desta lei.

Art. 21. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

**JOSÉ SARNEY – Presidente da República –
Íris Rezende Machado – João Alves Filho –
Rubens Bayma Denys.**

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PARECERES

PARECER Nº 70, DE 2000

**Da Comissão de Educação, sobre o
Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994
(nº 288/93, na Câmara dos Deputados), que
aprova o ato que renova a concessão ou-**

torgada à Rádio Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994 (nº 288, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tocantins Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 445, de 1992, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto s/nº, de 4 de agosto de 1992, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Tocantins Ltda.

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Gerson dos Santos Peres	88.000
Gerson dos Santos Peres Filho	11.000
Gracinda Dias Peres	11.000
Total de Cotas	110.000

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Samir Tannús, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obede-

cer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 29, de 1994, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Tocantins Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1999. –
Freitas Neto, Presidente, Luiz Otávio, Relator – Álvaro Dias – Lúcio Coelho – Jorge Bornhausen – Agnelo Alves – Francelino Pereira – Jader Barbalho – Bello Parga – Maguito Vilela – Amíl Lando – Lúcio Alcântara – Antero Paes de Barros – Eduardo Siqueira Campos – Ney Suassuna.

PARECER Nº 71, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1995 (nº 368/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Relator: Senador Alvaro Dias

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1995 (nº 368-B, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 439, de 92 o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto s/nº de 4 de agosto de 1992, que renova a concessão para a exploração de canal radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Esperança Prudentópolis Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Vilson Santini	5.400
Waldir Thomé	900
Total de Cotas	6.300

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Luiz Moreira, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 12, de 1995, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Esperança Prudentópolis Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 dezembro de 1999 – **Freitas Neto**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **José Jorge** – **Gerson Camata** – **Agnelo Alves** – **Íris Rezende** – **Luzia Toledo** – **Ney Suassuna** – **Francellino Pereira** – **Luiz**

Otávio – **Roberto Saturnino** (Abstenção) – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Maguito Vilela** – **Luiz Estevão** – **Leonor Quitanilha** (Sem Voto).

PARECER Nº 72, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 1999 (nº 178/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Guarapuava Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Relator: Senador Alvaro Dias

I – Relatório

Chega a esta comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 1999 (nº 178, de 1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Guarapuava Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 35, de 1995, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 27 de dezembro de 1994, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Difusora Guarapuava Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Artagão de Mattos Leão Filho	1.699
Luiz Artur Mendes Ferreira	1
Total de cotas	1.700

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Maluly Neto, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 196, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Difusora Guarapuava Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **José Jorge** – **Gerson Camata** – **Agnelo Alves** – **Iris Rezende** – **Álvaro Dias** – **Luzia Toledo** – **Francelino Pereira** – **Luiz Otávio** – **Roberto Saturnino** (Abstenção) – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Maguito Vilela** – **Luiz Estevão** – **Leomar Quintanilha** (Sem Voto).

PARECER Nº 73, DE 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 1999 (nº 46/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 1999 (nº 46, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Co-

municações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.436, de 1997, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 469, de 26 de setembro de 1997, que renova a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra aos autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. É a seguinte a composição acionária do empreendimento Sombrasil Comunicações Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Paulo Cezar Martins	3.000
Marcus Vinicius de Rezende Ferraço	3.000
Total de Cotas	6.000

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Lédio Rosa, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, contra os votos dos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Geraldo Magela.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 206, de 1999, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Sombrasil Comunicações Ltda., atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **José Jorge** – **Luzia Toledo** – **Agnelo Alves** – **Íris Rezende** – **Álvaro Dias** – **Ney Suassuna** – **Francelino Pereira** – **Lulz Otávio** – **Roberto Saturnino** (Abstenção) – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Maguito Vilela** – **Lulz Estevão** – **Leomar Quintanilha** (Sem Voto).

PARECER Nº 74, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 1999 (nº 70/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador Agnelo Alves

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 1999 (nº 70, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, para explorar canal de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 42, de 1999, o então Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Federal, ato, constante da Portaria nº 322, de 21 de dezembro de 1998, que outorga permissão para executar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações,

constantando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O presente projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Ney Lopes, e aprovação daquela Comissão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica Legislativa.

II – Voto do Relator

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de autorização, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão. A legislação citada, em seu art. 13, § 1º, estabelece que a outorga para exploração deste tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39/92 que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens”.

Note-se que, por sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo elaborado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Agnelo Alves**, Relator – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **José Jorge** – **Gerson Camata** – **Luzia Toledo** – **Íris Rezende** – **Álvaro Dias** – **Ney Suassuna** – **Francelino Pereira** – **Lulz Otávio** – **Roberto Saturnino** (Abstenção) – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Maguito Vilela** – **Lulz Estevão** – **Leomar Quintanilha** (Sem Voto).

PARECER Nº 75, DE 2000**II – Voto do Relator**

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (nº 129/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999 (nº 129, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda., para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.234, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 14 de outubro de 1998, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Excelsior Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Roberto Marinho	30.906.333
Pedro Ramos de Carvalho	1.544
Eduardo Otávio Aleixo Simbalista	1.544
Total de Cotas	30.909.421

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Walfrido Mares Guia, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 219, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Excelsior Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1999. –
Freitas Neto, Presidente – Romeu Tuma, Relator – Álvaro Dias – Lúdio Coelho – Jorge Bornhausen – Agnelo Alves – Francellino Perelra – Jader Barbalho – Bello Parga – Maguito Vilela – Amir Lando – Lúcio Alcântara – Antero Paes de Barros – Eduardo Siqueira Campos – Ney Suassuna – Luiz Otávio.

PARECER Nº 76, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 1999 (nº 212/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de Taubaté para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 1999 (nº 212, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Universidade de Taubaté para executar o serviço de radiodifusão sonora em

freqüência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.687, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 303, de 9 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu Relator, Deputado Ricardo Barros, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 228, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Universidade de Taubaté atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1999. –
Freitas Neto – Presidente, **Luiz Otávio** – Relator,
Álvaro Dias – **Lúdio Coelho** – **Jorge Bornhausen** –
Agnelo Alves – **Francelino Pereira** – **Jader Barbalho** – **Bello Parga** – **Maguito Vilela** – **Amir Lando** –
Lúcio Alcântara – **Antero Paes de Barros** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Ney Suassuna**.

PARECER Nº 77, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 1999 (nº 266/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 1999 (nº 266, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital do Vale Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.701, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 239, de 4 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para a exploração de canal nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Capital do Vale Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Márcia Alves da Silva	49.500
Marcelo Moreira	500
Total de Cotas	50.000

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Ricardo Barros, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam

concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 230, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Capital do Vale Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator – **Álvaro Dias** – **Lúdio Coelho** – **Jorge Bornhausen** – **Agnelo Alves** – **Francelino Pereira** – **Jader Barbalho** – **Bello Parga** – **Maguito Vilela** – **Amir Lando** – **Lúcio Alcântara** – **Antero Paes de Barros** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Ney Suassuna**.

PARECER Nº 78, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (nº 116/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999 (nº 116, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat, para explorar canal de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 853, de 1998, o então Presidente da República, submeteu ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223 da Constituição Fe-

deral, ato, constante do Decreto de 6 de julho de 1998, que outorga concessão para executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O presente projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Bispo Rodrigues, e aprovação daquela Comissão. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de autorização pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão. A legislação citada, em seu art. 13, § 1º estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39/92, que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens”.

Note-se que, por sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do projeto de Decreto Legislativo elaborado pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 13-12-99. – Presidente: **Freitas Neto** – Relator: **Álvaro Dias** – **Luiz Otávio** – **Lúdio Coelho** – **Jorge Bornhausen** – **Agnelo Alves** – **Francelino**

lino Pereira – Jader Barbalho – Bello Parga – Maguito Vilela – Amir Lando – Lúcio Alcântara – Antero Paes de Barro – Eduardo Siqueira Campos – Ney Suassuna.

PARECER Nº 79, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Relator: Senador Gerson Camata

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999 (nº 139, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 41, de 1999, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 315, de 21 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu Relator, Deputado Átila Lira, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons

e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 244, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Educativa e Cultural Pedro Três atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Geraldo Cândido** (Abstenção) – **José Jorge** – **Luzia Toledo** – **Agnelo Alves** – **Íris Rezende** – **Álvaro Dias** – **Ney Suassuna** – **Francelino Pereira** – **Luiz Otávio** – **Roberto Saturnino** (Abstenção) – **Romeu Tuma** – **Emília Fernandes** – **Maguito Vilela** – **Luiz Estevão** – **Leomar Quintanilha** (Sem Voto).

PARECER Nº 80, DE 2000

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo e do Senador Gerson Camata, que denomina “Senador João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned. de Colatina.

Relator: Senador Paulo Hartung

I – Relatório

É submetido à apreciação desta Comissão de Educação, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo e do Senador Gerson Camata, que denomina “Senador João Calmon” a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Uned. de Colatina.

Os nobres autores da proposição justificam a iniciativa no fato de a atuação parlamentar do Senador João Calmon ter sido precipuamente voltada para a melhoria do sistema educacional brasileiro, em especial em iniciativas que assegurassem a aplicação

de recursos orçamentários mínimos para o financiamento da educação.

Afirmam os autores que:

"Sua luta pela educação na vida parlamentar tornou-se emblemática. Em 1983, após anos de batalha, viu aprovada a Emenda Constitucional que ganhou o seu nome e estabeleceu a vinculação, em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino, de 13%, no mínimo, da receita de impostos da União, e do mínimo de 25%, no caso dos Estados e Municípios, princípios mantidos, com alteração das alíquotas, na Constituição Federal de 1988".

Adiante, ao descrever a atuação direta do Senador João Calmon em prol da instituição da Uned de Colatina, assim se manifestaram os autores:

"O papel do Senador na instituição da escola Técnica Federal do Espírito Santo – UNED (Unidade de Ensino Descentralizado) – de Colatina merece ser lembrado. Sua interferência foi fundamental para que a cidade fosse escolhida como sede da escola e, ainda, para que as obras fossem concluídas, os equipamentos adquiridos e os professores contratados."

E concluem:

"Essa biografia exemplar como parlamentar e "batalhador da educação" constitui a razão para que se preste ao finado Senador Calmon a homenagem tão cheia de significado de dar o seu nome à escola técnica federal de sua cidade natal".

II – Análise

Os autores traçam um perfil da atuação parlamentar do ilustre representante capixaba nos seus dois mandatos de Deputado Federal e três mandatos de Senador, lembrando que o coroamento de sua maior – não a única – luta no Legislativo federal se deu com a aprovação e promulgação da Emenda Constitucional nº 24, publicada no DCN de 2 de dezembro de 1983.

A atuação parlamentar do Senador João Calmon, por si só, seria suficiente para justificar a aprovação da presente proposta.

Mas não é somente essa atuação que está a amparar a proposição. O Senador João Calmon e, sobretudo, o cidadão João Calmon teve toda uma vida dedicada à educação e diariamente nos deu, enquan-

to viveu, e viveu intensamente, lições de dedicação incondicional a uma causa nobre.

Tinha, Sua Excelência, a consciência de que a superação da eterna condição de "país do futuro" do Brasil dependeria diretamente de investimentos maciços em educação, a fim de que pudéssemos trabalhar a formação dos cidadãos brasileiros desde o ensino fundamental até o superior e a extensão e pesquisa universitária, assegurando o necessário equilíbrio sistêmico na preparação dos educandos e garantindo retorno qualitativo dos investimentos realizados.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, pelo Governo Federal, veio se somar à atuação do Senador João Calmon, já que seu objetivo é garantir maior equidade e transparência na distribuição de recursos destinados ao ensino fundamental.

Um ano após a criação desse fundo, os resultados demonstram que o Governo acertou ao tomar essa medida. Os dados divulgados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, mostram que, no período de 12 meses, o Fundef garantiu um aumento bruto de recursos da ordem de R\$2 bilhões para as redes municipais de ensino em todo o País. Mais de 2.700 municípios tiveram ganho de receita. A soma dos recursos investidos em ensino fundamental, em 1998, atingiu R\$ 18,3 bilhões, resultando num valor médio anual de R\$ 565,00 para cada aluno matriculado nas escolas públicas.

A redistribuição de recursos proporcionada pelo Fundef significou um ganho real de receita de 22,7% para as redes municipais de ensino. A iniciativa beneficiou especialmente 2.159 municípios das regiões mais pobres do País, carentes de recursos e de infra-estrutura social. Nessas localidades, até então, o valor anual investido em cada aluno matriculado ficava abaixo do piso mínimo nacional, que é de R\$315,00. Os dados mostram que a expansão das matrículas, em 1998, ocorreu exclusivamente nas redes municipais, onde houve um aumento de 2,7 milhões de alunos.

Assim como os alunos, os professores, outra preocupação constante da atuação do Senador João Calmon, também saíram ganhando nesse primeiro ano de Fundef. Levando-se em consideração todas as redes de ensino e níveis funcionais e todas as jornadas de trabalho, registrou-se um aumento de 12,9% de suas remunerações nesse período de 12 meses, o que confirma que a valorização do magistério

rio é um dos principais objetivos desse fundo. Só para se ter uma idéia, a lei determina que 60% dos recursos do Fundef sejam destinados ao pagamento de professores que exercem atividades em sala de aula.

Assim, o Fundef representa um avanço, uma evolução no sentido do projeto de valorização do ensino capitaneado durante tantos anos pelo Senador João Calmon, uma inovação na área de política social. Primeiro, porque articula os três níveis de governo e incentiva a participação da sociedade na promoção da justiça social. Segundo, porque promove a equidade, na medida em que os recursos de estados e municípios vinculados ao ensino obrigatório são redistribuídos de acordo com o número de alunos atendidos em suas redes. Terceiro, porque promove a efetiva descentralização da matrícula, já que as redes estaduais e municipais de ensino passam a dispor de recursos proporcionais a seus encargos. E em quarto, porque promove a melhoria da qualidade do ensino a valorização do magistério público.

O Governo, dando continuidade à obra iniciada pelo Senador João Calmon, encontrou uma alternativa viável para a construção de uma escola pública de qualidade.

O curriculum do cidadão João Calmon, extremamente sintetizado na justificação da proposta, com um extrato das suas atividades públicas e privadas, aliado à condição econômica que desfrutava por ocasião

de seu passamento, são inequívocos ao demonstrar a envergadura moral do Senador João Calmon, que se dedicava à causa pública com dedicação exclusiva.

O projeto reúne todas as condições formais de procedibilidade e, quanto ao mérito, é conveniente e oportuno.

Por todos esses argumentos, manifestamo-nos favoravelmente ao projeto de lei que, em boa hora, apresentam a Senadora Luzia Toledo e o Senador Gerson Camata, representando uma singela, mas significativa homenagem ao Senador João Calmon. Homenagem que remete à origem daquele colatinoense que, guindado a uma posição de destaque no cenário nacional, coerente com as suas idéias e ideais, foi o padrinho e patrono da Unidade de Ensino Descentralizado de Colatina da Escola Técnica Federal do Espírito Santo.

III - Voto

Diante do exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999.

Sala da Comissão de Educação, 30 de novembro de 1999. - **Freitas Neto**, Presidente - **Paulo Hartung**, Relator (Art. 84) - **Agnelo Alves** - **Geraldo Cândido** - **Marina Silva** - **Romeu Tuma** - **Djalma Bessa** - **João Fogaça** - **Hugo Napoleão** - **Bello Parga** - **Edison Lobão** - **Emília Fernandes** - **Heloisa Helena** - **Osmar Dias** - **Gilvam Borges** - **Jefferson Pères**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL_PLS 218

/ 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LAMMO				MAGLITO VILELA			
AGNELLO ALVES	X			NEY SUASSUNA			
GERSON CAMATA				RAMEZ TEBET			
IRIS REZENDE				ALBERTO SILVA			
JOSÉ SARNEY				JADER BARBALHO			
PEDRO SIMON				VAGO			
ROBERTO REQUILÃO				RISE FOGAÇA	X		
GILVAM BORGES	X			VAGO			
LUIZ ESTEVÃO				VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X			GERALDO ALTHOFF			
FREITAS NETO				FRANCELINO PEREIRA			
DIALMA BESSA	X			JONAS PINHEIRO			
JOSÉ JORGE				MOZARILDO CAVALCANTI			
JORGE BORNHAUSEN				ROMEU TUMA	X		
EDUARDO SQUEIRA CAMPOS				EDISON LOBÃO	X		
BELLO PARGA	X			MARIA DO CARMO ALVES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				CARLOS WILSON			
ARTUR DA TAVOLA				OSMAR DIAS	X		
LUZIA TOLEDO				PAULO HARTUNG	X		
LÚCIO ALCANTARA				LUIZO COELHO			
TEOTÔNIO VILELA FILHO				ANTERO PAES DE BARROS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTB/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PTB/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SERASTÃO RÓCHA				GERALDO CÂNDIDO	X		
HELOISA HELENA	X			ANTÔNIO C. VALADARES			
EMÍLIA FERNANDES	X			LAURO CAMPOS			
ROBERTO SATURNINO				TIÃO VIANA			
MARINA DA SILVA	X			JEFFERSON PÉRES	X		
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUIZ OTAVIO				LEONAR OUBATANILHA			

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/11/1999

SENADOR FREITAS NETO
Presidente

PARECER Nº 81, DE 2000**II – Voto**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que altera o artigo 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Luzia Toledo**

I – Relatório

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, que “Altera o artigo 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e dá outras providências”.

O referido projeto, de autoria do Exmº Sr. Senador Edison Lobão, visa a permitir aos separados judicialmente restabelecer a sociedade conjugal, optando por regime de bens distinto do escolhido por ocasião do matrimônio. Para tanto, altera o citado art. 46 da Lei nº 6.515, de 1977 (Lei do Divórcio), que prevê a hipótese de reconciliação e restabelecimento da sociedade conjugal, nos seguintes termos:

“Art. 46. Seja qual for a causa da separação judicial, e o modo como esta se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer a todo o tempo a sociedade conjugal, nos termos em fora constituída, contanto que o façam mediante requerimento nos autos da separação.

Parágrafo único. A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens.”

A lei estabelece, portanto, que a reconciliação é possível, mas ter-se-á que respeitar o regime do casamento então existente. Às partes não é dado o direito de optar por novo regime de bens mas, tão-somente, de restabelecer a sociedade segundo as mesmas regras que regeram o casamento.

A iniciativa em exame altera o aludido art. 46, para permitir que a reconciliação seja feita sem a obrigatoriedade de se manter o mesmo regime de bens que presidia a sociedade conjugal. A justificativa para tal mudança reside, fundamentalmente, no fato de que o regime de bens é, não raro, fator de conflito conjugal. Substituído o regime, cessariam as disputas, o que proporcionaria estabilidade ao casamento.

Havendo prole, a reconciliação adquire ainda maior significado, pois permite preservar a união da família, que constitui propósito do próprio Estado, consoante os termos do art. 226 da Constituição Federal.

Aliás, a recente aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que “Institui o Código Civil”, não faz referência expressa à necessidade de que sejam estritamente observados os termos que regulavam a sociedade dissolvida. Reza o art. nº 1.582, do citado projeto:

“Art. 1.582. Seja qual for a causa da separação conjugal e o modo como esta se faça, é lícito aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, por ato regular em juízo.

Parágrafo único. A conciliação em nada prejudicará o direito de terceiros, adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens.”

Como se vê no texto transcrito, a nova redação dispensou a referência expressa à manutenção dos termos em que foi realizado o casamento, mas manteve a garantia de que a reconciliação não traria prejuízo a direito de terceiros, adquiridos a qualquer tempo, não importando o regime de bens.

Houve justa preocupação do legislador com relação aos direitos de terceiros. Tal cuidado não figura na nova redação do art. 46 do projeto ora examinado. Suprimiu-se o parágrafo único que resguardava o direito de terceiros, não obstante se tenha conferido aos cônjuges a oportunidade de escolher novo regime de bens. Considerando-se a faculdade de os cônjuges mudarem o regime de bens do casamento, maior razão existe para que seja mantida a ressalva do parágrafo único do art. 46 da Lei nº 6.515, de 1977, em vigor.

Em termos de salvaguardas, convém mencionar, ainda, que a mudança do regime de bens só poderia ser aceita, uma vez averbadas as alterações patrimoniais decorrentes da separação judicial, de acordo com o estabelecido no item 14 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos). Tal cuidado é fundamental para que se evitem enganos quanto à titularidade dos bens, dada a possibilidade de alteração do regime que os rege no casamento. Evidentemente, ter-se-ia que averbar, também, a opção pelo novo regime de bens, que passará a presidir as relações patrimoniais dos cônjuges.

Quando à viabilidade jurídica da alteração proposta, poder-se-ia alegar a imutabilidade do regime de bens do casamento, de acordo com o estabelecido

no art. 230 do Código Civil. Todavia, a Lei do Divórcio, em seu art. 3º, **caput**, estabelece que a separação judicial põe termo ao "regime matrimonial de bens". O vínculo matrimonial, no entanto, não está desfeito, porquanto este só se rompe com o divórcio. Desse modo, nada impede que os cônjuges resolvam se reconciliar, e que a sociedade conjugal seja efetivada de acordo com novas regras, mesmo porque a separação judicial determinou o seu fim, nos termos do já citado art. 3º da Lei do Divórcio.

Assim, dados os argumentos expendidos anteriormente, expressamos nosso voto, no sentido de aprovar o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, observadas as seguintes emendas, que visam aperfeiçoar a iniciativa e adequá-las aos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração e alteração das leis:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

"Altera o art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, para permitir, no restabelecimento da sociedade conjugal, a escolha do novo regime de bens."

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. Seja qual for a causa da separação, e o modo como essa se faça, é permitido aos cônjuges, restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, contanto que o façam mediante requerimento, nos autos da ação de separação.

§ 1º Na reconciliação, os cônjuges poderão optar por novo regime de bens, desde que já tenha sido averbada, em cartório, a partilha decretada em sentença judicial.

§ 2º A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens. (NR)".

EMENDA Nº 3-CCJ

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 1999. – José Agripino, Presidente – Luzia Toledo, Relatora – Amir Lando – Eduardo Suplicy – Romeu Tuma – Irls Rezende – Francelino Pereira – Antonio Carlos Valadares – José Fogaça – Mª do Carmos Alves – Luzia Toledo – Bernardo Cabral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 232, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO	X			1 CARLOS BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				2 AGNELO ALVES	X		
IRIS REZENDE	X			3 GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO				4 LUIZ ESTEVAO			
JOSÉ FOGAÇA	X			5 NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON				6 WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET				7 JOSE ALENCAR			
ROBERTO REQUIAO				8 VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL	X			1 MOREIRA MENDES			
JOSÉ AGRIPIÑO				2 DIALMA BESSA			
EDISON LOBAO				3 BELLO PARGA			
FRANCELINO PEREIRA	X			4 JUVENCIO DA FONSECA			
ROMÉU TUMA	X			5 JOSÉ JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES	X			6 MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				1 ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON				2 PEDRO RIVA			
LUCIO ALCANTARA				3 LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO	X			4 ROMERO JUCA			
SÉRGIO MACHADO				5 TEOTONIO VELELA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ANTONIO C. VALADARES (PSB)	X			1 SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				2 MARINA SILVA (PT)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)				3 HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)				4 EDUARDO SUPLCY (PT)	X		

TOTAL: 11 SIM: 11 NAO: 0 ABSTENÇÃO: 0

Sala das reuniões, em 17/11/1999

Senador JOSÉ AGRIPIÑO
Presidente

**TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 232, DE 1999,

(Na Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania, que)

Altera o art. 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, para permitir, no restabelecimento da sociedade conjugal, a escolha de novo regime de bens.

Art. 1º O artigo 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. Seja qual for a causa da separação, e o modo como essa se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, contanto que o façam mediante requerimento, nos autos da ação de separação. (NR)

§ 1º Na reconciliação, os cônjuges poderão optar por novo regime de bens, desde que já tenha sido averbada, em cartório, a partilha decretada em sentença judicial.

§ 2º A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1999.
– **José Agripino**, Presidente.

OF.SF/1.362/99

Em 13 de dezembro de 1999

Exmª Srª

Senadora Luzia Toledo

Senado Federal

Senhora Senadora,

Tomo a liberdade de pedir a atenção de V. Exª para as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que afetaram a redação do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, relatado por V. Exª, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujo parecer foi aprovado por aquele Órgão, no dia 17 de novembro passado, em especial ao disposto no art. 12 da referida Lei.

Em razão do exposto, remeto a V. Exª a matéria, encarecendo-lhe as providências necessárias à adequação do seu texto às novas regras de redação legislativa contidas na mencionada Lei.

À oportunidade, reitero a V. Exª meus protestos de consideração e apreço. – **Senador Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

ADENDO AO PARECER Nº , DE 2000

(Da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

Em atendimento ao Ofício nº SF/1362/99, do Exmª Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, apresentamos Adendo ao nosso voto perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, visando a adaptar a redação do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, às normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, nos seguintes termos:

"I – Relatório

.....
II – Voto

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. Seja qual for a causa da separação, e o modo como essa se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, contanto que o façam mediante requerimento, nos autos da ação de separação.

§ 1º A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros, adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens.

§ 1º-A. Na reconciliação, os cônjuges poderão optar por novo regime de bens, desde que já tenha sido averbada, em cartório, a partilha decretada em sentença judicial. (NR)"

EMENDA Nº 3-CCJ

.....
Sala da Comissão, **Luzia Toledo**, Relatora.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio; após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

Art. 167. Os requerimentos de cancelamento serão arquivados com os documentos que os instruírem.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916

Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

Art. 230. O regime dos bens¹ entre cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento², e é irrevogável.³

Art. 267. Dissolve-se a comunhão:

I – Pela morte de um dos cônjuges (art. 315, nº I).

II – Pela sentença que anula o casamento (art. 222).

III – Pela separação judicial.¹

IV – Pelo divórcio.²

PARECER Nº 82, DE 2000

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata que denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como “Mário Gurgel”.

Relatora: Senadora Luzia Toledo

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata. A iniciativa tem por objetivo denominar “Avenida Mário Gurgel” o trecho da BR-262 situado entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Em sua justificação, afirma o autor que Mário Gurgel foi um dos homens públicos mais ilustres da história do Estado, onde exerceu diversos cargos eletivos até ter seu mandato de Deputado Federal casado pelo regime militar. Ao retornar às atividades políticas, na década de 80, destacou-se como um dos maiores especialistas do País na defesa da causa da infância e da juventude.

Em exame na Comissão de Educação, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Ademais, ao denominar Avenida Mário Gurgel uma das vias estruturais do município de Cariacica, estamos contribuindo para a preservação da memória de um dos mais nobres representantes do nosso Estado. Trata-se de uma modesta homenagem a um homem cuja atuação brilhante na defesa dos nossos jovens é um modelo a ser seguido.

A designação de vias e estações, terminais do Plano Nacional de Viação tem sua base jurídica na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, a qual estai que as estações terminais, obras de arte e trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão denominação consoante com a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Define ainda que, mediante lei especial, um trecho de rodovia poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade. Em ambos os casos, dispõe a lei que será ouvido previamente o órgão administrativo competente.

A proposição em pauta visa, efetivamente, conferir denominação suplementar ao trecho da rodovia em questão, mantida sua designação oficial – BR-262 – definida no Plano Nacional de Viação (PNV). O PLS nº 339, de 1999, portanto, atende plenamente aos princípios de constitucionalidade e de juridicidade requeridos.

Não obstante o inequívoco mérito da proposição, recomendamos a supressão da cláusula revogatória, com vista à melhor adequação do texto ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Em razão dos argumentos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 339, de 1999, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CE

Suprima-se o art. 3º do Projeto.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1999. –
Freitas Neto, Presidente – **Luzia Toledo**, Relatora –
Roberto Saturnino – **Bello Parga** – **Agnelo Alves** –
Geraldo Cândido – **Roberto Requião** – **Lúcio Alcântara** – **Marina Silva** – **Paulo Hartung** – **Romeu Tuma** – **Íris Rezende** – **Djalma Bessa** – **Emília Fernandes** – **José Fogaça** – **Hugo Napoleão**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL, PLS 339

/ 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				MAGUITO VILELA			
AGNELLO ALVES	X			NEY SUASSUNA			
GERSON CAMATA				RAMEZ TEBET			
ÍRIS REZENDE	X			ALBERTO SILVA			
JOSÉ SARNEY				JADER BARBALHO			
PEDRO SIMON				VAGO			
ROBERTO REQUIÃO	X			JOSÉ FOGAÇA	X		
GILVAM BORGES				VAGO			
LUÍZ ESTEVÃO				VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X			GERALDO ALTHOFF			
FREITAS NETO				FRANCELINO PEREIRA			
DJALMA BESSA	X			JONAS PINHEIRO			
JOSÉ JORGE				MOZARILDO CAVALCANTI			
JORGE BORNHAUSEN				ROMEU TUMA	X		
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				EDISON LOBÃO			
BELLO PARGA	X			MARIA DO CARMO ALVES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				CARLOS WILSON			
ARTUR DA TAVOLA				OSMAR DIAS			
LUZIA TOLEDO	X			PAULO HARTUNG	X		
LÚCIO ALCÂNTARA	X			LÚDIO COELHO			
TEOTÔNIO VILELA FILHO				ANTERO PAES DE BARROS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SEBASTIAO ROCHA				GERALDO CÂNDIDO	X		
HELOISA HELENA				ANTÔNIO C. VALADARES			
EMÍLIA FERNANDES	X			LAURO CAMPOS			
ROBERTO SATURNINO	X			PIÃO VIANA			
MARINA DA SILVA	X			JEFFERSON PERES			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUÍZ OTÁVIO				LEOMAR QUINTANILHA			

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: — ABS: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 11 / 1999

SENADOR FREITAS NETO
Presidente

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 339, DE 1999

“Denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro de Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, com Mário Gurgel.”

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º A BR-262, no trecho entre o Bairro de Jardim América, em Cariacica, Estado do Espírito Santo, e o trevo da Ceasa, no mesmo município, passa a ser denominado de Avenida Mário Gurgel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1999. –
Freitas Neto, Presidente, – **Luzia Toledo**, Relatora.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras de arte e trechos de via, aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO BAPTISTA DE FIGUEIREDO – Presidente da República, **Eliseu Resende**.

PARECER Nº 83, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano”, e dá outras providências”.

Relatora: Senadora **Luzia Toledo**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 340, de 1999, de autoria do nobre Senador Gerson Camata, institui o “Dia Nacional do Imigrante Italiano”, com comemoração prevista para o dia 17 de fevereiro de cada ano, em todo o território nacional.

O projeto em tela estipula, ainda, que o Poder Executivo deverá tomar as providências para que os estabelecimentos de ensino de todos os níveis, públicos ou particulares, incluam a data em seus calendários comemorativos.

Em exame na Comissão de Educação, para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O objetivo precípua do projeto em epígrafe é a inclusão de homenagem particular ao imigrante italiano no calendário brasileiro de efemérides.

A Justificação do projeto em apreço é pródiga em argumentos que reforçam a oportunidade e o mérito da iniciativa. Por intermédio da proposição, o dia 17 de fevereiro – data em que chegaram, ao Espírito Santo, em 1874, os primeiros italianos – é eleito como data oficial de render homenagens à contribuição da imigração italiana para o desenvolvimento e a consolidação cultural desse e dos demais estados brasileiros onde se verificou sua presença.

Sem dúvida é inquestionável a importância da contribuição oferecida pela numerosa colônia italiana em favor da definição do perfil cultural do País. O projeto em comento não comete excesso ao afirmar que essa imigração constituiu “um dos principais fatores de construção da nacionalidade”.

Ressalte-se, entretanto, que a inclusão do referido preito no calendário das escolas públicas e particulares implica a implementação de providências por parte do Poder Executivo, sob pena de tornar a medida inexecutável. Semelhante delegação poderia vir a suscitar reparos quanto à constitucionalidade do projeto, por vulnerar o princípio da harmonia e indepen-

dência entre os Poderes, previsto no art. 2º da Carta Magna.

Quanto à técnica legislativa, cabe destacar que o projeto de lei em comento foge à norma estipulada pela Lei Complementar nº 95/98, que dispensa, em casos semelhantes, a cláusula revogatória.

Nesse sentido, por considerarmos meritória a estipulação de uma data oficial consagrada ao imigrante italiano, como forma de rememorar o seu importante papel na cultura brasileira, apresentamos, por intermédio de duas emendas, nossa contribuição para o aprimoramento do projeto em apreço, no intuito de escoimar o vício de inconstitucionalidade indicado e adequá-lo à técnica legislativa.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, nos termos das emendas que ora oferecemos.

EMENDA Nº 1-CE

O art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Os estabelecimentos de ensino público e particular, nos níveis fundamental e médio, incluirão, em seus calendários comemorativos, eventos ou atividades alusivos à data.”

EMENDA Nº 2-CE

De conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998 suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 1999. –
Freitas Neto, Presidente – **Luzia Toledo**, Relatora –
Geraldo Cândido – **José Jorge** – **Leomar Quintanilha** (Sem Voto) – **Agnelo Alves** – **Íris Rezende** –
Álvaro Dias – **Ney Suassuna** – **Francelino Pereira** –
Luiz Otávio – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma** –
Emília Fernandes – **Maguito Vilela** – **Luiz Estevão**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL_PLS 340/1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				MAGUITO VILELA	X		
AGNELO ALVES	X			NEY SUASSUNA	X		
GERSON CAMATA				RAMEZ TEBET			
ÍRIS REZENDE	X			ALBERTO SILVA			
JOSÉ SARNEY				JADER BARBALHO			
PEDRO SIMON				VAGO			
ROBERTO REQUIÃO				JOSÉ FOGAÇA			
GILVAM BORGES				VAGO			
LUÍZ ESTEVÃO	X			VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				GERALDO ALTHOFF			
FREITAS NETO				FRANCELINO PEREIRA	X		
DIALMA BESSA				JONAS PINHEIRO			
JOSÉ JORGE	X			MOZARILDO CAVALCANTI			
JORGE BORNHAUSEN				ROMEU TUMA	X		
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				EDISON LOBÃO			
BELLO PARGA				MARIA DO CARMO ALVES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS	X			CARLOS WILSON			
ARTUR DA TÁVOLA				OSMAR DIAS			
LUZIA TOLEDO	X			PAULO HARTUNG			
LÚCIO ALCÂNTARA				LÚDIO COELHO			
TEOTÔNIO VILELA FILHO				ANTERO PAES DE BARROS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PFS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PFS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SEBASTIÃO ROCHA				GERALDO CÂNDIDO	X		
HELOÍSA HELENA				ANTÔNIO C. VALADARES			
EMÍLIA FERNANDES	X			LAURO CAMPOS			
ROBERTO SATURNINO	X			TIÃO VIANA			
MARINA DA SILVA				JEFFERSON PERES			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUÍZ OTÁVIO	X			LEOMAR QUINTANILHA			

TOTAL: 14 SIM: 14 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/12/1999

SENADOR FREITAS NETO
Presidente

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 340, DE 1999

“Dispõe sobre a Instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional do Imigrante Italiano” a ser anualmente comemorado no dia 21 de fevereiro, em todo o território nacional.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino público e particular, nos níveis fundamental o médio, incluirão, em seus calendários comemorativos, eventos ou atividades alusivas à data.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 1999. –
Freitas Neto, Presidente – **Luzia Toledo** Relatora.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

PARECER Nº 84, DE 2000

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 347,
de 1999, de autoria do Senador Carlos
Bezerra, que exclui do salário-de-con-
tribuição para a Previdência Social os va-
lores recebidos a título de salário-mater-
nidade e salário-educação.**

Relatora: Senadora **Marina Silva**

I – Relatório

Chega para análise, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999, de autoria do nobre Senador Carlos Bezerra. Objetiva-se, com a iniciativa, excluir da relação de valores que compõem o salário-de-contribuição, utilizado para cálculo dos benefícios e das contribuições devidas à Previdência Social, as importâncias recebidas a título de salário-maternidade e de salário-educação.

No que se refere ao salário-maternidade, a alteração justifica-se, na visão do autor, pela existência de um paradoxo conceitual e legal na cobrança de contribui-

ções sobre um benefício previdenciário. Ele também destaca a importância desse benefício e o seu fundamento, a proteção da metemidade, e afirma que entre as principais beneficiárias estão as trabalhadoras humildes, tais como as empregadas domésticas e trabalhadoras avulsas. Assim, nos termos da justificação, “o projeto tem o objetivo de corrigir essa gritante distorção e, ao mesmo tempo, melhorar a renda daqueles contribuintes em um momento crítico de suas vidas”.

Para justificar a segunda modificação, o proponente destaca o alcance social do salário-educação como parcela de rendimento especificamente destinada ao custeio da capacitação pessoal e profissional do empregado. Ele afirma também que a mudança proposta está em consonância com o disposto no art. 3º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1988, que dispõe: “O Salário-Educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou à remuneração recebida pelos empregados das empresas contribuintes”. Assim, dada a inexistência de função remuneratória, não se justificaria, a cobrança de contribuição previdenciária sobre ele.

É o relatório.

II – Análise

A matéria pertence ao âmbito do Direito Previdenciário, inscrito na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe a atribuição de dispor sobre o tema (art. 48 da Carta). A iniciativa é a comum prevista no art. 61 do texto constitucional. Observados esses pressupostos, temos que a constitucionalidade deve ser reconhecida. Também com relação à juridicidade e mentalidade, não há reparos a proceder.

No que se refere à técnica legislativa, detectamos a necessidade de correções na redação para compatibilizar o texto com as inserções, já efetivadas, de novas alíneas no parágrafo alterado, em especial pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. Há também um pequeno erro de redação no **caput** do art. 1º, no qual é citado erroneamente o § 6º como objeto de modificação, quando o parágrafo que está realmente sendo alterado é o nono.

Relativamente ao mérito, somos favoráveis à aprovação da matéria.

O salário-maternidade representa um benefício previdenciário que transcende ao mero pagamento de salário, em função da impossibilidade de prestação de serviços pela empregada. Ele está destinado a oferecer condições satisfatórias para o nascimento tranquilo e saudável de uma criança. Nem é preciso destacar a importância que as circunstâncias sociais e familiares tem para a saúde da gestante e de seu filho; os avanços da medicina têm demonstrado isso diuturnamente. Sendo assim, nada mais justo que esse

benefício não seja reduzido por descontos, especialmente considerando-se que a maternidade impõe despesas extras que, na maior parte das vezes, o benefício nem chega a cobrir.

Finalmente, o salário-educação tem uma destinação bastante específica. Pretende cobrir despesas com a formação pessoal e profissional do empregado. Não se cogita, aqui, da existência de excedentes ou sobras passíveis de serem oneradas por contribuições previdenciárias. Ademais, no artigo que ora se pretende modificar (art. 28, da Lei nº 8.212 de 1991) já foram introduzidas duas exclusões relativas a valores destinados a educação. Na alínea t prevê-se que não integram o salário de contribuição os valores relativos a planos educacionais que visem à educação básica e a cursos de capacitação e qualificação profissionais, vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa. Por sua vez, a alínea u exclui a bolsa de aprendizagem, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, do rol das parcelas salariais sujeitas à contribuição. O salário-educação tem natureza similar, em consequência, não deve ser onerado com encargos previdenciários.

III – Voto da Relatora

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação da matéria com a seguinte emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 (CAS)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º O § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho, de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição:

x1) a importância recebida a título de salário-maternidade;

x2) a importância recebida a título de salário-educação."

Sala das Comissões, 24 de dezembro de 1999.

– Osmar Dias, Presidente – Marina Silva, Relatora – Lúcio Alcântara – Luiz Estevão – Geraldo Cândido – Emília Fernandes – Leomar Quintanilha – Luzia Toledo – Juvêncio da Fonseca – Heloísa Helena – Tião Viana – Pedro Simon – Djalma Bessa – Álvaro Dias – Maguito Vilela – José Roberto Arruda – Marla do Carmo Alves – Marluce Pinto – Mozarildo Cavalcanti – Eduardo Siqueira Campos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 347/1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA				1) RENAN CALHEIROS			
GILVAM BORGES				2) JOSÉ SARNEY			
JOSÉ ALENCAR				3) MAURO MIRANDA			
LUÍZ ESTEVÃO				4) ADER BARBALHO			
MAGUITO VILELA				5) JOÃO ALBERTO SOUSA			
MARLUCE PINTO				6) AMIR LANDO			
PEDRO SIMON				7) GILBERTO MESTRINHO			
VAGO				8) JOSÉ FOGAÇA			
VAGO				9) VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JONAS PINHEIRO				1) EDISON LOBÃO			
JUVÊNCIO DA FONSECA				2) FREITAS NETO			
DJALMA BESSA				3) BERNARDO CABRAL			
GERALDO ALTHOFF				4) PAULO SOUTO			
MOREIRA MENDES				5) JOSÉ AGRIPIANO			
MARIA DO CARMO ALVES				6) JORGE BORNHAUSEN			
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				7) VAGO			
MOZARILDO CAVALCANTI				8) VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTEROPAES DE BARROS				1) ARTUR DA TAVOLA			
LUÍZ PONTES				2) LUZIA TOLEDO			
LÚCIO ALCÂNTARA				3) PEDRO PIVA			
OSMAR DIAS				4) JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
SERGIO MACHADO				5) TEOTÔNIO VILELA FILHO			
ROMERO IJICA				6) ÁLVARO DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PFS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PFS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO (PT)				1) EMÍLIA FERNANDES (PDT)			
MARINA SILVA (PT)				2) LAURO CAMPOS (PT)			
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)				3) ROBERTO FREIRE (PFS)			
HELOÍSA HELENA (PT)				4) JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)			
TIÃO VIANA (PT)				5) JEFFERSON PERES (PDT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA				1) ERNANDES AMORIM			

TOTAL: 19 SIM: 19 NÃO: - ABSTENÇÃO: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/12/1999

SENADOR

Presidente

**TEXTO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 347, DE 1999**

(Aprovado pela Comissão de Assuntos
Sociais em Reunião do dia
14 de dezembro de 1999)

Exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educacão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

"Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição:

x1) a importância recebida a título de
salário-maternidade:

x2) a importância recebida a título de salário-educação."

Art. 2º Fica revogado o § 2º, do art. 28, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1999. –
Osmar Dias, Presidente – **Marina Silva**, Relatora.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais:

IV – custas dos serviços forenses:

V – produção e consumo:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto:

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas:

XI – procedimentos em matéria processual:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde:

XIII – assistência jurídica e defensoria pública:

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência:

XV – proteção à infância e à juventude:

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

*EC n° 5/95

* Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XII – telecomunicações e radiodifusão:

* EC n° 19/98.

***Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

1 - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

*EC nº 18/98.

LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Altera dispositivo das Leis nºs 8.212(1) e 8.213(2), ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI Nº 9.766 – DE 18 DE DEZEMBRO DE 1998

Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 3º O Salário-Educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou à remuneração percebida pelos empregados das empresas contribuintes.

(*) LEI Nº 8.212(1), DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências

Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

I – para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajustes salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato, ou ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997).

II – para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para a comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;

III – para o trabalhador autônomo e equiparado, empresário e facultativo: o salário-base, observado o disposto no art. 29.

§ 1º Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.

§ 3º O limite mínimo do salário-de-contribuição correspondente ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o justado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997).

§ 4º O limite mínimo do salário-de-contribuição do menor aprendiz corresponde à sua remuneração mínima definida em lei.

§ 5º O limite máximo do salário-de-contribuição é de Cr\$170.000,00 (cento e setenta mil cruzeiros), reajustado a partir da data da entrada em vigor desta Lei, na mesma época e com os mesmos índices que

os do reajustamentos dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.¹²

§ 6º No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei estabelecido a previdência complementar, pública e privada, em especial para os que possam contribuir acima do limite máximo estipulado no parágrafo anterior deste artigo.

§ 7º O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994).

§ 8º Integram o salário-de-contribuição pelo seu valor total: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1994).

a) o total das diárias pagas, quando excedente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal; (alínea acrescentada pela Lei nº 9.525, de 10 de dezembro de 1997).

b) (VETADA na Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

c) as gratificações e verbas, eventuais concedidas a qualquer título, ainda que denominadas pelas partes de liberalidade, ressalvado o disposto no § 9º. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997)¹³

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997).

a) os benefícios da Previdência Social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

b) as ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 5.929⁽²⁹⁾, de 30 de outubro de 1973;

c) a parcela *in natura* recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321⁽²⁷⁾, de 14 de abril de 1976;

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o artigo 137 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

e) as importâncias: (Alínea alterada e itens de 1 a 5 acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997)¹⁴:

1 – previstas no inciso I do artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

2 – relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

3 – recebidas a título da indenização de que trata o artigo 479 da CLT;

4 – recebidas a título de indenização de que trata o artigo 14 da Lei nº 5.889⁽²⁸⁾, de 8 de junho de 1973;

5 – recebidas a título de incentivo à demissão;

6 –

7 –

8 –

9 –

f) a parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação própria;

g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do artigo 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;

i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494⁽²⁶⁾, de 7 de dezembro de 1977;

j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;

l) o abono do Programa de Integração Social – PIS, e do Programa de Assistência ao Servidor Público – PASEP; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante de sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870⁽³¹⁾, de 1º de dezembro de 1965; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os artigos 9º e 468 da CLT; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou

por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso-creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

t) o valor relativo a plano educacional que vise ao ensino fundamental e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997)¹⁵

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no artigo 64 da Lei nº 8.069⁽²²⁾, de 13 de julho de 1990; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

v) os valores recebidos em decorrência da cessação de direitos autorais; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997);

x) o valor da multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT. (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997).

§ 10. Considera-se salário-de-contribuição, para o segurado empregado e trabalhador avulso, na condição prevista no § 5º do artigo 12, a remuneração efetivamente auferida na entidade sindical ou empresa de origem. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997).

Art. 29. O salário-base de que trata o inciso III do artigo 28 é determinado conforme a seguinte tabela:

PARECER Nº 85, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo que altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências.

Relator: Senador Freitas Neto

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise e decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 1999, de iniciativa da ilustre Senadora Luzia Toledo, que “altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências.

O projeto sob exame determina que o prazo de financiamento pelo Fungetur para a construção de hotéis de turismo não poderá ser inferior a seis anos para amortização e quatro anos de carência.

É, evidentemente, louvável a intenção da eminente Senadora. O turismo constitui fonte de renda de potencial extremamente elevado. Os investimentos no setor costumam proporcionar retorno em prazo muito inferior aos realizados em outros segmentos, tornando-se assim um caminho a ser examinado com grande interesse ao se buscar o desenvolvimento econômico.

Mais do que isso, dadas as condições físicas e geográficas do Brasil, esse potencial se reforça. Para as regiões menos desenvolvidas do País, os investimentos em turismo se revelam altamente interessantes, motivo pelo qual a iniciativa da Senadora Luzia Toledo reveste-se de especial mérito.

Em sua justificativa, a autora afirma que o prazo para financiamento pelo Fungetur para a construção de hotéis de turismo é inadequado para estimular o crescimento do setor. Argumenta que o prazo atual é de três anos para amortização e dois para carência, o que seria inquestionavelmente curto, em face de se levar mais de um ano para construir um hotel e três anos para torná-lo conhecido e angariar hóspedes. Acredita, ainda, que com a proposição, “poderemos evitar as crises de insolvência que ameaçam o setor hoteleiro de turismo, na medida que, diante de prazo tão exíguo, as dificuldades do setor para honrar os compromissos decorrentes dessa modalidade de financiamento seriam permanentes”.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O Fungetur, criado pelo Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, tem como objetivo fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional. Sem dúvida, esse instrumento tem desempenhado papel importante para o turismo no Brasil.

O funcionamento e as operações desse fundo são regulados pela Deliberação Normativa nº 372, de 15 de janeiro de 1997, do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Essa norma estabelece até dez anos de prazo para o reembolso do financiamento,

sendo a carência, compreendida nesse prazo, de no mínimo seis meses e máximo de três anos. Em 6 de novembro de 1998, foi expedida a Deliberação Normativa nº 401, passando o prazo de reembolso para até treze anos, sendo a carência de seis meses a quatro anos.

Dessa forma, os prazos atuais de carência e amortização são bem maiores do que os alegados pela autora da proposição em tela e também maiores do que os normalmente estipulados por outras fontes de financiamento de longo prazo, como o BNDES.

Uma vez que os bancos de desenvolvimento e de investimento são os agentes financeiros que operam as linhas de financiamento do Fungetur e, portanto, arcam com o risco das operações, sempre há uma negociação entre o agente e o tomador de empréstimo, fazendo com que os prazos sejam ajustados, em geral, para baixo do máximo estipulado. Portanto, a fixação de prazo mínimo de seus anos para amortização e quatro anos de carência, conforme prevê a presente proposição, praticamente inviabilizaria o funcionamento do fundo, já que os agentes financeiros não estariam dispostos a arcar com o risco envolvido em empréstimos de tão longa duração.

De outra parte, caso os agentes decidissem pela concessão de determinados empréstimos de longuíssima duração (dada a não existência de prazo máximo de reembolso), isso provavelmente acarretaria sérios problemas para o fluxo de caixa do Fungetur, que depende basicamente do retorno dos financiamentos concedidos, comprometendo a própria manutenção do fundo.

Dessa forma, ao contrário do que deseja a autora do projeto de lei sob exame, a fixação dos limites mínimos propostos para amortização e carência nos financiamentos pelo Fungetur traria uma rigidez indesejável para o funcionamento do fundo, reduzindo seu potencial para estimular o crescimento e expansão do setor de turismo no País.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 359, de 1999.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1999. –
Ney Suassuna, Presidente – **Freitas Neto**, Relator –
Carlos Bezerra – **Osmar Dias** – **Eduardo Siqueira Campos** – **José Fogaça** – **Gilberto Mestrinho** – **Lúcio Alcântara** – **Paulo Souto** – **Eduardo Suplicy** –
Pedro Piva – **Geraldo Althoff** – **Jefferson Peres** –
Antero Paes de Barros (vencido) – **Jonas Pinheiro** –
Ernandes Amorim (vencido) – **Bello Parga** –
Agnelo Alves.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL AO PLS 359/99

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AGNELO ALVES		X		GERSON CAMATA			
JOSÉ FOGAÇA		X		PEDRO SIMON			
JOSÉ ALENCAR				ROBERTO REQUILÃO			
LUIZ ESTEVÃO				ALBERTO SILVA			
MAQUITO VILELA				MARLUCE PINTO			
GILBERTO MESTRINHO		X		MAURO MIRANDA			
RAMEZ TEBET				WELLINGTON ROBERTO			
NEY SUASSUNA				AMIR LANDO			
CARLOS BEZERRA		X		JOÃO ALBERTO SOUZA			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE BORNHAUSEN				JOSÉ AGRIPINO			
FRANCELINO PEREIRA				JOSÉ JORGE			
EDISON LOBÃO				ROMEU TUMA			
BELLO PARGA		X		BERNARDO CABRAL			
JONAS PINHEIRO		X		EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	
FREITAS NETO		X		GERALDO ALTHOFF		X	
PAULO SOUTO		X		MOZARILDO CAVALCANTE			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ ROBERTO ARRUDA				SÉRGIO MACHADO			
ANTERO PAES E BARROS	X			LUIS PONTES			
LÚDIO COELHO				LÚCIO ALCÂNTARA		X	
ROMERO JUCA				OSMAR DIAS		X	
PEDRO PIVA		X					
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO - (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUP LICY - PT		X		ANTONIO C. VALADARES - PSB			
LAURO CAMPOS - PT				SEBASTIÃO ROCHA - PDT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT				ROBERTO FREIRE - PPS			
ROBERTO SATURNINO - PSB				MARINA SILVA - PT			
JEFFERSON PERES - PDT		X		HELOISA HELENA - PT			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	
LUIS OTAVIO				ERNANDES AMORIM	X		

TOTAL 17 SIM 2 NÃO 15 ABS 0SALA DAS REUNIÕES, EM 30.11.99

PARECER Nº 86, DE 1999

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão que "denomina 'Rodovia Luiz Carlos Prestes' o trecho que especifica da rodovia BR-020".

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação, para apreciação com decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 512, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão.

A iniciativa tem por objetivo denominar "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho da BR-020 situado entre as cidades de Brasília, no Distrito Federal, e de Formosa, no Estado de Goiás. Para fins de sinalização e informações visuais, seria admitida a expressão "Via Prestes" na identificação desse trecho de rodovia.

Em exame na Comissão de Educação, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

A designação das rodovias do Plano Nacional de Viação tem sua base jurídica na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979. Estatui a referida lei que as estações terminais, as obras de arte e os trechos de via do Sistema Nacional de transporte terão denominação de acordo com a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Define ainda que, mediante lei especial, um trecho de rodovia poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade, ouvido previamente o órgão administrativo competente.

A proposição em pauta visa conferir denominação suplementar ao trecho da BR-020, mantida

sua designação oficial definida no Plano Nacional de Viação (PNV). O PLS nº 512, de 1999, portanto, atende plenamente aos princípios de constitucionalidade e de juridicidade requeridos.

Quanto ao mérito da proposição, a importância da figura heróica de Luiz Carlos Prestes na formação política do Brasil credencia fartamente a escolha desse nome para a homenagem que aqui se propõe.

Luiz Carlos Prestes foi um dos maiores vultos da história do Brasil contemporâneo. Em sua incansável luta em prol da justiça e da liberdade, esteve à frente dos movimentos que mais contribuíram para delinear o quadro político atual do País: o Tenentismo, as insurreições contra a República Velha e contra o golpe que resultou na criação do Estado Novo, bem como as campanhas para a redemocratização do País que se seguiram aos períodos ditatoriais.

A atribuição do nome de Luiz Carlos Prestes ao trecho da rodovia BR-020 que liga Brasília a Formosa tem o mérito de ser a primeira homenagem prestada pelo Senado a essa personalidade da nossa vida política. Mais importante, a iniciativa do Senador Luiz Estevão vai perpetuar, para as novas gerações de brasileiros, o registro da passagem da Coluna Prestes pela região Centro-Oeste e, assim, pelas Terras do atual Distrito Federal, onde se assinalaram alguns dos momentos mais marcantes da expedição.

III – Voto

Em razão dos argumentos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 512, de 1999.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1999. – **Freitas Neto**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Agnelo Alves** – **Geraldo Cândido** – **Marina Silva** – **Paulo Hartung** – **Romeu Tuma** – **Djalma Bessa** – **José Fogaça** – **Hugo Napoleão** – **Gerson Camata** – **Luzia Toledo** – **Edison Lobão** – **Emília Fernandes** – **Heloísa Helena** – **Jefferson Peres** – **Osmar Dias** – **Gilvan Borges**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL, PLS 512

/ 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				MAGUITO VILELA			
AGNELO ALVES	X			NEY SUASSUNA			
GERSON CAMATA	X			RAMEZ TEBET			
IRIS REZENDE				ALBERTO SILVA			
JOSÉ SARNEY				JADER BARBALHO			
PEDRO SIMON				VAGO			
ROBERTO REQUIÃO				JOSÉ FOGACA	X		
GILVAM BORGES	X			VAGO			
LUIZ ESTEVÃO				VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO	X			GERALDO ALTHOFF			
FREITAS NETO				FRANCELINO PEREIRA			
DIALMA BESSA	X			JONAS PINHEIRO			
JOSÉ JORGE				MOZARILDO CAVALCANTI			
JORGE BORNHAUSEN				ROMEU TUMA	X		
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				EDISON LOBÃO	X		
BELLO PARGA				MARIA DO CARMO ALVES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				CARLOS WILSON			
ARTUR DA TAVOLA				OSMAR DIAS	X		
LÚZIA TOLEDO	X			PAULO HARTUNG	X		
LÚCIO ALCANTARA	X			EDUIO COELHO			
TEOTÔNIO VILELA FILHO				ANTERO PAES DE BARROS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SEBASTIÃO ROCHA				GERALDO CANDIDO	X		
HELOISA HELENA	X			ANTÔNIO C. VALADARES			
EMÍLIA FERNANDES	X			LAURO CAMPOS			
ROBERTO SATURNINO				RAO VIANA			
MARINA DA SILVA	X			JEFFERSON PERES	X		
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUIZ OTÁVIO				LEOMAR QUINTANILHA			

TOTAL: 17 SIM: 17 NÃO: - ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/11/1999

SENADOR FREITAS NETO
PresidenteLEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias
e estações terminais do Plano Nacional
de Viação, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e
eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As estações terminais, obras de arte ou trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interligem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvida, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras de arte e trechos de via aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

João Baptista de Figueiredo - Presidente da República, Eliseu Resende.

PARECER Nº 87, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Relator: Senador Edison Lobão

I - Relatório

De autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, vem ao exame desta Comissão o projeto de lei ementado à epígrafe, com o objetivo de atualizar a Lei nº 4.898/65, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. A proposição introduz, outrossim, alteração na redação de dispositivo da Lei nº 8.429/92, conhecida como "Lei da Improbidade Administrativa".

O eixo normativo do projeto diz respeito às modificações que pretende fazer na Lei nº 4.898/65, tendo como alvo os seguintes dispositivos:

Ao art. 3º são acrescentados diversos novos tipos de atentado aos direitos e garantias individuais e coletivos que caracterizam o abuso de autoridade sujeito à representação e ao processo de responsabilidade regulado no referido diploma.

Ao art. 4º, além das oito já existentes, são acrescentadas seis novas condutas típicas, assemelhadas ao ato atentatório, que passam a constituir também abuso de autoridade.

Nos parágrafos 2º e 3º do art. 6º são introduzidas modificações de redação para elevar o valor da indenização correspondente à sanção civil e agravamento das penas de detenção e de inabilitação para o exercício de qualquer cargo público.

A redação do parágrafo 2º do art. 7º é atualizada para tornar explícita a referência à aplicação supletiva das normas da Lei nº 8.112, de 1990 (Estatuto dos Servidores Cíveis da União).

Finalmente, modifica-se a redação do art. 11 para determinar que a ação civil será aplicável o procedimento sumaríssimo a que se referem os artigos 275 a 281 do Código Civil.

Com relação à Lei nº 8.429, de 1992, trata-se de dar nova redação ao parágrafo 5º do art. 17, com o propósito de sanar conflito de competência jurisdicional para o julgamento de ação de improbidade envolvendo autoridade com prerrogativa de foro.

Não foi oferecida nenhuma emenda à proposição durante o prazo regimental.

II – Voto do Relator

O projeto está redigido com boa técnica legislativa. Os pressupostos constitucionais relativos à iniciativa (CF, art. 48, **caput**) e à competência para legislar (art. 22, I) foram observados. As disposições da proposta não conflitam com os princípios gerais adotados pelo ordenamento jurídico pátrio e com outras normas de hierarquia superior vigentes. Não há, portanto, qualquer reparo a fazer ao projeto do ponto de vista da constitucionalidade e da juridicidade.

No que concerne ao mérito, entendemos que as razões apontadas na persuasiva justificativa apresentada pelo ilustre autor do projeto não deixam margem a dúvida em relação à conveniência e oportunidade da proposição. trata-se, com efeito, de iniciativa de inequívoca relevância jurídica e política, na medida em que visa a concretizar, ao nível infraconstitucional, princípios e valores que a Carta Magna de 1988 imprimiu indelevelmente em nosso ordenamento, inspirada que

foi, em sua dimensão liberal, no que de mais avança a doutrina nacional e internacional vem formulando no campo dos direitos e garantias individuais e coletivos.

Se a ampliação do rol de condutas potencial ou efetivamente atentatórias aos direitos, liberdade e garantias se afigura como um avanço notável na proteção do cidadão comum contra o arbítrio dos agentes do Estado, a provisão normativa das novas condutas ilícitas acrescidas ao art. 4º da Lei do Abuso de Autoridade ganha especial legitimidade em função de, como ressalta o eminente autor, terem origem nos resultados dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa que vem investigando atos e condutas de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em todos os níveis.

No tocante à nova redação da Lei nº 8.429/92, a proposta se justifica para que se evite que autoridades submetidas, em ação penal, à competência originária de Tribunais Superiores, ou até do STF, sejam processadas e julgadas por juízes de primeira instância com base nas atuais disposições da referida lei, subvertendo todo o sistema jurídico nacional de repartição de competências.

Em face do exposto, manifestamos-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999 – com a Emenda nº 1 de minha autoria, bem como pelo acolhimento da Emenda nº 2, de autoria do Senador José Eduardo Dutra – por considerá-lo conforme à ordem jurídico-constitucional e, no mérito, justo e oportuno.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 1999. –
José Agripino, Presidente – Edison Lobão, Relator.

EMENDA Nº 1-CCJ

Substitua-se o vocábulo sumaríssimo por sumário, constante do art. 11 da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999.

Justificação

O termo sumaríssimo já não pertence ao elenco de ritos do Código de Processo Civil. É, assim, imprópria sua referência na proposição. O art. 272 do CPC prevê que o procedimento comum limita-se ao ordinário ou ao sumário. O rito sumaríssimo tem aplicação exclusiva aos procedimentos previstos na Lei nº 9.099, de 1995, que trata das ações submetidas aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Desse modo, impõe-se a substituição do vocábulo constante da proposição em referência.

Sala das Sessões – Senador **Edison Lobão.**

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 536, DE 1999

EMENDA Nº 2-CCJ

Tipo de Emenda: Supressiva

Dispositivo emendado: Art. 3º da Lei nº 4.898/65, alterado pelo Art. 1º do projeto.

Suprima-se a alínea r que se acrescenta ao art. 3º da Lei nº 4.898/65, por meio do art. 1º da proposição.

Justificação

O dispositivo em tela busca acrescer ao rol das condutas abusivas de parte de autoridade, considera-das atentatórias às liberdades e garantias fundamen-tais da pessoa "o sigilo fiscal ou bancário".

Ora a inclusão dessa referência é absolutamente despendiosa:

a) a uma, porque o projeto já faz men-ção, na alínea I, como valor juridicamente tutelado, à "vida privada", conceito constitu-cional (art. 5º, inciso X, CF) que alicerça as decisões judiciais que dão guarida aos sigi-los fiscal e bancário;

b) a duas, porque o entendimento do Supremo Tribunal Federal vem sendo o de que o sigilo bancário, "não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça" (RE-2.19780/PE, Relator: Ministro Carlos Velloso, julgado em 13-4-99 – DJ 10-9-99, p. 23) e que, no caso do sigilo fiscal, "não se pode vedar à Receita Federal o exercício da fiscalização por meio do exame dos livros contábeis e fiscais da empresa que as emitiu (notas frias)" (RHC-74.807/MT, Re-lator: Ministro Maurício Correa, julgado em 22-4-97 – DJ 20-6-97, p. 28507).

Assim, a generalização da proteção, como pro-posto, poderia significar a obstaculização do Poder público no uso de suas atribuições e prerrogativas em prol do interesse da coletividade, que tem estatu-ra equivalente ao da proteção ao indivíduo.

Sala das reuniões, 1º de dezembro de 1999. – Senador **José Eduardo Dutra**.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 1999. – **José Agripino**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator – **Djalma Bessa** – **Roberto Freire** – **Álvaro Dias** – **José Eduardo Dutra** – **Sérgio Machado** – **Irls Rezende** – **Romeu Tuma** – **Bello Parga** – **Francelino Pereira** – **Antônio Carlos Valadares** – **Lúcio Alcântara**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 536, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				1 CARLOS BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				2 AGNELO ALVES			
IRIS REZENDE	X			3 GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO				4 LUIZ ESTEVAO			
JOSÉ FOGAÇA				5 NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON				6 WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET				7 JOSÉ ALENCAR			
ROBERTO REQUIAO				8 VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL				1 MOREIRA MENDES			
JOSÉ AGRIPIANO				2 DJALMA BESSA	X		
EDISON LOBÃO	X			3 BELLO PARGA	X		
FRANCELINO PEREIRA	X			4 JUVÊNCIO DA FONSECA			
ROMÉU TUMA	X			5 JOSÉ JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES				6 MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS	X			1 ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON				2 PEDRO PIVA			
LÚCIO ALCÂNTARA	X			3 LUIZ PONTES			
LÚZIA TOLEDO				4 ROMERO JUCA			
SÉRGIO MACHADO	X			5 TEOTÔNIO VELELA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO C. VALADARES (PSB)	X			1 SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)	X			2 MARINA SILVA (PT)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	X			3 HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PÉRES (PDT)				4 EDUARDO SPILICY (PT)			

TOTAL: 12 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0

Sala das reuniões, em 01/12/1999

Senador **JOSÉ AGRIPIANO**
Presidente COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA
01.12.1999

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 536, DE 1999

(Na Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

**Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de
9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429,
de 2 de junho de 1992.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 3º, 4º, 6º, 7º e 11 da Lei nº 4.898,
de 9 de dezembro de 1965, passam a vigorar com as
seguintes redações:

"Art. 3º

"c) ao sigilo da correspondência e de
comunicações telefônicas, de dados,
telegráficas e por via informatizada;" (NR)

"....."

"e) ao livre exercício de culto religioso
e de suas liturgias;" (NR)

"f) à liberdade de criar, integrar,
abandonar ou dissolver associação, bem
como ao seu livre funcionamento;" (NR)

"....."

"l) à incolumidade física ou mental da
pessoa;" (NR)

"j) aos direitos e garantias legais
assegurados ao exercício de atividade,
ofício ou profissão;" (NR)

"l) à honra, à imagem, à vida privada
ou à intimidade da pessoa;

m) à igualdade perante a lei;

n) à ampla defesa e ao contraditório;

o) às garantias constitucionais do
preso, do investigado, do acusado, do réu e
do condenado;

p) à liberdade de manifestação do
pensamento; e

q) à liberdade artística, intelectual,
científica ou política."

"Art. 4º

j) deixar o magistrado de despachar,
decidir ou sentenciar nos prazos legais, salvo
motivo justificado;

l) manifestar o magistrado, o membro
do Ministério Público, o membro de Tribunal
de Contas, a autoridade policial ou a autori-
dade administrativa, por qualquer meio de

comunicação, opinião sobre investigação,
inquérito ou processo sob seus cuidados ou
no qual haja oficiado ou deva officiar;

m) revelar a autoridade pública a
terceiros, ou permitir que seja revelado, fato
ou informação de que tenha ciência em
razão do cargo e cujo conhecimento por
terceiros viole ou possa violar o interesse
público, os sigilos protegidos, a intimidade, a
vida privada, a honra e a imagem das
pessoas;

n) conferir tratamento indigno a
pessoa sob sua custódia ou de autoridade
policial ou permitir a exposição pública do
acusado em processo criminal ou
administrativo em detrimento da intimidade,
da honra, da imagem ou da dignidade da
pessoa;

o) instaurar ou deixar de instaurar
inquérito civil, policial ou administrativo com
o propósito de prejudicar terceiros por
razões pessoais, filosóficas, religiosas ou
políticas; e

p) propor ação judicial para satisfazer
interesse próprio."

Art. 6º

"§ 2º A sanção civil, caso não seja
possível fixar o valor do dano, consistirá no
pagamento, pela autoridade ou servidor
público responsável, de indenização cujo
valor não será inferior a uma nem superior a
vinte vezes o rendimento bruto mensal do
lesado." (NR)

"§ 3º A sanção será aplicada de
acordo com as regras do Código Penal
(Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de
1940) e consistirá em:

a) revogada.

"b) detenção, de seis meses a dois
anos, e multa;" (NR)

"c) perda do cargo e inabilitação, de 3
a 6 anos, para o exercício de qualquer
função pública." (NR)

"Art. 7º

§ 2º Não existindo no Município, no
Estado ou na legislação militar normas regu-
ladoras do inquérito administrativo, serão
aplicadas supletivamente as da Lei nº 8.112,
de 11 de dezembro de 1990." (NR)

"Art. 11. À ação civil serão aplicáveis o procedimento sumário de que trata o Título VII, Capítulo III, arts. 275 a 281, do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973)." (NR)

Art. 2º O art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.

§ 5º A ação de improbidade será proposta perante o tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou a autoridade, na hipótese de prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 1º de dezembro de 1999. –
José Agripino, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

*Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

(*) LEI Nº 8.112⁽¹⁾ –
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre o Regime Jurídico dos
Servidores Públicos Cíveis da União, das au-
tarquias e das fundações públicas federais.**

PARECER Nº 88, DE 2000

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 553,
de 1999, de autoria do Senador Moreira
Mendes, que altera o art. 1º da Lei nº
9.092, de 1995, e dá outras providências.**

Relatora: Senador Marluce Pinto

I – Relatório

A iniciativa do Senador Moreira Mendes visa alterar o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, tornando possível à Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi fazer jus à renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal, a cada ano.

O texto original do dispositivo que se pretende modificar concede semelhante benefício à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise da matéria

Dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal referentes aos meses de janeiro a agosto de 1999 apresentam uma arrecadação total com apostas na Loteria Esportiva Federal no valor de R\$56.681.380,25, correspondendo à distribuição de R\$18.702.084,04 em prêmios líquidos. Isso significa uma média mensal de R\$2.337.760,50 em prêmios líquidos, ou seja, R\$584.440,13 por concurso.

Distribuição financeira da Loteria Esportiva Federal (janeiro a agosto de 1999)

Descrição	Valores
Prêmios líquidos	18.702.084,04
Imposto de Renda	7.159.636,76
Fundo Nacional de Cultura	542.405,32
Seguridade Social*	3.696.730,06
Crédito educativo*	2.440.624,60
Clubes e federações*	5.424.054,91
Fundo Penitenciário Nacional*	1.627.216,33
Indesp	4.994.245,97
Comissões dos revendedores	4.880.481,58
Comissão da CEF	1.464.490,20
Custeio e manutenção	4.507.260,86
Testes especiais	801.119,96
Adicional Indesp	2.440.829,66

Fonte: CEF

*Composição da renda líquida

A Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, destina à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais "a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal ou teste que a suceder".

Entende-se por renda líquida o somatório das destinações à seguridade social (7%, nos termos da Lei nº 8.212, de 1991), às entidades de práticas

desportivas (10%, nos termos da Lei nº 9.615, de 1998), ao crédito educativo (4,5%, nos termos da Lei nº 9.288, de 1996) e ao Fundo Penitenciário Nacional (3%, nos termos da Lei Complementar nº 79, de 1994).

Distribuição da arrecadação da Loteria Esportiva Federal

Prêmio		45,00%
Prêmio líquido	30,80%	
Fundo Nacional da Cultura	1,00%	
Imposto de Renda Federal	13,20%	
Custeio e manutenção de serviços		20,00%
Comissão de revendedores	9,00%	
Tarifa de administração	8,30%	
Comissão da CEF	2,70%	
Clubes e federações		10,00%
Seguridade social		7,00%
Programa de Crédito Educativo		4,50%
Fundo Penitenciário Nacional		3,00%
Indesp		10,50%
Renda bruta		100,00%

Fonte: CEF

No período de janeiro a agosto de 1999, ou seja, nos oito primeiros meses do ano, a assim constituída renda líquida da Loteria Esportiva Federal somou R\$13.188.625,90, equivalendo a uma média de R\$1.648.578,24 por mês, ou R\$412.144,56 por concurso. Esse valor seria, em tese, o quinhão anual da Federação Nacional das Apae, apurado no teste especial a ela destinado.

A Loteria Esportiva Federal realiza outros concursos específicos.

A Cruz Vermelha Brasileira, o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro recebem cada um, anualmente, a renda líquida de um concurso, conforme determinam as Leis nºs 6.905, de 1981, e 9.615, de 1998.

Além disso, nos anos de realização de jogos olímpicos ou de jogos pan-americanos, os Comitês Olímpico e Paraolímpico contam com os recursos de um teste adicional.

O projeto em análise pretende instituir um teste especial também para a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, como forma de proporcionar-lhe recursos adicionais ao desempenho de sua missão assistencial.

Tal como as APAE, as Sociedades Pestalozzi constituem-se em entidades de indiscutível utilidade pública, inclusive por reconhecimento legal, conferido pela Lei nº 3.162, de 1957.

Trata-se de instituições modelares de apoio ao deficiente mental, que se utilizam de princípios pedagógicos orientados pelo chamado neo-humanismo social.

Sua Federação Nacional, com sede no Rio de Janeiro, congrega 130 sociedades, assim distribuídas: 68, na região Sudeste; 25, na região Nordeste; 19, na região Centro-Oeste; 11, na região Norte; e 7, na região Sul.

As sociedades mantêm educandários orientados por um processo pedagógico específico para o portador de deficiência mental, tendo em vista "o desenvolvimento integral do indivíduo, trabalhando sentimento, vontade e razão, conscientizando-o de seu papel ativo, crítico e construtivo na sociedade".

Os custos educacionais, por força de sua especialização, bem superiores aos da escola tradicional devem fazer face também ao atendimento ao aluno carente. Por essa razão, os recursos naturalmente escassos, por força das contingências, vêm requerendo constantes aportes de fontes estatais e privadas.

A sensibilidade do legislador pode fazer com que as APAE – em tudo portadoras de necessidades similares às das Sociedades Pestalozzi – fossem beneficiadas com recursos da Loteria Esportiva Federal.

Por força inclusive de características isonômicas, a presente proposição busca corrigir uma lacuna facilmente sanável, sem que, com isso, sejam acarretados prejuízos aos aposentados e às demais entidades habilitadas por lei a obter aportes financeiros provenientes daquele concurso de prognósticos.

O mérito da iniciativa é, pois, indiscutível.

Cumpra registrar, por fim, que não consta da base de dados Mate, do Senado Federal, a existência de iniciativas similares em tramitação nesta Casa.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é favorável ao PLS nº 553, de 1999, com emendas destinadas a aprimorar seu texto e a acordá-lo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

EMENDAS Nº 1-CAS

Dê-se à emenda do PLS nº 553, de 1999, a seguinte redação:

"Altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências, dispondo sobre a destinação de recursos da Loteria Esportiva Federal a entidades de assistência à pessoa portadora de deficiência".

EMENDAS Nº 2-CAS

Dê-se ao caput do art. 1º da Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, nos termos do art. 1º do PLS nº 553, de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º Anualmente, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi receberão, cada uma, a renda líquida de um concurso de prognóstico da Loteria Esportiva Federal ou teste que a suceder". (NR)

....."

EMENDA Nº 3-CAS

Substitua-se a expressão "de Excepcionais", constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.092,

de 1995, nos termos da redação oferecida pelo art. 1º do PLS nº 553, de 1999, por "dos Excepcionais".

EMENDA Nº 4-CAS

Suprima-se a sigla "-APAES" constante do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, nos termos da redação oferecida pelo art. 1º do PLS nº 553, de 1999, e acrescente-se ao final do dispositivo a indicação (NR).

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1999. –
Osmar Dias – Presidente – **Marluce Pinto** – Relatora – **Sebastião Rocha** – Juvêncio da Fonseca – **Moreira Mendes** (abstenção) – **Leomar Quintanilha** – **Geraldo Cândido** – **Djalma Bessa** – **João Alberto Souza** – **Emília Fernandes** – **Jonas Pinheiro** – **Tião Viana** – **Helofsa Helena** – **José Fogaça** – **Carlos Bezerra** – **Geraldo Althoff** – **Maguito Vilela**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
 LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 553/1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA	<input checked="" type="checkbox"/>			1) RENAN CALHEIROS			
GILVAM BORGES				2) JOSÉ SARNEY			
JOSÉ ALENCAR				3) MAURO MIRANDA			
LUIZ ESTEVÃO				4) ADER BARBALHO			
MAGUITO VILELA	<input checked="" type="checkbox"/>			5) JOÃO ALBERTO SOUSA	<input checked="" type="checkbox"/>		
MARLUCE PINTO	<input checked="" type="checkbox"/>			6) AMIR LANDO			
PEDRO SIMON				7) GILBERTO MESTRINHO			
VAGO				8) JOSÉ FOGAÇA	<input checked="" type="checkbox"/>		
VAGO				9) VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JONAS PINHEIRO	<input checked="" type="checkbox"/>			1) EDISON LOBÃO			
JUVÊNCIO DA FONSECA	<input checked="" type="checkbox"/>			2) FREITAS NETO			
DJALMA BESSA	<input checked="" type="checkbox"/>			3) BERNARDO CABRAL			
GERALDO ALTHOFF	<input checked="" type="checkbox"/>			4) PAULO SOUTO			
MOREIRA MENDES			<input checked="" type="checkbox"/>	5) JOSÉ AGRIPINO			
MARIA DO CARMO ALVES				6) JORGE BORNHAUSEN			
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				7) VAGO			
MOZARILDO CAVALCANTI				8) VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTERO PAES DE BARROS				1) ARTUR DA TÁVOLA			
LUIZ PONTES				2) LUZIA TOLEDO			
LÚCIO ALCÂNTARA				3) PEDRO PIVA			
OSMAR DIAS				4) JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
SÉRGIO MACHADO				5) TEOTÔNIO VILELA FILHO			
ROMERO JUCA				6) ALVARO DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			1) EMÍLIA FERNANDES (PDT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
MARINA SILVA (PT)				2) LAURO CAMPOS (PT)			
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	<input checked="" type="checkbox"/>			3) ROBERTO FREIRE (PPS)			
HELOÍSA HELENA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			4) JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)			
TIÃO VIANA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			5) JEFFERSON PERES (PDT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA	<input checked="" type="checkbox"/>			1) NERANDES AMORIM			

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/11/1999

SENADOR

Osmar Dias
 Presidente

**TEXTO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 553, DE 1999**

Aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais
em reunião do dia 30 de novembro de 1999

Altera o art. 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências, dispondo sobre a destinação de recursos da Loteria Esportiva Federal a entidades de assistência à pessoa portadora de deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Anualmente, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi receberão, cada uma, a renda líquida de um concurso de prognósticos da Loteria Esportiva Federal ou teste que a suceder.” (NR)

Parágrafo único. A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi ficam obrigadas a prestar contas na forma da lei, dos recursos recebidos com base neste dispositivos. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, Osmar Dias, Presidente. –
Marluce Pinto, Relator.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 3.162, DE 1º DE JUNHO DE 1957

Considera de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi do Brasil e autoriza o Governo Federal a desapropriar imóvel para ser doado àquela instituição.

LEI Nº 6.905, DE 11 DE MAIO DE 1981

Destina a renda líquida de concursos de prognósticos esportivos à Cruz Vermelha Brasileira, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 9.288, DE 1º DE JULHO DE 1996

Altera dispositivos da Lei nº 8.436(1), de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Institui normas gerais sobre desporto, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 79
DE 7 DE JANEIRO DE 1994

Cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências.

PARECER Nº 89, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica.

Relatora: Senadora Marluce Pinto

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Sebastião Rocha, tem por objetivo instituir “a gratuidade do transporte coletivo para crianças de até 12 anos de idade”. Para tanto, a proposição se vale do art. 21, XX, da Constituição Federal, que resguarda à União a incumbência de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Cuidou o autor de excluir do benefício instituído “os serviços seletivos de transporte” e de cometer aos pais ou responsáveis a obrigação de comprovar, sempre que houver solicitação, a idade da criança transportada. Por fim, determina a proposição que os municípios – aos quais incumbe organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial (art. 30, V, da CF) – deverão observar a lei proposta na organização e prestação dos serviços de transporte.

Ao justificar o projeto, o autor alega que, diferentemente dos estudantes a partir do nível médio, as crianças até os 12 anos “dependem inteiramente da companhia dos adultos para a sua locomoção nos espaços urbanos”. Lembra também que, sobrecarregados pelo duplo ônus das tarifas, as famílias mais ca-

rentes tendem a privar as crianças do acesso a determinados serviços urbanos em razão da dependência dos sistemas de transporte coletivo. A impossibilidade de os pais arcarem com o custo dos deslocamentos dos filhos enseja a freqüente situação de crianças pequenas deixadas sozinhas em casa por longos períodos do dia, o que comumente resulta em acidentes domésticos e "violências de toda ordem".

Sustenta também a proposição o argumento de que a gratuidade proposta, antes de onerar os custos dos serviços de transporte e causar a elevação das tarifas para os demais usuários, traria, ao contrário, benefício de atrair para o sistema de transportes coletivos os adultos que hoje "optam por desistir de muitas viagens que a gratuidade para os pequenos tornará possíveis".

Distribuído a esta Comissão, em 7 de outubro de 1999, para deliberação de natureza terminativa, o projeto não recebeu emendas no decurso do prazo regimental.

II – Voto do Relator

Não vislumbro inconstitucionalidade ou injuridicidade no projeto. No mérito, concordo com a proposição.

ção, pautada por elevado sentido social. A possível arguição de que, ao dispor sobre a concessão de serviços públicos, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabeleceu que a criação de "encargos legais" implicaria revisão tarifária (art. 9º, § 3º) deixa de prevalecer diante da exigência, imposta pelo mesmo dispositivo, de **prévia** comprovação do impacto. Na verdade, se o benefício proposto para as crianças atrair – como supõe o autor do projeto – novos usuários adultos, poderá haver até mesmo vantagem para os concessionários na implementação da medida.

Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1999. –
Osmar Dias, Presidente – **Marluce Pinto** – Relator –
Leomar Quintanilha – **Geraldo Cândido** – **Emília Fernandes** – **Tião Viana** – **Jonas Pinheiro** – **Moreira Mendes** – **José Fogaça** – **Sebastião Rocha** (abs-tenção) – **Geraldo Althoff** – **Juvêncio da Fonseca** – **Heloísa Helena** – **Djalma Bessa** – **João Alberto Souza** – **Carlos Bezerra**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 572/99

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA	<input checked="" type="checkbox"/>			1) RENAN CALHEIROS			
GILVAN BOROES				2) JOSÉ SARNEY			
JOSÉ ALENCAR				3) MAURO MIRANDA			
LUIZ ESTEVÃO				4) JADER BARBALHO			
MAGUITO VILELA				5) JOÃO ALBERTO SOUSA	<input checked="" type="checkbox"/>		
MARLUCE PINTO	<input checked="" type="checkbox"/>			6) AMIR LANDO			
PEDRO SIMON				7) GILBERTO MESTRINHO			
VAGO				8) JOSÉ FOGAÇA	<input checked="" type="checkbox"/>		
VAGO				9) VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JONAS PINHEIRO	<input checked="" type="checkbox"/>			1) EDISON LOBÃO			
JUVÊNCIO DA FONSECA	<input checked="" type="checkbox"/>			2) FREITAS NETO			
DJALMA BESSA	<input checked="" type="checkbox"/>			3) BERNARDO CABRAL			
GERALDO ALTHOFF	<input checked="" type="checkbox"/>			4) PAULO SOUTO			
MOREIRA MENDES	<input checked="" type="checkbox"/>			5) JOSÉ AGRIPINO			
MARIA DO CARMO ALVES				6) JORGE BORNHAUSEN			
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				7) VAGO			
MOZARILDO CAVALCANTI				8) VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTERO PAES DE BARROS				1) ARTUR DA TÁVOLA			
LUIZ PONTES				2) LUZIA TOLEDO			
LÚCIO ALCÂNTARA				3) PEDRO PIVA			
OSMAR DIAS				4) JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
SÉRGIO MACHADO				5) TEOTÔNIO VILELA FILHO			
ROMERO JUCA				6) ALVARO DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			1) EMÍLIA FERNANDES (PDT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
MARINA SILVA (PT)				2) LAURO CAMPOS (PT)			
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)				3) ROBERTO FREIRE (PPS)			
HELOÍSA HELENA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			4) JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)			
TIÃO VIANA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			5) JEFFERSON PERES (PDT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA	<input checked="" type="checkbox"/>			1) ERNANDES AMORIM			

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABSTENÇÃO: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 11 / 1999

SENADOR

Osamar Dias
Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

.....
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....
Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixado pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão prevista nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 3º Ressalvados os Impostos sobre a Renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

.....
PARECER Nº 90, DE 2000

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 586,
de 1999, de autoria do Senador Carlos
Patrocínio, que permite a utilização do
FGTS para compra de casa própria, em
qualquer sistema de financiamento habi-
tacional, e dá outras providências.**

Relator ad hoc Leomar Quintanilha

I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, tem por objetivo permitir que os trabalhadores possam valer-se de suas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para liquidar ou amortizar saldo devedor de financiamento imobiliário, “concedido no âmbito de qualquer sistema de financiamento habitacional”. Para tanto, a proposição, ao alterar o inciso VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, estabelece duas condições: o adquirente não pode ser proprietário de outro imóvel e os procedimentos devem observar “as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS”.

A maior inovação, contudo, consiste na extensão da possibilidade de utilização dos recursos confiados ao FGTS em financiamentos de distintas modalidades, o que significa romper com a exclusividade que a norma vigente reserva ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Nesse sentido, ao justificar o projeto, o autor alega que essa regra restritiva “prejudica a liberdade individual e acaba tendo efeitos negativos sobre o sistema econômico como um todo”.

Argumentando que a instituição de outras linhas de financiamento habitacional, destacadamen-

to o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), criado em 1997, diversificou o atendimento da demanda por crédito, o autor alega que a possibilidade de os trabalhadores utilizarem mais livremente os respectivos depósitos vinculados ao FGTS ensejará "maior dinamismo ao setor da construção civil, contribuindo paralelamente com o aumento do nível de emprego".

Distribuído a esta Comissão, em 25 de outubro de 1999, para deliberação de natureza terminativa, o projeto não recebeu emendas no transcurso do prazo regimental.

II – Voto do Relator

Não vislumbro inconstitucionalidade ou injuridicidade no projeto, disposto em boa técnica legisla-

tiva. No mérito, apóio a proposição que, a par de fazer justiça aos trabalhadores adquirentes de moradia, atualiza a norma reguladora do FGTS e, sabiamente, delega ao respectivo Conselho Curador competência para reger a implementação do benefício.

Voto, assim, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1999. –
Osmar Dias, Presidente – Leomar Quintanilha, Relator "Ad Hoc" – Tião Viana – Geraldo Cândido – Maguito Vilela – Juvêncio da Fonseca – Heloisa Helena – Luiz Estevão – Luzia Toledo – Pedro Simon – José Roberto Arruda – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Álvaro Dias – Djalma Bessa – Marluce Pinto – Marina Silva – Emília Fernandes.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 586/1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA				1)RENAN CALHEIROS			
GILVAM BORGES				2)JOSÉ SARNEY			
JOSÉ ALENCAR				3)MAURO MIRANDA			
LUIZ ESTEVÃO	<input checked="" type="checkbox"/>			4)JADER BARBALHO			
MAGUITO VILELA	<input checked="" type="checkbox"/>			5)JOÃO ALBERTO SOUSA			
MARLUCE PINTO	<input checked="" type="checkbox"/>			6)AMIR LANDO			
PEDRO SIMON	<input checked="" type="checkbox"/>			7)GILBERTO MESTRINHO			
VAGO				8)JOSÉ FOGAÇA			
VAGO				9)VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JONAS PINHEIRO				1)EDISON LOBÃO			
JUVÊNCIO DA FONSECA	<input checked="" type="checkbox"/>			2)FREITAS NETO			
DJALMA BESSA	<input checked="" type="checkbox"/>			3)BERNARDO CABRAL			
GERALDO ALTHOFF				4)PAULO SOUTO			
MOREIRA MENDES				5)JOSÉ AGRIPINO			
MARIA DO CARMO ALVES	<input checked="" type="checkbox"/>			6)JORGE BORNHAUSEN			
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				7)VAGO			
MOZARILDO CAVALCANTI	<input checked="" type="checkbox"/>			8)VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTERO PAES DE BARROS				1)ARTUR DA TÁVOLA			
LUIZ PONTES				2)LUZIA TOLEDO	<input checked="" type="checkbox"/>		
LÚCIO ALCÂNTARA				3)PEDRO PIVA			
OSMAR DIAS				4)JOSÉ ROBERTO ARRUDA	<input checked="" type="checkbox"/>		
SÉRGIO MACHADO				5)TEOTÔNIO VILELA FILHO			
ROMERO JUCA				6)ÁLVARO DIAS	<input checked="" type="checkbox"/>		
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			1)EMÍLIA FERNANDES (PDT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
MARINA SILVA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			2)MAURO CAMPOS (PT)			
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)				3)ROBERTO FREIRE (PPS)			
HELOISA HELENA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			4)JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)			
TIÃO VIANA (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>			5)JEFFERSON PERES (PDT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA	<input checked="" type="checkbox"/>			1)ERNADES AMORIM			

TOTAL: 18 SIM: 18 NÃO: — ABSTENÇÃO: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/12/1999

SENADOR

Quorup
 Presidente

Publicado no DSF, de

PARECER Nº 91, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o artigo 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.

Relator ad hoc: Senador Eduardo Siqueira Campos.

I – Relatório

Encontra-se nesta Comissão, para ser apreciado em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão.

A proposição em análise tem como objetivo alterar o art. 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, o qual estabelece exigências para que as entidades sem fins lucrativos educacionais e as que atendem ao Sistema Único de Saúde, mas não pratiquem de forma exclusiva e gratuita atendimento a carentes, possam gozar de isenção das contribuições para a Previdência Social.

O projeto determina também, por meio de um parágrafo único, que os critérios para aferição da carência dos estudantes beneficiados com bolsas de estudos devem ser os mesmos utilizados pelo Programa de Crédito Educativo.

No prazo regimental, nenhuma emenda foi apresentada ao projeto.

II – Análise

Compete à União regulamentar esta matéria, o que já está sendo feito pelo Poder Executivo, por meio do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. É importante, portanto, que a lei estabeleça a norma geral a respeito, de forma bem clara, para garantir direitos e facilitar a regulamentação, o que nos leva a concordar com a argumentação do autor da proposição.

Com efeito, o projeto estabelece disposições de ordem geral e que são claramente de competência da União, não descendo a detalhes infralegais, nem ferindo os princípios federativo e da independência e harmonia entre os Poderes.

Quanto ao mérito, justifica-se a proposta do projeto, tendo em vista que já existem milhares de estudantes carentes sendo prejudicados com a vigência da Lei nº 9.732, de 1999, e do decreto que a regulamentou, pois a maioria das bolsas de estudos oferecidas pelas instituições educacionais sem fins

lucrativos são parciais, e não integrais. Sem levar em conta esta realidade, a regulamentação da matéria, interpretando a citada lei, estabeleceu que os valores referentes às bolsas parciais não poderão ser utilizados no cômputo para as isenções.

Em suma, a interpretação dada pelo Poder Executivo extrapolou o espírito da lei, como ficou provado na argumentação do autor da proposição. Além disso, está prejudicando tanto instituições de ensino quanto alunos carentes, o que justifica a aprovação do projeto de lei em análise. No entanto, o seu parágrafo único estabelece como critérios para a definição de pessoa carente, os mesmos do Programa de Crédito Educativo (CREDUC), o qual está sendo extinto pelo art. 16 da Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Destarte, o projeto merece parecer favorável, mas necessita de uma mudança que deixe claro o conceito de pessoa carente, sem se referir ao CREDUC, como propomos em uma emenda de Relator.

III – Voto

Diante do relatório e da análise que apresentamos, concluímos que não há óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade que possam justificar a rejeição do Projeto de Lei nº 155, de 1999. Quanto ao mérito, opinamos pela sua aprovação, com a emenda que apresentamos a seguir, a qual visa a reformulação do texto do parágrafo único para sua atualização diante da legislação editada em data posterior à apresentação do projeto.

**EMENDA DE REDAÇÃO
OFERECIDA PELO RELATOR****EMENDA Nº 1**

Substitua-se o parágrafo único proposto no Projeto pelo seguinte dispositivo:

“Art. 4º

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se-á como pessoa carente cuja renda familiar mensal **per capita** corresponda a um máximo de três salários mínimos.”
(NR)

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1999 –
Osmar Dias, Presidente – Eduardo Siqueira Campos, Relator ad hoc – Marluce Pinto – Geraldo Cândido – Luzia Toledo – Emília Fernandes – Juvêncio

**da Fonseca – Maguito Vilela – Marina Silva – Leo-
mar Quintanilha – Pedro Simon – Mozarildo Caval-
canti – Maria do Carmo Alves – Heloísa Helena –
Luiz Estevão (abstenção) – Álvaro Dias – Djalma
Bessa – Tião Viana – José Roberto Arruda.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**(*) DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999
DO-86, de 7-5-99 pág. 50**

**Aprova o Regulamento da Previdên-
cia Social, e dá outras providências.**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.827
DE 27 DE MAIO DE 1999
DO-101, de 28-5-99 pág. 2**

**Dispõe sobre o Fundo de Financia-
mento ao Estudante do ensino superior, e
dá outras providências**

O Presidente da República, no uso da atribuição
que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a se-
guinte medida provisória, com força de lei:

**Art. 16. Fica vedada, a partir da publicação des-
ta medida provisória, a inclusão de novos beneficiá-
rios no Programa de Crédito Educativo de que trata a
Lei nº 8.436, de 1992.**

PARECER Nº 92, DE 2000

**Da Comissão de Constituição, Justi-
ça e Cidadania, sobre o Projeto de Decre-
to Legislativo nº 47, de 1999, de autoria
do Senador José Eduardo Dutra e outros
Senhores Senadores, que dispõe sobre a
convocação de plebiscito acerca da de-
sestatização da Companhia Hidroelétrica
do São Francisco – CHESF.**

Relator do vencido: Senador Romeu Tuma.

Designado relator do projeto, o eminente Sena-
dor Amir Lando emitiu voto favorável à sua aprovação,
considerando, inicialmente, que, além de correta a es-
pécie normativa escolhida, “a Chesf recobre, com a
sua rede de distribuição de energia, oito Estados do
Nordeste brasileiro, onde exerce, ademais, relevantis-

simo papel de indutora de grande parte das ativida-
des econômicas regionais”.

De outra parte, argumentou S. Ex^a, ainda, que
“nada é mais justo e natural que, numa decisão gover-
namental desse porte, serem ouvidas as camadas
populares diretamente afetadas pelo cogitado pro-
cesso de privatização”.

Ocorre, entretanto, que, durante o debate da
matéria nesta Comissão, manifestou-se a maioria dos
parlamentares presentes pela sua rejeição, quando,
acolhendo as nossas ponderações, entendeu que,
com o plebiscito proposto, “...cessaria todo e qual-
quer projeto de privatização em andamento, porque
não poderíamos fazer um plebiscito para esse e de-
ixarmos de fazer para os outros. Isso criaria uma
novidade nos processos de privatização e dificulta-
ria, sobremaneira, a continuidade desse processo.
Além disso, o custo de um plebiscito é praticamente o
mesmo de uma eleição. Haveria grande dificuldade
em realizá-lo”.

Adicionalmente, argumentou também o emi-
nente Senador José Fogaça que “somente faremos
funcionar o instituto do plebiscito, erigido pela Cons-
tituição de 1988, no dia em que for adotado o voto
facultativo”, o que é objeto de proposta de S. Ex^a, no
bojo de proposta de emenda à Constituição da qual
é Relator.

O parecer desta Comissão, portanto, é pela re-
jeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de
1999.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 1999. –
**José Agripino, Presidente – Romeu Tuma, (Rela-
tor do vencido) – Luzia Toledo – Francelino Perei-
ra, Iris Rezende – José Fogaça – Bello Parga –
Juvêncio da Fonseca – Agnelo Alves – Edison
Lobão – Carlos Wilson (vencido) – José Eduardo
Dutra (vencido) – Lúcio Alcântara (vencido) – Pedro
Simon (vencido).**

Obs: Voto vencido, em separado, do Senador
Amir Lando.

**VOTO VENCIDO EM SEPARADO DO
SENADOR AMIR LANDO**

**NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
JUSTIÇA E CIDADANIA**

I – Relatório

Subscrito pelo ilustre Senador José Eduardo
Dutra e vários outros igualmente ilustres senadores,
chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legis-

lativo nº 47, do corrente ano, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da privatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

Com esse objetivo, inicia o projeto estabelecendo, em seu art. 1º, que “é convocado plebiscito, a ser realizado nos territórios dos Estados Federais abrangidos pelas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica concedidas, permitidas ou autorizadas à Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, acerca da desestatização dessa empresa”.

Nos termos do parágrafo único do mesmo artigo, somente poderão participar da cogitada consulta popular “os eleitores inscritos até cem dias antes do plebiscito”.

No art. 2º, prescreve que, para efeito da iniciativa em pauta, consideram-se desestatização “as modalidades de outorga à iniciativa privada da atividade econômica explorada pelo Estado previstas no § 1º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997”.

No art. 3º, prevê que o Presidente do Congresso Nacional dará ciência do projetado ato convocatório “ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, para que sejam adotadas as providências a que alude o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998”.

E encerrando, determina, no art. 4º, que, “até que o resultado das urnas seja devidamente homologado e proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral, ficam suspensas todas as medidas administrativas com vistas à privatização da Chesf, notadamente a que se refere o art. 5º, inciso V, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998”.

Justificando a medida, consignam os seus ilustres subscritores, inicialmente, que, “como se sabe”, a Assembléia Nacional Constituinte, ao promulgar o Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, fez com que o ordenamento jurídico pátrio passasse a ser alicerçado em modelo de regime democrático semi-direto, ou híbrido, combinando mecanismos de representação política com formas de manifestação direta da vontade popular. A regra fundamental foi fixada no parágrafo único do art. 1º da Lei Maior: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Em seguida, após referir-se à integração legislativa operada pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, enfatizam que “o art. 2º do referido diploma

legal, ao definir plebiscito, diz que trata-se de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, esclarecendo, em seguida, que tal oitiva popular deve ser convocada com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, “cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”.

Adiante, destacam que “a Chesf, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945 como sociedade de economia mista ligada ao Ministério da Agricultura, atua há aproximadamente 50 anos no setor elétrico em uma área de depressão econômica, que é o Nordeste brasileiro. Gera, transmite e comercializa energia nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sua área de concessão é de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, o equivalente a 14,3% do território brasileiro, beneficiando mais de 40 milhões de habitantes”.

Prosseguindo, lembram ainda que “a Chesf exerce o papel de verdadeira gestora de vasta gama de atividades econômicas na bacia hidrográfica do São Francisco, na medida em que as barragens que compõem suas usinas proporcionam múltiplos usos do rio, oferecendo diversas oportunidades de ocupação para as populações ribeirinhas. Seu potencial como indutora da economia regional, a par do fornecimento de energia elétrica, é inequivocamente relevante para os nordestinos”.

E concluem, argumentando que “nada mais oportuno, portanto, que as próprias populações interessadas, como sói acontecer no regime democrático, decidam sobre a procedência de ser, ou não, a Chesf revertida à iniciativa privada, especialmente nesse momento em que já podem ser sentidos pelos consumidores os efeitos perversos de privatizações precipitadas no setor elétrico e de telecomunicações”.

É o relatório.

II – Voto

Consoante estabelece o art. 14 da Constituição Federal, “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular”.

Por sua vez, ao operar a integração legislativa do comando constitucional acima transcrito, prescreve a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, em seu art. 2º, que "plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa", explicitando, ainda, que "o plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo...".

Ainda nos termos da mesma Lei (art. 3º), "nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do artigo 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional...".

Correta, como se vê, a espécie normativa escolhida, que, ademais, encontra-se subscrita por vinte e sete Senadores, o que afasta quaisquer óbices à sua admissibilidade.

No mérito, nada temos a objetar à iniciativa, haja vista que, como referido na justificação, a Chesf recobre, com a sua rede de distribuição de energia, oito Estados do Nordeste brasileiro, onde exerce, ademais, relevantíssimo papel de indutora de grande parte das atividades econômicas regionais.

Por outro lado, nada é mais justo e natural que, numa decisão governamental desse porte, serem ouvidas as camadas populares diretamente afetadas pelo cogitado processo de privatização. Afinal, segundo a própria dicção do parágrafo único do art. 1º da Lei Fundamental, "todo o poder emana do povo". E diríamos mais: e somente em seu interesse deve ser exercido!

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 1999. – **José Agripino**, Presidente – **Amir Lando**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, recurso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

RECURSO Nº 2, DE 2000

Nos termos do disposto no art. 254 do Regimento interno, solicito a apreciação, pelo Plenário desta Casa, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47/99, que "dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF".

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2000 – **José Eduardo Dutra** – **Antonio Carlos Valadares** – **Ademir Andrade** – **Sebastião Rocha** – **Geraldo Cândido** – **Tião Viana** – **Nabor Júnior** – **Emília Fernandes** – **Heloísa Helena** – **Roberto Saturnino**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para apresentação de emendas, nos termos do art. 235, II, e, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

OF. GLPFL Nº 33/00

Brasília, 14 de fevereiro de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais solicito, a pedido do interessado, o desligamento do Senador Eduardo Siqueira Campos da função de membro suplente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Atenciosamente, – Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao plenário que recebeu o Ofício nº 23, de 2000, do Procurador-Geral da República, e o Aviso nº 34, de 2000, do Presidente do Tribunal de Contas da União acusando o recebimento do Relatório Final da CPI dos Bancos e informando as providências tomadas.

São os seguintes os expedientes recebidos:

OFÍCIO PGR/GAB. Nº 23

SF.SF/Nº 50/2000

Brasília, 6 de janeiro de 2000

Brasília, 28 de janeiro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Cumprimentando Vossa Excelência, acuso recebimento do Ofício SF nº 52/2000, de 6 de janeiro de 2000, acompanhado do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, através do Requerimento nº 127, de 29 de março de 1999, destinada a apurar fatos envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional, chamada "CPI dos Bancos", publicado no **Diário do Senado Federal** de 15 de dezembro de 1999.

Informo a V. Exª que, como providências iniciais, enviei cópias do Relatório aos Procuradores da República no Estado do Rio de Janeiro, Drs. Artur de Brito Gueiros Souza, Bruno Caiado de Acioli e Raquel Branquinho P.M. Nascimento, a fim de instruir os autos dos Processos nºs 99.046981-0 e 99.048111-9, que tramitam perante a 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Enviei, ainda, cópias do Relatório ao Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, Dr. Luiz Augusto Santos Lima, a fim de que se promova, se for o caso, a responsabilização civil e criminal da Diretoria do Banco do Brasil na concessão de empréstimo à construtora Encol.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

AVISO Nº 34 – GP /TCU

Brasília, 28 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do SF.SF nº 50/2000, de 6 de janeiro corrente, dessa procedência, e comunico a Vossa Excelência que o referido expediente foi encaminhado à Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Iram Saraiva**, Presidente.

A Sua Excelência

Ministro Iram Saraiva

Presidente do Tribunal de Contas da União

Senhor Presidente,

Em atendimento ao deliberado pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Senado Federal pelo Requerimento nº 127, de 29 de março de 1999, destinada a apurar fatos envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional, encaminho a V. Exª o relatório final por ela apresentado como conclusão de seu trabalho, e que foi publicado no **Diário do Senado Federal**, Suplemento ao nº 201, de 15 de dezembro de 1999, onde constam algumas recomendações ao Tribunal de Contas da União. (fls. 00235, 00302 e 00494).

Os trabalhos da CPI se desenvolveram em decorrência da investigação dos seguintes fatos :

I – ajuda aos Bancos Marka e FonteCidam (págs. 00079 a 00235);

II – utilização do FIEIX para retirada do País, de forma irregular e fraudulenta, de cerca de 400 milhões de dólares (págs. 00249 a 00262);

III – fragilidade do Sistema Financeiro Nacional após a maciça injeção de recursos através do Proer (págs. 00265 a 00303); e

IV – responsabilidade da Diretoria do Banco do Brasil na concessão de empréstimo à construtora Encol (págs. 00379 a 00495).

Cordialmente, – **Senador Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os expedientes lidos serão anexados ao Requerimento nº 127, de 1999 (CPI dos Bancos).

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu ofícios do Corregedor-Geral da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; do Procurador-Geral da República; do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas; de Ministro do Tribunal de Contas da União e do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho acusando recebimento do Relatório Final

da CPI do Judiciário e informando as providências tomadas.

São os seguintes os ofícios recebidos:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS Corregedoria

OFÍCIO GC/Nº 49

Brasília-DF, 7 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício SF/035/2000, datado de 5 de janeiro último, através do qual Vossa Excelência, em atendimento à decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada no Senado Federal pelo Requerimento nº 118, de 25 de março de 1999, encaminha o Relatório Final, com as recomendações propostas.

Em assim sendo, trascrevo na íntegra o despacho por mim proferido, para as providências necessárias:

"Tendo em vista o que consta da página 01011, do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no âmbito do Senado Federal, e considerando que escapa à competência desta Corregedoria a iniciativa para a adoção de quaisquer providências, determino o encaminhamento dos autos, com os Volumes I/II e II/II, à consideração do eminente Presidente desta Egrégia Corte.

Oficie-se outrossim, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente daquela Casa do Congresso Nacional."

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência os protestos da mais elevada estima e distinta consideração. – Desembargador **Lécio Resende da Silva**, Corregedor-Geral da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS Gabinete da Presidência

OFÍCIO GPR/Nº 138/2000

Brasília/DF, 12 de janeiro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Agradeço ao ilustre Presidente o encaminhamento dos exemplares I/II e II/II do Relatório Final nº 3/99, sobre as conclusões referentes à CPI sobre fa-

tos relacionados com integrantes de Tribunais Superiores, Tribunais Regionais e Tribunais de Justiça do País.

Cumprе observar, no que tange a este Tribunal, que tão logo tomei conhecimento, pela imprensa, das considerações feitas pela CPI, solicitei ao Presidente da mesma, inteiro teor das conclusões (cópia anexa), no que fui atendido.

Conseqüentemente, determinei nos termos de minha competência, imediatas providências para apurar o envolvimento do servidor Alexandre Mendonça dos Santos no fato que lhe é apontado (Portaria GPR nº 653, de 3 de dezembro de 1999).

Aproveito o ensejo, para manifestar a Vossa Excelência expressões de respeito e consideração.

Atenciosamente, – Desembargador **Hermenegildo Fernandes Gonçalves**, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS Gabinete da Presidência

OFÍCIO GPR/Nº 10.971/99

Brasília/DF, 17 de novembro de 1999

Excelentíssimo Senhor
Senador Ramez Tebet
DD. Presidente da CPI do Judiciário
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Senador,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar-lhe o encaminhamento a este Tribunal de todo o material referente às acusações, considerações e conclusões relacionadas com o Exmº Sr. Desembargador Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên e seu assessor Alexandre Mendonça dos Santos, para que o TJDF possa tomar conhecimento oficial da matéria e as providências adequadas, nos termos da lei.

Antecipadamente, agradeço-lhe pelo atendimento do pleito e subscrevo-me com respeito e consideração

Atenciosamente, – Desembargador **Hermenegildo Fernandes Gonçalves**, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GPR/nº 653, de 3 de dezembro de 1999

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA nº 15.014/99, **RESOLVE**:

I - Revogar a Portaria GPR/nº 623, de 01 de dezembro de 1999;

II - Designar o Bacharel em Direito GIOVANNI FIALHO NETTO, Técnico Judiciário, código TJDF-AJ-022, a Bacharela em Direito TATIANA GIRALDEZ ESQUIVEL, Analista Judiciário, código JDF-AJ-025 e MARTA CELENE AGUIAR OLIVEIRA, Técnico Judiciário, código TJDF-AJ-022, membros efetivos da Comissão Permanente de Processo Disciplinar instituída pela Portaria GPR nº 434, de 8.6.98, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem as informações contidas no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, do Senado Federal, que apurou denúncias a respeito de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça, passíveis das penalidades catalogadas nos artigos 117, Incisos IX e XII; 132, inciso IV, c/c o art. 9º, inciso I, da Lei nº 8.429/92 contra o servidor **ALEXANDRE MENDONÇA DOS SANTOS**, matrícula nº 307.271, Analista Judiciário, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para que têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta.

Desembargador HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES - Presidente

SENADO FEDERAL

Secretaria Geral da Mesa

ROS 118, 99
Fls. 3656

AUTENTICAÇÃO

Desembargador HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES
Presidente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria GPR/nº 653, de 03 de dezembro de 1999, publicada no Diário da Justiça, do dia 14 de dezembro de 1999, Seção 3, pág. 1, onde se lê: "... e tendo em vista o contido no PA nº 15.014/99", ~~leia-se:~~ "... e tendo em vista o contido no PA nº 15.024/99"; onde se lê: "... passíveis das penalidades catalogadas nos artigos 117, incisos IX e XII; 132, inciso IV, c/c artigo 9º, inciso 1, da Lei nº 8.429/92...", ~~leia-se:~~ "... passíveis das penalidades catalogadas nos artigos 117, incisos IX e XII; 132, inciso IV, da Lei nº 8.112/90, c/c artigo 9º, inciso 1, da Lei nº 8.429/92..."

Desembargador HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES - Presidente

SENADO FEDERAL

Secretaria Geral de Mesa

RD5 N.º 118.99

Fia. 3657

AUTENTICAÇÃO

Desembargador HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES
Presidente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Conselho Federal
Brasília-DF

OFÍCIO Nº 28/00 – GPR

Brasília, 21 de janeiro de 2000

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Ofício SF/Nº 30/2000, de 5-1-2000, por meio do qual Vossa Excelência encaminha a esta Entidade o Relatório Final apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, criada, no Senado Federal, pelo Requerimento nº 118, de 25 de março de 1999, destinada a apurar denúncias a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça.

No que concerne às recomendações ao Conselho Federal da OAB, consignadas às fls. 01738 e 01739, devo registrar que a Câmara dos Deputados aprovou, em 1º Turno, a “Reforma do Judiciário”, inclusive a chamada “quarentena”, quando acolheu o que previa o art. 95, § 5E, inciso VI, da redação da nobre Deputada Federal Zulaiê Cobra, vedando aos juízes “exercer a advocacia no âmbito da respectiva jurisdição, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração”.

Tal medida foi reivindicada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, esperando-se, agora que venha a prevalecer essa decisão, que se opõe, frontalmente, ao pensamento de forças retrógradas, a respeito.

Com os melhores cumprimentos, colho o ensejo para, cumprimentando-o, reiterar a Vossa Excelência as expressões da mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Reginaldo Oscar de Castro**, Presidente.

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 22

Brasília, 28 de janeiro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Cumprimentando V. Exª, acuso o recebimento do Ofício SF NE 1.391/99, de 16 de dezembro de 1999, acompanhado do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada, no Senado Federal, por meio do Requerimento nº 118, de 25 de março de 1999, destinada a apurar denúncias a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça, chamada “CPI do Judiciário”,

publicado no **Diário do Senado Federal** de 10 de dezembro de 1999.

Informo a V. Exª que, como providências iniciais, enviei cópias do Relatório às Procuradoras da República no Estado de São Paulo, Drªs Maria Luisa Lima Carvalho Duarte e Isabel Cristina Groba Vieira, a fim de instruir os autos dos inquéritos Cíveis Públicos nºs 3/99 e 4/99. Enviei, ainda, cópias do Relatório à Subprocuradora-Geral da República, Drª Yedda de Lourdes Pereira, a fim de apurar a responsabilidade criminal dos envolvidos no caso do TRT de São Paulo, em inquéritos em tramitação no Superior Tribunal de Justiça.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO AMAPÁ
Procuradoria-Geral de Justiça

OFÍCIO Nº 125/2000/PGJ-GAJ

Manaus, 31 de janeiro de 2000

Eminente Senador,

Cumprimento V. Exª e, ao tempo em que acusa o recebimento do OF. SF/013/2000, da lavra de V. Exª, que encaminhou a esta Procuradoria de Justiça o Relatório Final nº 3, de 1999, fazendo notar, com a devida vênia, que a providência apontada como cabível a este Órgão do Ministério Público do Amapá (fls. 00573) depende, à luz do art. 26 da Lei Complementar nº 35 de 1979 –, da ocorrência de uma das hipóteses ali apontadas, o que não se verificou até o momento.

Outrossim, informo-lhe que concluídas as investigações pendentes, apontadas às fls. 00574, relativas à análise da quebra de sigilo bancário e telefônico, destinada a comprovação de ato de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito previstos na Lei nº 8.429/92, adotará este Órgão as providências pertinentes no âmbito de suas constitucionais atribuições.

Louvando-se o árduo trabalho desenvolvido em busca da moralidade no Judiciário pátrio, apresento-lhe cordiais saudações e protestos de distinguida consideração. – **Mauro Luiz Campbell Marques** Procurador Geral de Justiça.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro Marcos Vinícios Vilaça

Brasília-DF, 4 de fevereiro de 2000

Senhor Presidente,

Em atenção ao seu Ofício nº SF/37/2000, enviado ao Presidente deste Tribunal, no qual V. Exª enca-

minha solicitação da "CPI do Judiciário" para que o TCU analise conclusivamente o processo TRT-PA-1.073/95, relativo ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro – antes de julgar as contas daquele órgão relativas aos exercícios de 1993/1994, informo que já determinei à Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Rio de Janeiro o sobrestamento daqueles processos de tomada de contas.

A referida solicitação da CPI constituiu novo processo sob o nº TC 000.542/2000-8 e está sendo examinada por aquela unidade técnica.

Tão logo sejam recebidas e analisadas essas informações, o assunto será apreciado pelo Tribunal, o qual dará conhecimento a V. Exª da deliberação que vier a ser adotada.

Atenciosamente, – **Marcos Vinícios Vilaça.**

OFICIO GP Nº 15/2000

Brasília, 8 de fevereiro de 2000

Senhor Presidente,

O Tribunal superior do Trabalho, por intermédio do seu Corregedor-Geral, recebeu de V. Exª um exemplar do Relatório Final nº 3, de 1999, encaminhado pelo OF.SF/36/2000, de 5-1-2000, relativo a apurações de denúncias de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais superiores, de Tribunais Regionais do Trabalho e de Tribunais de Justiça, com destaque para a investigação dos fatos ocorridos no Tribunal regional do trabalho da 1ª Região, relacionadas com o Juiz José Maria de Mello Porto.

Informo a V. Exª que a competência para o processar a julgar o denunciado, se for o caso, e do TRT da 1ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, de conformidade com o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 35, de 14-3-79, que prescreve: "o procedimento para decretação da perda do cargo terá início por determinação do terminal ou do seu Órgão especial, a que pertença ou esteja subordinado o magistrado..."

Dessa forma, em observância ao devido processo legal, remeti a documentação, referente às conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a conduta do Juiz José Maria de Mello Porto, ao Presidente daquela Corte, e dele solicitei empenho no encaminhamento da matéria.

Ao ensejo, apresento a V. Exª protestos de elevado apreço e consideração.

Esclareço a V. Exª, entretanto, que o Tribunal Superior do Trabalho, na condição de órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, acompanhará todo o desdobramento da questão, zelando pela rapidez quanto à

elucidação das denúncias e pela punição do culpado ou culpados, se houver. – **Wagner Pimenta**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os expedientes lidos serão anexados ao Requerimento nº 118, de 1999 – (CPI do Judiciário).

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que as seguintes Propostas de Emenda à Constituição, lidas durante a convocação extraordinária, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

– Nº 1, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências;

– Nº 2, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Alencar, que insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares;

– Nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal;

– Nº 5, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas;

– Nº 6, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o artigo 57 da Constituição Federal;

– Nº 7, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Gilvam Borges, que dá nova redação ao art. 24, XV e inclui § 3º, no art. 230, da Constituição Federal;

– Nº 8, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Artur da Tavola, que acrescenta parágrafos ao art. 228 da Constituição Federal, a fim de estabelecer critérios para julgamento de ato infracional doloso contra a vida; e

– Nº 9, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Artur Tavola, que altera a alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nºs 1, 3, 6, 7, 15, 17, 22 a 28, 30, 32 e 34, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderão receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nºs 4, 13, 16, 20, 25, 31 e 37, de 2000, li-

dos durante o período de convocação extraordinária, vão à Comissão de Assuntos Econômicos, onde poderão receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nºs 5, 8, 10 a 12, 18 e 33, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária, vão à Comissão de Assuntos Sociais, onde poderão receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nºs 29 e 35, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária, vão à Comissão de Educação, onde poderão receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nºs 2, 19 e 21, de 2000, lidos durante o período de convocação extraordinária, vão à Comissão de Assuntos Econômicos, onde poderão receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2000, lido durante o período de convocação extraordinária, vai à Comissão de Educação, onde poderá receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis; posteriormente, a matéria será enviada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto, a partir de hoje, o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa, nos termos do art. 235, do Regimento Interno, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria;

– Projeto de Lei do Senado nº 671, de 1999 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário, que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei 4.591/64 (Lei de condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências);

– Projeto de Lei do Senado nº 677, de 1999, apresentado como conclusão do Parecer nº 1.143/99, da Comissão de Assuntos Sociais, que institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico;

– Projeto de Lei do Senado nº 678, de 1999 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que estabelece obrigatoriedade de instituição para remessa de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 679, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.479 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil);

– Projeto de Lei do Senado nº 680, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas, de responsabilidade limitada;

– Projeto de Lei do Senado nº 681, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que estabelece a opção de seguro em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 682, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera o art. 60 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe as Sociedades por Ações";

– Projeto de Lei do Senado nº 683, de 1999 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que regula a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 684, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera o art. 12 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que "dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências;

– Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1995 (nº 3.129/92, na Casa de origem), que disciplina os anúncios de oferta de emprego; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1999 (nº 4.418/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presi-

dente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência declara prejudicadas as Mensagens nºs 88 a 92, e 94 de 1999, em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 24, de 1999, que altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho.

As mensagens vão ao Arquivo.

Serão feitas as devidas comunicações ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os seguintes Projetos de Decreto Legislativo, lidos durante a convocação extraordinária, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

– Nº 34, de 2000, de autoria do Senador Roberto Requião, que susta ato do Ministro de Estado da Fazenda que autorizou o refinanciamento dos títulos públicos de responsabilidade do Tesouro do Estado de Pernambuco emitidos para o pagamento de precatórios judiciais; e

– Nº 39, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que susta a aplicação do disposto no art. 1º do Decreto de 23 de dezembro de 1999, de autoria do Poder Executivo, publicado no D.O.U de 24 de dezembro de 1999 (seção I, nº 246, página 8).

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2000-Complementar, lido durante a convocação extraordinária, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2000-Complementar, lido durante a convocação extraordinária, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto, a partir de hoje, o prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, dos seguintes Projetos de Resolução, lidos durante a convocação extraordinária:

– Nº 6, de 2000, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que regulamenta a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, dá outras providências, e altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal; e

– Nº 7, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera a redação do art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que Projeto de Resolução nº 8, de 2000, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que autoriza os Municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, lido durante a convocação extraordinária, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Esgotou-se, no dia 15 de dezembro último, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 a 31, e 33, de 2000 (nºs 85, 89, 90, 96, 101, 105, 133, 144, 175, 190, 208, 209, 211, 247, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 265, 270, 272, 274, 286, 287, 288, 291, 294 e 282/99, na Câmara dos Deputados), lidos durante o período de convocação extraordinária, vão para a Comissão de Educação, onde poderão receber emendas, a partir de hoje, pelo prazo de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência recebeu o Ofício nº 73, de 2000, de 8 do corrente, do Secretário de Estado da Fazenda de Roraima, encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 75, de 1998, do Senado Federal, Balances Patrimoniais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1999, da BANER – Administradora de Ativos S/A, em liquidação.

O expediente, anexado ao processado da Resolução nº 75, de 1998, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

OFÍCIOS

OFÍCIO/CAE/78/99

Brasília, 30 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 359, de 1999, que "altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 122/99 – PRES./CAS

Brasília, 2 de dezembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 30 de novembro de 1999, aprovou, na íntegra, o Projeto de Lei do Senado nº 572, de 1999, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que "Dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para crianças nos casos que especifica".

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

OFÍCIO Nº 123/99 – PRES./CAS

Brasília, 1º de dezembro de 1999.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 30 de novembro de 1999, aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 553, de 1999, de autoria do Senador Moreira Mendes, que "Altera o artigo 1º da Lei nº 9.092, de 1995, e dá outras providências (Dispõe sobre a destinação de renda da loteria esportiva federal a entidades de assistência à pessoa portadora de deficiência), com as emendas nºs 1 a 4 CAS.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

OFÍCIO Nº 128/1999-PRES./CAS

Brasília, 15 de dezembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 14 de dezembro de 1999, aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1999, que "Altera o artigo 4º, da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998", de autoria do Senador Luiz Estevão, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

OFÍCIO Nº 129/99 – PRES./CAS

Brasília, 15 de dezembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 14 de dezembro de 1999, aprovou, na íntegra, o Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999, que "Permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências", de autoria do Senador Carlos Patrocínio.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

OFÍCIO Nº 130/1999 – PRES./CAS

Brasília, 15 de dezembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 14 de dezembro de 1999, aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 1999, que "Exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação", de autoria da Senadora Marina Silva, com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a Mesa ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 80/99 – CCJ

Brasília, 17 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela

aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que "Altera o art. 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, para permitir, no restabelecimento da sociedade conjugal, a escolha de novo regime de bens".

Cordialmente, – Senador **José Agripino Maia**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OFÍCIO Nº 87/99 – CCJ.

Brasília, 1º de dezembro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que "Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992".

Cordialmente, – Senador **José Agripino Maia**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa ofícios do Presidente da Comissão de Educação que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº CE/95/99

Em 30 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Luzia Toledo e Gerson Camata que, "Denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo-Uned. de Colatina".

Atenciosamente, – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

OFÍCIO Nº CE/96/99

Em 30 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Se-

nado nº 512, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Luiz Estevão que, "Denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica, da rodovia BR-020, e dá outras providências".

Atenciosamente, – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

OFÍCIO Nº CE/97/99

Em 30 de novembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Gerson Camata que, "Denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como Mário Gurgel".

Atenciosamente, – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

OFÍCIO NE CE/100/99

Em 7 de dezembro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Gerson Camata que, "Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências".

Atenciosamente, – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, a fim de que sejam apreciados pelo Plenário os Projetos de Lei do Senado nºs 218, 232, 339, 340, 347, 359, 512, 536, 553, 572, 586 e 155, de 1999, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por permuta com o Senador Lúcio Alcântara, pelo tempo de vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, eminente Senador Nabor Júnior, eminente Secretário dos trabalhos, Senador Ramez Tebet, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não há como desconsiderar o fato de que os servidores públicos têm sido duramente penalizados pelos programas de estabilização econômica e de ajuste fiscal implementados em nosso País. Há algum tempo, assistíamos mesmo a uma condenável tentativa de transformá-los em bodes expiatórios, imputando-lhes boa parte dos males da Nação. Talvez essa atitude, na qual se destacaram alguns de nossos governantes e órgãos de imprensa, já tenha passado, ao menos em suas formas mais veementes.

Mas os servidores continuam enfrentando adversidades, em grau crescente, no seu dia-a-dia. Vimos, nos últimos anos, o servidor público perder muitos de seus direitos, ao mesmo tempo em que seus salários têm passado por um longo congelamento, como talvez jamais tenha havido no Brasil. É certo que, nesses mais de cinco anos de Plano Real, a inflação foi domada e até domesticada, mas evidentemente não deixou de existir. As perdas decorrentes da inflação, acumuladas ao longo desse período, chegam a 63,68%, de acordo com o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sociais – Dieese.

Em meio a esse estado geral de compressão salarial e de dificuldades, alguns servidores vêem seus problemas agravados, em decorrência desta ou daquela questão específica. É o caso dos servidores da Justiça do Trabalho da 11ª Região, que engloba o Amazonas – meu Estado – e Roraima, sobre cuja situação recebi pormenorizado relato, em ofício enviado pelo Presidente do respectivo sindicato.

O histórico da luta do Estado brasileiro contra o desequilíbrio fiscal e contra a inflação, como já nos referimos, tem sido marcado por perdas impingidas aos funcionários públicos e aos trabalhadores em geral. Uma dessas ocasiões foi a edição do Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, que instituiu um conjunto de medidas, desde então conhecido como Plano Bresser.

Não tendo obtido sucesso no efeito visado de controle da inflação, o Plano Bresser, ainda assim, deixou efeitos duradouros pelas perdas salariais que impôs aos trabalhadores. Estava em vigência, até a edição do Decreto-Lei acima citado, a "escala móvel de salários" instituída pelo Decreto-Lei nº 2.284, pela qual os salários eram reajustados sempre que a inflação acumulada atingisse o patamar de 20%. Ao mudar a sistemática de reajustes da política salarial, ao mesmo tempo em que estabelecia novo congelamento de preços, o Plano Bresser desconsiderou a infla-

ção da primeira quinzena de junho de 1987, a qual, medida pelo órgão legalmente encarregado de fazê-la, o IBGE, foi de 26,06%, uma das mais altas a que o País já assistiu em igual período.

Muitos juízes, ao longo do País, reconheceram aos trabalhadores, tanto da iniciativa privada como do serviço público, o direito ao reajuste que teria sido sonhado pelo Plano Bresser, implicando perda de poder aquisitivo dos salários. Também o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho da 11ª Região – Sitraam, ingressou com uma ação de demanda trabalhista, pleiteando o pagamento das perdas salariais decorrentes do referido Plano Bresser. Resultando em sentenças favoráveis aos servidores tanto em primeira como em segunda instância – aspecto para o qual quero chamar a atenção do Senado. Vou repetir: resultando em sentenças favoráveis aos servidores tanto em primeira como em segunda instância, o processo foi levado ainda ao Tribunal Superior de Trabalho – TST, que denegou seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Procuradoria da República. Tendo a causa transitado em julgado em novembro de 1993, a União veio, finalmente, a efetuar o pagamento das quantias reivindicadas pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região em dezembro de 1994.

A partir do ano de 1994, no entanto, – e aqui chamo a atenção dos eminentes Senadores – ocorreria uma radical mudança da jurisprudência relativa às perdas salariais causadas pelo Plano Bresser, com o julgamento de recursos extraordinários pelo Supremo Tribunal Federal – o nosso STF. Consideraram os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sua maioria, que a mudança da sistemática de reajuste salarial imposta pelo Plano Bresser não atingia direito adquirido pelos funcionários públicos ou trabalhadores das empresas, mas tão-somente uma expectativa de direito. Ademais, no que se refere aos funcionários públicos, só se poderia invocar o princípio de irredutibilidade dos salários a partir da promulgação da Carta de 1988 – posteriormente, portanto, à edição do referido Plano Econômico.

Não nos cabe, nessa matéria, questionar a decisão da Suprema Corte do País. É digno de nota, no entanto, que, somente após alguns anos, nosso sistema judiciário, por meio de sua mais alta Corte, tenha firmado entendimento sobre o assunto em sentido oposto ao da imensa maioria dos julgamentos anteriores, inclusive os do próprio Tribunal Superior do Trabalho. É de se lamentar, ainda, que a legislação então vigente, como proclama o STF, não protegesse o servidor público da redução no poder aquisitivo de seus

salários. É profundamente lamentável, por fim, que, mesmo tendo sido consagrado o direito do servidor público à irredutibilidade dos salários pela Constituição de 1988, seu poder aquisitivo venha sendo corroído, lenta mas sistematicamente, mês a mês e ano a ano.

No que se refere aos servidores do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a Procuradoria da República, tendo em vista a referida mudança na jurisprudência, promoveu ação rescisória relativa à decisão já transitada em julgado que os favorecia. Interpôs, além do mais, ação cautelar para suspender a execução da decisão, a que deu provimento o Tribunal Superior do Trabalho. Como os servidores já haviam recebido os valores, objeto da decisão anterior – observem Srs. Senadores –, ficou, a partir daí, determinada a devolução dos mesmos – dos valores que já haviam sido recebidos –, corrigidos pela UFIR, sendo descontados mensalmente na folha de pagamentos de cada servidor, na razão de 5% dos seus vencimentos.

É justo e razoável o sentimento de inconformismo por parte dos servidores do TRT da 11ª Região, não somente por terem que devolver valores obtidos após longa luta judicial, como também por o fazerem em momento de acentuado arrocho salarial para toda a categoria dos servidores públicos.

Repetimos que não nos cabe, deste plenário, contestar as decisões tomadas pelo Poder Judiciário – embora nos resguardemos o direito de examiná-las com espírito crítico, como qualquer cidadão pode fazê-lo. No passo em que se encontram os acontecimentos, queremos expressar, antes de tudo, nossa indignação pela situação econômica dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – e já aqui acentuei que cabe exatamente na competência do meu Estado e, além disso, expressar a minha indignação pelo que os servidores públicos passam em geral. Clamamos, assim, às autoridades de nosso País, especialmente ao Chefe do Poder Executivo Federal e seus auxiliares, que revejam as duras determinações traçadas para a política salarial dos servidores públicos. Sobretudo, Sr. Presidente, porque, depois que se obtém ganho de causa na Justiça, que se passa a usufruir daquilo que foi resultado de uma sentença transitada em julgado, e, logo a seguir, se lhe impõe uma reforma que não estava sendo obedecida para que vejam descontado é, sem dúvida nenhuma, um ato de pura deslealdade para com o servidor público.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pois não, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Bernardo Cabral, sou testemunha da luta que V. Exª sempre travou nesta Casa, em defesa dos trabalhadores brasileiros, dos servidores públicos e, sobretudo, em defesa dos direitos adquiridos. V. Exª hoje ocupa a tribuna para pleitear justiça aos funcionários da 11ª Região da Justiça do Trabalho, que compreende, entre outros Estados, o Estado de V. Exª. E V. Exª vai mais além, quando chama a atenção da Casa e das autoridades para a necessidade urgente de se dar ao servidor público brasileiro mais justiça, porque já são cinco anos de congelamento, Senador Bernardo Cabral. Essa alegação de que o Plano Real acabou com a inflação é como disse V. Exª, no limiar do seu discurso, refere-se praticamente à cesta básica. Ora, servidor público, trabalhador brasileiro, nesse mundo globalizado, não vive só disso. E não podemos segurar a estabilidade econômica às custas do trabalhador brasileiro, do servidor público, da agricultura, que também está sofrendo muito neste País. Então, com esse modesto aparte, quero me solidarizar com V. Exª. Agora, que está se estudando uma alteração no salário mínimo no Brasil, que essa alteração seja mais consentânea com a realidade e que se examinem também, nessa hora, os problemas do servidor público – tanto esses quanto os outros estão sendo profundamente injustiçados. V. Exª faz muito bem em comparecer a esta tribuna, porque este é o feito de V. Exª, sempre defendendo as causas que lhe provocam indignação, sempre lutando por maior justiça social neste País. Cumprimento V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Ramez Tebet, V. Exª me conhece há mais de 20 anos, quando era V. Exª o timoneiro da Ordem dos Advogados do Mato Grosso, e depois Governador do seu Estado, Mato Grosso do Sul, em nenhum instante da minha vida procurei fazer, onde quer que me encontrasse, demagogia ou sentido duplo com as palavras.

Para uns, pode parecer uma causa simpática a defesa do trabalhador, o patrocínio do servidor. Mas muito mais simpático é se ter a dignidade de defender o direito adquirido de alguém. Não tenho por que agradar qualquer que seja a autoridade deste País, quando vejo que o desagradado é aquele que está, imerecidamente, passando suas necessidades. Diz bem V. Exª, há uma repulsa justa, porque ao longo desses cinco anos não se viu, em momento nenhum, um aceso – como quem indica caminho, mostra solução para o problema.

Além do mais, Sr. Presidente, é preciso que se diga que a estabilização da economia e o equilíbrio das contas públicas dependem de um conjunto de medidas e de diversos fatores conjunturais. Por isso mesmo, não se pode admitir que, só nesse aspecto, só na estabilização da economia, se vise ao pobre do servidor público, sob pena de se cometer uma flagrante injustiça.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Injustiça eu cometeria agora se não ouvisse V. Ex.^a, a quem concedo o aparte.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Bernardo Cabral, sou testemunha viva da vida pública de V. Ex.^a.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Desde o início, o comportamento político de V. Ex.^a tem sido de total fastio pela demagogia. V. Ex.^a aborda os temas com profundidade, buscando sempre as boas causas. Isso já lhe custou, aliás, cassação de mandato. Mas sua formação jurídica, sua gestão na Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil e seu comportamento nesta Casa, como Deputado, como Relator da Constituição e hoje como Senador, tudo isso demonstra que seu discurso é apenas coerente com sua vida pública. V. Ex.^a dedica-se a fazer justiça, sem intenção de agradar A ou B, mas buscando encontrar caminhos para a solução de problemas, correção de erros, mudanças para que o País caminhe efetivamente num clima de equilíbrio, solidariedade e sucesso. A questão dos servidores públicos é grave. Queramos ou não, apesar da estabilidade da moeda, ao longo desses cinco anos, a inflação atingiu um pouco mais de 70% e os salários estão congelados. No fechamento das contas do ano passado, a União teve um superávit 972 milhões superior ao valor acordado com o FMI. O superávit foi de 31 bilhões, quando o compromisso era de 30 bilhões. Ora, não podemos manter o funcionalismo público como o cavalo do inglês, que, quando está se acostumando, morre de fome. Essa é a realidade. É preciso atenção. Parece que o Governo já se sensibilizou, pois está estudando um aumento para o funcionalismo. Todas as classes estão ganhando salários muito baixos, insuficientes para sustentar sua família. Não será o aumento do salário do funcionalismo que vai alterar a posição da moeda no mercado, pois, com a modificação salarial, o poder de compra será maior. É uma forma de ativar a economia. A grande crise americana foi vencida

exatamente pela possibilidade que as pessoas tiveram de obter ganhos na política keynesiana que Roosevelt adotou. Todos tiveram trabalho, sem preocupação com a inflação, sem preocupação com a moeda. O presidente americano concentrou-se exclusivamente no desenvolvimento da economia e na melhoria da qualidade de vida do cidadão. O discurso de V. Ex.^a é oportuno, justo. V. Ex.^a só merece nossos encômios por este pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PMDB – AM) – Senador Gilberto Mestrinho, quem lhe deve agradecer sou eu; em primeiro lugar, pelo registro que fez, ao começo de seu aparte, sobre o desempenho da minha vida, seja profissional, seja pública. Talvez poucos saibam tão bem quanto V. Ex.^a deste registro, que vou deixar nos Anais da Casa.

V. Ex.^a aborda o problema do servidor público, o faz – e aqui, talvez, seja uma bela coincidência o fato de ter sido eu, no primeiro governo de V. Ex.^a, Chefe da Casa Civil. E vejo como outra coincidência, na Tribuna de Honra, o então subchefe da Casa Civil, meu velho e nosso comum amigo Luís Costa.

Ora, quem traz três mandatos de governo, englobando 12 anos de exercício, pode falar do que é o drama do servidor público. Por isso, V. Ex.^a fala na economia, na estabilização, agora com a responsabilidade de quem é Senador. Vejo talvez aí mais uma coincidência porque preside a Comissão de Orçamento. Dizem, entretanto, os entendidos que não existem nem acasos nem coincidências e que acasos e coincidências são pseudônimos que Deus utiliza quando não quer assinar suas próprias obras. Quando Ele não quer fazê-lo, Ele coloca em baixo um pseudônimo: o acaso.

Penso que nós aqui Sr. Presidente, não estamos nem num acaso nem numa coincidência. Devemos deixar bem claro, e com isso concluo meu pronunciamento, que, para que haja a estabilização da economia – e aqui adoto as palavras do Senador Gilberto Mestrinho e a elas acoplo mais este raciocínio – não se pode admitir que ela venha ser promovida por meio de flagrante injustiça como a que registrei. E essa injustiça, Sr. Presidente, está sendo perpetrada contra aqueles que dão o melhor de sua capacidade, de seus esforços, para o bom funcionamento do serviço público e para o bem de nosso País.

Vou concluir, Senador Nabor Júnior. Sei que V. Ex.^a, nesta hora, deplora profundamente não estar no Plenário, para se juntar – como velho servidor público, que conhece também, porque foi Governador do seu Estado – a este meu pronunciamento, e, por igual, o seu colega de Bancada do Acre, o nosso médico Tião

Viana, porque o tempo já se esgotou e V. Exª já foi tolerante demais. Mas, nem por isso, os servidores públicos deixarão de ser gratos a este Senado. Em particular, agradeço a V. Exª a tolerância.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias, por vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, amanhã, em reunião extraordinária, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dará início ao debate da Lei de Responsabilidade Fiscal. Creio ser a iniciativa mais importante do Governo Federal no que diz respeito à luta que se trava no País na busca incessante da estabilização econômica, fato indispensável para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, com crescimento econômico, geração de emprego para todos e justiça social.

Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a dívida pública brasileira tem sido a principal responsável pelos problemas econômicos e sociais. É claro que não é a única, mas a principal responsável. A crise econômica, os dramas sociais, a pobreza, o desemprego, o salário insuficiente, conforme mencionou o Senador Bernardo Cabral, sem dúvida são fatos decorrentes do crescimento avassalador da dívida pública no nosso País, crescimento incontido e irresponsável, decorrente muitas vezes do descumprimento das normas vigentes no País, que alimenta a desonestidade, a incompetência administrativa de gestores da coisa pública, de costas voltadas para as aspirações da sociedade brasileira.

Este projeto do Governo de Responsabilidade Fiscal é, sem dúvida, uma esperança, mas é preciso que seja rigorosamente cumprido, é necessário que seja de forma absoluta respeitado pelo próprio Governo da União, que nem sempre respeita as normas que institui; pelo Senado da República, que tem também descumprido normas e regulamentos que elabora; pelos Governadores; Prefeitos; Ministros e Secretários de Estado.

Esta Lei de Responsabilidade Fiscal está resumida no §1º do seu primeiro artigo, que diz o seguinte:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despe-

sas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

Sr. Presidente, a anarquia tem se estabelecido em muitos Governos. A dívida pública é responsável, sim, porque obriga o Governo brasileiro a praticar as mais altas taxas de juros para a rolagem da dívida pública, que, além de ser enorme, é sempre de curto prazo, provocando um grande impacto econômico, obrigando o Governo a adotar medidas de natureza administrativa, econômico-financeiras para a rolagem que se faz urgente.

Praticamos, portanto, as mais altas taxas de juros do mundo, que inibem o crescimento econômico, esvaziando a poupança interna. A economia não cresce, não há geração de empregos. Não existindo emprego suficiente, há o crescimento da miséria. E debatemos aqui medidas alternativas secundárias para a solução de um problema crucial, sem agredirmos, muitas vezes, a causa fundamental. Esta Lei de Responsabilidade Fiscal agride a causa fundamental, que é, sem dúvida, uma causa fundamental, geradora, repito, dos problemas econômicos e sociais que queremos debelar no nosso País.

Não basta a lei; é preciso insistir. O descumprimento das normas é constante no Brasil. Quero usar como exemplo a análise que faço da resposta do Ministério da Fazenda a um pedido de informações que formulamos, dia 20 de outubro do ano passado, sobre a situação financeira do Estado do Paraná. A resposta veio com atraso e, lamentavelmente, não atendeu a nossas expectativas. Quando formulamos o pedido de informações ao Ministério da Fazenda, estávamos preocupados com o fato de ser o Paraná o Estado que vinha apresentando o maior índice de crescimento de dívidas entre todos os Estados brasileiros. É claro que esse fato provocou espanto. O Paraná sempre foi um Estado organizado e manteve as finanças públicas equilibradas, sempre foi um paradigma, um bom exemplo a ser seguido.

Com o crescimento assustador da dívida pública do Paraná, sem precedentes em nossa história, quisemos saber do Ministério da Fazenda as razões de tal ocorrência. Precisávamos aprofundar a apuração do nível real da dívida por imperativo, inclusive, de nossa formação política. Queremos sempre sustentar nossa argumentação em números oficiais. Aliás, temos feito isso da tribuna desta Casa.

Não obstante o apelo de urgência, somente agora o Ministério da Fazenda encaminhou resposta ao nosso requerimento e o fez de forma displicente, deixando de dar resposta a diversas indagações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me proceder à análise do documento encaminhado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em nome do Ministério da Fazenda.

Indaguei a respeito das dívidas interna e externa do Estado do Paraná em 31 de dezembro, entre 1992 e 1998, incluindo Aviso nº 9/MF, o saldo devedor, os prazos médios e as taxas de juros em dólares equivalentes. A Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou apenas parcialmente os dados, pois omitiu os prazos médios e as taxas de juros, não se dando nem mesmo ao trabalho de uniformizar o valor da dívida de acordo com uma unidade monetária. Mas, independentemente dessas falhas, registra-se um crescimento em dólar da dívida do Paraná, de aproximadamente 68%.

Quanto à posição das dívidas interna e externa do Estado, em 30/09/1999, incluindo o saldo devedor, os prazos médios e as taxas de juros, mais uma vez, registra-se que o Ministério da Fazenda não forneceu os dados da maneira solicitada. Observamos que a dívida fundada total da administração direta situava-se em R\$6.187.444,00. Somando-se à indireta, chegamos a R\$7.944.087,00, conforme boletim do Banco Central do mês de outubro do ano passado.

No que tange à relação da dívida com o Produto Interno Bruto do Estado do Paraná, além de os dados encontrarem-se incompletos, apresentam restrições do ponto de vista metodológico.

No que diz respeito ao montante dos precatórios não pagos pelo Estado do Paraná, até 31 de julho de 1999, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma não dispor de dados relativos ao fluxo de caixa do Tesouro estadual. A mesma resposta é fornecida quando se questiona a dívida do Estado com fornecedores.

A informação do Ministério da Fazenda mais interessante é a que demonstra a evolução explosiva dos restos a pagar, a partir de 1996, tendo atingido a magnitude de R\$2.553.407.619,00, em 1998, quando em 1995, restringiam-se a R\$6.583.329,00, ou seja, um crescimento de mais de 38.000%.

Tal evolução evidencia que o Governo do Estado está levando a sua gestão orçamentária e financeira além da capacidade das suas finanças públicas, criando compromissos financeiros antes de gerar a capacidade de honrá-los. Tal fato acaba redundando na utilização indevida de recursos financeiros, comprometendo o futuro do Estado.

A evolução desses restos a pagar deveria chamar a atenção do Governo Federal quanto à gestão do Estado do Paraná, mesmo porque o Governo Federal tem dado constante aval ao Governo paranaense.

Requeri as cópias dos relatórios, bem como das respectivas análises e conclusões previstos na Portaria nº 89, de 1997, do Ministério da Fazenda. Todavia, a Secretaria do Tesouro Nacional simplesmente remeteu uma análise feita em 5/12/1997, alegando que não houve necessidade de elaboração de novas análises por não haver pleitos do Estado que a exigissem. Mais uma surpresa, Sr. Presidente.

Aqui cabem duas observações:

1º) O Senado aprovou, em 1998 e em 1999, endividamentos do Estado do Paraná inclusive quanto ao seu banco estadual – cerca de R\$5,1 bilhões. Considero extremamente grave que o Secretário do Tesouro Nacional afirme que esse órgão não tem acompanhado a capacidade dinâmica de pagamento do Estado. Ora, como pode o Poder Executivo Federal ter encaminhado ao Senado pleitos do Estado do Paraná sem avaliar a sua capacidade de pagamento? E o Governo Federal os encaminhou, tanto em 1998, quanto em 1999.

2º) Se considerarmos que a análise de 1997 ainda está em vigor, verificamos que não era possível conceder quaisquer novos empréstimos ao Paraná, uma vez que essa análise de 97 concluiu:

...a situação fiscal do Estado está classificada na categoria "D", conforme estabelece o art. 3º da Portaria MF nº 89/97, e, em consequência, não apresenta capacidade de pagamento para honrar os compromissos decorrentes das operações pleiteadas.

Portanto, o próprio Ministro da Fazenda desrespeitou o parecer técnico da sua equipe. Os técnicos do Tesouro Nacional concluíram que, diante das normas vigentes no País, não se admitiria a concessão de novos empréstimos ao Estado do Paraná por absoluta incapacidade de pagamento.

No entanto – é bom recordar –, em função de interferência política, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, desconsiderando parecer técnico do Tesouro Nacional, encaminhou ao Senado uma correspondência, afirmando que esta Casa estava em condições de aprovar o pleito do Estado do Paraná.

Assim, Sr. Presidente, vamos votar a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, a partir do comportamento do próprio Ministro da Fazenda, permanece a ameaça do descumprimento permanente da legisla-

ção neste País a respeito de questão fundamental, como a dívida pública.

É preciso que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao ser aprovada nesta Casa e sancionada pelo Presidente da República, implique um pacto de responsabilidade entre os agentes públicos encarregados de cumpri-la, um pacto sério de responsabilidade entre o Presidente da República, o seu Governo e o Senado Federal, responsável pela avaliação dos pleitos dos Estados e Municípios brasileiros, para que realmente se inicie um processo de organização das finanças públicas deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, requeri também cópia do relatório sobre a situação financeira do Paraná elaborado por técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, após missão ao Estado para análise do pedido feito ao Governo Federal de antecipação dos *royalties* de Itaipu dos próximos 23 anos. No entanto, não fui atendido. O Secretário, mais uma vez, não me respondeu, alegando que se tratava de um relatório informal, e prometeu remeter posteriormente os dados ao Senado Federal.

Na realidade, as informações prestadas pelo Secretário do Tesouro Nacional, em nome do Ministério da Fazenda, além de demonstrarem o pouco empenho em prestar esclarecimentos ao Senado, são extremamente insuficientes como informação, porém absolutamente suficientes como constatação de que as normas vigentes são desrespeitadas até mesmo por aqueles que as elaboram e idealizam.

O Governo Federal acaba de idealizar brilhantemente uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que, indubitavelmente, uma vez respeitada, poderá pôr um freio à irresponsabilidade administrativa de governantes gastadores, que gastam mais do que arrecadam e que acabam por comprometer o presente e arruinar o futuro dos seus Estados e Municípios.

Se o acompanhamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional no Estado do Paraná vem sendo praticado com grave omissão de informações relevantes para um diagnóstico econômico-financeiro, conforme constatado na resposta ao meu requerimento, é extremamente temerário o papel que a Secretaria desempenhou perante o Senado Federal, nos exercícios de 1998 e 1999, em prol dos pleitos do Paraná.

Sr. Presidente, insisto na necessidade de iniciarmos, sobretudo no Senado Federal, uma nova etapa na avaliação que nos é solicitada pelos Municípios e Estados que visam rolagem de dívidas públicas, renegociação de dívidas e, sobretudo, novos empréstimos. Não há dúvida de que o Senado, a exemplo da

Câmara dos Deputados, oferecerá esses mecanismos indispensáveis ao Governo Federal, sobretudo para que ele, como Poder Executivo, possa iniciar essa nova etapa de responsabilidade fiscal, com a organização das finanças públicas brasileiras. Dessa forma, evitaremos que a dívida pública seja um empecilho para a aprovação de projetos e de emendas que apresentamos no Senado. O Fundo de Combate à Pobreza, por exemplo, é um paliativo diante das causas dos grandes problemas econômicos e sociais do nosso País, entre as quais reputo como principal a dívida pública brasileira.

Esperamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o projeto de lei de responsabilidade fiscal, que começa a ser debatido amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja não apenas uma esperança de um novo tempo, mas sobretudo o início de um processo de organização efetiva das finanças públicas deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, um voto de pesar à Exma. Senhora Anná Leopoldina de Mello Franco Chagas, pelo falecimento do cientista brasileiro Carlos Chagas Filho, que, além de pesquisador, escritor e professor, desempenhou importantes funções no Brasil e no âmbito externo, sendo, assim, personalidade de relevo na vida político-administrativa internacional, chegando a presidir, por duas décadas, a Pontifícia Academia das Ciências de Roma, além de representar o Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2000, Senador **Francelino Pereira**.

CARLOS CHAGAS FILHO

*Palavras do Senador Francelino Pereira
Plenário, 21-2-2000*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, voto de pesar pelo falecimento de Carlos Chagas Filho, dirigido à Senhora Anná Leopoldina de Melo Franco Chagas, que ora submetemos a este Plenário, não objetiva homenagear apenas um gran-

de cientista, mas, sobretudo, a figura de um notável brasileiro que participou intensamente da evolução das atividades científicas do País, indo além das nossas fronteiras, para pontificar, na Europa, como emérito pesquisador e estudioso.

Médico, professor e homem de letras, Carlos Chagas Filho era um profundo humanista, dominando seis idiomas e, graças ao nível de seus conhecimentos, presidiu por 16 anos a Pontifícia Academia de Ciências, de Roma, período em que, por sua iniciativa, foi revisto o processo de Galileu Galilei, resultando na reabilitação do astrônomo, por nada ter sido encontrado contra ele, nem mesmo a existência de pretensa frase a respeito da rotação da Terra em torno do Sol.

Criador do Instituto de Biofísica da Praia Vermelha, no Rio, dentre outras pesquisas desenvolvidas ao longo de sua existência, levantou a idade do Santo Sudário, concluindo que, na verdade, aquele não era o lençol que cobriu Jesus Cristo, tratando-se apenas de uma relíquia do ano 600.

Filho de Carlos Chagas, também pesquisador e descobridor do parasito causador da doença que levou seu nome, dele Carlos Chagas Filho, herdou o apreço à ciência, conquistando 19 condecorações do meio acadêmico, além de 16 títulos de Doutor **Honoris Causa** de diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

Essa trajetória deverá ser oferecida ao conhecimento mais amplo da sociedade, em maio próximo, quando será comemorado o centenário da Fundação Oswaldo Cruz e editado por essa instituição, em conjunto com a Editora Nova Fronteira, a autobiografia de Carlos Chagas Filho, a que ele deu modestamente o nome de *Um Aprendiz da Ciência*. O título da obra reflete a simplicidade de quem, ao invés de aprendiz, sempre perfilou como o grande mestre do nosso mundo científico.

Carlos Chagas Filho, de elevada formação católica, acompanhou o Papa João Paulo II, por ocasião de sua viagem ao Brasil. Como homenagem ao nosso grande cientista, leio neste ensejo a carta de condolências que sumo Pontífice dirigiu à Senhora Anná Leopoldina de Mello Franco Chagas.

"Exm^a Senhora

Anná Carolina de Mello Franco Chagas
Rio de Janeiro, RJ

Foi com profundo pesar que recebi a notícia do falecimento do Professor Carlos Chagas Filho. Este ilustre filho da Nação brasileira, que, como cristão exemplar e bondoso pai de família, será recordado pela

sua generosa e abnegada dedicação como Presidente da Pontifícia Academia de Ciências, graças à qual a igreja se tornou mais presente no mundo da ciência, pelos seus méritos de prestigioso pesquisador, chamado à Casa do Pai.

Em espírito de filial resignação aos desígnios da Divina Providência, desejo compartilhar com a dor dos seus familiares e amigos de todo o Brasil e elevo ao Todo Poderoso ardentes preces em sufrágio da sua alma, para que, à luz da gozosa esperança da ressurreição, o Senhor o acolha para sempre no Seu Reino de Paz e de Amor.

Ao formular-lhe minhas mais sinceras condolências, envio com afeto uma confortadora Benção apostólica, extensiva aos seus familiares.

Joannes Paulus PP. II"

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto de pesar pelo falecimento de Carlos Chagas Filho, dirigido à Senhora Anná Leopoldina de Melo Franco Chagas, que ora submetemos a este Plenário não objetiva homenagear apenas um grande cientista, mas sobretudo a figura de um notável brasileiro que participou intensamente da evolução das atividades científicas do País, indo além das nossas fronteiras, para pontificar, na Europa, como emérito pesquisador e estudioso.

Médico, Professor e homem de letras, Carlos Chagas Filho era um profundo humanista, dominando seis idiomas; graças ao nível de seus conhecimentos, presidiu por 16 anos a Pontifícia Academia de Ciências de Roma, período em que, por sua iniciativa, foi revisto o processo de Galileu Galilei, resultando na reabilitação do Astrônomo, por nada ter sido encontrado contra ele, nem mesmo a existência de pretensa frase a respeito da rotação da Terra em torno do Sol.

Criador do Instituto de Biofísica da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, entre outras pesquisas desenvolvidas ao longo de sua existência, levantou a idade do Santo Sudário, concluindo que, na verdade, aque-

le não era o lençol que cobriu Jesus Cristo, tratando-se apenas de uma relíquia do ano 600.

Filho de Carlos Chagas, também pesquisador e descobridor do parasita causador da doença que levou seu nome, dele Carlos Chagas Filho herdou o apreço à Ciência, conquistando 19 condecorações no meio acadêmico, além de 16 títulos de doutor **honoris causa** de diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

Essa trajetória deverá ser oferecida ao conhecimento mais amplo da sociedade em maio próximo, quando será comemorado o centenário da Fundação Osvaldo Cruz e editado por essa Instituição, em conjunto com a Editora Nova Fronteira, a autobiografia de Carlos Chagas Filho, à qual ele deu modestamente o nome de *Um Aprendiz da Ciência*. O título da obra reflete a simplicidade de quem, ao invés de aprendiz, sempre perfilou como grande mestre do nosso mundo científico.

Carlos Chaga Filho, de elevada formação católica, acompanhou o Papa João Paulo II por ocasião de sua viagem ao Brasil, inclusive a Belo Horizonte. Como homenagem ao nosso grande cientista, leio, neste ensejo, a carta de condolências que o Sumo Pontífice dirigiu à Sr^a Anná Carolina de Mello Franco Chagas:

Exm.^a Senhora

Anná Carolina de Mello Franco Chagas

Foi com profundo pesar que recebi a notícia do falecimento do Professor Carlos Chagas Filho. Este ilustre filho da nação brasileira, que, como cristão exemplar e bondoso pai de família, será recordado pela sua generosa e abnegada dedicação como Presidente da Pontifícia Academia de Ciências, graças à qual a Igreja se tomou mais presente no mundo da Ciência, pelos seus méritos de prestigioso pesquisador, chamado à Casa do Pai.

Em espírito de filial resignação aos desígnios da Divina Providência, desejo compartilhar com a dor dos seus familiares e amigos de todo o Brasil e elevo ao Todo-Poderoso ardentes preces em sufrágio da sua alma, para que, à luz da gozosa esperança da ressurreição, o Senhor o acolha para sempre no Seu reino de Paz e Amor.

Ao formular-lhe minhas mais sinceras condolências, envio com afeto uma confortadora Benção Apostólica, extensiva aos seus familiares.

Joannes Paulus PP. II

Sr. Presidente, esse requerimento, de minha iniciativa, foi elaborado por motivo sentimental e expressa a minha admiração por Carlos Chagas Filho e também por seu pai, Carlos Chagas, cientista que nasceu na cidade de Oliveira, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, em permuta com o Senador Carlos Patrocínio, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna em defesa da economia do meu Estado, movido pelo sentimento de inconformismo com o tratamento que o Ministério da Agricultura, por intermédio de seus técnicos, está dando a uma questão muito importante para a economia de Mato Grosso do Sul.

Há alguns meses, na cidade de Naviraí, que fica a 40 quilômetros do Estado do Paraná, foi encontrado um foco de febre aftosa. Foi constatado que esse gado afetado veio do Paraguai, que é considerado zona livre. O Paraguai, perante a comunidade internacional, tem atestado que todo o seu rebanho está livre da febre aftosa. Desde então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo econômico e os políticos de Mato Grosso do Sul têm lutado para que o Ministério da Agricultura encontre uma saída para a drástica medida que adotou. O referido Ministério havia alegado que boi em pé não sairia do Estado de Mato Grosso do Sul, porque a comunidade internacional é por demais exigente no aspecto sanitário do rebanho.

Há muitos anos, luta-se para combater a febre aftosa. O Brasil está incluído entre os países que têm feito um esforço muito grande para eliminar essa doença que infecta – ou infectava – parte do seu rebanho. Mato Grosso do Sul seguiu à risca, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as recomendações. Quando tudo indicava que o nosso Estado receberia um passaporte de isenção, um atestado de que o nosso rebanho, no que tange à questão sanitária, estava à altura do exigido para ser exportado, sendo capaz, portanto, de trazer divisas para o País, surgiu esse foco na cidade de Naviraí.

Apesar dos ingentes esforços da classe política, do produtor rural, dos pecuaristas e das entidades representativas, que compareceram ao Ministério da Agricultura para discutir a questão, esse assunto foi sendo "empurrado com a barriga". E havia a promessa de que, em breve, tornar-se-ia sem efeito a medida, adotando-se alguma solução que não atingisse todo o Estado, uma vez que o foco fora localizado na cidade de Naviraí, não existindo, portanto, razão para que todo o Estado de Mato Grosso do Sul sofresse as consequências do que ocorrera com um rebanho contrabandeado.

Várias medidas foram propostas. Uma delas seria criar a zona tampão, isto é, proceder-se-ia ao isolamento do local onde se constatara o foco. A outra solução seria o exame sanitário do rebanho – quanto a isso, é muito grave o que o Ministério da Agricultura alega. O lagro, em meu Estado, dispõe de um laboratório e o colocou à disposição daquele Ministério para o exame do rebanho. Por esta solução, antes de sair do nosso Estado, o gado em pé ou o gado com osso seriam submetidos ao exame. Se constatada a doença, o gado ficaria no Estado ou seria até mesmo destruído, eliminado; caso contrário, dar-se-ia a autorização para que ele chegasse a outro mercado consumidor, mais precisamente ao Estado de São Paulo, o maior consumidor do gado de Mato Grosso do Sul.

A essa alegação diz-se que não existe kit sanitário. Mas como não há kit sanitário para exame do gado? Será que o nosso atraso é tão grande assim? Fico imaginando que somos incompetentes. Como é que não há um kit sanitário? Não cabe no raciocínio de ninguém, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, que um país como o Brasil não tenha condições de proceder ao exame sanitário de seu rebanho. Chega a ser ridícula afirmativa de tal natureza.

Em meio a isso, o que está ocorrendo? Em São Paulo, a arroba custa entre R\$41,00 e R\$42,00, os frigoríficos de Mato Grosso do Sul estão pagando R\$33,00 ou R\$34,00 pela arroba do boi. São poucos os frigoríficos do meu Estado que têm a chamada desossa. Em consequência, se aproveitam desse fato.

Não se pode, nessa hora em que a economia do Estado está afetada, quando houve uma queda na receita do Imposto de Circulação de Mercadorias de R\$20 milhões ao comparar-se janeiro com dezembro, deixar de proclamar esse fato ao País. Chega de o Brasil ficar se submetendo a essas organizações, a essas conferências internacionais. Devemos respeito a elas, sim, mas não é possível que tudo isso ocorra justamente no Estado de Mato Grosso do Sul, o maior

produtor de rebanho bovino do País, com cerca de 23 milhões de cabeças.

Sr. Presidente, talvez a causa seja ingrata. Mas conversei bastante no Ministério da Agricultura, juntamente com o Senador Lúdio Coelho, a esse respeito. Perguntei: por que não se faz a zona tampão? por que não se isola o Município de Naviraí? E uma técnica do Ministério respondeu-me que não sabia onde estava o foco. Pedi-lhe desculpas pela ignorância, por não ser um cientista, por não ser um veterinário, e disse-lhe que, se ela não sabia onde estava o foco, é porque, com certeza, o foco não existia. Dizer que não se sabe onde está o foco e impedir a saída do gado de todos os Municípios do Estado, só porque não se sabe onde está o foco ou não se consegue localizar o foco, isso fere a lógica. Se não se consegue localizar, é porque ele não existe, ou se extinguiu o que se encontrou em Naviraí.

Vou dar um exemplo do quanto não consigo entender essa questão. Trouxe aqui o mapa de Mato Grosso do Sul. Como sabem, meu Estado faz divisa, para nossa sorte, com outras Unidades da Federação, entre elas os Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Naviraí, a cidade onde foi encontrado o foco, fica a 40km do Estado do Paraná – de uma de suas principais cidades, porque há outras cidades do Paraná que estão mais próximas ainda. Naviraí é quase divisa de Mato Grosso do Sul com o Estado do Paraná. É quase divisa, estou afirmando eu! A distância de Naviraí ao Estado do Paraná é de 40km; a distância de Naviraí a Campo Grande é de 350km; e a distância de Naviraí a Três Lagoas, que é a minha cidade, que faz limite com o Estado de São Paulo, por meio do rio Paraná, é de quase 400km, mais precisamente 420km.

Ora, se se quer isolar o foco, pergunto: Por que o Paraná ficou isento disso? Perdoem-me os Senadores do Paraná, estou apenas citando um exemplo concreto. A medida me parece tão absurda porque restringe o comércio de gado de Naviraí, onde há o foco, mas não nas cidades vizinhas, localizadas no Estado do Paraná!

Sr. Presidente, positivamente, é uma questão de lógica, não uma questão científica. Estou raciocinando aqui com a lógica! Ocorre o mesmo com os Municípios de Três Lagoas, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Cassilândia, próximos de São Paulo e Minas Gerais, que também não podem vender o gado. Mas não há problema para os Municípios que se encontram, por exemplo, a 20Km de Três Lagoas, como é o caso do Município de Alfredo Castilho.

É uma falta de lógica e de atenção para com os problemas do Brasil. Acredito que o Ministério da Agricultura, ao invés de se prender a exigências internacionais, a barreiras internacionais que se impõem ao Brasil, deveria reagir e proceder em defesa de nossos interesses. Dados do próprio Ministério da Agricultura indicam que o setor de agronegócios (o complexo de soja, papel, celulose, carnes, pescado, açúcar, álcool, madeira, couro, calçados) contribuiu com 41% do total de US\$48,014 bilhões que o País exportou no ano passado. Observe, Sr. Presidente, o quanto a agricultura e a pecuária têm contribuído para a balança comercial do País.

Ainda segundo os dados do Ministério da Agricultura, outro setor que alcançou bom desempenho em 1999 foi o de carnes. As exportações de carne bovina *in natura* cresceram 86% em volume, ocasionando um aumento de cerca de 60% na receita cambial: US\$443,835 milhões em comparação a 1998, quando foram obtidos US\$276 milhões com as vendas do produto. É o que ocorre. Os produtores rurais sofrem prejuízos e o Ministério da Agricultura não quer solucionar o problema.

Vamos falar a verdade. A mim eles prometeram. Eu estava com o Senador Lúdio Coelho quando o Ministro disse que, ao término de uma conferência em andamento, daria uma solução pelo menos parcial ao problema; e esse cumprimento de palavra não existiu. Contrataram cientistas, professores de universidades, técnicos do Ministério da Agricultura para fazerem aquilo que a comunidade internacional, que vive boicotando o Brasil, deseja. Os produtos agrícolas do nosso país vivem sofrendo restrições internacionais. Agora eles impõem restrição internacional em decorrência de um problema com o gado.

Venho aqui defender a economia do meu Estado, apelando ao Ministério da Agricultura e ao próprio Presidente da República. A Bancada foi ao Presidente da República e pediu a sua interferência. Vamos olhar o problema sem paixão, com isenção. Vamos proceder ao exame no gado. "Ah, não tem condição de fazer exame no gado..." se eu fosse um técnico do Ministério da Agricultura, ou o próprio Ministro, não afirmaria isso, porque não acredito que não tenhamos condições técnicas para proceder a um exame sanitário do gado. E a zona tampão também não resolve.

Sr. Presidente, até o Estado de São Paulo está a nosso favor, porque lá o preço subiu em decorrência de Mato Grosso do Sul, o maior fornecedor daquele Estado, não estar fornecendo aquilo que poderia fornecer ao Estado de São Paulo.

Quero fazer mais uma afirmativa aqui desta tribuna. E o que vou falar é ruim: "Olha, mas o gado vai acabar saindo do mesmo jeito, porque a pessoa tem conta para pagar". E ele não está agindo de má-fé, está consciente. Tira uma nota para o Rio de Janeiro e deixa em São Paulo! Mas, meu Deus do céu, não temos condições de fiscalizar nada! Não temos condições de fiscalizar coisíssima nenhuma! Mas a pessoa que está fazendo isso tem plena consciência, naturalmente, de que seu gado está bom. Ele está dizendo: "Vem examinar o gado aqui para ver se ele está doente".

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma questão grave. Quero fazer um apelo ao Ministério da Agricultura, para que reveja, imediatamente, essa posição com relação ao rebanho do Mato Grosso do Sul.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB - MS) - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB - MS) - Concedo o aparte ao Senador Lúdio Coelho e, logo após, ao Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB - MS) - Senador Ramez Tebet, V. Ex^a está tratando de um assunto que já discutimos com o Presidente da República e com o Ministro Pratini de Moraes por inúmeras vezes. S. Ex^{as} estão seguros de que desejamos acabar com a febre aftosa no País. Mas, bloquear, como V. Ex^a está mencionando, todo o Estado de Mato Grosso, parece-me uma falta de interesse em resolver o assunto. V. Ex^a se lembra quando estivemos com o Presidente da República, e Sua Excelência perguntou onde ficava Naviraí. Disse-lhe que ficava perto de Dourados, a mais de 400 km da divisa de São Paulo. Penso que V. Ex^a faz muito bem ao trazer esse assunto à baila, pois é necessária a intervenção do Congresso para pressionar o Executivo a tratar do assunto com mais respeito. O problema está afetando os interesses da Nação brasileira e prejudicando as exportações de carne e o Estado de Mato Grosso do Sul. O principal produtor de carne bovina do País está sendo vítima de uma profunda seca e, portanto, é necessário que o problema seja tratado com respeito pelos responsáveis. Felicito V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB - MS) - Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a, entre os Senadores da Bancada, é experto no assunto. Sua solidariedade é um atestado de que estou, realmente, no caminho certo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) - V. Ex^a me concede um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB - MS) - Concederei um aparte ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Exª tem nossa solidariedade. O assunto é, realmente, da maior importância porque envolve um dos segmentos mais significativos da economia brasileira. Destaco o Estado que V. Exª representa e que detém o maior rebanho bovino do País. Meu Estado também é mediterrâneo. O processo de desenvolvimento faz-se, notadamente, centrado no setor primário. É a atividade pecuária uma das mais importantes atividades econômicas do meu Estado. Também o meu Estado experimentou a mesma situação que V. Exª retrata com relação ao Mato Grosso do Sul. O Tocantins também teve suas fronteiras fechadas. Antes, vendíamos boi em pé para Goiás, para o Sul do País e até para São Paulo. Agora, as limitações impostas restringem essa venda à carne desossada. Não se permite que a carcaça seja vendida para essas regiões. V. Exª pode avaliar o prejuízo que isso tem dado à economia tocaninense, e imagino que o mesmo esteja ocorrendo com o Estado de V. Exª. Já tínhamos mercados acertados, os quais acabaram sendo reduzidos às regiões Nordeste e Norte do País, onde ainda não há essa restrição imposta pelo Ministério da Agricultura. Mas justiça se faça, nobre Senador, ao Ministério da Agricultura quando procura, com o concurso dos Estados, estabelecer o processo de erradicação da febre aftosa, o principal fator de impedimento à exportação da nossa carne. Nós do Tocantins nos penitenciamos porque levamos um certo tempo, sendo preciso que o Governador Siqueira Campos se inteirasse da situação e mergulhasse fundo no assunto para adotar as providências básicas necessárias, não só à erradicação da aftosa, mas ao estabelecimento de um controle de eventuais focos que poderiam existir dentro de seu território ou suas fronteiras. E isso requer efetiva participação do Estado. Ele precisa contratar técnicos, comprar equipamentos adequados para ter meios de fiscalizar, através da sorologia, eventuais focos existentes. Assim, é importante que possamos fazer essa aferição para verificar se, no caso de Naviraí, o Governo do Estado de Mato Grosso estava efetivamente cumprindo as determinações, porque a exigência basicamente não é a do Ministério da Agricultura, são exigências dos mercados que querem comprar a nossa carne. Se ela não estiver, de fato, isenta da febre aftosa, eles não vão comprar. Esses países com os quais temos negociado estão sendo muito competentes ao estabelecer barreiras tarifárias – e, agora, sanitárias – para segurar os nossos produtos. Nós, quando importamos, não fazemos isso. Portanto, é preciso que isso nos sirva de lição para que possamos estabelecer uma contrapartida no momento

em que compramos os produtos estrangeiros, exigindo também, como fazem esses países, esse tipo de barreira seja sanitária ou tarifária para valorizar o nosso produto. Era essa a contribuição que eu gostaria de dar à colocação muito importante que V. Exª traz a esta Casa na tarde de hoje.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – E a contribuição de V. Exª, realmente, é valiosa, porque queremos erradicar a febre aftosa.

No caso de Mato Grosso do Sul, estávamos perto de receber a nossa "carta de alforria", quando houve esse acontecimento em Naviraí. Dá-nos a impressão de que isso ocorreu de propósito, no Estado que tem o maior rebanho bovino do País. No meio do povo, comenta-se que a doença tem de permanecer, porque, do contrário, como seriam vendidas as vacinas? São os grandes grupos econômicos. É isso que o povo comenta. Mas, em verdade, o Mato Grosso do Sul realizou um trabalho muito bom mesmo. Tanto o é que estava pronto para receber a liberação quando ocorreu a questão de Naviraí. Reclamo que o Ministério da Agricultura queria atingir com isso todo o Estado do Mato Grosso do Sul, porque estou demonstrando fartamente que há meios e condições para o combate à febre aftosa sem prejuízo para o comércio de gado entre o Mato Grosso do Sul e outras unidades da Federação.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Tem a palavra V. Exª.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. Sempre que V. Exª aborda uma questão da tribuna o faz com muita competência e muita responsabilidade, o que tem levado a Casa, a cada dia, a dispensar a maior atenção possível aos seus pronunciamentos. É o que fazemos nesta hora. A febre aftosa no Brasil tem sido um peso para o segmento da pecuária que, diga-se de passagem, é um dos mais importantes da nossa economia. Há décadas, está o Brasil se debatendo com esse problema. Durante o período em que era Ministro da Agricultura, vivi muito de perto o problema da febre aftosa. Quando estávamos prestes a receber das organizações internacionais o passaporte para a exportação de nosso produto para todos os países, o Brasil foi surpreendido no sul com centenas de focos de aftosa oriundos da Argentina e do Uruguai. Quando o Governo decidiu interceptar as barreiras, a febre aftosa já estava em quase todo o território nacional. Lembro-me bem da luta do Ministério da Agricultura

contra a febre aftosa. Naquela época conversamos com os secretários de agricultura de todo o País e percebemos que os produtores de Mato Grosso do Sul eram os mais esclarecidos e os que mais colaboravam naquela campanha. Surpreendidos ficamos, à época, com a união dos pecuaristas do Estado de V. Exª: eles constituíram associação, adquiriram veículos e, com o apoio dos donos de frigoríficos, pagaram, com seus próprios recursos, técnicos para combater a doença. Em 1968 e 1969, Mato Grosso do Sul foi o Estado modelo. Agora surge lá um foco isolado de aftosa. É preciso dispensar atenção especial ao Estado de V. Exª, cujos pecuaristas são responsáveis, e isolar essa região ou município, mas nunca levar Mato Grosso do Sul, detentor do maior rebanho de corte do Brasil, a essa situação, que realmente traz problemas seriíssimos à sua economia. Defendo, porém, que o Ministério da Agricultura aja com muita dureza, o que se deve sobretudo ao trauma vivido pelo Ministério àquela época e que durou muito tempo. Não podemos ser condescendentes com aqueles que não vacinam seus rebanhos, nem com os indiferentes e os omissos; temos de ser duros com eles. Precisamos isolar a propriedade em que surgir o foco e abater o rebanho. Impõe-se o isolamento da região, para que os vizinhos fiscalizem os demais, mas não se pode levar um Estado como Mato Grosso do Sul a essa situação. Tenho acompanhado também o trabalho desenvolvido pelo Estado do Tocantins, que está enfrentando problema semelhante. Todavia, estou certo de que o Ministro da Agricultura vai encontrar uma solução para o problema. O Senador Leomar Quintanilha tem razão. O rebanho brasileiro causa certo temor às organizações distribuidoras de carne no mundo; elas temem o volume da nossa produção, pois há 170 milhões de cabeças espalhadas pelo Brasil afora. Por isso, procuram difundir até inverdades a respeito de nosso rebanho, de forma que precisamos estar atentos para conhecermos nossa realidade, bem como o trabalho feito pelo Governo federal, pelos Governos estaduais e pelos pecuaristas no sentido de acabar com a febre aftosa no Brasil. Todos os Estados brasileiros enfrentam a mesma dificuldade que os Estados mediterrâneos. Temos fronteiras com muitos países que não dispensam a mínima atenção ao combate de doenças animais. Durante muitos anos, quantos milhões de dólares o Brasil gastou nas fronteiras com a Colômbia, com a Venezuela para evitar a mosca-do-chifre em nosso território? Apesar disso, hoje ela já tomou conta de todo nosso rebanho e dá grande prejuízo aos pecuaristas, que gastam bilhões de reais no combate a essa praga. Estou certo de que

venceremos essa dificuldade. A situação de Mato Grosso do Sul deve ser considerada pelas autoridades federais. Tendo em vista a responsabilidade dos proprietários, basta isolar a região ou município atingido, e a doença não trará perigo para o resto do País. Digo isso pela consciência que têm os pecuaristas e pela responsabilidade com que enfrentam o problema. Cumprimento V. Exª por seu pronunciamento a esse respeito.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Iris Rezende, o aparte de V. Exª não só traz só brilho ao meu pronunciamento, mas também completa essa reivindicação que, em nome de Mato Grosso do Sul, faço ao Ministério da Agricultura.

Senador Iris Rezende, farei chegar seu testemunho aos meus conterrâneos da Famasul e da Agrisul, entidades ligadas ao setor. Vou fazer chegar também aos técnicos do lagro. Vou fazer chegar ao Governo do Estado, que V. Exª de, há muito tempo, conhece a luta do meu Estado para erradicar a febre aftosa. No período em que V. Exª esteve à frente do Ministério da Agricultura, que tão bem honrou e dignificou, registrou-se uma das maiores safras que o Brasil já colheu. Foi um período áureo do Ministério da Agricultura, Senador Iris Rezende. Sou testemunha disso, porque eu representava Mato Grosso do Sul na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Sei o quanto V. Exª lutou, e o faz até hoje, nesta Casa, junto conosco, para colocar a agricultura e a pecuária em lugar de destaque.

De sorte que esse testemunho de V. Exª supre, sem dúvida nenhuma, qualquer falha do meu pronunciamento. Peço ao Ministro da Agricultura que não leia a íntegra do meu pronunciamento; basta ler o aparte de V. Exª para se sensibilizar. Isso é importante.

Por isso é que o político vale; por isso é que o político tem a sua razão de ser. Sem dúvida nenhuma ele é que tem sensibilidade para perceber os problemas.

Nós é que estamos lá em nossas bases ouvindo o homem que produz, ouvindo o trabalhador, ouvindo, no caso a que me refiro, os pecuaristas, estando em contato com os frigoríficos, enfim, nós é que conhecemos a realidade.

É impossível que todo o rebanho de Mato Grosso do Sul esteja contaminado! Se estiver, é porque faltou ação do Ministério da Agricultura. Não é possível que não se possa, por meio da ciência,

saber se o gado está ou não afetado! Não é possível que não se isole o foco da febre aftosa!

O que falta mesmo é sensibilidade para os problemas. Não cabe ao Ministério da Agricultura ser mais realista que o rei, não; cumpre a ele, nesta hora, pensar nos interesses desses Estados que precisam progredir e desenvolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvimos do Senador Ramez Tebet um pronunciamento importante sobre a pecuária brasileira. Hoje, ia falar sobre esse assunto e, amanhã, sobre um outro. Como o Senador Ramez Tebet já tratou da pecuária, desejo falar aos companheiros do Senado sobre as notícias que vagarosamente circulam sobre as idéias de mudança do sistema de Governo brasileiro substituímos o presidencialismo pelo parlamentarismo; e desejo falar desde já sobre esse assunto porque a seu respeito tenho uma posição muito definida. Sempre pensei que deveríamos aprimorar os órgãos de Governo – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – e não mudar o sistema de Governo. Não conseguimos sequer fazer ainda a reforma política, da mais alta importância para o nosso País. Aliás, até hoje não entendi a razão por que o Congresso Nacional não promoveu essa reforma político-partidária antes mesmo de tentar encetar as demais reformas de que a Nação precisa.

Não sei se esse sistema partidário brasileiro, pulverizado, pelo qual a Nação possui mais de 34 partidos políticos, seria mais fácil de ser manobrado do que aquele que contemplasse partidos organizados. Penso que, se formos aguardar a Nação brasileira se aglutinar em torno de três, quatro ou cinco partidos políticos que melhor representem os interesses públicos, esperaremos uma eternidade.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, dois ou três partidos políticos governam a Nação; já, aqui, temos esse número enorme de partidos políticos. Penso, pois, que uma iniciativa no sentido de mudar essa realidade seria uma providência urgente a ser tomada.

Tenho comigo que uma das principais dificuldades da nossa Administração Pública é a falta de uma definição muito clara dos papéis do Executivo e

do Legislativo. O nosso Executivo tenta intervir nas atribuições do Legislativo por meio da edição de um sem-número de medidas provisórias, que, no caso, fogem por completo ao seu espírito. Isso tanto é verdade que, agora, apesar de não estarmos tendo êxito, tentamos regulamentar o uso das medidas provisórias pelo Executivo. É muito importante que o Executivo exerça as suas atribuições e que o Legislativo não deseje ser Executivo todos os dias, interferindo nos fatos mais elementares daquele Poder. Acredito que uma definição mais clara das responsabilidades e das atribuições do Executivo e do Legislativo seria o caminho para melhorarmos a Administração Pública do nosso País.

Tenho sempre afirmado aos companheiros no nosso Estado que a Administração Pública brasileira necessita ser redesenhada gradativamente. Estão sendo feitas reformas, mas precisamos persistir, aprimorando todas as áreas do Governo. Não só o Poder Judiciário precisa ser reformulado, mas também o Poder Legislativo. De forma que não responsabilizo o regime presidencialista pelas dificuldades por que passa o País.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso vem seguindo o caminho possível e viável. Podemos, às vezes, discordar de certos procedimentos; no entanto, na base, no conjunto e naquilo que é essencial, o Presidente da República está buscando a recuperação da Nação brasileira.

Aproximadamente durante meio século, permitimos que os governantes fizessem quase tudo o que bem entendessem com os recursos públicos, aplicando, na maior parte dos casos, recursos em investimentos que não eram os mais importantes para os Municípios, para os Estados e para a Nação – daí esse endividamento enorme: são mais de R\$500 bilhões de uma dívida pública que não pagaremos. É preciso, todavia, ao menos, honrar os juros.

Necessita o Governo, pois, de promover ainda muita contenção de gastos e de bastante segurança. Em certas horas, penso que deveríamos reduzir ainda mais as despesas. Já, de outra parte, percebo que ainda existem pessoas propondo retirar recursos da privatização, os quais, ao invés de amortizarem as dívidas feitas para construir essas empresas, seriam lançados noutra direção.

Devemos equacionar a situação financeira do País – esta é a base para a administração, para o crescimento e para a geração de empregos. Não conseguiremos diminuir a pobreza, gerando empre-

gos, sem uma pequena parcela de desenvolvimento. Precisamos, pois, promover um mínimo de crescimento econômico. Por isso, sempre tenho chamado a atenção de V. Ex^{as} para a importância da agricultura brasileira. Este é o setor que mais gera empregos no País. Melhor dizendo: a agricultura desencadeia todo um processo de geração de empregos, que não se limita ao campo, à plantação – ali temos apenas o começo. A agricultura também gera empregos na produção de adubos, de maquinário, de defensivos; na área de transportes, de beneficiamento, de empacotamento; no comércio, ou seja, a agricultura, com muito menos recursos, produz muito mais empregos do que a indústria de automóveis.

Apesar disso, vemos alguns Governadores lutarem desesperadamente pela instalação de indústrias automobilísticas em seus Estados, quando, em contrapartida, o agricultor brasileiro luta com dificuldades de toda a ordem. Por exemplo: o transporte hidroviário praticamente não existe; quanto ao setor ferroviário, há uma quantidade muito pequena de ferrovias o sertão brasileiro, que abrange o norte de Mato Grosso e Tocantins, quase não dispõe de linhas férreas; quanto ao setor rodoviário, devo lembrar que as nossas estradas estão em péssimas condições de conservação. Por isso, os juro são dos mais altos e difíceis para a nossa região.

Tenho pedido ao Ministro, aqui em Brasília, que não anuncie novos financiamentos para a agricultura, porque, como agricultor, vejo a dificuldade que há em se retirar recursos no Banco do Brasil; é quase impossível contarmos o que acontece, quando da retirada desses créditos, por termos poucos recursos.

Dessa maneira, desejo conclamar meus companheiros de Senado Federal a fazermos um esforço no sentido do aprimoramento do desempenho da Administração Pública, e não para uma mudança radical do sistema.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Com muito prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Lúdio Coelho, louvo o discurso de V. Ex^a e desejo registrar, em meu nome e no do PSDB, uma vez que nosso Partido tem permanentemente, por meio de vários discursos do nosso Líder, Senador Sérgio Machado, abordado a questão da reforma política, que V. Ex^a tem razão quando diz que essa reforma deveria ter sido a mãe de todas as reformas. Temos

que ter estabilidade partidária, estabilidade política e condições de encaminhar um processo de mudança, por meio do entendimento dos partidos, de forma consolidada. Da forma como está – e acabamos de verificar isso na Câmara dos Deputados, onde ocorreram diversas mudanças de partido –, não haverá uma estabilidade político-partidária enquanto não houver o entendimento e o fortalecimento do modelo político brasileiro da forma como desejamos. O PSDB tem marcado uma posição firme sobre a questão: somos a favor da reforma política e temos explicitado isso. Entendemos que V. Ex^a, ao relatar todas as questões que levam à compreensão da necessidade do fortalecimento da Administração Pública, da melhoria das condições de estrutura do País e das mudanças que precisam ser feitas, sem dúvida nenhuma, faz crer que essas mudanças residem na necessidade de uma base política sólida, estável, que virá com a reforma política. Parabéns V. Ex^a, registrando, em nome do PSDB, o apoio às palavras que coloca da tribuna hoje.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. A intervenção de V. Ex^a no meu pronunciamento é muito útil.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Lúdio Coelho, quero apenas participar deste debate muito interessante que V. Ex^a inaugura nesta Casa, na tarde de hoje, que suscita comentários a respeito de uma possível mudança de regime no Governo brasileiro. Já tivemos essa tentativa antes. Houve um plebiscito e o parlamentarismo não logrou aprovação, perdendo de longe para o presidencialismo. Grosso modo, examinando os principais países que estabeleceram um processo de desenvolvimento satisfatório e que, com isso, puderam permitir à sua população uma qualidade de vida mais razoável, somos levado a imaginar que o parlamentarismo seria, efetivamente, um regime mais eficiente, mais importante, por algumas razões que explicitaríamos. Primeiro, porque assegura a governabilidade. Quem elege o primeiro-ministro, o grande gerente, o grande administrador do país, é uma maioria congressual. Por isso mesmo, garantiria uma governabilidade. Outro aspecto extremamente positivo seria a possibilidade de substituição desse que seria o administrador, o grande gerente, o primeiro-ministro, sem muita delonga, sem um processo traumático, como o que existe no sistema presidencialista, que experimentamos no

Brasil. O **impeachment** foi um processo traumático, extremamente demorado e trouxe, efetivamente, prejuízo para o País. No Parlamentarismo, isso não aconteceria. Permitiria também essa substituição, não só pelo aspecto que envolvesse a improbidade, mas o fraco desempenho e a incompetência também permitiriam a substituição desse gerente. Parece que esse sistema de governo apresenta premissas que lhe confeririam uma condição melhor que a do presidencialismo. O nobre Senador Romero Jucá evidenciou, com muita competência e propriedade, as razões maiores que levam às dificuldades que enfrentamos no presidencialismo: o fato de não implementarmos a reforma política, a mais importante das reformas, tão necessária e tão importante, mas que fica esquecida, legada a segundo plano, consultando interesses não sei de quem. V. Ex^a conduz muito bem o debate nesta tarde, e tenho certeza de que essa questão terá continuidade com a participação de outros nobres Senadores, porque o assunto é significativo e momentoso para a situação e o quadro que vivemos em nosso País.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Senador Leomar Quintanilha, estou vendo que temos uma opinião comum, V. Ex^a, o Senador Romero Jucá e muitos outros, a respeito da importância da reforma política, da reforma partidária.

Avaliem os senhores, num regime parlamentarista, com essa estrutura partidária brasileira, quais seriam a natureza dos acertos para um primeiro-ministro poder governar. Seria uma coisa até interessante de assistirmos.

De qualquer forma, gostaria de abordar o assunto, pois está sendo vagarosamente conversado por aí e deveríamos iniciar as discussões. Tenho segurança de que precisamos cuidar do dia-a-dia da Administração Pública, das coisas comuns, precisamos aprimorar nosso desempenho. Não há maneira de fazer crescer nossos recursos, não há crescimento econômico, a economia está estagnada. Devemos aprimorar cuidadosamente a maneira de aplicar os recursos públicos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúdio Coelho, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, suplente de secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, em uma das edições do telejornal Bom Dia Brasil, da Rede Globo, foi dito que a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão despende com seus parlamentares, funcionários e despesas administrativas algo em torno de 12% das receitas totais do Estado do Maranhão.

O Presidente da Assembléia, Deputado Manoel Ribeiro, em seguida, encaminhou um expediente tanto ao repórter que transmitiu a notícia quanto ao Senador Jefferson Péres, que participava daquele programa, recolocando as informações nos seus devidos momentos. Explica o Presidente da Assembléia Legislativa que, durante o ano de 1999, a Assembléia recebeu apenas R\$52,2 milhões, o que corresponde, no caso, a 1,85%, ou seja, menos de 2% de todas as receitas do Estado.

Valeu-se ainda o Presidente da Assembléia do Secretário de Desenvolvimento e Planejamento do Estado, para obter dele também uma manifestação. A informação da Secretaria de Planejamento difere um pouco da informação do Presidente da Assembléia, em razão de um ter feito o cálculo sobre as receitas líquidas e o outro sobre as receitas totais – brutas, portanto – do Estado. Informa o Secretário de Planejamento que a Assembléia gastou, em 1999, 3,49%, ou seja, 3,5%. De qualquer sorte, um dado ou outro está muito distante da informação que foi transmitida pela Rede Globo de Televisão.

É claro que não houve má-fé da Rede Globo e muito menos do nosso Colega Jefferson Péres. Houve apenas uma desinformação, talvez um equívoco, no instante de captar os dados respectivos.

Estamos com isso, Sr. Presidente, atendendo ao Presidente da Assembléia Legislativa. Peço a V. Ex^a que mande transcrever nos Anais do Senado Federal os documentos que me foram enviados pelo Presidente da Assembléia, Deputado Manoel Ribeiro, que repõe a devida informação, a fim de que a Assembléia do Maranhão não seja mal vista por conta de um gasto que, na verdade, não fez nem está fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:



ESTADO DO MARANHÃO
Assembleia Legislativa
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

São Luís, Maranhão, 10 de fevereiro de 2000

Ao Exmo. Senador da República Jefferson Peres

Conforme combinado por telefone na manhã de hoje, estou encaminhando a V. Exa. informações sobre o repasse orçamentário feito pelo Governo do Estado do Maranhão à Assembleia Legislativa no ano de 1999.

O orçamento da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovado no ano passado foi de R\$ 65,5 milhões, valor que representa 2,1% do Orçamento do Estado do Maranhão de 1999.

A Assembleia Legislativa recebeu efetivamente no ano passado, R\$ 52,2 milhões, que representam 1,85% do orçamento de 1999, ou seja, R\$ 13,2 milhões menos do orçado.

Anexo a esta carta, segue cópia da correspondência com o demonstrativo de despesa por órgãos do Estado do Maranhão enviada hoje a tarde pelo Presidente do Tribunal de Contas do Maranhão, Dr. Nonato Lago, que informa o percentual efetivamente recebido por nós, no ano de 1998. Nesse ano, a Assembleia Legislativa recebeu R\$ 55,9 milhões, que correspondem a 2,13% dos gastos do Estado.

O presidente do TCE do Maranhão não enviou o mesmo demonstrativo relativo ao exercício de 1999, pelo fato do Governo Estadual ainda não ter enviado à esta Assembleia Legislativa e ao TCE-MA o Balanço Geral de 1999.

Aproveito a oportunidade para lamentar o comentário do jornalista Ricardo Bocchat feito no programa Bom Dia Brasil da manhã de hoje com base em carta circular da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, entidade de classe que representa funcionários de Tribunais de Contas de todos os Estados da União, que fez comparações irreais utilizando o total dos recursos orçados como sendo gastos com pessoal e criou a "Receita Tributária Disponível" como limite a ser estabelecido pela Lei das Responsabilidades Fiscais.

Segue anexo também cópia do demonstrativo de recursos recebidos pela Assembleia Legislativa do Maranhão em 1999.

Certo de contar com a compreensão de V. Exa. para reparar os danos que a matéria veiculada na maior rede nacional de Televisão causou a esta Casa, coloco-me a inteira disposição de V. Exa. para dirimir quaisquer dúvidas que possam persistir.

Cordialmente,


Deputado Manoel Ribeiro
Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão



ESTADO DO MARANHÃO

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prezado Senador Jefferson Pêres,

De ordem da Excelentíssima Senhora Governadora Roseana Sarney, informo a Vossa Excelência os percentuais das despesas com pessoal dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público efetivamente realizadas no exercício de 1999, em relação a Receita Corrente Líquida do Estado do Maranhão:

Especificação	% da RCL
Assembleia	3,49
Tribunal de Contas	0,61
Poder Judiciário	5,56
Ministério Público	3,28
Total	13,14

Atenciosamente,


JEFFERSON MILERATO

Gerente de Planejamento e Desenvolvimento Econômico



ESTADO DO MARANHÃO
Assembleia Legislativa
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS EM
1999

	ORÇADO	PAGO	PERCENTUAL
Pessoal/Encargos- Ativos e Inativos	40.470.371,00	37.012.795,14	71%
Deputados	13.843.479,00	9.452.615,36	19%
Custeio/Capital	11.145.471,00	5.775.634,90	11%
TOTAL	65.459.321,00	52.241.044,50	100%

OBSERVAÇÃO: RS 52.241.044,50 (Cinquenta e dois milhões, duzentos e quarenta e hum mil, quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), correspondem a 1,25% do Orçamento do Estado de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Sena—r Edison Lobão, a solicitação de V. Ex^a será atendida.

Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, permanentemente esta Casa tem manifestado a sua preocupação com a questão da segurança pública no País. De todos os problemas vividos pelos brasileiros, a segurança pública é aquele que tem mexido mais de perto, que tem tocado com mais profundidade a sensibilidade da nossa gente. Em qualquer região do País, atualmente, clama-se por segurança pública. No Ministério da Justiça, há mais ou menos um ano, tive oportunidade de sentir o quanto o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, preocupa-se com a questão da segurança pública, tanto é que muitos projetos estão em execução e outros em estudo.

Tão logo chegamos a esta Casa, há cinco anos, nos deparamos com o discutido Projeto Sivam, que tem como objetivo maior promover a segurança aérea da Amazônia. Trata-se de uma estrutura que já se consolida e que transformará parte dos sonhos dos brasileiros daquela Região em realidade. Ali, as aeronaves de traficantes e contrabandistas cortam nosso território à vontade sem que o Brasil tenha meios para conter esse avanço, essa penetração, de criminosos que, pegando armas nos países vizinhos, despejam nos pequenos aeroportos junto aos rios. E, posteriormente, esses produtos acabam chegando aos grandes centros do nosso País.

O Governo sentindo que o Sivam apenas solucionaria parte do problema, o Presidente da República determinou que se estruturasse no Ministério da Justiça, mais especificamente na Polícia Federal, dois outros projetos, sobre os quais rapidamente falei certa vez desta tribuna: o Pró-Amazônia e o Promotec.

O Pró-Amazônia é a complementação do Sivam, permitindo à Polícia Federal completar o trabalho por terra e por água, colocando dessa maneira uma muralha definitiva naquela Região e coibindo, assim, a entrada em nosso território de drogas ilícitas e de armas contrabandeadas.

O Promotec seria para equipar a Polícia Federal em todo o nosso território, principalmente nas fronteiras com outros países.

Sr. Presidente, mesmo com o andamento desse projeto, com a disposição dos Governos francês e alemão, financiando esse projeto, a questão da segurança pública vai-se avolumando e agigantando, de tal forma que passa a amedrontar toda a população.

Na semana próxima passada, o ilustre Ministro da Justiça levou à consideração do Senhor Presidente da República um plano especial na área da segurança pública. A imprensa deu um bom destaque a esse trabalho do Ministério da Justiça. Aqui está a revista **Veja**, destacando inúmeras páginas a respeito desse projeto, o **Jornal da Tarde**, o **Correio Braziliense** e tantos outros. Uns dando maior ênfase, emprestando maior credibilidade; e outros, menos. Mas a verdade é que se observa assim o esforço do Governo, uma preocupação do Ministro da Justiça, uma atenção especial por parte do Senhor Presidente da República, em relação à segurança pública.

Sr. Presidente, a questão da segurança pública deve envolver, na verdade, não apenas a ação do Governo, mas de toda a sociedade brasileira, de todos os seus segmentos organizados, principalmente aqueles que, nesta hora, poderão emprestar maior colaboração à ação do Governo nessa área.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Edison Lobão para também trazer sua contribuição a respeito do assunto.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a inicia seu discurso dizendo que a segurança pública é um dos motivos de maior preocupação hoje do Governo brasileiro. Estou convencido de que realmente essa preocupação é procedente. Estamos vivendo um momento de crescente insegurança nas avenidas e nos bairros do nosso País. E a insegurança caminha com uma velocidade tal que já começa a criar na mente das pessoas um estado de quase choque, em muitas cidades brasileiras. Vemos com frequência na televisão dizer-se ou pesquisar-se, fazendo uma enquête pública, sobre quantas vezes cada pessoa já foi assaltada. Chegamos a esse ponto no Brasil e não era assim há até bem pouco tempo. Alguns analistas afirmam que isso decorre do índice de desemprego que ainda existe no Brasil. Mas eu me lembro, Senador Iris Rezende, de que, há alguns anos, estive na capital da Venezuela e ali havia, naquele momento, pleno emprego, até em razão do preço do petróleo, que a Venezuela então exportava e que estava com uma situação econômica brilhante no momento. Apesar do pleno emprego, já não se podia sair nas ruas da Capital venezuelana naquele período. Então, não decorre exatamente do desemprego; o desemprego pode ser um elemento a mais causador dessa desgraça que ocorre, hoje, em muitos países, entre os quais o Brasil. V. Ex^a foi Ministro da Justiça, e

sei da sua preocupação, porque algumas vezes conversamos sobre este assunto, no período em que V. Ex.^a exerceu este relevante cargo da administração pública federal. Sei, como afirma V. Ex.^a, que também o Presidente Fernando Henrique tem uma preocupação intensa em torno disso – e até conversei com Sua Excelência sobre este assunto, há cerca de uma semana, numa audiência com o Presidente Fernando Henrique. O Sivam veio para ajudar a debelar esse tipo de insegurança especial que ocorre na Amazônia, até com aviões circulando sem autorização do Governo brasileiro. Ora, Senador Iris Rezende, o Ministro da Justiça atual elabora um projeto, faz uma proposta e, na verdade, estamos vendo na imprensa alguns elogios e algumas críticas também. Mas é um esforço que o Governo Federal está fazendo, e se alguém tem uma sugestão melhor a oferecer que o faça – e não tenho dúvida de que o Governo Federal está pronto a receber de bom grado. O que não se pode é, desde logo, condenar uma iniciativa que vem em favor da segurança do povo brasileiro. De qualquer forma, V. Ex.^a está trazendo à tribuna do Senado uma questão transcendental para o momento que estamos vivendo no Brasil. Os brasileiros não suportam mais o nível de insegurança que assola as ruas das grandes cidades do nosso País. Precisamos de um clima de tranquilidade para construir a grandeza do Brasil, e estamos envidando muitos esforços nesse sentido. Cumprimento, portanto, V. Ex.^a pelo brilhante discurso que está proferindo!

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Agradeço-lhe o honroso aparte, Senador Edison Lobão. A contribuição que ora empresta é realmente valiosa para enriquecer o meu pronunciamento nesta tarde.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, quando falo da imprescindibilidade da participação de todos os segmentos sociais organizados no combate ao crime, faço-o por entender que o combate ao crime não se restringe à presença do policial nas ruas, mas envolve muito mais do que isso. Um trabalho realmente efetivo só pode dar resultado se feito nas nossas condições, se a longo prazo e se iniciado nas escolas, com os professores do ensino básico injetando na consciência da criança o sentido da vida e valores que precisam realmente ser preservados.

A segurança pública deve ser iniciada com a criação de uma consciência, junto sobretudo à juventude, de que o crime não compensa.

Um projeto de segurança pública deve ser iniciado nos órgãos de comunicação – rádio, jornal e televisão – porque uma cena de violência, um filme de violência na televisão pode induzir o jovem ao crime.

Um trabalho de segurança pública no País envolve o setor da economia, que deve não apenas voltar-se para o lucro imediato, mas também entender que a economia é um instrumento para criar oportunidade de trabalho para as gerações que chegam. Um plano de segurança pública deve envolver também os empresários dos grandes centros. Não entendendo empresários e governantes a necessidade da descentralização do desenvolvimento, a descentralização das indústrias para o interior do Brasil, isso fará com que acrescentemos sempre um dígito no índice da desigualdade social.

O desemprego, como dizia o Senador Edison Lobão, não é responsável exclusivo pela criminalidade. Não é o responsável único nem é o maior, mas é responsável. O desemprego, indiscutivelmente, é um dos motivos do crime em qualquer parte do mundo.

Temos de conscientizar a sociedade como um todo da sua participação no combate ao crime. Cada um na sua área deve contribuir para que criemos neste País uma mentalidade de valorização da vida humana e fomentemos a participação de todos nesta verdadeira batalha.

Sr. Presidente, o Brasil é um País onde a desigualdade, as injustiças sociais são gritantes. A distribuição de renda no Brasil, todos sabemos, é selvagem: um percentual da população muito rico; outro percentual muito pobre. Quantos milhões de brasileiros vivem em dificuldade!

Sr. Presidente, venho a esta tribuna cumprimentar o Ministro da Justiça pela sua atitude. Em apenas sete meses de administração, levou ao Presidente da República um Plano Especial de Combate à Violência.

Disse o Senador Edison Lobão, no seu aparte, que a imprensa tanto elogiou quanto criticou o projeto. A imprensa não tem razão, porque o Senhor Presidente da República recomendou que o plano só fosse levado ao conhecimento da população após Sua Excelência conhecer, examinar e avaliar, com profundidade, o trabalho apresentado, uma vez que ele envolve milhões e milhões de reais.

Mas a minha presença não se limita a cumprimentos pelo plano. Trago uma preocupação um tanto localizada, mas que procede. Venho pedir ao Ministro da Justiça que prepare, em caráter emergencial, um plano de combate à violência no entorno de Brasília. Esta é a quarta vez que venho a esta tribuna trazer ao conhecimento das autoridades do meu País uma realidade cruel que não é conhecida por muitos – quando digo muitos, eu me refiro às autoridades e à própria

população brasileira. Tenho clamado por providências e feito denúncias.

Apresentamos aqui um projeto criando a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno, para o qual contei com a participação do Líder do Governo nesta Casa, o Senador José Roberto Arruda. Hoje o projeto é lei. O Ministro do Desenvolvimento Regional, Senador Fernando Bezerra, está preparando a estruturação da Secretaria da Região Integrada do Desenvolvimento do Entorno. Já estão sendo alocados recursos no Orçamento a vigor ainda neste exercício.

Sr. Presidente, a situação da segurança pública no entorno não espera o caminhar lento da burocracia que todos conhecemos. A situação da segurança pública no entorno deve preocupar sobretudo o Governo Federal. A manchete de uma reportagem do **Jornal do Brasil** de hoje desperta a atenção das autoridades para a realidade. Novecentos mil criaturas vivem no entorno, em aproximadamente 15 Municípios que surgiram como advento de Brasília: Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, que era um pequeno distrito e hoje é uma cidade de mais de 100 mil habitantes, Águas Lindas, que surgiu em um loteamento, há cinco ou seis anos, fruto da especulação imobiliária, e hoje tem praticamente 200 mil habitantes, Planaltina de Goiás, a nova Planaltina, com aproximadamente 200 mil habitantes, já a velha ficou constituindo o território do Distrito Federal. São cidades que surgem do dia para a noite, uma vez que aquelas pessoas que vêm em Brasília o encanto das mil e uma noites procuram espaço no território do Distrito Federal, não o encontram e abrigam-se em um lote barato no entorno. Daí surge essa realidade – como disse – cruel e assustadora que deve alertar as autoridades de nosso País.

Essa população não conta com assistência médica suficiente, com assistência educacional, com transporte, com emprego, com quase nada. Daí, Sr. Presidente, aquele perigoso ambiente realmente propício à criminalidade, porque uma família que vive praticamente desabrigada, em um barracão de papel ou de tábuas, muitas vezes sem luz, sem emprego e sem ter o que comer, está disposta a tudo, porque a vida para ela vale muito pouco.

Mas pode o Senado fazer uma indagação: isso não é problema de Goiás, esses Municípios não são goianos – apenas dois ou três são mineiros? Sim. Entretanto, cidades como Luziânia e Formosa, que já existem há mais tempo, estão relativamente tranquilas, são praticamente consolidadas. As demais existem em razão de Brasília. O entorno e o Governo de

Goiás não estavam preparados para esse acontecimento. Uma avalanche de pessoas de todas as regiões do Brasil procuraram Brasília e foram encontrar o agasalho na área do entorno.

Digo isso com conhecimento de causa. Tendo sido Governador em dois períodos, vivi intensamente essa situação, tanto que um dos itens que integravam a minha proposta de candidato era fazer com que o Governo Federal assumisse responsabilidades com a população do entorno. Felizmente, conseguimos a aprovação dessa região e, mesmo lentamente, caminharemos para minimizar essa situação.

Sr. Presidente, é muito natural que eu venha a esta tribuna clamar ao Governo Federal uma atenção para essa situação do entorno, porque todos nós estamos absolutamente de acordo com que o Governo Federal ajude a consolidar Brasília. Tanto é que, constitucionalmente, é o Governo Federal que paga os soldos de todos os militares – da Polícia Civil e da Polícia Militar. E o Governo Federal vai além: contribui para o pagamento dos trabalhadores na área da saúde do Distrito Federal e para o pagamento dos professores, além de ser o responsável absoluto também pelo pagamento dos trabalhadores na área da Justiça.

Um policial do Distrito Federal recebe mensalmente mais de mil reais. Assim acontece com os professores e com os demais trabalhadores na área da saúde, entre outros. Enquanto um policial no Distrito Federal recebe mais de mil reais, o de Goiás recebe de R\$350,00 a R\$400,00. Enquanto um professor do ensino básico recebe no Distrito Federal mais de mil reais, um de Goiás recebe de R\$300,00 a R\$400,00. E na área da saúde, não se fala. Na Polícia Civil, também.

Sr. Presidente, como desenvolver um trabalho satisfatório na área do entorno se o soldado de lá sabe que o de cá ganha quase três vezes o que ele ganha? Ele vai colocar a sua vida em risco? Não vai. Ele tem estímulo para o trabalho? Não tem. Talvez aquele soldado mais distante, que fica na divisa com os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, trabalhe porque os salários do seu colega é idêntico ao seu. Mas aqui, não. A vida no entorno exige mais para a sua família e ele ganha muito pouco.

O Governo Federal não podia aplicar recursos no entorno, uma vez que não havia meio legal para isso. Hoje, tem. Levando em conta essa possibilidade é que venho clamar ao Ministro da Justiça que prepare um plano emergencial para a segurança pública do entorno. Por que peço ao Ministro e não ao Governo do meu Estado ou ao Governo do Distrito Federal?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Senador Iris Rezende, embora a Mesa compreenda a

relevância do pronunciamento de V. Ex^a, gostaria de comunicar que seu tempo esgotou-se há mais de oito minutos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, vou concluir apenas terminando meu pensamento e concedendo o aparte a meus dois Colegas, Romero Jucá e nosso grande Líder.

Concluindo meu pensamento, por que venho solicitar ao Ministro da Justiça? Porque eu não teria razões para solicitar ao Governador do Distrito Federal, porque o S. Ex^a não pode, não tem competência nem autorização legal para investir fora de seu Estado. Ele estaria incorrendo em crime de responsabilidade. Estou consciente de que o Governo de Goiás hoje não tem condições para aumentar seus gastos, seus investimentos nessa área. Então, quem poderia coordenar um trabalho entre dois governos? Quem poderia supervisionar uma ação nessa área, convocando inclusive a Polícia Federal para contribuir com as polícias do Distrito Federal e do Estado de Goiás é o Ministro da Justiça. Então, venho, Sr. Presidente, em nome do meu Estado, do povo goiano, fazer este apelo ao Ministro da Justiça para que, antes que entre em execução o plano especial apresentado ao Senhor Presidente da República – porque isso vai demandar tempo – que S. Ex^a estude, a curto prazo, urgentemente, um trabalho para o entorno de Brasília na área de segurança pública.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, com muita honra, concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Iris Rezende, também quero aplaudir o discurso de V. Ex^a, assim como fez o Senador Edison Lobão, porque, com sua autoridade de ex-Ministro da Justiça e um dos homens públicos mais experientes deste País, fez um relato claro da situação da segurança no Brasil. Sem dúvida, esse é um dos aspectos de maior cobrança pela sociedade brasileira ao Poder Público, quer em âmbito federal, estadual ou municipal. As pesquisas de opinião pública indicam que a falta de segurança tem atemorizado a vida do cidadão brasileiro. Os percalços e a sensação de insegurança que permeia as grandes cidades já começam a chegar – como bem diz V. Ex^a – no entorno de Brasília e nas pequenas e médias cidades. Fui Relator do relatório do Orçamento do Ministério da Defesa e da Justiça e vivi a agonia de ver poucos recursos a serem destinados a um drama tão grande. O sistema penitenciário do País está falido. Precisamos construir penitenciári-

as e mudar o seu modo de gestão. As polícias são mal remuneradas. Há uma discrepância grande de remuneração entre Estados, o que acarreta extrema dificuldade de operação. Não há armamento, não há equipamento, não há treinamento. Enfim, urge que haja um plano de ação conjunto – Estados e Governo Federal – para enfrentar esse drama. O Ministro José Carlos Dias, em boa hora, propõe um plano emergencial, um plano de combate à violência, de forma estruturada – e é isso que buscamos. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso. Fica a expectativa de que esse plano do Governo Federal, do Ministro da Justiça, possa fazer frente ao crime que vem crescendo no nosso País e, sobretudo, tranquilizar as famílias brasileiras que, todos os dias, perdem seus filhos, seus maridos, suas esposas em crimes bárbaros, em crimes sem explicação, em assaltos, em mortes em sinais de trânsito. Nenhum brasileiro está, infelizmente, livre de uma tragédia. Temos de agir rapidamente, e V. Ex^a, da tribuna hoje, faz um alerta importante à Nação e, ao mesmo tempo, faz um apelo que deve ser de todos nós que amamos Brasília e que aqui vivemos para o enfrentamento do drama da violência na região do entorno, que necessita de uma ação emergencial. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Essa ação vai estender-se a Brasília, inapelavelmente, se providências urgentes não forem tomadas.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Concedo o aparte ao nosso grande Líder Gilberto Mestrinho, Senador pelo Estado do Amazonas.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Iris Rezende. Ouço com muita atenção o discurso em que V. Ex^a aborda alguns aspectos da segurança pública no País. V. Ex^a citou o Projeto Sivam, que visa a vigilância do espaço aéreo na região amazônica, região limdeira com vários países da América do Sul, rota do tráfico que sofre constante ameaça de incursões estrangeiras, com a possibilidade de participação dos índios da fronteira no processo. É um projeto importante – um pouco atrasado – e que trará uma nova dimensão à região. V. Ex^a citou também a violência nas cidades, que apavora a população. O Brasil está vivendo uma guerrilha urbana, não como a que existe em outros países para a tomada do poder oficial, formal, do poder da República – quando é uma república –, mas do poder do controle das zonas de influência no tráfico, no contrabando, etc. Ora, se não houver uma interação grande entre o Poder Federal e as polícias federal e estaduais, visan-

do a aquisição de equipamento e o aumento do número de funcionários, será infrutífero qualquer esforço, porque o policiamento nas cidades é feito pelas polícias estaduais civil e militar. Segundo dados divulgados na televisão, na cidade de São Paulo, por exemplo, no ano passado, das 679 pessoas assassinadas entre outras, aproximadamente 590 o foram pela Polícia Militar e 70, pela Polícia Civil. Com polícias assim, é difícil trabalhar, é difícil fazer com que o povo acredite no aparelho de segurança do Estado. V. Exª fala ainda do entorno de Brasília. Como um policial de Goiás, que ganha menos de um terço do que ganham os de Brasília, vai enfrentar o crime? Ele considera o que recebe muito pouco para arriscar sua vida. Tudo isso é consequência, em parte, dos refugiados do campo. Durante muito tempo, houve um abandono do campo. Tudo era feito em benefício das cidades, e a atividade do campo ficou insustentável. As pessoas não tinham mais condições de viver no campo, porque o campo não lhes dava oportunidade. Elas recebem as notícias pela televisão e pelo rádio e são atraídas para as cidades, mas, sem qualificação para o trabalho – a cidade não tem condição de oferecer-lhes nem trabalho sem qualificação –, ficam nos entornos, faveladas, gerando todas essas consequências muito bem abordadas por V. Exª. É importante que o Ministro da Justiça realize efetivamente um trabalho com as polícias e os governos dos Estados, a fim de reequipá-las não somente com armas, mas com consciência, com método de trabalho, com orientação cívica, para que a cidadania seja respeitada, para que se faça efetivamente um policiamento que proteja o cidadão. V. Exª está de parabéns. O problema da segurança pública vai desde a educação – as escolas já não podem funcionar pela ameaça do crime – até o aparelhamento policial, que deve ser reformulado. Parabéns a V. Exª.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho, pelo aparte que valoriza o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, agradeço a condescendência de V. Exª.

De todas as questões abordadas como responsáveis, como fontes da criminalidade, a mais importante é a impunidade. Os Estados Unidos hoje têm um índice de criminalidade bem inferior ao nosso, e trata-se de um país que tem o maior número de pessoas cumprindo penas – alternativas e de reclusão. Nos Estados Unidos, a impunidade é mínima.

Jamais iremos acabar com a impunidade em nosso País se não entregarmos ao Poder Judiciário um Código de Processo Penal e um Código Penal à

altura, para que os juízes possam executar a lei e punir os criminosos. Essa responsabilidade não é do empresário, do professor, mas do Congresso Nacional. Os juízes estão manuseando atualmente um Código Penal datado de 1940 e um Código de Processo Penal que dá ao *ex adverso* a oportunidade de procrastinar o andamento da ação penal.

Apelo ao Sr. Ministro da Justiça para que conclua o anteprojeto do Código Penal e para que o encaminhe ao Congresso, a fim de que a sociedade possa contar com uma legislação realmente capaz de dar ao Poder Judiciário meios de cumprir a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Ludio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a questão do salário mínimo ganha, a cada dia, contornos mais polêmicos e preocupantes dentro do quadro de dificuldades enfrentadas por todos os trabalhadores brasileiros, particularmente pelos que procuram viver e criar seus filhos nas chamadas regiões pioneiras de colonização, como o Acre.

Sim, porque, mais uma vez, a solução enfocada pelos tecnocratas e alguns políticos do Centro-Sul se volta contra os Estados pobres desta Federação, sob a forma da odiosa discriminação implícita na chamada "regionalização do salário mínimo". A denúncia está embutida em matéria publicada na edição de ontem do **Jornal do Brasil**, assinada pela repórter Ana d'Angelo, da sucursal de Brasília, que afirma:

"Está cada vez mais forte no Governo a proposta de adotar salários mínimos diferenciados no País, o que, na prática, significa a sua regionalização. A idéia do grupo de técnicos e especialistas que estuda a nova política do mínimo é estabelecer um valor nacional e vários estaduais ou regionais."

Logo em seguida, a competência e a seriedade da repórter não a isentam de um lamentável engano, quando ela afirma: essa regionalização "é a saída para o Governo ter condições de dar reajustes salariais mais significativos aos trabalhadores das regiões economicamente mais desenvolvidas, onde o custo de vida também é maior".

Ora, todos sabemos que a realidade é justamente o oposto do que afirma a matéria: o custo de vida nas partes mais distantes do Brasil, particularmente na Amazônia, é muito maior. E não existe qualquer dificuldade para entender-se o motivo: a própria distância, ao impor altíssimos custos de transporte, é um fator decisivo na carestia da comida e dos outros produtos consumidos na Região. Mais, ainda: sofreremos duramente as consequências de outra "regionalização", a ocorrida no setor de combustíveis, que prejudicou a distribuição dos derivados de petróleo e – dentro da implacável lei do mercado sem controles – provocou inúmeras denúncias de abusos nos preços.

A economia do Acre – e de grande parte da Amazônia – ainda vive as incertezas de uma transição dolorosa, entre a falida estrutura do extrativismo e as novas opções de trabalho e de produção. Por isso, grande parte do que seus cidadãos consomem ainda é levada de outros Estados, através de rodovias precárias e cobrindo distâncias que, habitualmente, passam de mil quilômetros. Não nos esqueçamos de que estamos falando de uma região que representa mais de metade do território nacional!

A unificação do salário mínimo foi uma conquista dos amazônidas, que se consolidou na Constituição de 1988, cujo art. 7º determina, em seu inciso III, como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, "salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado". E os tecnocratas, como em tantas outras oportunidades, tentam passar por cima de tudo que os contrarie. Hoje, quem faz a denúncia é a matéria do respeitado JB, que informa: "a análise dos técnicos é que essa regionalização não requer mudança na Constituição".

Como não requer? Será que eles ao menos se deram ao trabalho de abrir o livro onde estão lançadas as estruturas legais e institucionais do País? Ou será que "salário mínimo nacionalmente unificado", para eles, quer dizer justamente o contrário?

Disse, há pouco, que essa luta não é nova. Quando assumi o primeiro mandato de Deputado Federal, em 1975, trouxe, como uma de minhas mais caras bandeiras, a determinação de acabar com a discriminação então vigente, que fixava diversos valores do salário mínimo no território nacional, com um nível mais alto no Centro-Sul e outras regiões privilegiadas; intermediário em outras; e muito inferior nas demais, quase todas na Amazônia, no Centro-Oeste e nos pontos mais pobres do Nordeste.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, ouço V. Exª, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Caro Senador Nabor Júnior, louvo seu discurso e aplaudo seu posicionamento quanto à regionalização do salário mínimo. Ao falar nessa tribuna, talvez V. Exª esteja representando, independente de partido, todos os Senadores da Amazônia. Se o salário mínimo for regionalizado, a Região Amazônica, as regiões mais pobres estarão condenadas a serem ainda mais pobres, porque, como bem disse V. Exª, o custo de vida em Roraima, no Acre, em Rondônia, no Amapá ou no Amazonas é mais alto do que nos grandes centros do País. Por que, então, querer estabelecer um salário mínimo menor para essa população? Sem dúvida, essa questão do salário mínimo é polêmica. Entendemos que o bom seria se o Governo não precisasse fixar salário mínimo; o bom seria, como ocorre em alguns Estados, em algumas Prefeituras, no Governo Federal, que o equilíbrio econômico e o crescimento fizesse com que o servidor público não ganhasse salário mínimo, mas, infelizmente, nas pequenas Prefeituras, nos pequenos comércios, no microempresariado que luta com dificuldade no meu Estado, Roraima, ou no Estado de V. Exª, o Acre, isso ainda acontece. Essa questão precisa ser analisada cuidadosamente. No entanto, não podemos concordar com alguns Senadores de determinadas regiões, as quais precisam de investimentos e de incentivos para agregar valores econômicos, mas querem um salário mínimo regionalizado, com valores mais baixos, porque, neste caso, a condição de pobreza da sociedade aumentará ainda mais. Creio que o ideal é buscarmos mecanismos para fazer com que se desenvolvam atividades econômicas, para termos condição de suplantarmos o patamar ou o piso do salário mínimo. Marcar salário mínimo regional com valores diferenciados no País não é, no meu entender, o melhor caminho para termos uma política de remuneração justa no Brasil.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço o oportuno aparte de V. Exª, que me propicia aduzir um outro argumento, em abono da tese que estamos defendendo: a manutenção da unificação do salário mínimo em nível nacional. Isso porque, na nossa região, Senador Romero Jucá, a maioria dos assalariados e os próprios funcionários públicos de baixa categoria dificilmente vão além do salário mínimo.

Lembro-me de que, de 1983 a 1986, quando era Governador do Acre, reajustávamos duas vezes por ano – em maio e em novembro – os salários dos funcionários, pois grande parte deles recebia salário mínimo.

Em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, porém, a situação é dife-

rente. O Governador Mário Covas, há poucos dias, concedeu entrevista, dizendo que nenhum servidor paulista ganhava salário mínimo; que todos têm seus proventos acima de dois salários mínimos. Na própria iniciativa privada, os industriários, os comerciários, todas as categorias profissionais percebem, em média, acima de um salário mínimo. Na nossa região, contudo, o salário mínimo é o parâmetro do nível de vencimentos do assalariado. Então, tentar-se reduzir seu valor ainda mais, ou estabelecer outro padrão para remunerá-lo, é uma grande injustiça que se pratica, sobretudo na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste brasileiro.

Mas, retomando o fio do meu discurso, enriquecido pelas palavras do nobre Senador Romero Jucá, reafirmo a ênfase na conquista da unificação do salário mínimo, em todo o País.

Os meus nobres Pares que ingressaram na vida pública em épocas mais recentes não sabem o que foi essa batalha sistemática, firme, corajosa e perigosa – porque implicava críticas à política econômica dos governos militares, que, como ninguém desconhece, não aceitavam muito bem as críticas e as contestações.

Não deixei, um momento sequer, de empunhar a bandeira da unificação do salário mínimo. Protestei, propus, negocie, denunciei a imensa injustiça que era dividir os brasileiros; fiz ver a todos os então Parlamentares e aos representantes do Governo que a Federação pressupõe justamente a unicidade de políticas sociais. Se existirem brasileiros de primeira classe, mais bem pagos e apoiados pelo Poder Público, e brasileiros de segunda classe, desprovidos dessa atenção, não existirá o regime federativo que proclamamos.

A Constituição é a lei básica para todos os brasileiros. Sem exceções, sem privilégios e sem perseguições aos mais pobres. Permitam-me, Excelências, ler a íntegra do **caput** do art. 7º da Constituição e seu inciso IV. Sei que todos o conhecem muito bem, mas é preciso que os brasileiros que nos ouvem neste momento, por meio da TV e da Rádio do Senado Federal, tomem ciência de seus exatos termos, que são os seguintes:

"Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene,

transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Agora, como sempre, tenta-se fazer mudanças em ritmo acelerado, de afogadilho. Quem conta é a repórter Ana D'Angelo:

"A proposta é implantar a nova política, que seria permanente, já a partir de 1º de maio deste ano. Mas isso dependerá das condições políticas. Por isso, é possível que o Governo só dê o reajuste para o mínimo atual e adote a nova política a partir do ano que vem. Os valores de eventuais pisos regionais ou o índice de reajuste não estão ainda em discussão. Por enquanto, o grupo de trabalho só está pensando o modelo da nova política."

Sr. Presidente, Srª e Srº Senadores, para evitarmos mais essa violência contra os brasileiros das regiões pobres e distantes, temos de estar atentos à advertência contida no próprio plano dos tecnocratas. Eles, usando a tradicional entonação desdenhosa com que se referem ao Congresso Nacional, dizem que "isso dependerá das condições políticas". Pois bem, se insistirem nessa proposta insana e antifederativa, enfrentarão condições políticas muito mais hostis do que podem supor.

Nem precisaríamos ler o **Jornal do Brasil** para saber que a intenção é dar a São Paulo um salário mínimo bem superior ao da Amazônia, por exemplo. Tudo dentro do espírito do grupo de trabalho governamental, que já teria diagnosticado o ponto que, a seu ver, merece ataque prioritário: a pretensa impossibilidade de manter um mínimo único, capaz de atender às necessidades de todos os trabalhadores do País.

A partir daí, chega-se à mais deslavada mistificação da verdade, pela manipulação de propostas e de dados contraditórios.

Por exemplo, segundo o **Jornal do Brasil**, os tecnocratas primeiro dizem que "a Previdência Social teria regras únicas em todo o País, tendo como piso o salário mínimo nacional, ou seja, tanto a contribuição mais baixa como o benefício mínimo teriam como referência esse valor nacional". Claro, não é?

Não! Não é tão claro como pode parecer – porque, logo abaixo, o grupo de trabalho parte do pressuposto de que, implantada a regionalização que eles tanto querem, a igualdade seria atropelada pela realidade, já que "os segurados do INSS em São Paulo ou no Rio de Janeiro poderiam se aposentar com base

no mínimo que recebem, desde que também contribuíssem sobre esse valor”.

A tese da regionalização do salário mínimo é uma proposta absolutamente fora do bom senso e do interesse coletivo da Nação. Se vier mesmo a ser implantada, causará uma corrida para as metrópoles, em particular as que estiverem pagando mais aos trabalhadores de baixa qualificação. Quem adverte é o economista e professor da Universidade de Campinas, Márcio Pochmann. Ele considera essa idéia um retrocesso, justamente porque será incontrolável a migração em busca de melhores condições salariais. E avisa: “isso vai consolidar o que já existe na prática, que é a desigualdade de renda por setor e região que existe no País”.

A insensibilidade de quem ignora essa ameaça concreta vai provocar um inchaço ainda maior nas periferias das metrópoles – e, quando os migrantes caírem na realidade da falência de seus sonhos, não terão como retornar à condição anterior. E o resto da história não é difícil de se prever: desespero, marginalidade, prostituição das filhas e descaminho dos filhos.

Com a sincera lealdade de sempre, faço questão de antecipar, para conhecimento do Governo e de seus líderes, bem como dos demais Senadores e Congressistas: estarei na trincheira oposta a essa iniciativa, sem prejuízo do fato de que meu partido, o PMDB, integra a base de sustentação política do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nesse episódio, entretanto, está em foco um compromisso maior, mais forte e acima de qualquer imposição disciplinar: a defesa da dignidade do povo acreano, que jamais admitirá ser reconduzido a uma posição subalterna, em relação aos demais brasileiros, na questão do salário mínimo.

Lutei muito, enfrentei ameaças, defendi essa bandeira em situações adversas – e, com orgulho, posso proclamar que tive uma efetiva participação na vitória da tese da unificação do salário mínimo.

Admitir qualquer outra regra seria uma traição à minha biografia de amazônida e de homem público – e não existe alternativa superior à minha coerência.

Sr. Presidente, a matéria de ontem no *Jornal do Brasil* é digna de figurar nos Anais do Senado Federal e, portanto, rogo a V. Ex^a que determine sua inclusão no discurso que me trouxe hoje à tribuna da Casa.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:

*Salário Governo quer volta de piso diferenciado que permitiria
reajuste maior para trabalhador de regiões mais ricas*

MÍNIMO REGIONAL GANHA FORÇA

Ana D'Angelo

Brasília – Está cada vez mais forte no Governo a proposta de adotar salários mínimos diferenciados no País, o que, na prática, significa a sua regionalização. A idéia do grupo de técnicos e especialistas que estuda a nova política do mínimo é estabelecer um valor nacional e vários estaduais ou regionais.

É a saída para o Governo ter as condições de dar reajustes salariais mais significativos aos trabalhadores das regiões economicamente mais desenvolvidas, onde o custo de vida também é maior. A análise dos técnicos é que essa regionalização não requer mudança na Constituição.

A proposta é implantar a nova política, que seria permanente, já a partir de 1º de maio deste ano. Mas isso dependerá das condições políticas. Por isso, é possível que o Governo só dê o reajuste para o mínimo atual e adote a nova política a partir do ano que vem. Os valores de eventuais pisos regionais ou o índice de reajuste não estão ainda em discussão. Por enquanto, o grupo de trabalho só está pensando o modelo da nova política.

Em dólar – Em São Paulo, por exemplo, o valor pode até ser os tão falados US\$100. O Presidente Fernando Henrique Cardoso já tinha anunciado no fim do ano passado que o Governo estava estudando a adoção de “pisos profissionais”. A Previdência Social teria como referência o salário mínimo nacional que, nesse caso, seria o menor.

A equipe, que é comandada pelo Secretário de Política Econômica, do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, já diagnosticou a situação:

1) não é possível manter um mínimo único que atenda as necessidades de todos os trabalhadores do País; 2) a atual política já é talhada para não provocar estragos na oferta de empregos nas regiões mais pobres.

Mantida a unificação, uma política salarial ativa em determinado estado será hiperativa em outro. Ou o inverso, como ocorre hoje: o salário mínimo atual de R\$136 movimenta a economia de um estado como o Piauí, mas não tem quase nenhum efeito em São Paulo, onde poucos trabalhadores ganham esse valor.

Mais desemprego – Segundo estudos dos técnicos, o salário médio recebido pelo trabalhador no Piauí é equivalente a 1,08 mínimo. Boa parte recebe menos do que o piso nacional. O resultado da elevação do mínimo para US\$100 (ou R\$177,70, pela cotação da última sexta-feira) seria o aumento brutal do desemprego e da informalidade nas regiões menos desenvolvidas.

A Previdência Social teria regras únicas em todo o País, tendo como piso o salário mínimo nacional. Ou seja, tanto a contribuição mais baixa e o benefício mínimo teriam como referência esse valor nacional. É claro que os segurados do INSS em São Paulo ou no Rio poderiam se aposentar com base no mínimo que recebem, desde que também contribuíssem sobre esse valor.

A regionalização não é idéia nova. O mínimo já nasceu regionalizado, em 1940. Vavia 240 mil réis no Rio, então Capital do Brasil. O menor valor, de 80 mil réis, era pago em cidades do interior, principalmente do Nordeste. Isso acabou provocando uma corrida dos trabalhadores rumo aos grandes centros. A unificação

começou em 1960 e só terminou em 1º de maio de 1984, quando restavam dois mínimos – um vigente no Sul e no Sudeste e outro no resto do País.

Para os técnicos do Governo, essa regionalização não deve provocar a migração de trabalhadores, já que os grandes centros apresentam custo de vida e taxa de desemprego maiores.

Não é o que pensa o economista e professor da Unicamp, Márcio Pochmann. Ele considera a regionalização do mínimo um retrocesso e avalia que haverá migração dos trabalhadores para as regiões onde o salário mínimo for maior. "Vai consolidar o que já existe na prática, que é a desigualdade de renda por setor e região que existe no País", prevê.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iris Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao ilustre representante do Estado de Mato Grosso, Senador Antero Paes de Barros. S. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srª e Srª. Senadores, alguns assuntos trazem-me à tribuna no dia de hoje. Primeiramente, registro a alegria do Estado do Mato Grosso, que represento no Senado da República, por duas inaugurações, ou melhor, por uma inauguração e pelo lançamento de um programa, que atestam o desenvolvimento do nosso Estado em virtude de ações do Governo Federal.

Estive, há dez dias, juntamente com o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, na cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso, ocasião em que foi aberta, em todo o Centro-Oeste, contemplando também o meu Estado e já com a obra em direção ao Estado de Rondônia, a possibilidade de os mato-grossenses fazerem contato utilizando a tecnologia da fibra ótica.

Para dar uma idéia do que esse fato representa, antes desse acontecimento, os mato-grossenses conseguiam realizar 330 mil ligações ao mesmo tempo. Com a instalação da rede de fibra ótica, conseguirão fazer 330 mil ligações e mais 460 mil ao mesmo tempo. Ou seja, mais que duplicou a capacidade de o Estado de Mato Grosso utilizar a comunicação. E comunicação é informação, e informação é, indiscutivelmente, democratização do acesso à informação por parte de todos os brasileiros. Isso não representa apenas a possibilidade dos negócios, mas, claramente, o avanço que ocorrerá na área social em razão das conquistas havidas no âmbito das comunicações. Por exemplo, em breve, será possível vermos alguém que

estimamos se submeter, em nosso Estado, a uma intervenção cirúrgica que será assistida pelo maior especialista em São Paulo e até – quem sabe – nos Estados Unidos, podendo o médico local ser orientado mediante a participação daquele renomado professor paulista. Então o avanço das comunicações cria em nós o dever e a obrigação de vir à tribuna do Senado da República para cumprimentar o Governo Federal e mostrar realmente que o ideal do ex-Ministro Sérgio Motta de democratizar o setor das comunicações brasileiro está sendo atingido e oferecido a todos os Estados brasileiros.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Caro Senador Antero Paes de Barros, V. Exª relata com muita propriedade os avanços que a área das comunicações tem atingido, chegando a regiões mais distantes. Como bem disse V. Exª, lembro que esse, de fato, era um compromisso do ex-Ministro Sérgio Motta e do Presidente Fernando Henrique assumido ainda na época das discussões acerca do processo de privatização. Além de ressaltar essas conquistas e aplaudir o discurso de V. Exª, recordo que há no Senado Federal, para votação, o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – FUST, que está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Esse fundo permitirá, ainda mais, que as telecomunicações possam chegar aos locais mais distantes do nosso País – às aldeias indígenas, às pequenas vilas de Roraima, do Acre, do interior de Goiás, enfim àquelas localidades onde infelizmente a implantação de sistema de telefonia não é rentável, por baixa movimentação. O FUST – Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – irá fazer com que as empresas possam investir nessas localidades. Portanto, além de todo o avanço que já conseguimos, sem dúvida nenhuma o funcionamento do FUST vai fazer com que tenhamos condição de ampliar, de forma muito forte, essa ação. Na semana passada, o Ministro Pimenta da Veiga, numa demonstração em sentido figurado, afirmou, em entrevista coletiva, que as aldeias indígenas do Brasil teriam sistema de telefonia, porque é isso que prevê o investimento desse fundo de universalização. Portanto, se muito já foi feito, temos agora que aprovar o FUST, e essa é uma atribuição do Senado. Então temos que conclamar os parceiros Sr.ªs e Srs. Senadores para que, ainda no mês de março, tenhamos condição de aprovar esse fundo e, aí sim, tenhamos prazo, tempo e recurso

para levar até o pequeno agricultor, até o índio, até o pequeno produtor do interior do Brasil um serviço que hoje ele não tem. Quero parabenizar V. Ex.^a pelo seu discurso e registrar que, sem dúvida nenhuma, o Ministro Pimenta da Veiga, bem como o ex-Ministro Sérgio Motta, com toda a sua luta, com toda a sua garra, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso estão cumprindo aquilo a que se propuseram quando traçaram os planos do sistema de telecomunicações para o País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex.^a o aparte que incorporo ao meu pronunciamento, inclusive para que sirva de alerta à necessidade de o Senado da República aprovar o Fundo para as Telecomunicações no Brasil.

Outro assunto, Sr. Presidente. Esteve também em nosso Estado, lançando o Programa Luz no Campo, o Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho. Esse programa, em Mato Grosso, vai beneficiar 91 dos 130 Municípios daquele Estado. Serão mais de 58 mil propriedades rurais do Estado de Mato Grosso que vão receber o benefício da energia elétrica. Esse benefício não se limita à possibilidade da televisão e da geladeira, mas principalmente àquela de agregar valor à produção do pequeno produtor.

O Governo do Estado do Mato Grosso, pelo Governador Dante de Oliveira, decidiu acertadamente, e o Estado também está participando da parceria com a Eletrobrás, com o Governo Federal e com a empresa que opera a energia elétrica no Estado de Mato Grosso, a rede Cemat. Foram destinados R\$20 milhões para complementar os recursos do projeto de forma a reduzir em até 70% o valor da mensalidade que vão pagar, em 30 anos, os pequenos produtores do Estado de Mato Grosso.

Também me traz à tribuna, Sr. Presidente, uma tomada de decisão que considero inadiável com relação ao Pantanal mato-grossense. Chamo a atenção do Brasil e principalmente do Estado de Mato Grosso do Sul. Existe, naquele Estado, a construção da Usina Hidrelétrica de Manso. Tecnicamente, essa usina, evidentemente, tem as suas repercussões na natureza com a barragem que está sendo construída e com as comportas que já foram fechadas para que a água flua normalmente para o rio Cuiabá. Se a água de Manso não fluir para o rio Cuiabá significa que estamos tendo menos água no Pantanal mato-grossense. E nós estamos, para nossa infelicidade, enfrentando o maior período de estiagem do Pantanal de Mato Grosso. A lâmina d'água é, historicamente, a menor lâmina d'água neste período do ano. Os biólogos têm alertado que os peixes não tiveram condições de su-

bir para fazerem o repovoamento dos rios. Esse alerta é de uma gravidade fantástica.

Tivemos oportunidade, no nosso Estado, de escrever um artigo em um dos jornais de Cuiabá, o jornal **A Gazeta**, propondo a moratória da pesca, porque o Governo brasileiro tem no seu maior programa ambiental o Projeto BID-Pantanal. O Presidente Fernando Henrique, apoiando o Mato Grosso do Sul, apoiando o Estado de Mato Grosso, está federalizando recursos da ordem de US\$400 milhões para aplicar no BID-Pantanal. Esse programa é a salvação do Pantanal de Mato Grosso, esse programa vai estabelecer o saneamento básico para proteger o Pantanal, que é tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul, porque o Pantanal é um só. Sr. Presidente, entendemos que, para dar certo, esse projeto precisa implantar uma moratória na atividade pesqueira do Estado. É evidente que, além disso, estamos propondo também que se faça um levantamento de quantos e quais são os pescadores profissionais, que se estabeleça, com recursos do FAT, do Fundo do Amparo ao Trabalhador, um salário para que esses pescadores profissionais possam realmente sobreviver durante esse período. Porque o BID-Pantanal vai devolver saúde ao Pantanal, vai estabelecer uma política de saneamento básico, o esgoto não mais será jogado nos rios que banham o Pantanal mato-grossense. Mas é fundamental, para que tudo isso dê certo, que haja essa suspensão em uma das principais atividades do Pantanal: a pesca. Quem visita o Pantanal o faz por causa da sua natureza exuberante mas também porque gosta de fazer a prática turística, a prática da pesca. É nesse sentido que estamos fazendo um apelo aos dois Estados, ao Estado de Mato Grosso e ao Estado de Mato Grosso do Sul, e ao Ibama, para que façam um estudo sobre a necessidade técnico-científica de se determinar a suspensão da atividade pesqueira, pelo menos durante dois anos, no Pantanal. Somente assim, esses recursos e esses investimentos na área ambiental trarão resultados satisfatórios ao Pantanal em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Aproveito o final do meu tempo, Sr. Presidente, para registrar o **Opinião Tucana** em função dos últimos acontecimentos que têm trazido tantas controvérsias ao noticiário político do Brasil. Faço questão de lê-lo para que fique registrada nos Anais do Senado da República:

O PSDB deu mais uma demonstração de unidade, autonomia, competência e articulação política ao se tomar o partido com a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 103 parlamentares. Além disso, o

PSDB formou um bloco parlamentar com o PTB, o que o credencia, regimentalmente, para ocupar a presidência de importantes comissões como as de Constituição e Justiça e a Mista de Orçamento, e para reivindicar a presidência da Câmara dos Deputados. É uma vitória consagrada!

A legítima ação das lideranças do PSDB envolveu a Comissão Executiva Nacional, governadores e os líderes no Congresso Nacional, que atuaram de forma coordenada e dentro de parâmetros éticos que não deixam qualquer dúvida quanto aos objetivos e à lisura de todo esse processo de disputa parlamentar.

O PSDB saiu das eleições majoritárias de 1998 com 99 deputados federais e desde então viu alguns desses eleitos migrarem para outras agremiações, assim como acolheu outros que optaram pelo nosso partido. Sempre respeitou a opção dos que saíram, mesmo que a entendesse como equivocada. Jamais os criticou.

Mesmo nos momentos em que renunciou a legítimas pretensões partidárias, o PSDB soube manter a serenidade e o total compromisso com os interesses maiores do País e nunca usou de instrumentos infelizmente comuns na política partidária nacional – que vão da demagogia leviana e da ameaça irresponsável à simples chantagem.

Por diversas vezes o PSDB abriu mão de legítimas reivindicações partidárias em favor dos partidos aliados da base governista – por exemplo, deixou de lançar candidaturas majoritárias em diversos Estados, nas eleições de 98, e apoiou Inocêncio de Oliveira (PFL), Luís Eduardo Magalhães (PFL) e Michel Temer (PMDB) para a Presidência da Câmara dos Deputados; e José Sarney (PMDB) e Antônio Carlos Magalhães (PFL) para a do Senado Federal.

Nesta semana não foi diferente. Alguns deputados saíram do Partido e outros vieram. Na contabilidade final, coube a primazia ao PSDB, que vai exercê-la do mesmo modo como atua em suas coligações – respeitando as diferenças programáticas dos partidos aliados mas se diferenciando deles. Ganhar ou perder faz parte da essência da política – seja nas urnas, seja no Parlamento.

A unidade e o vigor construídos pelo PSDB, a qualidade de seus quadros executivos e parlamentares, dão ao Governo uma segurança maior nas votações parlamentares e garantem ao País o avanço das conquistas socialdemocratas que vêm sendo conduzidas com a marca tucana do Presidente Fernando Henrique.

Esse é o registro que eu gostaria que constasse dos Anais do Senado da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Por cessação do Senador Lauro Campos, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, farei apenas uma comunicação breve, pelo fato de estar chegando agora do meu Estado e já ter compromisso também com as representações indígenas do Monte Pascoal, no Estado da Bahia.

Não poderia deixar de registrar que, nesses dias em que fiquei no Acre, como uma das incumbências do Governo do Estado, tive a oportunidade de reunir-me com a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, com a Secretaria de Educação, da Cultura, da Produção, enfim, as Secretarias voltadas para as ações de desenvolvimento e promoção social. Nessa reunião, discutimos preliminarmente o Programa de Combate à Pobreza do Governo do Estado do Acre.

Quando iniciei os trabalhos à frente da Comissão de Combate à Pobreza, como vice-presidente e como proponente dela, tive a oportunidade de interagir com o Governador Jorge Viana, que de pronto alertou-me para o fato de que as iniciativas que fossem apresentadas na Comissão com certeza fariam parte das ações dos governos petistas nos Estados. Fico feliz que o Governador Jorge Viana tenha sido o primeiro a buscar, a partir da inspiração dos trabalhos da Comissão, um programa estadual de combate à pobreza.

O Acre já possui um fundo, que está sendo regulamentado. Há uma série de leis que preenchem o hiato existente na área social no Estado, mas, fundamentalmente, queremos a compatibilização de ações, como, por exemplo, a bolsa-escola, a transferência de renda direta e a reforma agrária em especial, que é uma das formas de inclusão social muito eficaz. Além disso, há o subsídio da borracha e todo o apoio que o Governo do Estado está dando à questão do beneficiamento da castanha, bem como uma política florestal voltada para o uso múltiplo da floresta.

Assim, poderemos incorporar imensos contingentes de população carente que não têm oportunidade de emprego. Com o retorno dessas pessoas às atividades anteriores, com a melhoria do preço da castanha e da borracha, com a possibilidade de utilizar outros recursos da floresta, diminuirá o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza. Há um levantamento preliminar que mostra que em nosso Estado pelo menos 60 mil pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, que também nos preocupa, mas essas pessoas, pelo menos, têm uma forma de subsistência que lhes assegura algum direito à reprodução. Infelizmente, no âmbito desses 60 mil que vivem abaixo da linha de pobreza a situação é muito preocupante. É claro que esses são dados preliminares.

Criamos um grupo de trabalho que contará com o apoio técnico da Secretaria de Planejamento. Estamos buscando apoio técnico também aqui em Brasília. O Governo já fez contato com o Ipea. Queremos, na questão específica da pobreza, buscar apoio técnico para criar um programa que não seja puramente uma ação assistencialista, mas que vise à promoção social, à geração de emprego e de renda. Queremos fazer com que as populações carentes possam receber o benefício a partir de uma visão cidadã e que não se sintam como se estivessem recebendo um favor do Governo, dos políticos ou de quem quer que seja. Queremos trabalhar com critério para que os beneficiados não mais façam parte daquele rol de pessoas que, lamentavelmente, muitas vezes são utilizadas e manipuladas em períodos eleitorais. Pretendemos fomentar um programa para a promoção da cidadania dos que necessitam de ações emergenciais. Estamos trabalhando em programas estruturais, como os pólos agroflorestais, a implementação das usinas de beneficiamento de castanha e de borracha, além de estarmos discutindo o que iremos fazer com nossos recursos madeireiros. Queremos que qualquer atividade de exploração de madeira seja realizada de forma sustentável, com manejo florestal, com certificação de origem, com o beneficiamento da matéria-prima no Estado do Acre para gerar emprego e renda.

Faço este breve registro porque, nesta semana, além de ter visitado os Municípios de Acrelândia, Porto Walter, Bujari e Vila Capixaba, também trabalhei no programa em que o Governo está empenhado e que é importante para o Estado do Acre. Se tivermos como fazer a mudança constitucional, apresentaremos a proposta do orçamento social, para que o Governo possa destacar recursos para investimento na área social.

Sr. Presidente, agora estou mais à vontade para tratar dos temas da Amazônia, já que, graças a Deus, temos nova Líder. Agradeço primeiramente a Deus por toda a experiência obtida durante esse ano em que ocupei a Liderança. Devo dizer que volto ao meu habitat, com o desejo de trabalhar e dar continuidade a tudo que foi realizado na Comissão de Combate à Pobreza, juntamente com os Parlamentares dos mais diversos Partidos. Espero que não haja dispersão e que possamos dar repostas aos problemas apresentados. As respostas poderão ser, necessariamente, a aprovação das PECs que aqui tramitam, bem como outras ações que complementam aquilo que foi feito pela Comissão de Combate à Pobreza.

O Sr. Romero Jucá – Senadora Marina Silva, V. Exª me concede um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senadora Marina Silva, faço este aparte apenas para dois breves registros: primeiramente, quanto a essa proposta que V. Exª levanta e que pretende tornar realidade no Estado do Acre, espero que o seja rapidamente, porque, a meu ver, o Estado de V. Exª pode dar uma contribuição muito grande a toda a Amazônia, tornando-se, assim, um indicativo de como se tratar a biodiversidade, o manejo sustentado e o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. O segundo registro é apenas quanto ao fato de V. Exª ter dito que deixou a Liderança do PT para cuidar dessas questões. Registrando o início do brilhante trabalho da Senadora Heloisa Helena, sem dúvida temos de também registrar o brilhante trabalho desenvolvido por V. Exª na Liderança do PT, fazendo com que a discussão democrática travada nesta Casa fosse extremamente relevante para o País. Temos, pois, de registrar e louvar o trabalho e o tempo que V. Exª dedicou à Liderança do PT, contribuindo com o debate político de forma bastante substancial. Espero que a Senadora Heloisa Helena siga a mesma trilha de V. Exª, que, agora, com algum tempo livre, tenho certeza, fará com que a Amazônia ganhe uma grande proposta de desenvolvimento, que será a linha indutora para o restante da nossa região, tão pobre, sofrida e ausente de propostas que transformem a realidade com respeito às populações indígenas e ao nosso meio ambiente. Meus parabéns! Receba V. Exª os aplausos de todos nós pelo trabalho desenvolvido frente à Liderança do PT.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço as palavras carinhosas que V. Exª dirige ao meu trabalho.

No Estado do Acre, estamos, realmente, ousando nos transformar em uma referência na implementação de uma política de desenvolvimento que incorpore a variável da sustentabilidade. Sei que essa proposta não é exclusiva do Acre. O Governador do Amapá, Sr. João Capiberibe, está fazendo o mesmo, só que no seu segundo mandato. Nós, no Estado do Acre, com muito orgulho, já concluímos a primeira versão do zoneamento ecológico-econômico, e, a partir das variáveis ali construídas, podemos hoje trabalhar um programa de desenvolvimento para o nosso Estado que se constitua numa resposta àquilo que compreendemos como uma política moderna de desenvolvimento para a Amazônia.

Hoje, o mundo aponta para a criação de novos valores, que incluem cuidados como, por exemplo, a preservação do meio ambiente, cuidados com o consumo de produtos que necessariamente não precisavam estar contaminados por agrotóxicos, os quais, ainda que tenham uma aparência muito bonita, na essência, podem até causar males à saúde.

Nós, do Estado do Acre, queremos aproveitar esse diferencial de qualidade e buscar um mercado especializado, sofisticado, que incorpore alguns valores aos seus produtos, como qualidade ambiental, para poder utilizá-los. Já temos vários contatos no País, como o Mercado Equitativo, que é uma rede que trabalha com produtos que tenham sustentabilidade econômica, social e também ambiental. E, como o Estado do Acre é pequeno – são apenas 500 mil habitantes, mas altamente rico em florestas, em biodiversidade, com ecossistemas bastante diversificados, não temos medo de ousar implementar um programa de desenvolvimento que contemple todos esses aspectos. De sorte que, durante todo este ano, quero me dedicar à aprovação da lei que regulamenta o acesso aos recursos da nossa biodiversidade, uma vez que, lamentavelmente, estamos perdendo muito em riqueza, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista dos recursos naturais, pela falta desse instrumento legal.

Devo dizer que estou feliz por saber que, no Estado do Acre, o Governo deu o pontapé inicial para a implementação de um programa de erradicação da pobreza. É muito fácil dizermos aos outros o que devem fazer, mas, se queremos ser um projeto piloto, devemos mostrar que é possível fazer. Mesmo com todas as adversidades econômicas, mesmo com os problemas que estamos enfrentando, queremos criar um programa que possa dar respostas aos sérios problemas sociais de pobreza que temos

no nosso Estado, o qual registra altos índices de analfabetismo. No particular, devo dizer que agora já contamos com o apoio do Ministério da Educação, que implementou um ousado programa de alfabetização de adultos. Estamos, pois, desenvolvendo uma série de ações, esperando que, daqui a 10, 15 ou 20 anos, possamos sentir a diferença em relação às políticas anteriores e às que começam a ser aplicadas agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Concedo a palavra ao ilustre representante do Estado de Roraima, Senador Romero Jucá, por vinte minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o País tem acompanhado, por meio da imprensa e até de peças publicitárias, o debate acerca da fusão das empresas Brahma e Antarctica, bem como o contraponto feito pela empresa Kaiser no tocante à distribuição de cerveja em nosso País.

O debate acerca da Ambev, antes restrito às áreas técnicas do Governo responsáveis pela fusão de grandes empresas, tornou-se, de repente, um tema polêmico, que ganhou a praça pública, inclusive com nuances que podem, de um lado, como diz a Ambev, baixar o preço da cerveja; e, de outro, como pondera a Kaiser, levar ao monopólio e, portanto, ao prejuízo do cidadão brasileiro. No meio de tudo isso, está o Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a quem compete analisar essa questão. Inclusive, nos últimos dias, a imprensa veiculou algumas acusações e denúncias, de ambas as partes, sobre pressões sofridas por conselheiros do Cade.

Como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, registro que, atendendo a pleito do Senador Renan Calheiros, a Comissão está convocando, a fim de prestarem esclarecimentos, as seguintes pessoas: a Conselheira do Cade, Hebe Romano; o Presidente do Cade, Gesner Oliveira; os Advogados Airton Soares, Márcio Pugliese e Marco Antônio Campos Sales; o Delegado da Polícia Federal, Luis Carlos Zubcov; o Ministro da Justiça, José Carlos Dias; o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastasia; além do Conselheiro do Cade, João Bosco Leopoldino.

Qual a razão desse convite? Talvez porque essa fusão seja emblemática e porque sobre ela o Cade terá que se posicionar.

Com essas denúncias e com o levantamento de questões a respeito da ação do Cade, é preciso que alguns esclarecimentos sejam dados e que alguns pontos sejam aclarados. Mais do que isso: é preciso que o Senado e que o Congresso Nacional tenham a certeza de que o Cade dispõe das condições necessárias para acompanhar, para opinar e para controlar fusões empresariais, evitando, por exemplo, a formação de monopólios e a prática de **dumping**, que, no futuro, poderão prejudicar a indústria nacional.

Inicialmente, não queremos entrar no mérito do processo de fusão, mas queremos, nesse primeiro momento, na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, averiguar as denúncias e verificar se o Cade dispõe, como já disse, do instrumental jurídico e legal e está preparado efetivamente para o controle de uma ação tão importante.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, o mundo moderno é das fusões. Em nível internacional, estamos vendo, todos os dias, grandes fusões levando à criação de megaempresas. Aqui no Brasil, também, a despeito dessa fusão na área da indústria cervejeira, não há dúvida, no futuro, surgirão outras fusões, sendo pois de se esperar que, dentro desse processo de globalização e de modernização, os órgãos nacionais de fiscalização estejam aparelhados e disponham do instrumental jurídico e do aparato judiciário necessário para dar prosseguimento à sua missão.

É isto que a Comissão de Fiscalização e Controle deseja fazer: verificar se há condições de tratarmos dessa questão com os instrumentos de que o Cade dispõe.

Posteriormente, se entendermos serem necessárias as convocações dos presidentes da Ambev e da Kaiser a fim de esclarecerem algumas denúncias, S.^{as} também, num segundo momento, serão convocados.

Portanto, ficam convocadas e convidadas as autoridades e demais pessoas aqui mencionadas. A Comissão de Fiscalização e Controle irá montar o calendário para ouvi-las em audiência e, posteriormente, analisará a necessidade ou não de requisitar ou de convocar outras pessoas, dando desdobramento ao trabalho da Comissão. Portanto, fica feito o registro.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a que o requerimento do Senador Renan Calheiros, aprovado pela Comissão, faça parte, na íntegra, do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor
Senador Romero Jucá
Digníssimo Presidente da Comissão
de Fiscalização e Controle do Senado Federal

De acordo com o Art. 90 do Regimento Interno e o disposto na Resolução nº 46 de 1993, requiro, sem prejuízo de outros depoimentos, a convocação das seguintes pessoas a esta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a fusão de empresas denominada Ambev:

Conselheira do Cade Hebe Romano;
Presidente do Cade Gesner Oliveira;
Os Advogados Aírton Soares, Márcio Pugliese e Marco Antônio Campos Sales;
O Delegado da Polícia Federal Luis Carlos Zubcov;
O Ministro da Justiça, José Carlos Dias;
O Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Antônio Anastasia, além do Conselheiro do Cade, João Bosco Leopoldino
O noticiário dos últimos dias reproduzem relatos preocupantes em relação ao processo de fusão que está sendo analisado pelo Cade, envolvendo denúncias que devem ser, rapidamente, esclarecidas. Informam ainda os jornais e revistas a existência de um inquérito policial, conduzido pela Polícia Federal, sobre o mesmo tema e dois depoimentos prestados por uma Conselheira do Cade acerca do assunto.

Penso ser conveniente o acompanhamento do Senado Federal neste processo, por se tratar do maior processo de fusão do País e por ser a fiscalização dos atos do Poder Executivo uma das principais atribuições constitucionais do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, da Comissão de Fiscalização e Controle, em Brasília 8 de fevereiro de 2000. – Senador **Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – V. Ex.^a será atendido, na forma regimental.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2000

Revoga o art. 25 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, a alínea "a" do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, e a alínea "e" do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam revogados:

I – o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.

II – a alínea a do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984;

III – a alínea e do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Introdução

O Brasil é realmente um País de contrastes. Enquanto a população, pobre na sua maioria, paga pelos alimentos básicos, medicamentos, luz elétrica, telefone, vestuário, calçados, transportes público e outros produtos e serviços essenciais à vida humana, tributos que, via de regra, superam um terço do preço final desses bens, cidadãos de alta renda têm à sua disposição, livres de impostos, cigarros, bebidas alcoólicas, perfumes, cosméticos, artigos de tocador, relógios, eletrônicos, brinquedos, jogos sofisticados e outras quinquilharias. Para tanto, basta que esses cidadãos viajem ao exterior ou dele retornem, por via aérea, transitando pelos principais aeroportos do País.

Base Legal

Assim dispôs o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976:

“Art. 1º A isenção de tributos para a bagagem, no caso de passageiro que ingressa no País, alcança apenas:

I – roupas usadas, objeto e jóias de uso estreitamente pessoal do passageiro, de natureza e em quantidade compatíveis com a duração e finalidade de sua estada no exterior ou no País;

II – livros e revistas do passageiro;

III – lembranças de viagem e outros objetos de uso próprio, doméstico ou profissional do passageiro, desde que em unidade, assim também considerados os que formam jogo ou conjunto, e observado o limite de valor global de US\$100,00 (cem dólares) ou o equivalente em outra moeda.

.....
§ 2º A isenção a que se refere o caput desse artigo não se aplica a máquinas ou aparelhos, elétricos ou eletrônicos, nem a bebidas, comestíveis e fumo, salvo quando adquiridos nas condições previstas no § 4º.
.....

§ 4º A isenção de tributos previstos no inciso III deste artigo poderá abranger mercadorias que o passageiro, no momento de sua chegada ao País, adquirir em loja franca (**free-shop**) instalada em porto ou aeroporto nacional, desde que o respectivo pagamento seja feito em cheque de viagem (**traveller check**) ou moeda conversível.

§ 5º A isenção de que trata o parágrafo precedente é condicionada à observância de limites de valor e especificações a serem estabelecidos pelo Ministro da Fazenda.

.....
Art. 15. Na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, saindo do País ou em trânsito, contra pagamento em cheques de viagem ou moeda estrangeira conversível.

§ 1º Somente poderão explorar as lojas de que trata este artigo as pessoas ou firmas habilitadas pela Secretaria da Receita Federal, através de um processo de pré-qualificação.

§ 2º A mercadoria estrangeira importada diretamente pelos concessionários das referidas lojas permanecerá com suspensão do pagamento de tributos até sua venda nas condições deste artigo.

§ 3º Quando se tratar de aquisição de produtos nacionais, estes sairão do estabelecimento industrial ou equiparado com isenção de tributos.

§ 4º Atendidas as condições estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, as lojas a que se refere este artigo poderão fornecer produtos destinados ao uso ou consumo de bordo de embarcações ou aeronaves, de bandeira estrangeira, aportados no País.

Estabeleciam-se, assim, desde o início, as bases de um verdadeiro cartório, consolidado, posteriormente, pelos normativos fazendários. Três facilidades bafejaram o nascimento das lojas francas no Brasil:

1ª) a existência de uma cota própria de isenção, cujo valor nunca foi inferior ao da cota para a bagagem acompanhada;

2ª) a isenção tributária, com caráter de exclusividade, para máquinas ou aparelhos elétricos ou ele-

trônicos, bebidas, comestíveis e fumo; se trazidos do exterior pelo passageiro, tais produtos teriam que pagar alíquotas que variavam de 400% a 250% (o fumo teria que submeter-se a regime próprio de tributação, ainda mais oneroso);

3ª) a virtual impossibilidade de se adquirir no País, fora das lojas francas, produtos similares aos vendidos em loja franca, pois sua importação comercial era impraticável, quer pela vedação de emissão de guias de importação, quer pela cobrança de alíquotas estratosféricas de Imposto de Importação – II, e de IPI, vigentes à época (além do ICM).

Até 1984, a loja franca foi o único canal legal para a importação, livre de tributos, de bebidas alcoólicas, fumo e comestíveis e um dos dois canais – o outro era a Zona Franca de Manaus – para o ingresso de eletroeletrônicos. Se, a partir de 1984, tais produtos puderam ingressar como bagagem isenta, nunca deixou de existir uma reserva de mercado para a loja franca, pois a sua cota é sempre adicional à cota da bagagem.

O Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, ampliou, ainda mais, o poder do Ministro da Fazenda – MF para regular a isenção relativa a bens de viajante internacional, ao dispor:

“Art. 1º O viajante que se destine ao exterior ou dele proceda está isento de tributos, relativamente a bens integrantes de sua bagagem, observados os termos, limites e condições, estabelecidos em ato normativo expedido pelo ministro da Fazenda:

.....
§ 2º O disposto neste artigo se estende:

a) aos bens que o viajante adquirir em lojas francas instaladas no País;
.....

Após a Constituição de 1988, em face do disposto no art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determinava a reavaliação, em dois anos, dos incentivos fiscais, foi editada a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, que confirmou a isenção do Imposto de Importação (art. 2º, II, e) para bens adquiridos em loja franca, no País, e, em decorrência, a do IPI (art. 3º, I).

Tetos e Limites às Compras

Nunca houve restrições às compras nas lojas francas de saída. Relativamente às lojas de entrada, sucessivas portarias ministeriais alteraram tetos de valor e limites quantitativos de produtos, para fins de gozo de isenção. O teto em 15 de setembro de 1976 era de US\$100; subiu para US\$300, em 6 de outubro

de 1983, e para US\$500 em 6 de setembro de 1991, acompanhando os mesmos valores da bagagem acompanhada, aérea ou marítima. Os limites específicos evoluíram da seguinte forma:

a) a partir de 15-9-76: 2 litros de bebidas alcoólicas; 400 cigarros, 25 charutos e 250 gramas de fumo para cachimbo; uma unidade de cada espécie quanto a máquina ou aparelho elétrico ou eletrônico;

b) a partir de 02-9-82: 3 garrafas de vinho, 2 de champanha e semelhantes, 2 litros entre aguardente, uísque, gim e semelhantes; 10 onças de perfume e 25 de água de colônia, loção ou semelhantes, mantendo-se os limites para fumo e eletroeletrônicos;

c) a partir de 13-8-84, foram eliminados, pela Portaria MF nº 153, os limites quantitativos para bebidas alcoólicas, fumo, artigos de tocador e eletroeletrônicos, mantendo-se apenas a restrição genérica de “quantidade que não revele destinação comercial”;

d) a partir de 13-4-93, foram restabelecidos novos limites pela Portaria MF nº 168.

d.1) bebidas alcoólicas: até 12 unidades de cada tipo de bebida; cerveja e semelhantes: 24 latas de até 360 ml;

d.2) cigarros: 400 unidades; charutos e cigarrilhas: 25 unidades; fumo preparado para cachimbo: 250 gramas;

d.3) cosméticos e demais artigos de perfumaria: até 10 unidades;

d.4) relógios, máquinas, aparelhos, equipamentos, brinquedos, jogos ou instrumentos elétricos ou eletrônicos: até 3 unidades de cada espécie.

e) a Portaria MF nº 204, de 22 de agosto de 1996, restringiu o limite de bebidas alcoólicas a 24 unidades, observando o quantitativo máximo de doze unidades por tipo de bebida.

É de se observar que, até 13 de agosto de 1984, os limites quantitativos da loja franca de entrada brasileira guardaram conformidade com os padrões internacionais atinentes à franquia da bagagem de passageiro. A partir dessa data, contrariando a tendência internacional, a nossa loja franca ficou livre de limites específicos e, quando estes foram restabelecidos, em 13 de abril de 1993, ficaram em patamares muito superiores aos prevalentes nos outros países, inclusive os não-industrializados.

A sucessão de atos ministeriais disciplinadores das lojas francas evidencia uma inusitada liberalidade da autoridade fazendária máxima, tão ciosa em elevar alíquotas de tributos que incidem sobre a massa de consumidores e o grosso dos assalariados, cujas posses jamais permitirão financiar uma viagem aérea ao exterior e seu apêndice final, a aquisição de supérfluos, livres de impostos.

Rede de lojas e faturamento

O número de estabelecimentos e seu faturamento aumentaram extraordinariamente, desde a inauguração do primeiro **free shop** em dezembro de 1979, no Galeão. Hoje, montam a vinte e dois, sendo nove de entrada e treze de saída, instalados nos seguintes aeroportos: Rio de Janeiro(Galeão-Antônio Carlos Jobim), São Paulo(Guarulhos), Campinas(Viracopos), Porto Alegre(Salgado Filho), Salvador(Dois de Julho), Belo Horizonte(Tancredo Neves), Recife(Guararapes), Brasília(Presidente Juscelino Kubitschek). A partir de março de 2000, começam a funcionar dois novos em Fortaleza.

Quatro **free shops** de saída pertencem à H. Stern, que só vende produtos nacionais; um de entrada e um de saída à Duty Free Bahia Ltda.(em Salvador); e dezesseis pertencem à Brasif Duty Free Shop Ltda., sendo oito de entrada e oito de saída. A Brasif possui, ainda, um depósito em Brasília(no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA) para venda exclusiva a embaixadas, órgãos internacionais, diplomatas estrangeiros e assemelhados.

O faturamento total da Brasif foi de US\$5,1 milhões em 1980, US\$34,7 milhões em 1985, US\$134,2 milhões em 1990, US\$302,2 milhões em 1995, US\$313,1 milhões em 1997 e US\$281,5 milhões em 1998. Esta empresa detém, praticamente, o monopólio das vendas na entrada, já que o único estabelecimento concorrente pouco fatura, devido à pequena movimentação do aeroporto de Salvador. Na média dos últimos cinco anos, 78% do seu faturamento provém das lojas situadas nos terminais de desembarque.

Repercussões Tributárias

Com fundamento nas vendas realizadas em 1993 – US\$197,680.000 – a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estimou em US\$143,000.000 o valor que se deixou de recolher em I.I., IPI, ICMS. Para 1994, a Secretaria da Receita Federal estimou *a priori* uma renúncia tributária de US\$160,530.000 apenas para o I.I. e o IPI. A renúncia tributária proporcionada pelas lojas da Brasif, no quinquênio 1990/1994, foi de 70% do seu faturamento de US\$963 milhões, ou seja, de US\$674,1 milhões.

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 1995, da Tarifa Externa Comum – TEC, cujos níveis tarifários são menores que os vigentes anteriormente, houve uma redução nos valores de renúncia tributária a partir de 1995.

A renúncia tributária, estimada pela Secretaria da Receita Federal, na proposta orçamentária de 1997, foi de R\$113.785.346,00 de IPI; em 1998, de R\$168.228.095,00, sendo R\$54.442.749,00 e de I.I. e R\$113.785.346,00 de IPI; em 1998, de R\$149.544.000,00, sendo R\$51.272.000,00 de I.I. e R\$98.272.000,00 de IPI; em 1999, de R\$117.896.000,00, sendo R\$51.559.000,00 de I.I. e R\$66.337.000,00 de IPI; em 2000, de R\$184.329.000,00, sendo R\$82.333.000,00 de I.I. e R\$101.996.000,00 de IPI.

Argumentos invocados em favor das lojas francas

Os defensores da instituição das lojas francas no Brasil justificam-na com os seguintes argumentos:

- a) proporcionam um estímulo ao turismo internacional;
- b) favorecem a retenção de divisas no País;
- c) são adotadas em quase todos os países do mundo;
- d) reduzem a demanda por produtos contrabandeados.

Tais argumentos não têm, contudo, maior consistência. Se estímulo há ao turismo internacional, é, sobretudo, ao turismo emissivo e não ao receptivo, pois é certo que o faturamento está concentrado nas lojas de entrada, cujos clientes são, na grande maioria, residentes no País, que retornam de viagem ao exterior. Se a loja franca estimulasse, de fato, o turismo receptivo, o Brasil, que possui a legislação mais liberal, ter-se-ia convertido em grande pólo turístico. Infelizmente, esse não é o caso.

Quanto à retenção de divisas, essa é objeto de exigência ministerial, nos termos da Portaria MF nº 204, de 22 de agosto de 1996:

“Art. 9º Os preços de produtos estrangeiros, praticados em loja franca, deverão proporcionar uma retenção de divisas avaliada semestralmente em, no mínimo:

I – quarenta por cento nas operações de venda a viajantes;

II – vinte por cento nas operações de fornecimento a embarcações ou aeronaves.

§ 1º As divisas obtidas com operações de venda serão recolhidas a estabelecimento autorizado a operar com câmbio, no pra-

zo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da operação, observadas as normas pertinentes do Banco Central do Brasil."

Uma retenção de divisas da ordem de quarenta ou vinte por cento indica que sessenta ou oitenta por cento são remetidos ao exterior para pagamento dos produtos estrangeiros, significando, pois, um gasto líquido com divisas em bens supérfluos. À exceção da H. Stern, que só vende produtos nacionais, as demais lojas de entrada assim como as de saída só vendem produtos importados.

Não se pode falar em ganho líquido de divisas, porque a maior parte das divisas auferidas nas lojas francas não procedem de residentes no exterior, mas de residente no País. Ademais, o viajante de voo internacional sempre terá a possibilidade de adquirir bens no exterior e trazê-los, como bagagem isenta, até o valor de US\$500, cumulativamente a US\$500 dispendidos em lojas francas.

Os países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental, Estados Unidos (à exceção do Havaí), Canadá e Japão, nunca tiveram **free shops** na entrada (à exceção da Austrália e da Nova Zelândia). Seus **free shops** só vendem mercadorias para os passageiros que estão saindo do País; a loja franca, nesses países funciona como uma espécie de entreposto aduaneiro, em que as mercadorias vendidas são consideradas exportadas – se de origem nacional – ou reexportadas – se de origem estrangeira. No caso da União Européia, os cidadãos residentes nos quinze países integrantes da União aduaneira não têm direito à isenção de imposto, sequer na saída.

Embora seja crescente o número de países do Terceiro Mundo que adotam as lojas francas de entrada, são raríssimos os casos em que a cota chega até US\$500. A grande maioria dos países, a exemplo da Argentina e do Uruguai – parceiros do Mercosul –, adotam valores até US\$300.

Quanto ao contrabando, não é só a carga tributária excessiva que o favorece; também a liberalidade excessiva pode incentivá-lo. Segundo Nota Técnica, de caráter interno, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, datada de 1995, "existem informações sobre a utilização irregular de quotas de turistas estrangeiros que desembarcam e que, por estarem de passagem no País, não se interessam pela utilização de seu direito de compras isentas de US\$ 500. Nesses casos, em troca de um desconto no valor do pacote turístico, grupos de turistas estariam renunciando à sua quota em favor de agentes turísticos que adquirem as mercadorias com objetivo de revendê-las no mercado interno. Dessa forma, diversas

mercadorias disponíveis em **free shops** têm sido desviadas irregularmente para o mercado interno, dado o expressivo diferencial de preços em relação às mercadorias importadas pelos canais comerciais normais. De acordo com informações levantadas junto à Receita Federal, parte significativa do uísque vendido nas lojas francas tem sido desviada para o comércio em bares, restaurantes e similares, por meio do esquema descrito acima. Um indício dessa denúncia encontra-se no volume de uísque comercializado pelos **free shops**: em 1993, essas lojas venderam 4,3 milhões de litros, em apenas oito pontos de venda, o que representou 12 mil garrafas por dia. Esse volume representou nove vezes as vendas realizadas por todo o comércio regular de uísque importado no País, de acordo com informações da própria empresa administradora das lojas francas (Brasif)". Em Brasília, não chega a ser segredo o fato de que há desvios de bebidas adquiridas por diplomatas estrangeiros no depósito do SIA.

Só nos últimos anos é que a importação tributada aumentou mais que proporcionalmente às importações isentas, feitas pelos **free shops**, em virtude da drástica redução do imposto de importação, cuja alíquota é, hoje, de 23%.

Princípio da Capacidade Contributiva

Tem razão o Parecer nº 713/93, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quando afirma estar a loja franca, no Brasil, na contramão do princípio constitucional da capacidade contributiva, insculpido no art. 145, § 1º, da Carta Magna. Com efeito, o contribuinte de maior capacidade econômica e, portanto, de maior potencial de contribuição – o viajante de voos internacionais – é justamente o que menos paga impostos indiretos (ou não paga) para adquirir produtos supérfluos, exatamente os mais tributados em decorrência de outro princípio constitucional – da seletividade em função da essencialidade do produto.

Conclusão

Temos, pois, sobejas razões para propor a revogação da isenção de impostos prevista na alínea a do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, e, em consequência, a extinção das lojas francas de que trata o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.

Estas razões acabam de ser fortalecidas com a recente aprovação do relatório final da Comissão Mista Especial Destinada a Estudar as Causas Estruturais e Conjunturais das Desigualdades Sociais e Apresentar Soluções Legislativas para Erradicar a Pobreza e Marginalização e Reduzir as Desigualdades So-

ciais e Regionais. Como resultado dos trabalhos dessa Comissão, tramita no Senado a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999, aprovada pela unanimidade dos membros da referida Comissão, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, constituído, entre outras fontes de recursos de:

a) parcela correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais sobre a alíquota do IPI ou do imposto que vier a substituí-lo, incidentes sobre produtos supérfluos, fumo e seus derivados e sobre bebidas alcoólicas, conforme lista a ser definida pelo Poder Executivo;

b) contribuição social com alíquota de oito centésimos por cento, incidente sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira;

c) vinte por cento dos recursos referentes a incentivos fiscais concedidos a empresas e pessoas físicas, a partir da data da redução ou extinção desses incentivos, calculados sobre o valor do último ano da sua vigência.

Adicionalmente, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão instituir Fundos de Combate à Pobreza, financiados, entre outros, pelos seguintes recursos:

a) adicional de até dois pontos percentuais sobre a alíquota do ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, conforme lista a ser definida pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ;

b) adicional de até meio ponto percentual sobre a alíquota do Imposto sobre Serviços, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos, conforme lista a ser divulgada pelo Poder Executivo dos municípios.

A PEC 96/99 veio se somar à PEC nº 67, de 1999, apresentada por iniciativa do ilustre Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza, constituído, entre outros, de:

a) adicional de dez por cento do IPI incidente sobre fumo e seus derivados e sobre bebidas alcoólicas;

b) adicional de dez por cento do IPI incidente sobre bens de luxo e supérfluos definidos na regulamentação;

c) adicional de dez por cento do ICMS e do Imposto sobre Serviços (ISS) incidentes sobre serviços de luxo definidos na regulamentação.

Não seria razoável que, enquanto toda a sociedade será novamente onerada com a criação de um novo tributo, com o aumento de tributos existentes e com a redução de incentivos fiscais – dessa vez, em nome de uma causa nobre –, continuem os privilegiados viajantes aéreos a usufruir de isenção tributária sobre produtos supérfluos que, como vimos, acarreta perda expressiva de arrecadação.

Pre vemos, entretanto, um prazo de cento e vinte dias para a entrada em vigor da nova lei; o prazo é suficiente para que as empresas vendam os seus estoques ou devolvam aos consignantes as mercadorias mantidas em consignação.

Temos certeza do apoio dos nobres Pares para enfrentar as resistências que certamente advirão dos setores privilegiados pela renúncia tributária, cujo fim ora propomos.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2000. –
Senador **Osmar Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.455
DE 7 DE ABRIL DE 1976

Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências.

Art. 15. Na zona primária de porto ou aeroporto poderá ser autorizado, nos termos e condições fixados pelo Ministro da Fazenda, o funcionamento de lojas francas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros de viagens internacionais, saindo do País ou em trânsito, contra pagamento em cheques de viagem ou moeda estrangeira conversível.

§ 1º Somente poderão explorar as lojas de que trata este artigo as pessoas ou firmas habilitadas pela Secretaria da Receita Federal, através de um processo de pré-qualificação.

§ 2º A Mercadoria estrangeira importada diretamente pelos concessionários das referidas lojas

permanecerá com suspensão do pagamento de tributos até a sua venda nas condições deste artigo.

§ 3º quando se tratar de aquisição de produtos nacionais, estes sairão do estabelecimento industrial ou equiparado com isenção de tributos.

§ 4º Atendidas as condições estabelecidas pelo Ministro da Fazenda, as lojas a que se refere este artigo poderão fornecer produtos destinados ao uso ou consumo de bordo de embarcações ou aeronaves, de bandeira estrangeira, aportadas no País.

DECRETO-LEI Nº 2.120,
DE 14 DE MAIO DE 1984

Dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bagagem

LEI Nº 8.032, DE 12 DE ABRIL DE 1990

Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências.

Art. 2º As isenções e reduções do Imposto de Importação ficam limitadas, exclusivamente:

II – aos casos de:

e) bens adquiridos em Loja Franca, no País;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 204,
DE 22 DE AGOSTO DE 1996

O Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista o disposto nos artigos 396 e 397 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, e o constante dos Pareceres PGFN nºs 1.155, de 31 de outubro de 1995, e 606, de 26 de abril de 1996, resolve:

PORTARIA Nº 153,
DE 8 DE AGOSTO DE 1984

O Ministro de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe atribui o § 5º, do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 1.455(1), de 7 de abril de 1976, resolve:

1. Ficam revogadas as alíneas **c** e **d**, do inciso III, do item 2, da Portaria MF nº 190, de 2 de setembro de 1982.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial** da União. – **Ernane Galvães**, Ministro da Fazenda.

(DO, de 13 agosto de 1984, pág. 11735).

PORTARIA Nº 168,
DE 13 DE ABRIL DE 1993

Consolida e atualiza as normas referentes ao regime aduaneiro atípico de loja franca.

O Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista o disposto nos artigos 396 e 397 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 99.179, de 15 de março de 1990, que instituiu o Programa Federal de Desregulamentação, e considerando a necessidade de atualizar e a conveniência de consolidar a disciplina do regime aduaneiro atípico de loja franca, resolve:

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ramez Tebet.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 16, DE 2000**

Altera os incisos I e IX do art. 14 e os §§ 1º e 2º do art. 17 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina ao uso da palavra pelo Senador nas Sessões Ordinárias do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os incisos I e IX do art. 14 e os §§ 1º e 2º do art. 17 do Regimento Interno do Senado Federal, passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 14.

I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por dez minutos; (NR)

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de trinta minutos, para as considerações que entender (art. 176); (NR)

Art. 17.

§ 1º O Senador só poderá usar da palavra mais de uma vez por semana, se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna. (NR)

§ 2º A inscrição será para cada sessão, podendo ser aceita com antecedência não superior a cinco sessões ordinárias. (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nosso objetivo é permitir que maior número de Senadores possa ocupar a tribuna para proferir discursos, pois a regra regimental vigente limita bastante a oportunidade de muitos Senadores exercerem, na plenitude, a atividade parlamentar.

Desse modo, sugerimos que o Senador se inscreva para ocupar a tribuna apenas uma vez por semana, em vez de duas, como prevê o Regimento Interno do Senado Federal, exceto se não houver orador inscrito de acordo com essa regra.

Também estamos propondo a ampliação do prazo para que o Senador possa habilitar-se para assomar a tribuna em sessão a realizar-se nos dias seguintes, podendo fazer sua inscrição com essa finalidade com a antecedência de até cinco sessões ordinárias, seja deliberativa ou não, em vez das atuais duas sessões deliberativas ordinárias ou não deliberativas.

Diante do exposto, esperamos contar com a compreensão dos nossos Pares para a aprovação desse projeto de resolução que, a nosso ver, vai ao encontro do princípio da igualdade da representação da Federação nesta Casa.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2000. –
Senador Antero Paes de Barros.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 14. O Senador poderá fazer uso da palavra:

I – nos sessenta minutos que antecedem a Ordem do Dia, por vinte minutos;

IX – após a Ordem do Dia, pelo prazo de cinquenta minutos, para as considerações que entender (art. 176);

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.ª será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, a atual administração do Estado do Tocantins, desde os tempos iniciais da instalação dessa unidade federada, sempre demonstrou preocupação com o equilíbrio ecológico da região. Tanto isso é verdade, que os projetos de desenvolvimento econômico e os empreendimentos em geral têm de ser previamente aprovados pelo órgão responsável pela preservação ambiental.

Aliás, com o objetivo de incutir, desde tenra idade, uma mentalidade preservacionista no contexto da população, foi criado em Palmas o AMA – Amigos do Meio Ambiente –, programa destinado a abrigar crianças e adolescentes carentes, que recebem, por mês, setenta por cento do salário mínimo, além de cesta básica, assistência médica, escola, aprendizado de práticas desportivas e jardinagem.

Os estudantes que fazem parte do programa aprendem o cultivo de árvores nativas e plantas ornamentais, passando a respeitar o meio ambiente.

Não é à toa, portanto, que a Comissão do Meio Ambiente da Confederação Nacional da agricultura tenha decidido começar em Palmas, no próximo dia 24 do mês em curso, um ciclo de seminários sobre o meio ambiente, reunindo governadores do Norte e Nordeste do País.

Os seminários em questão visam uma mobilização nacional, com chefe de Executivo estaduais e parlamentares, para aprovação, no Congresso Nacional, da extensão da reserva legal das propriedades rurais da Região Amazônica, a fim de preservá-las do desmatamento.

No novo milênio que se avizinha, uma das questões centrais é, exatamente, a preservação e

restauração do meio ambiente, após séculos de destruição indiscriminada, pois o panorama que hoje se observa em todo o mundo é do desmatamento, da contaminação ambiental em todos os níveis e da exploração indiscriminada dos recursos naturais – como se estes fossem inexauríveis!

Assim, queremos nos congratular com a Confederação Nacional da Agricultura, por intermédio de sua Comissão do Meio Ambiente, por essa importante iniciativa que, seguramente, em muito contribuirá para a preservação dos últimos pulmões do Planeta, que estão na floresta amazônica.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2000

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 59, de 2000 – art. 281, combinado com o art. 357 do Regimento Interno)

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2000 (nº 85/99, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta o art. 76 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU – Desvinculação de Receitas da União), tendo

Parecer favorável, sob nº 48, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire, Carlos Wilson, Jefferson Peres, Antônio Carlos Valadares e, em separado, do Senador José Eduardo Dutra.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 1999

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 63, de 2000 – art. 281 combinado com o art. 357 do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999,

tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, tendo

Parecer sob nº 51, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, incorporando as prescrições contidas na Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999, que tramita em conjunto, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Freire e José Eduardo Dutra, e abstenções dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Amir Lando.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1999

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 63, de 2000 – art. 281 combinado com o art. 357 do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999, de autoria da Comissão Mista Especial da Pobreza, que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 51, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, incorporando as prescrições contidas na Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1999, que tramita em conjunto, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Freire e José Eduardo Dutra, e abstenções dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Amir Lando.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1999 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172 inciso II, alínea "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1999 (nº 2.514/96, na Casa de ori-

gem), de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação.

(Dependendo de pareceres da CCJ, CE e CAE).

– 5 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1999 (nº 638/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mirandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mirandópolis, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável sob nº 477, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

– 6 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 51, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1999 (nº 639/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capixada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer favorável, sob nº 399, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

– 7 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 68, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1999 (nº 650/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Aldeia SOS de Goioerê para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Alvaro Dias.

– 8 –

PARECER Nº 33, DE 2000

Discussão, em turno único, do Parecer nº 33, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador José Alencar, com abstenção do Senador Lauro Campos, concluindo pelo arquivamento do Ofício nº S/59, de 1999, que encaminhou ao Senado Federal o Relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, que resultou na emissão, pelo Governo brasileiro, de dois bilhões de dólares norte-americano.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2000, de autoria do Senador Bello Parga, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1999, com o de nº 166, de 1996, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 330, de 1999, por regularem a mesma matéria.

– 10 –

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 56, de 2000, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2000, de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Iris Rezende) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 3 minutos.)

(OS 11188/00)

**CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de ética e Decoro Parlamentar, Senador Ramez Tebet, convoca reunião a realizar-se no dia 23 de fevereiro do corrente ano, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para dar conhecimento de matéria recebida.

Senado Federal, 14 de fevereiro de 2000. –
Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE, A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.971-8**, ADOTADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA AUDITORIA DO TESOURO NACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA AUDITORIA-FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA CARREIRA AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO":

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS
Deputado FETTER JUNIOR	209, 210.

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 210

Convalidadas - 208

Adicionadas - 002

MP 1.971-8

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000209

DATA	15/02/00	LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1971-8. DE 10 DE FEVEREIRO DE 2000		
DEPUTADO	FETTER JUNIOR		DEPUTADO	496	
<input type="checkbox"/> EXPRESSA <input type="checkbox"/> ELETRÔNICA <input checked="" type="checkbox"/> MODALIDADE 4 <input type="checkbox"/> LÍQUIDA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL					
SEÇÃO	01 DE 01	ARTIGO	1º	PARÁGRAFO	

Dê-se ao Art. 1º da MP 1.971-8, de 10/02/2000, a seguinte redação:

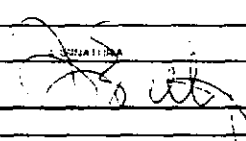
Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, de que trata o Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, da organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e a sistemática dos cargos, empregos, funções comissionadas e funções gratificadas previstas nos artigos 18, 19 e 27 do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de agosto de 1987, observadas as normas complementares inerentes ao referido Plano, expedidas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Federal e Senhores Ministros de Estado da Educação e da Secretaria da Administração Pública-PR.

JUSTIFICATIVA

O parecer da Advocacia Geral da União nº GQ-203, de 06/12/1999, determinou a revisão dos vencimentos dos servidores inativos calculados com base no disposto no art. 3º da Lei nº 7.596, de 10/04/1987, e sua regulamentação através de vários decretos e portarias.

De outra parte, o ofício-circular 01/SRH-MP, de 04/01/2000, orientou para que fossem retirados da folha as incorporações de funções gratificadas, tendo por base o mencionado parecer.

Em função disso, as milhares de pessoas que se aposentaram nos últimos 13 anos segundo esta sistemática, estão na iminência de perderem até 80% de seus proventos, razão pela qual torna-se necessário incluir este dispositivo na presente Medida Provisória.



MP 1.971-8

000210

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROCESSO			
15/02/00	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1971-8, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2000			
DEPUTADO FETTER JUNIOR	496			
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GERAL				
PARTE	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	SÚMULA
01 DE 01				

Acrescenta-se à MP 1.971-8, de 10/02/00, o seguinte artigo:

Art. ... Ficam convalidados todos os atos e normas expedidas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo Federal e Senhores Ministros de Estado da Educação e da Secretaria da Administração Pública-PR, inerentes à regulamentação e à implantação do disposto no art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

Parágrafo único. A convalidação de que trata este artigo alcança todos os atos praticados em conformidade com as disposições insertas no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, Decreto nº 95.683, de 28 de janeiro de 1988, Decreto nº 95.689, de 29 de janeiro de 1988, Portarias MEC nºs 474 e 475, ambas de 26 de agosto de 1987, e Portaria SRH/SEDAP-PR nº 2.723, de 24 de novembro de 1987.

JUSTIFICATIVA

O parecer da Advocacia Geral da União nº GQ-203, de 06/12/1999, determinou a revisão dos vencimentos dos servidores inativos calculados com base no disposto no art. 3º da Lei nº 7.596, de 10/04/1987, e sua regulamentação através de vários decretos e portarias.

De outra parte, o ofício-circular 01/SRH-MP, de 04/01/2000, orientou para que fossem retirados da folha as incorporações de funções gratificadas, tendo por base o mencionado parecer.

Em função disso, as milhares de pessoas que se aposentaram nos últimos 13 anos segundo esta sistemática, estão na iminência de perderem até 80% de seus proventos, razão pela qual torna-se necessário incluir este dispositivo na presente Medida Provisória.

ASSINATURA

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.972-10, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO QUE "DISPÕE SOBRE O FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AIRTON DIPP	039.
DEPUTADO EURIPEDES MIRANDA	038

SACM.

Emendas Convalidadas: 37

Emendas Adicionadas: 02

TOTAL DE EMENDAS: 39

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.972-10

000038

Data: 16/02/00

Proposição: MP 1972-10/00

Autor: Deputado Euripedes Miranda

Nº Prontuário:

047

1

☐

Supressiva

2

☒

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☐

Aditiva

5

☐

Substitutiva
Global

Página: 1/2

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º É criado, nos termos desta Medida Provisória, o **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES**, destinado à concessão de financiamento a

estudantes de graduação, sem renda familiar suficiente para correr com as despesas com os estudos.

§ 1º Poderá habilitar-se ao financiamento constante do *caput*, aquele estudante que comprovar carência e desde que esteja regularmente matriculado em instituição de ensino superior paga, bem como apresente histórico escolar satisfatório.

§ 2º A União participará do FIES exclusivamente mediante contribuições ao Fundo instituído por esta Medida Provisória, ressalvado o disposto no art. 14."

JUSTIFICATIVA

A meta que deve permear Programa Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, sucedâneo do Crédito Educativo, criado em agosto de 1975, é aquela que se destina a financiar a graduação daqueles estudantes que, por infortúnio do destino, são destituídos de recursos para prover sua formação superior.

Se o programa extinto, beneficiou cerca de 1 milhão de estudantes carentes durante a sua vigência e, se hoje é instituído um Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior como proposta para superar os benefícios concedidos pelo Programa do Crédito Educativo, imperdoável seria se o novo programa, sob a forma de Fundo, excluísse os estudantes carentes ou, ainda, tenha alcance mais restrito que aquele.

Prossecução da JUSTIFICATIVA

Ademais, considerando que a demanda reprimida é muito grande, conforme o Ministério da Educação, superior a 240.000 estudantes-demandantes, não se pode, sob pena de promover a maior injustiça social da já catastrófica história educacional brasileira, olvidar os estudantes carentes, inadmitindo ou afastando a única possibilidade desses brasileiros alcançarem o ensino superior.

A incapacidade do antigo Programa em beneficiar a todos não deve servir de pretexto para restringir a nova proposta, o FIES.

Assim, esperamos com nossa sugestão, alterando a redação dada ao art. 1º, possamos resgatar a idéia inquestionavelmente insuperável da socialização do acesso ao ensino superior e abrir, assim, novas fronteiras para o Brasil que queremos, mais justo e igualitário.

Assinatura:
mpemir_l.sam

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.972-10

000039

Data:

16/02/2000

Proposição:

MP 1972-10

Autor:

Deputado AIRTON DIPP

Nº Protocolo:

488

1	<input type="checkbox"/>	Supressiva	2	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	3	<input type="checkbox"/>	Modificativa	4	<input checked="" type="checkbox"/>	Aditiva	5	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

Página:

Artigo:

Parágrafo:

Inclusão:

Alínea:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.972-10, de 2000

Dispõe sobre o Fundo de
Financiamento ao Estudante do
Ensino Superior e dá outras
Providências.

Art. 5º

V

§ 4º - fica autorizado a utilização do FGTS, para pagamento das prestações do FIES e do CREDUC, para si próprio e/ou dependentes.

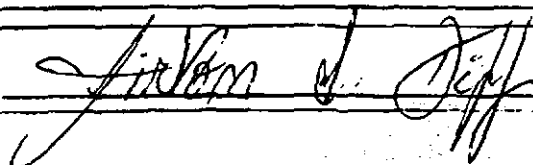
JUSTIFICATIVA

Os autos índices de inadimplência do CREDUC apontam para a necessidade de criarmos condições para os alunos que apresentam dificuldades financeiras, a utilizarem dos recursos que possuem à sua disposição.

Todos sabemos que o FGTS é patrimônio do trabalhador, e gerenciado pela CEF. Esta mesma instituição financeira também é responsável pelo gerenciamento do FIES. Poderá ocorrer assim, de uma pessoa ser depositária de recursos junto a CEF, e ser também, devedora de financiamento junto a mesma.

Com a presente emenda, pretendemos possibilitar ao estudante utilizar o seu FGTS para o pagamento do financiamento contraído junto à CEF, favorecendo a diminuição dos índices de inadimplência apresentados atualmente.

Assinatura:



EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.973-58, ADOTADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS NÃO QUITADOS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputada VANESSA GRAZZIOTIN.....	055.

SACM

TOTAL DE EMENDAS CONVALIDADAS: 054

TOTAL DE EMENDAS ADICIONADAS: 001

TOTAL DE EMENDAS: 055

RELATOR: GERVÁSIO SILVA - PFL/CÂMARA

MP 1973-58

000055

PROJETO DE LEI Nº	USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO
-------------------	---------------------------

COMISSÃO DE

AUTOR : DEP. VANESSA GRAZZIOTIN

PARTIDO PCdoB	UF AM	PÁGINA
------------------	----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESIVA N.º

(Da Sr.ª Deputada Vanessa Grazziotin)

Suprima-se na Medida Provisória N.º 1973-58 de 10 de fevereiro de 2000, no art. 32, que deu nova redação ao art. 33 e 43 do Decreto n.º 70.235/72, o parágrafo segundo da nova redação do art. 33 e Parágrafos terceiro e quarto do art. 43.

JUSTIFICATIVA

A redação dada ao parágrafo segundo do art. 33 do Decreto 70.235/72 cerceia o direito dos contribuintes de verem os processos administrativos fiscais examinados pela Segunda Instância.

Exigir depósito de trinta por cento para que possa seguir o recurso, contraria o bom senso e impõe aos contribuinte uma dificuldade a mais e muitas vezes intransponíveis.

Por outro lado, é bom registrar que tal dispositivo traz também consequências adversas à própria União. Isto porque grande parte dos lançamentos, quando julgados em Segunda Instância são considerados improcedentes. Com a impossibilidade da subida do recurso, o litígio irá diretamente para o Judiciário. E aí, perdendo a União, terá que arcar com o ônus das custas judiciais que são de no mínimo 20%. Na esfera administrativa, esse ônus é dos contribuintes.

Tal dispositivo, portanto, atrapalhava a vida dos contribuintes e penaliza a União. Não serve à ninguém, razão pela qual proponho a supressão do parágrafo segundo do art. 33 (redação dada pelo art. 32 da referida MP) e, por consequência, os parágrafos terceiro e quarto do art. 43 (redação dada pelo art. 32) do Decreto 70.235/72.

Sala das Sessões em de Fevereiro de 2000

Data ____/____/____

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.976-23, ADOTADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA

EMENDA NÚMERO

DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI

073.

Emendas Convalidadas: 72

Emendas Adicionadas: 01

TOTAL DE EMENDAS: 73

MP 1.976-23

000073

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data 15.02.2.000	3. proposição MPV 1976-23/2.000			
4. autor Deputado Darcísio Perondi	5. n.º do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
7. página	8. artigo 3º	Parágrafo	Inciso II	alínea
9. TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

9. Dê-se ao artigo 6º, da Medida Provisória n.º 1.976-23/2.000 a seguinte redação:

Artigo 6º: Ficam revogados os artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, o §3º do artigo 12, o §2º do artigo 16, o parágrafo único do artigo 27, e o artigo 28 da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1.998.

JUSTIFICATIVA

A lei dos Planos de Saúde aprovada em junho de 1.998 veio atender às demandas da população brasileira que até então se encontrava à mercê das vontades das administradoras de planos de saúde, que muitas vezes deixavam a preocupação com a saúde em plano secundário e priorizavam o lucro advindo dos planos.

Após a aprovação da lei, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional uma nova Medida Provisória que alterava pontos da lei tendo em vista algumas melhorias que ainda podiam ser feitas.

Ocorre que na Medida Provisória 1685-5/98, ou seja, a quinta edição da Medida Provisória, foi incluído um dispositivo entre aqueles que estavam sendo revogados e que acabou com a obrigatoriedade dos Planos de Saúde oferecerem à sociedade o acesso entre os planos de referência, que incluía a integralidade do acesso à saúde, ou seja, também serviços odontológicos.

Deve a lei obrigar que os planos de saúde ofereçam aos seus clientes o acesso a serviços de odontologia. Tal obrigatoriedade não interferirá no preço dos planos, tendo em vista que somente pagará o valor do plano que incluía este serviço, aquele que efetivamente estiver interessado em ter acesso a serviços odontológicos.

Nesse sentido é que esperamos ver aprovada a emenda que contribuirá para resolver em definitivo o problema que desde outubro de 1.998 vem deixando em situação difícil aqueles que desejam aderir a algum plano de saúde completo, ou seja, que também incluía os serviços de

odontologia, e não encontram no mercado nenhum plano que ofereça tal plano.

PARLAMENTAR

10

Brasília, 16 de fevereiro de 2.000


Deputado Darcísio Perondi

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.988-17, ADOTADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE AS OPERAÇÕES COM RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO DO NORTE, DO NORDESTE E DO CENTRO-OESTE, DE QUE TRATA A LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ANIVALDO VALE	115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 127.
DEPUTADO CARLOS BATATA	119, 128.
SENADOR JONAS PINHEIRO	121, 126.

SACM.

Emendas Convalidadas: 114

Emendas Adicionadas: 14

TOTAL DE EMENDAS: 128

MP 1988-17

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000115

DATA
17-02-2000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17

AUTOR
Deputado ANIVALDO VALE PSDB/PANº PRONTUÁRIO
019TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PAGINA 1/1	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
---------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao Artigo 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º

I -

- a) agricultores familiares, suas cooperativas e associações, excluídas as operações decorrentes de projetos de estruturação de colonos e assentados nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA: **quatro** por cento ao ano;
- b) mini produtores, suas cooperativas e associações: **seis** por cento ao ano;
- c) pequenos produtores, suas cooperativas e associações: **oito** por cento ao ano;
- d) médios produtores, suas cooperativas e associações: **dez** por cento ao ano;
- e) grandes produtores, suas cooperativas e associações: **doze** por cento ao ano.

II -

- a) microempresa: **seis** por cento ao ano;
- b) empresa de pequeno porte: **oito** por cento ao ano;
- c) empresa de médio porte: **dez** por cento ao ano;
- d) empresa de grande porte: **doze** por cento ao ano.

JUSTIFICATIVA

Os encargos financeiros, ao longo dos últimos anos, não tem guardado compatibilidade com a realidade regional. Por isso, grande parte da inadimplência tem como causa única os efeitos inflacionários, já que a correção dos preços dos produtos agro-pecuários e agro-industriais estão distantes da correção financeira. Ademais, pesa ainda o custo periférico, porque distante, por demais, dos centros desenvolvidos do país. Porque oportuno, registre-se a experiência exitosa do Brasil desenvolvido, que, como base do seu desenvolvimento, utilizou recursos públicos subsidiados.

ASSINATURA

MP 1988-17

000116

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
17-02-2000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17

AUTOR Deputado ANIVALDO VALE	PSDB/PA	Nº PRONTUÁRIO 019
--	---------	----------------------

TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
--	--	--	--	--

PAGINA 1/1	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
---------------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

Dê-se ao § 4º do Art. 1º do Art. 11, a seguinte redação:

"§ 4º Na hipótese de utilização de recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 8.167, de 1991, montante não poderá ultrapassar dez por cento do total da participação do Fundo no projeto e as debêntures a serem subscritas serão totalmente inconvertíveis em ações, observadas as demais normas que regem a matéria."

JUSTIFICATIVA

A atividade privada deve ser vista como parceira do setor público, sendo este o agente indutor e regulador do processo de desenvolvimento.

Assim, destacar 50% do FINAN e FINOR para infra-estrutura não nos parece salutar, na medida do cerceamento de recursos para a iniciativa privada.

O percentual proposto (dez por cento), mesmo para o setor público, guarda compatibilidade com o fixado no parágrafo 1º, do Art. 4º, Art. 9º, da presente Medida Provisória, para atendimento a empreendimentos não governamentais de infra-estrutura econômica.

ASSINATURA

MP 1988-17

000117

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
13/02/2000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17

AUTOR
Deputado ANIVALDO VALE

PSDB/PA

Nº PRONTUÁRIO
019

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PAGINA
1/1

ARTIGO

PARAGRAFO

INCISO

ALINEA

TEXTO

Dê-se ao Parágrafo 4º, do Artigo 1º, a seguinte redação:

“§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, a proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio Exterior, realizará ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados a trinta por cento da variação percentual positiva da TJLP no período.”

JUSTIFICATIVA

É verdadeiramente reconhecido o sucesso do programa de estabilização econômica implementado a partir de 1994. O Real, como moeda forte, está sendo responsável pela melhor distribuição de renda e sobretudo pela confiabilidade no relacionamento comercial entre as partes envolvidas.

O tratamento proposto objetiva ajustar o custo financeiro à realidade regional.

ASSINATURA

MP 1988-17

000118

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 17/02/2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17			
AUTOR Deputado ANIVALDO VALE	PSDB/PA	Nº PRONTUÁRIO 019		
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA 1/1	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao Parágrafo 5º, do Art. 1º, a seguinte redação:

"§ 5º Por proposta dos bancos administradores ao Ministério da Integração Nacional, os Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e o Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, poderão, sobre os encargos de que trata este artigo, conceder bônus de adimplência de até vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvam suas atividades na região de semi-árido nordestino e de até 15 por cento, sobre capital e taxas, para mutuários referidos nas alíneas a e b, do Inciso I, e na alínea a do Inciso II, das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento."

JUSTIFICATIVA

É evidente a compreensão da necessidade de amparo e fortalecimento dos produtores referido nas alíneas mencionadas, sendo, por conseguinte, justificável a transferência de recursos da sociedade para aqueles grupos, em benefício, também e especialmente, da fixação do homem no campo.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1988-17

000119

DATA 16/02/2000	PROPOS MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17, de 11/02/2000			
AUTOR Dep. Carlos Batata				Nº PRONTUÁRIO 148
TIPO 111 - SUPRESSIVA 211 - SUBSTITUTIVA 311 - MODIFICATIVA 411 - ADITIVA 511 - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO § 5º	INCISO I	ALÍNEA "a" / "b" / "c"

TEXTO

Dê-se às alíneas "a", "b" e "c" e "d" do inciso I e § 5º do art. 1º da Medida Provisória nº 1.988-17, de 11 de fevereiro de 2000, a seguinte redação:

"Art. 1º

I - operações rurais:

a) agricultores familiares, minis e pequenos produtores, suas cooperativas e associações, excluídas as operações decorrentes de projetos de estruturação de colonos e assentados nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA: três por cento ao ano;

b) médios produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) grandes produtores, suas cooperativas e associações: oito por cento ao ano;

§ 5º Por proposta dos bancos administradores ao Ministério da Integração Nacional, os Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e o Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste poderão, sobre os encargos de que trata este artigo, conceder bônus de adimplência de até quarenta por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região semi-árida nordestina e de até vinte e cinco por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento."

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 9.866, de 9/11/99, modificou os critérios e condições aplicáveis às operações alongadas/securitizadas com amparo na Lei 9.138/95, tendo inclusive, estabelecido um bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida representando um desconto entre 15 e 30%, quando o mutuário mantiver em dia o pagamento. E, ainda, a Resolução CMN nº 2.666, de 11/11/99, fixou que as parcelas prorrogadas na forma prevista nos incisos I e II devem ser expressas em quantidades de unidades em produto, acrescidas de taxa efetiva de juros de 3% (três por cento ao ano) capitalizada anualmente.

Com base nessas disposições vigentes constatamos que as condições estipuladas pela MP nº 1988-17, de 11/2/00, penalizam os produtores rurais das regiões mais pobres do país em razão da fixação de encargos financeiros superiores aquelas praticadas nas Regiões Sul e Sudeste. Cabe registrar que o Programa de Agricultura Familiar envolve os minis e os pequenos produtores rurais não se justificando uma diferenciação de taxas incidentes sobre os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. E, ainda, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Integração Nacional através do Relatório do Sistema de Informações Gerenciais referente ao mês de agosto de 1999, a maioria das operações realizadas pelos fundos no primeiro semestre de 99 abrangem os minis e pequenos produtores e suas cooperativas, assim consolidados: FNO(98,6%); FCO(97,4%) e FNE(99,9%).

Visando corrigir essas distorções de tratamento apresentamos estas alterações para amenizar as dificuldades dos produtores rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, propondo a redução dos encargos financeiros

para as operações rurais e modificação do bônus de adimplência para 40% e 25%, respectivamente, para a região do semi-ano nordestino e demais regiões.

ASSINATURA

DEP. CARLOS BATATA

MP 1988-17

000120

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

17-02-2000

PROPO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17

AUTOR

Deputado ANIVALDO VALE

PSDB/PA

Nº PRONTUÁRIO

019

TIPO

1) SUPRESSIVA 2) SUBSTITUTIVA (X) MODIFICATIVA 4) ADITIVA 9) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PAGINA

1/1

ARTIGO

PARAGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

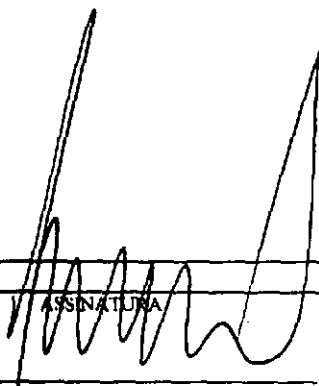
Dê-se ao Parágrafo 6º, do Art. 1º, a seguinte redação:

"Os bônus de que trata o parágrafo anterior, incidentes sobre o capital e taxas fixadas nas alíneas a e b, do inciso I, alínea a, do inciso II, e sobre as taxas fixadas nas demais alíneas, serão elevadas em dez pontos percentuais no caso de clientes que apresentarem produtividade superior à média regional, ajustados no curso do financiamento.

JUSTIFICATIVA

Para os casos previstos nas alínea a e b, do inciso I, é perfeita a compreensão da necessidade de amparo e fortalecimento dos produtores envolvidos, sendo, por conseguinte, justificável a transferência de recursos da sociedade para aqueles grupos, em benefício, também e especialmente, da fixação do homem no campo.

De igual modo, em relação aos micros empresários, principalmente no campo da geração de empregos e renda com melhores condições de trabalho.



ASSINATURA

MP 1988-17

000121

**EMENDA MODIFICATIVA/SUPRESSIVA A MEDIDA PROVISORIA
Nº 1.988-17, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2000.**

Suprima-se a alínea "b" do inciso IV do art. 3º da Medida Provisória nº 1.988-17, de 11 de fevereiro de 2000, e dê-se à alínea "a" do mesmo inciso a seguinte redação:

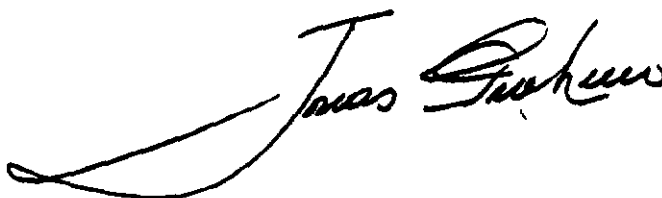
"IV - prazo:

a) os mesmos prazo e carência pactuados no contrato original da operação, contados a partir da data da renegociação, admitido novo esquema de amortização, fixado de acordo com a capacidade de pagamento do devedor,

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta visa a restabelecer o mesmo prazo e o mesmo período de carência adotado no contrato original firmado pelo mutuário, assegurando-se, assim, a possibilidade de que seja definido novo esquema de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor.

Sala das Comissões, em de fevereiro de 2000



MP 1988-17

000122

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 17/02/2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17			
AUTOR Deputado ANIVALDO VALE			PSDB/PA	
			Nº PRONTUÁRIO 019	
TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA 1/1	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 3º, a seguinte redação:

"Art. 3º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento ficam autorizados a adotar, nas renegociações, prorrogações, **assunções** e composições de dívidas, as seguintes condições:"

JUSTIFICATIVA

A proposta de inclusão da situação "assunção de dívidas" no campo das regularizações de dívidas, oferece aos agentes financeiros e aos mutuários mais um mecanismo de solução das dívidas inadimplidas.

ASSINATURA

MP 1988-17

000123

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
17/02/2000PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17AUTOR
Deputado ANIVALDO VALE

PSDB/PA

Nº PRONTUÁRIO
019TIPO
1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1/1

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao inciso I do Art. 3º a seguinte redação:

"I – O saldo devedor da operação, para efeito de renegociação, composição, prorrogação e assunção de dívidas, será apurado sem computar encargos por inadimplemento, multa e honorários advocatícios;"

JUSTIFICATIVA

O esforço efetuado pelo Governo e pelo Congresso Nacional deve amparar os clientes dos agentes financeiros enquadrados no presente inciso, como forma de reconhecer a necessidade de expurgar as gorduras inflacionárias e seus efeitos acessórios.

ASSINATURA

MP 1988-17

000124

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 17/02/2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17			
AUTOR Deputado ANIVALDO VALE		PSDB/PA		Nº PRONTUÁRIO 019
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1/1	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se à alínea b, do inciso IV, do Art. 3º, a seguinte redação:

"b) o prazo total da operação, assim considerado o prazo inicial, seus acréscimos efetivados anteriormente e o período adicional de que trata a alínea anterior, não poderá exceder :
vinte anos."

JUSTIFICATIVA

Os fundos constitucionais, que objetivam corrigir desigualdades, deverão merecer, pelo menos, o mesmo tratamento dispensado a todas as regiões do país através do PESA - Programa Especial de Saneamento de Ativos (Resolução BACEN nº 2471/98, de 26.02.98) como forma de propiciar aos mutuários condições de satisfação de seus compromissos junto aos agentes financeiros.

ASSINATURA

MP 1988-17

000125

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 17.02.2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17			
AUTOR Deputado ANIVALDO VALE			PSDB/PA	
Nº PRONTUÁRIO 019				
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA 1/1	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao inciso II do Art. 3º a seguinte redação:

"II - beneficiários: mutuários de financiamentos concedidos até 31 de dezembro de 1998 com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento;"

JUSTIFICATIVA

A ampliação da data visa o atendimento de um maior número de beneficiários.

ASSINATURA

**EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROV
17, DE 11 DE FEVEREIRO****MP 1988-17****000126**

Inclua-se no art. 3º da Medida Provisória 1.988,
um § 7º com a seguinte redação, renumerando-se os de.....

"Art. 3º

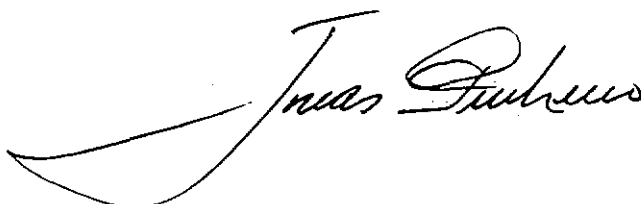
§ 7º sobre o valor das parcelas de pagamento devidas, com vencimento após 13 de janeiro de 2000, será aplicado desconto calculado em função da data de contratação do empréstimo, nos seguintes percentuais:

- a) operações contratadas até 31 de dezembro de 1994: quarenta por cento;
- b) operações contratadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1995: vinte e sete por cento;
- c) operações contratadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1996: vinte por cento;
- d) operações contratadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1997: dezessete por cento;
- e) operações contratadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1998: quatorze por cento;
- f) operações contratadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1999: cinco por cento.

JUSTIFICAÇÃO

Os descontos propostos têm o objetivo de compensar os mutuários pelos elevados encargos que lhes foram cobrados em decorrência da aplicação da TR, TJLP e IGP-DI nos financiamentos que lhes foram concedidos e pelos descasamentos entre os custos desses financiamentos e os dos produtos finais (medidos pelo IPR), que elevaram, desproporcionalmente, o saldo devedor desses financiamentos, conforme demonstrado na tabela anexa.

Sala das Comissões, em de fevereiro de 2000



Comparativo entre os Indicadores dos Fundos Constitucionais e
o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais - IPR

TABELA B

Mês	Indexador	Indexadores do Fundo (TR, TJLP + IGP) + Del Credere (%)	IPR	Índices Acumulados		Diferença % (B/A)	Média do Período
				(TR, TJLP + IGP) + Del Credere (A)	IPR (B)		
Ago-94	TR	2.1345	3.10829	271.86418	188.01888	-38,94	-10,26
Set-94		2.4424	2.36000	266.18244	161.00400	-39,51	
Out-94		2.5584	6.34037	259.83610	157.29191	-39,46	
Nov-94		2.9243	3.20625	253.35438	147.91364	-41,61	
Dez-94		2.8764	-0.84565	246.15604	143.31850	-41,78	
Jan-95		2.1046	-1.64288	239.27357	144.54888	-39,59	
Fev-95		1.8564	-2.16320	234.34162	146.95509	-37,29	-26,91
Mar-95		2.3031	-1.68859	230.67859	150.10438	-34,71	
Abr-95		3.4700	-1.43291	224.89122	151.78421	-31,06	
Mai-95		3.2504	-1.26119	217.34911	155.06630	-38,68	
Jun-95		2.8896	-0.44852	210.50679	156.98518	-25,43	
Jul-95		1.8619	0.27424	204.59482	157.89748	-22,93	
Ago-95		1.8619	2.81305	200.85510	157.26118	-21,70	
Set-95		1.6700	-2.11856	197.18173	157.95839	-22,43	
Out-95		1.6700	0.45618	193.94486	156.16905	-19,43	
Nov-95		1.6700	3.96135	190.75918	155.55942	-18,45	
Dez-95	TJLP	1.3721	0.60409	187.62583	149.63197	-18,25	-19,46
Jan-96		1.3721	3.58430	189.80626	149.73349	-19,64	
Fev-96		1.3721	-0.43699	181.58167	143.58693	-21,36	
Mar-96		1.4165	-1.16446	180.10978	144.31113	-19,93	
Abr-96		1.4165	3.08420	177.59415	145.91626	-17,84	
Mai-96		1.4165	2.59705	175.11367	148.59177	-19,14	
Jun-96		1.2070	1.04137	172.66783	138.00765	-20,07	
Jul-96		1.2070	1.28684	170.60809	136.98218	-19,94	
Ago-96		1.2070	-0.61552	168.57190	134.64988	-20,01	
Set-96		1.1704	1.96359	166.56748	135.68515	-18,54	
Out-96		1.1704	2.19026	164.63667	133.87118	-19,17	
Nov-96		1.1704	-1.33452	162.73196	130.21999	-19,90	
Dez-96	TJLP	0.8783	-1.16403	160.84918	131.98131	-17,95	-16,69
Jan-97		0.8783	-0.10782	159.44994	130.59571	-16,35	
Fev-97		0.8783	1.14580	158.66649	133.67984	-15,42	
Mar-97		0.8259	3.07831	156.68653	132.16549	-15,65	
Abr-97		0.8259	2.68376	155.40187	128.21853	-17,49	
Mai-97		0.8259	1.65969	154.12112	124.84718	-18,98	
Jun-97		0.8122	-0.53403	152.96641	123.81881	-19,65	
Jul-97		0.8122	-1.94815	151.21484	123.48817	-18,54	
Ago-97		0.8122	-0.61781	150.41139	125.94180	-16,37	
Set-97		0.7548	1.43991	149.20858	126.72433	-15,06	
Out-97		0.7548	0.72393	148.88285	124.97551	-15,64	
Nov-97		0.7548	0.89128	148.97350	126.82764	-15,61	
Dez-97	TJLP	0.7923	2.12262	145.97245	127.93197	-15,73	-14,42
Jan-98		0.7923	0.58318	144.72579	126.17682	-16,82	
Fev-98		0.7923	-0.05947	143.58814	119.67888	-16,65	
Mar-98		0.9349	0.54295	142.43943	119.75069	-15,94	
Abr-98		0.9349	-1.32416	141.15997	119.18342	-15,61	
Mai-98		0.9349	4.97039	137.83262	118.78170	-13,68	
Jun-98		0.8487	0.10713	136.83744	114.98443	-17,00	
Jul-98		1.1755	-0.37098	137.37166	114.86338	-16,38	
Ago-98		1.1755	-1.12424	135.77547	115.19108	-15,09	
Set-98		1.2552	-0.31141	134.19791	116.66197	-13,31	
Out-98		1.2552	-0.06538	132.53433	116.96627	-11,75	
Nov-98		1.2552	1.03228	130.89936	117.84274	-10,58	
Dez-98	IGP-DI	1.6297	0.59721	129.26877	115.94698	-10,38	-4,71
Jan-99		1.8008	0.18597	127.19585	115.15914	-9,46	
Fev-99		5.1120	5.40444	124.94582	114.94538	-8,88	
Mar-99		2.6361	1.51043	118.86916	109.05175	-9,24	
Abr-99		0.6736	-2.64896	115.81618	107.42511	-7,24	
Mai-99		0.3024	-2.89650	115.94127	110.35238	-4,06	
Jun-99		1.6700	-0.40657	114.69446	111.64408	-4,92	
Jul-99		2.2436	-0.52942	112.81056	114.10792	1,15	
Ago-99		2.1027	1.56750	110.33505	116.71525	3,97	
Set-99		2.1229	3.22972	108.66378	112.94484	4,57	
Out-99		2.5456	4.84047	105.81644	109.41117	3,40	
Nov-99		3.1897	4.35966	103.18958	104.35366	1,13	
Dez-99		1.8813	1.58008	100.00000	100.00000	0,00	

Nota: A Taxa Referencial - TR (com vigência mensal) corrigiu os Fundos de Junho de 1995 - a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (com vigência trimestral) a partir de Julho de 1995 e a partir de dezembro 98 - os custos de empréstimos com base na Média Previsória 1846 - o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais - IPR - a partir de novembro 98 de 1,3% a.m. correspondendo a 0,33% a.m. e de 1,3% a.m. a partir de dezembro 98 correspondendo a 0,33% a.m.

MP 1988-17

000127

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 12-02-2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17			
AUTOR Deputado ANIVALDO VALE			PSDB/PA	
Nº PRONTUÁRIO 019				
TIPO 1() SUPRESSIVA 2() SUBSTITUTIVA 3() MODIFICATIVA 4() ADITIVA 9() SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA 1/1	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º Em cada operação dos Fundos Constitucionais, contratada a partir de 1 de dezembro de 1998, o risco operacional do banco administrador será de cinquenta por cento cabendo igual percentual ao respectivo fundo.

JUSTIFICATIVA

As operações de renegociação, prorrogação, assunção e composição de dívidas deverão merecer o mesmo tratamento de um novo financiamento, posto que as bases e condições deverão ser ajustadas à capacidade de pagamento, às garantias e, sobretudo, como forma de propiciar condições de continuidade na exploração da atividade produtiva.

Ademais, os agentes financeiros passarão a experimentar rentabilidade bem inferior àquelas costumeiramente auferidas. Assim, seria perfeitamente justo o compartilhamento de risco entre governo e agentes financeiros.

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1988-17

000128

DATA 16/02/2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.988-17, de 11/02/2000			
AUTOR Dep. Carlos Batata			Nº PRONTUÁRIO 148	
TIPO 1.1 - SUPRESSIVA 2.1 - SUBSTITUTIVA 3.1 - MODIFICATIVA 4.1 - ADITIVA 5.1 - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA 1	ARTIGO 9º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Inclua-se no artigo 9º da MP nº 1.988-17, de 11 de fevereiro de 2000, a seguinte alteração à Lei nº 7.827, de 27/9/89:

" Art. 3ºA. Nas operações de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento deverão ser destinados até 10% dos montantes para o desenvolvimento de pesquisa e assistência técnica às atividades agrícolas da região.

Parágrafo único. A regulamentação dos projetos de pesquisa e dos programas de assistência técnica caberá aos Conselhos dos respectivos fundos."

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.827, de 27/9/89, que institui os Fundos Constitucionais de Financiamento não estabeleceu quaisquer diretrizes para o desenvolvimento de pesquisa e assistência técnica às atividades agrícolas daquelas regiões. E, ainda, constatamos que a MP nº 1988-2000, dispondo sobre as operações com recursos dos referidos fundos constitucionais, alteram vários dispositivos da lei mencionada sem contudo fixar disposições para o aprimoramento da pesquisa e da assistência técnica ao setor rural das regiões contempladas.

Atualmente, o setor agrícola vem garantindo um superávit à balança comercial do Brasil, contribuindo com a estabilidade econômica e com o crescimento econômico regional. Esses resultados têm sido favoráveis apesar da escassez de recursos voltados para a aplicação em pesquisa e assistência técnica à agricultura.

A nossa proposta visa ampliar a eficiência no preparo da terra, na seleção de sementes e na conservação das culturas, bem como proporcionar a melhoria da produtividade em seus aspectos tecnológicos. Registra ainda que essas medidas exercerão influências preponderantes no nível de emprego rural e no nível de renda do produtor.

Neste contexto contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

ASSINATURA

DEP. CARLOS BATATA

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1990-28** ADOTADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RELATIVAMENTE À INCIDÊNCIA NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS, INCLUSIVE DE BENEFICIÁRIOS RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR, À CONVERSÃO, EM CAPITAL SOCIAL, DE OBRIGAÇÕES NO EXTERIOR DE PESSOAS JURÍDICAS DOMICILIADAS NO PAÍS, AMPLIA AS HIPÓTESES DE OPÇÃO, PELAS PESSOAS FÍSICAS, PELO DESCONTO SIMPLIFICADO, REGULA A INFORMAÇÃO, NA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, DE DEPÓSITOS MANTIDOS EM BANCOS NO EXTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA

EMENDA Nº

Deputado ALOÍZIO MERCADANTE..... 009.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 08

EMENDAS ADICIONADAS: 01

TOTAL DE EMENDAS: 09

MP 1990-28**000009**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1990-28

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 15.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 15, que pretendemos suprimir do texto da Medida Provisória, estabelece que o adquirente de carteira de planos privados de assistência à saúde ficará desonerado do passivo fiscal devido pela entidade adquirida, criando, portanto, uma exceção ao que dispõe o art. 133 do Código Tributário Nacional. Tal medida assegura uma enorme vantagem para as entidades interessadas em adquirir carteiras de planos privados de saúde, barateando o custo de aquisição e transferindo para o União uma parcela significativa do ônus financeiro envolvido na operação. Dessa forma, o Tesouro Nacional, deixará de receber seus créditos tributários, envolvendo uma renúncia de receita fiscal, cujo montante é totalmente desconhecido do Congresso Nacional. Temos, assim, diante de nós, um instrumento que guarda enormes semelhanças com o PROER dos bancos, porém com o agravante de que a sociedade está sendo levada a financiar o saneamento financeiro de planos de saúde, sem ter a menor noção dos motivos para a medida, quais são os beneficiários envolvidos, quais as salvaguardas e garantias de recebimento dos débitos fiscais e as contrapartidas exigidas tanto dos novos quanto dos antigos proprietários da entidade alienada. O dispositivo contido no artigo 15 é uma pérola de malversação do dinheiro público e de descaso para com o contribuinte e para com os membros do Congresso Nacional, que foram sumariamente aliçados do processo de discussão de matéria de tão grandes implicações para o erário. Para nós é inaceitável que o governo continue ferindo prerrogativas essenciais do Poder Legislativo, ao incluir, na vigésima sétima edição da Medida Provisória nº 1990, de forma quase camuflada e sem qualquer justificação, uma medida que pode se constituir num segundo PROER.

Por outro lado, como se não bastassem os graves problemas de mérito, a medida apresenta, ainda, enormes vícios formais que obrigam sua extinção do universo jurídico. Em primeiro lugar, a medida é inconstitucional, pois ela agride o art. 150, § 6º da Constituição, que exige a edição de lei específica para a concessão de benefício fiscal.

Além disso, o malfadado artigo altera matéria contida no Código Tributário Nacional, o que somente poderia ser feito mediante lei complementar de mesma hierarquia. E, por fim, a Exposição de Motivos que acompanha a vigesima sétima edição da MP, sequer faz menção ao dispositivo incluído no artigo 15 e, portanto, desconsidera o mandato previsto no artigo 68, da LDO 2000, que estabelece que qualquer concessão de benefício fiscal devesse vir acompanhada da previsão de renúncia de receita envolvida e das despesas orçamentárias a serem canceladas.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2000.


DEPUTADO ALOÍZIO MERCADANTE
PT/SP

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2000-13** ADOTADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, QUE DEFINE O SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CRIA A AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado MAX ROSENMANN.....	099.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 98

EMENDAS ADICIONADAS: 01

TOTAL DE EMENDAS: 99

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2000-13

000099

15 / 02 / 00

MP nº 2000-13 de 11/02/00

DEPUTADO MAX ROSENMAN

456

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☒ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

1 de 1

TEXTO

ANEXO II - ITEM 1.4 ONDE SE LÊ 5.000,00, LEIA-SE 1.200,00

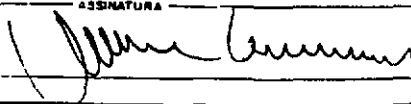
JUSTIFICATIVA

AS FARMÁCIAS E DROGARIAS, PEQUENAS EMPRESAS COMERCIAIS DESTE PAÍS, SÃO AS MAIS ONERADAS COM PROCEDIMENTOS TAIS COMO A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA SOBRE MEDICAMENTOS.

É O ÚNICO SETOR QUE FOI ONERADO COM AS TAXAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EM QUE SE PESEM TODOS OS PROBLEMAS DE SAÚDE PÚBLICA CAUSADOS POR RESTAURANTES, BARES, PANIFICADORAS E, PRINCIPALMENTE, O MAIS RICO SETOR COMERCIAL DO PAÍS, HOJE DOMINADO POR MULTINACIONAIS, QUE SÃO OS SUPERMERCADOS.

É NOSSO OBJETIVO REDUZIR A TAXA PARA AS PEQUENAS FARMÁCIAS PARA UM VALOR CONDIZENTE, VALOR ESTE DE APROXIMADAMENTE R\$ 120,00 POR ANO.

ASSINATURA



**EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº.2004-5, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2000
E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO QUE
"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS".**

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AUGUSTO NARDES	140, 141, 143, 148, 149, 152, 158, 159, 160, 162, 167, 168, 172, 173, 175, 177, 178.
DEPUTADO EDINHO BEZ	138.
DEPUTADO FEU ROSA	155, 174.
DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI	139, 144, 147, 151, 161, 171.
DEPUTADO PAES LANDIM	153, 154, 156, 163, 165, 166, 170, 176.
DEPUTADO RONALDO CAIADO	142, 145.
DEPUTADO SILVIO TORRES	146, 150, 157, 164, 169.

SACM.

Emendas Convalidadas: 137

Emendas Adicionadas: 41

TOTAL DE EMENDAS: 178

A PRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000138

DATA 15.02.2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004-5			
AUTOR Deputado EDINHO BEZ			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARAGRAFO 3º	INCISO I	ALINEA

TEXTO

Suprima-se o inc. I do § 3º do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

No momento em que se institui um programa de recuperação fiscal, tendente a regularizar os débitos tributários da União, é inaceitável que não se beneficiem os próprios órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas três esferas da Administração.

A possibilidade de regularização de tais débitos aumenta a perspectiva de sua recuperação, junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, melhorando o relacionamento entre as diversas esferas e, inclusive, liberando recursos retidos pela União e pelos Estados.

Para a União, constituir-se-ia a medida em fator de racionalização da programação financeira e depuração das contas públicas.

ASSINATURA

MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000139

DATA	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - 5			
AUTOR DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO CAPUT	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos."

JUSTIFICAÇÃO

A exigência de regularidade da situação fiscal para adesão ao REFIS e o acúmulo de obrigações financeiras legais no final do ano inviabilizam a participação de milhares de contribuintes no Programa. Neste sentido, propomos a extensão do período de abrangência da renegociação dos débitos até 31 de janeiro de 2000.

ASSINATURA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004

ALTERAÇÕES PROPOSTAS

Texto Atual	Texto proposto	Justificação
<p>"Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1999, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajustados ou a ajustar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos."</p> <p>"Art. 2º</p> <p>§ 1º A opção poderá ser formalizada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da regulamentação de que trata o § 1º do artigo anterior."</p> <p>"Art. 2º</p> <p>§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na</p>	<p>"Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajustados ou a ajustar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos."</p> <p>"Art. 2º</p> <p>§ 1º A opção poderá ser formalizada até 31 de maio de 2000."</p> <p>"Art. 2º</p> <p>§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na</p>	<p>A exigência de regularidade da situação fiscal para adesão ao REFIS e o acúmulo de obrigações financeiras legais no final do ano inviabilizam a participação de milhares de contribuintes no Programa. Nesse sentido, propomos a extensão do período de abrangência da renegociação dos débitos até 31 de janeiro de 2000.</p> <p>São objetivos do REFIS tanto a recuperação de créditos tributários, como a regularização, perante o fisco federal e o INSS, de contribuintes inadimplentes. A exigibilidade do prazo para a opção dificulta a adesão, especialmente dos pequenos contribuintes. A proposta dilata para 31 de maio de 2000 o prazo ora estabelecido em 31 de março do corrente ano.</p> <p>As abusivas penalidades adotadas pela legislação tributária não encontram respaldo na estabilidade econômica. Assim, propomos limites à</p>

<p>condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores."</p>	<p>condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, limitada a 10%, 20%, 30% e 40% do valor original, respectivamente correspondentes às características das pessoas jurídicas especificadas nas letras a e d do inc. II do § 4º deste artigo, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, substituindo a taxa SELIC pela T.J.L.P. a partir da data de sua criação."</p>	<p>sua aplicação, variando conforme a situação financeira dos contribuintes.</p> <p>Por outro lado, a necessidade de se adotar taxa de juros consentânea com o pagamento a longo prazo determina a aplicação da T.J.L.P. desde o vencimento da obrigação.</p>
<p>"Art. 2º § 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, excluídas as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados, observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:</p> <p>"Art. 3º § 5º Ficam dispensados das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES e aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)."</p> <p>"Art. 5º II - inadimplência, por três meses consecutivos ou não, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de outubro de 1999."</p>	<p>"Art. 2º § 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios poderão ser liquidados, observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:</p> <p>"Art. 3º § 5º Ficam dispensados das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES, aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e, até esse valor, inclusive as que tenham débito consolidado em montante superior."</p> <p>"Art. 5º II - inadimplência, por três meses consecutivos ou não em período de doze meses, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de janeiro de 2000."</p>	<p>A recuperação de créditos deve abranger inclusive os acréscimos legais relativos à dívida ativa, com vistas a permitir a regularização fiscal de contribuintes inadimplentes.</p> <p>O princípio da isonomia na tributação justifica a pretensão.</p> <p>A exclusão do REFIS é penalidade extremamente pesada para contribuintes inadimplentes, que buscam regularizar sua situação fiscal. Propõe-se maior amplitude da inadimplência, por período de doze meses, e altera-se a data fixada, para guardar coerência com proposta já realizada.</p>

MP 2004-5

000140

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA / /

3 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.0004 AUTOR
DEP. AUGUSTO NARDDES

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

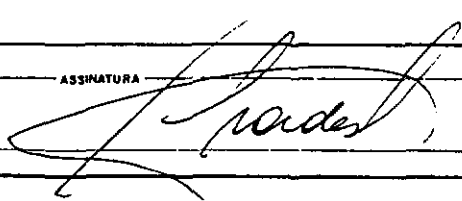
9 TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até o mês de competência anterior à publicação desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

JUSTIFICATIVA

A modificação ora proposta visa abranger o maior número possível de empresas que se encontram em débito junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social. O prazo de ocorrência de fatos geradores dos débitos, 31 de outubro de 1999, limita essa abrangência, eliminando a possibilidade de participarem empresas com débitos entre a data fixada e a data da publicação da Lei de conversão da Medida Provisória.

10 ASSINATURA


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000141

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - 5			
AUTOR AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARAGRAFO	INCISO CAPUT	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 29 de fevereiro de 2000, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos."

JUSTIFICAÇÃO

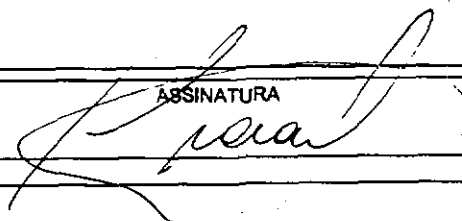
O tratamento tributário mais benéfico proposto pelo REFIS – moratória – visa a permitir a regularização de empresas inadimplentes junto ao INSS e à Secretaria da Receita Federal.

Considerando-se que tais empresas encontram-se em mora, dificilmente terão tido condições de pagar em dia os tributos devidos a partir de 1º de novembro de 1999, condição exigida para que possam optar pelo REFIS.

Neste sentido, nada mais coerente que estender o campo de abrangência da moratória aos débitos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 29 de fevereiro de 2000.

00116305-164A

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000142

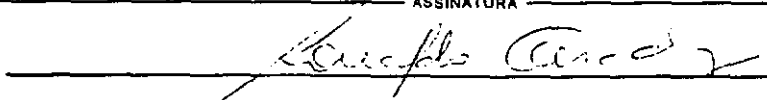
2	DATA 17.02.2000	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2004-5, de 2000		
4	AUTOR DEPUTADO RONALDO CAIADO			5	Nº PRONTUÁRIO 429
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7	PAGINA 01 de 01	8	ARTIGO - 1º -	PARAGRAFO	INCISO
ALINEA					

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até o mês de competência anterior à publicação da Medida Provisória, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos”.

JUSTIFICATIVA

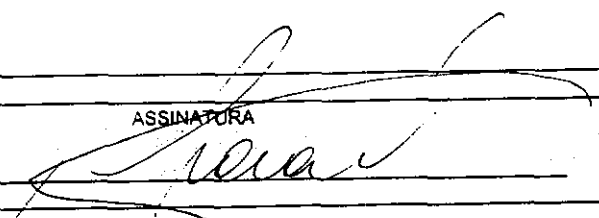
A modificação ora proposta visa abranger o maior número possível de empresas que se encontram em débito junto à Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social. O prazo de ocorrência de fatos geradores dos débitos, 31 de outubro de 1999, limita essa abrangência.

10	ASSINATURA 
----	--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000143

DATA 09.02.00	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004-5			
AUTOR DEPUTADO AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 7º	INCISO	ALÍNEA
TEXTO Suprima-se do "caput" do parágrafo 7º do art. 2º a expressão "... exclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa ..."				
JUSTIFICAÇÃO A supressão é necessária, para aumentar a capacidade de os micro e pequenos empresários renegociarem seus débitos relativos a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, incidentes sobre tributos devidos à Receita Federal e ao INSS.				
ASSINATURA 				

MP 2004-5

000144

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - §			
AUTOR DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 1º	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao § 1º do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 31 de maio de 2000."

JUSTIFICAÇÃO

São objetivos do REFIS tanto a recuperação de créditos tributários, como a regularização, perante o fisco federal e o INSS, de contribuintes inadimplentes. A exigüidade do prazo para a opção dificulta a adesão, especialmente dos *pequenos contribuintes. A proposta dilata para 31 de maio de 2000 o prazo ora estabelecido em 31 de março do corrente ano.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000145

2	DATA 17.02.2000	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2004-5. de 2000			
4	AUTOR DEPUTADO RONALDO CAIADO		5	Nº PRONTUÁRIO 429		
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL					
7	PAGINA 01 de 01	8	ARTIGO - 2º -	PARAGRAFO - 1º -	INCISO	ALINEA

Dê-se ao § 1º do art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º

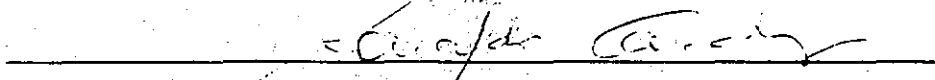
§ 1º - A opção poderá ser formalizada até 180 (cento e oitenta) dias após regulamentação da presente Medida Provisória”.

JUSTIFICATIVA

O prazo estipulado de *último dia útil do mês de julho de 2000* irá proporcionar maior número de adesões, tendo em vista que a presente Medida Provisória foi regulamentada em 25/01/2000. Devemos também considerar que as empresas, no último mês do exercício, possuem um trabalho administrativo contábil bastante complexo, o que prejudicará a preparação para uma eventual opção pelo plano.

10

ASSINATURA



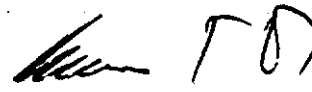
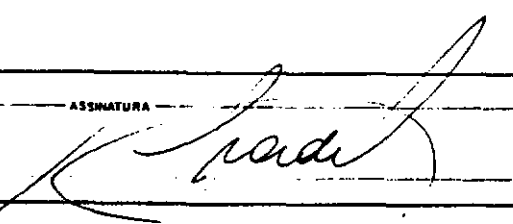
MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000146

2	DATA	3	PR
/ /		Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4	AUTOR		5
Silvio Torres		Nº PRONTUÁRIO	
		553	
6	TIPO		
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		PARÁGRAFO	INCIS
			ALÍNEA

9	TEXTO
<p>Dê-se nova redação ao § 2º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000.</p> <p>Art. 2º</p> <p>§ 2º - Os débitos existentes, em nome da optante, serão apontados na certidão de débitos fornecida pelos órgãos competentes, pelo seu valor original, com os acréscimos de que trata o § 3º deste artigo. Fica facultada à pessoa jurídica indicar os débitos que serão consolidados para efeito de opção pelo REFIS.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A indicação dos débitos existentes, em nome da optante, pelos órgãos competentes, dará segurança ao contribuinte de que nada foi omitido.</p> <p>Entretanto, os órgãos competentes poderão indicar débitos da pessoa jurídica cuja exigibilidade esteja suspensa, em virtude de processo tributário em andamento, conforme determina o art. 151 do Código Tributário Nacional, razão pela qual se faz necessária a faculdade da pessoa jurídica realizar essa indicação.</p>	

10	ASSINATURA
	

MP 2004-5

000147

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - 5			
AUTOR DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA	ARTIGO 2º	PARAGRAFO 3º	INCISO	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao § 3º do art. 2º a seguinte redação:

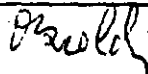
"§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, limitada a 10%, 20%, 30% e 40% do valor original, respectivamente correspondentes às características das pessoas jurídicas especificadas nas letras a a d do inc. II do § 4º deste artigo, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, substituindo a taxa SELIC pela TJLP, a partir da data de sua criação."

JUSTIFICAÇÃO

As abusivas penalidades adotadas pela legislação tributária não encontram respaldo na estabilidade econômica. Assim, propomos limites à sua aplicação, variando conforme a situação financeira dos contribuintes.

Por outro lado, a necessidade de se adotar taxa de juros consentânea com o pagamento a longo prazo determina a aplicação da TJLP desde o vencimento da obrigação.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000148

2	DATA	3	PROP			
1	/	1	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000			
4	AUTOR		5	Nº PRONTUÁRIO		
DEP. AUGUSTO NARDES						
6	TIP					
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL						
7	PAGINA	8	ART-DO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Dê-se ao § 3º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 2º

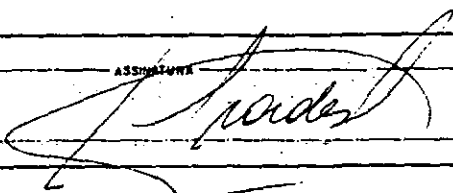
§ 3º Fica facultado às pessoas jurídicas indicar os débitos a serem parcelados nos termos desta Lei, em cuja consolidação, partindo-se do seu valor original, se aplicará a TJLP, desde o respectivo vencimento até a data do deferimento do parcelamento, além dos acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, e os encargos devidos à Procuradoria. Os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, e os encargos devidos à Procuradoria limitar-se-ão, no seu total, a 20% (vinte por cento) do débito consolidado.

JUSTIFICATIVA

Os acréscimos legais hoje incidentes sobre os débitos fiscais, em especial os juros SELIC, além de multas; de mora e de ofício, são de tal monta, que os débitos alcançam valores exorbitantes, inviabilizando a sua regularização.

Tendo em vista que o próprio governo admitiu na Medida Provisória a aplicação da TJLP nas parcelas a serem pagas em decorrência da opção ao REFIS, entendemos que esta mesma taxa poderá ser aplicada quando da consolidação dos débitos fiscais. De fato, a SELIC tendo sido instituída por lei ordinária, Lei nº 9.065/95, poderá ser alterada por comando legal da mesma espécie, como é o caso da legislação que institui o REFIS.

Conforme parecer do eminente jurista Alcides Jorge Costa, "nada impede que o legislador conceda redução de multas que é uma anistia parcial. A anistia está prevista no CTN arts. 180, 181 e 182, como forma de exclusão do crédito tributário". E conclui que "a imutabilidade do crédito tributário constituído é regra que vincula o administrador mas não o legislador". Nada impede que a lei mande aplicar a TJLP também ao passado, até mesmo com a restituição de uma eventual diferença, e que estabeleça que as multas e demais encargos não excedam a 20% do montante do crédito tributário.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000149

Data 09/fevereiro/2000		Proposição MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.004-5	
Autor Deputado Augusto Nardes		Nº Prontuário	
<input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva
9 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global			
Página	Artigo 2º	Parágrafo 3º	Inciso
Alínea			

Texto

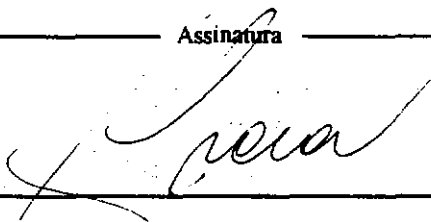
Dê-se ao Artigo 2º, § 3º, da Medida Provisória nº 2.004-5, de 13 de janeiro de 2000, a seguinte redação:

"A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, sendo que os juros moratórios serão calculados pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, e a soma das multas não excederá a vinte por cento".

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa a substituir a aplicação dos juros SELIC (excessivamente altos) pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo); além disso as multas aplicadas ficam limitadas ao percentual de vinte por cento.

Assinatura



MP 2004-5

000150

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
Silvio Torres		553	
6	TIPO		
<input type="checkbox"/> 1 SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> 4 ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		9	PARÁGRAFO
		10	INCISO
		11	ALÍNEA

Dê-se ao item II do § 4º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 2º

§ 4º

II - será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 31 e parágrafo único da Lei nº 8.981 de vinte de janeiro de 1995, sendo:

a) 0,3%, no caso de pessoa jurídica enquadrada no conceito de microempresa e empresa de pequeno porte estabelecido pela Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1.999, optante ou não pelo SIMPLES, e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;

b) 0,6%, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

c) 1,2%, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas decorrentes das atividades comerciais, industriais, médico-hospitalares, de transporte, de ensino e de construção civil;

d) 1,5%, nos demais casos.

JUSTIFICATIVA

A limitação dos percentuais garante aos devedores a possibilidade de vislumbrarem, de imediato, a viabilidade da opção ou não, deixando de sujeitá-los ao caráter discricionário da Administração para esse fim, o que já poderia causar insegurança.

A determinação do percentual de 0,3% às pessoas jurídicas enquadradas na Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1.999, possibilita a participação de todas as microempresas e empresas de pequeno porte, pois nem todas as pessoas jurídicas enquadradas neste conceito podem ser optantes do SIMPLES.

10 ASSINATURA

[Assinatura] *[Assinatura]*

MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000151

DATA	PROF. Osvaldo MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - 5			
AUTOR DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 7º	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao § 7º do art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios poderão ser liquidados, observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:

....."

JUSTIFICAÇÃO

A recuperação de créditos deve abranger inclusive os acréscimos legais relativos à dívida ativa, com vistas a permitir a regularização fiscal de contribuintes inadimplentes.

ASSINATURA



MP 2004-5

000152

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA / /		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000		
4 AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES		5 Nº PRONTUÁRIO		
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Dê-se aos § 7º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 2º.....

§ 7º. Os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, a juros e atualização monetária, inclusive os relativos a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados, observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:

I - compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição incluído no âmbito do REFIS, calculados com o mesmo indexador definido no § 3º do art. 2º;

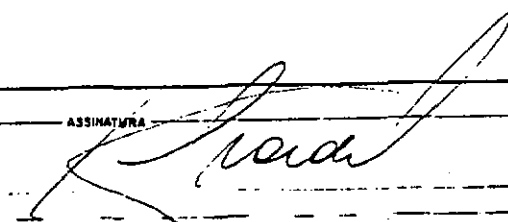
II - utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros, calculados com o mesmo indexador definido no § 3º do art. 2º.

JUSTIFICATIVA

Inclui-se nos valores que poderão ser liquidados mediante compensação de créditos e utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, aqueles relativos aos débitos inscritos em dívida ativa. Tal fato possibilita a minimização dos nefastos efeitos da relação de crédito existente entre o devedor e o Poder Público, através da quitação de expressivo montante do débito consolidado com créditos e prejuízos fiscais. A compensação de créditos fiscais é procedimento permissível conforme estipulado nos arts. 73 e 74 da Lei nº 9430/96.

Em relação à atualização dos valores correspondentes aos créditos, ao prejuízo fiscal e à base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, por obediência ao princípio que veda o enriquecimento ilícito do Estado, serão aplicados os mesmos índices incidentes nos débitos. A legislação vigente já permite esse procedimento.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000153

2	DATA	3	PROP			
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000				
4	AUTOR		5	Nº PRONTUÁRIO		
DEPUTADO PAES LANDIM						
6	TIPO					
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL						
7	PÁGINA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Dê-se ao § 8º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 2º.

§ 8º. Na hipótese do inciso II do parágrafo anterior, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de quinze por cento e de oito por cento, respectivamente, sem o limite de 30% (trinta por cento) do lucro real.

JUSTIFICATIVA

Convém mencionar a inaplicabilidade do limite de 30% (trinta por cento) já consagrada no Regulamento da Medida Provisória objeto da conversão, pois, um vez estabelecida no texto da lei, oferece maior segurança aos devedores.

10	ASSINATURA
	


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000154

2	DATA / /	3	PROPO Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000			
4	AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM		5	Nº PRONTUÁRIO		
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL					
7	PÁGINA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

9	TEXTO <p>Acrescente-se parágrafo ao art. 2º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000:</p> <p>§..... A opção pelo REFIS implicará no cancelamento da inscrição do optante no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - CADIN.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Como meio de viabilizar o cumprimento do parcelamento, é importante que o optante do REFIS não seja mantido no CADIN, na medida em que essa constrição seguramente prejudicará o exercício regular de suas atividades.</p>
---	---

10	ASSINATURA 
----	--

MP 2004-5

000155

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 17 / 02 / 00		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004-5, DE 14/02/2000	
4 AUTOR DEPUTADO FEU ROSA		5 Nº PROTOCOLO 274	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 3º	PARÁGRAFO	INCISO II

Artigo Único. Suprima-se o inciso II do Art. 3º da Medida Provisória Nº 2.004-5, de 14 de fevereiro de 2.000.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da MP 2.004-5, que institui Programa de Recuperação Fiscal-REFIS é estimular através da concessão de algumas prerrogativas, a regularização de débitos fiscais acumulados de milhares de empresas.

A acumulação de débitos fiscais, por parte de pessoas físicas, é fato de grande preocupação para a Nação brasileira, principalmente se considerarmos que os valores chegam a centenas de bilhões de reais, sendo portanto, a solução do problema de interesse de toda a sociedade.

A MP 2.004-5, destina-se a promover a regularização de débitos fiscais em nome de pessoas jurídicas, através do pagamento por parcelas em prazos dilatados, acrescidos tão somente, de juros determinados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo INSS, exigindo à pessoa jurídica, a garantia da regularidade do pagamento dos valores parcelados e dos tributos e contribuições correntes, sendo portanto um exagero, a exigência contida no inciso II do Art. 3º que permita a "autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data de opção pelo REFIS", o que significa a quebra do sigilo fiscal da empresa (pessoa jurídica) e por extensão de seus dirigentes e empregados (pessoas físicas), contrariando assim a boa prática democrática e as determinações legais existentes.

MP 2004-5

000156

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA / /	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000
4	AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

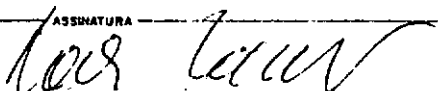
Dê-se ao § 1º do art. 3º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 3º

§ 1º A qualquer momento a pessoa jurídica, optante pelo REFIS poderá entrar no programa definido no art. 12.

JUSTIFICATIVA

A fim de atender as situações especiais decorrentes de seus negócios, poderá a pessoa jurídica, optante do REFIS, pleitear a liquidação de seus débitos aplicando o parcelamento especial definido no art. 12.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000157

2	DATA	3	PRO.
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4	AUTOR		5
Silvio Torres		Nº PRONTUÁRIO	
		553	
6			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		PARÁGRAFO	INCIS
			ALÍNEA

Dê-se ao item VI do art. 3º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação

Art. 3º

VI - pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

JUSTIFICATIVA

A sujeição da pessoa jurídica optante pelo REFIS ao cumprimento das obrigações vincendas, certamente reduzirá a atratividade do parcelamento, na medida em que, segundo as peculiaridades da economia brasileira, no transcorrer do tempo deste parcelamento (que por muitas vezes será sobremaneira extenso), a empresa poderá sofrer inesperadas dificuldades financeiras, até mesmo esporádicas.

10

ASSINATURA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000158

Data 09/fevereiro/2000	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.004-5
---------------------------	--

Autor Deputado Augusto Nardes	Nº Prontuário
---	---------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	<input type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo Global
-------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------------	--

Página	Artigo Art. 1º, caput; Art. 3º, inciso VI; Art. 5º, inciso II.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	---	-----------	--------	--------

Texto

Dê-se ao caput. do art. 1º, ao inciso VI do art. 3º e ao inciso II do art. 5º, respectivamente, a seguinte redação:

Art. 1º, caput. - "Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2.000, constituídos ou não inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos".

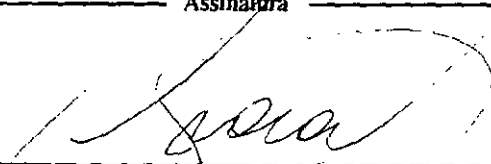
Art. 3º, inciso VI-: "pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e das contribuições decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de janeiro de 2.000".

Art. 5º, inciso II-: "inadimplência, por três meses consecutivos ou não, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de janeiro de 2.000".

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda tem por objetivo ampliar para 31 de janeiro de 2000 o período de abrangência do REFIS.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000159

Data
09/fevereiro/2000Proposição
MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.004-5Autor
Deputado Augusto Nardes

Nº Prontuário

1 ☐ Supressiva2 ☐ Substitutiva3 ☒ Modificativa4 ☐ Aditiva9 ☐ Substitutivo Global

Página

Artigo
3ºParágrafo
5º

Inciso

Alínea

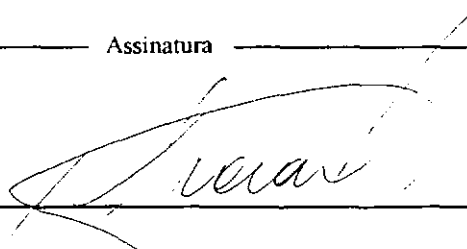
Texto

Dê-se ao parágrafo 5º do art. 3º da Medida Provisória n.º 2.004-5, de 13 de janeiro de 2000, a seguinte redação: "Ficam dispensadas das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES e aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R\$ 1.000.000 (um milhão de reais)".

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa abranger maior número de contribuintes, que já não mais dispõe de patrimônio, quer para dar em garantia, quer para seu arrolamento.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000160

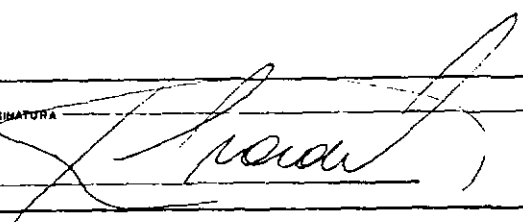
2	DATA / /	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000
---	-------------	---	---

4	AUTOR DEP. AUGUSTO NARDES	5	Nº PRONTUÁRIO
---	------------------------------	---	---------------

6	TIP 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	--

7	PÁGINA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCIS	ALÍNEA
---	--------	---	--------	-----------	-------	--------

9	TEXTO <p>Dê-se ao §. 5º do art. 3º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:</p> <p>Art. 3º.....</p> <p>§. 5º. Ficam dispensadas das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas que, em demanda judicial, estiverem sujeitas à manutenção estabelecida no parágrafo terceiro; as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES; as pessoas jurídicas cujo débito original seja inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e ainda aquelas cujo débito consolidado seja inferior ao valor de seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1.999.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Tendo em vista as dificuldades financeiras que as empresas devedoras vêm enfrentando, onde a grande maioria já tem seus bens garantidos em financiamentos e outros tipos de operação, para garantir atratividade ao parcelamento seria conveniente que a dispensa da garantia acobertasse maior número de interessados na opção, sem que com isso fosse frustrado o objetivo arrecadatório do Fisco. Por se tratar de pagamentos de longo prazo, mesmo o endividamento equivalente à totalidade de seu patrimônio líquido, não prejudica a sua solvibilidade, não sendo portanto necessárias garantias adicionais.</p>
---	---

10	ASSINATURA 
----	--

MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000161

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - 5			
AUTOR DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 3º	PARÁGRAFO 5º	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao § 5º do art. 3º a seguinte redação:

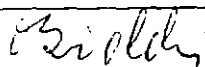
"Art. 3º

.....
§ 5º Ficam dispensadas das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES, aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e, até esse valor, inclusive as que tenham débito consolidado em montante superior."

JUSTIFICAÇÃO

O princípio da isonomia na tributação justifica a pretensão.

ASSINATURA



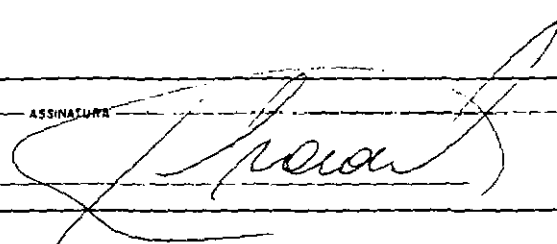
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000162

2	DATA	3	PROPO
/ /		Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4	AUTOR		5
DEP. AUGUSTO NALDES		Nº PRONTUÁRIO	
6	TIPO		
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

9	TEXTO
<p>Acrescente-se parágrafo ao art. 3º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000:</p> <p>Art. 3º</p> <p>§.... A partir da opção pelo REFIS, estará suspenso o curso de todas as ações cíveis e criminais de natureza fiscal, operando-se sua extinção ao término do pagamento dos débitos consolidados e a liberação dos respectivos gravames e garantias.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>A inclusão proposta visa assegurar ao devedor que nenhuma constrição de ordem processual lhe seja imposta enquanto está cumprindo o acordo firmado e, que ao final do pagamento, os efeitos jurídicos sejam totalmente regularizados.</p>	

10	ASSINATURA
	

MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000163

2	DATA	3	PRO
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4		5	
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
DEPUTADO PAES LANDIM			
6			
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7			
PÁGINA			
8			
ARTIGO PARÁGRAFO INCIS ALÍNEA			

Acrescente-se parágrafo ao art. 3º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000:

Art. 3º

§..... Para os fins do disposto no parágrafo quarto serão aceitas as seguintes modalidades de garantias:

- a) fiança;
- b) hipoteca;
- c) penhor;
- d) anticrese;
- e) seguro.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se incluir no próprio texto da lei as garantias já consagradas na atualidade pelo Regulamento do REFIS, a fim de conferir maior segurança jurídica às espécies aceitas.

10

ASSINATURA

Dois *Carav*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000164

2 DATA / /

3 PROP Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000

4 AUTOR Silvio Torres

5 Nº PRONTUÁRIO 553

6 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO PARÁGRAFO INCÍDIO ALÍNEA

9 TEXTO

Suprima-se o item VI do art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000.

JUSTIFICATIVA

A redação do item VI do art. 5º restou pouco inteligível quanto à sua finalidade, podendo gerar interpretações ambíguas, chegando até mesmo a prejudicar o direito de defesa do contribuinte protegido pela CF/88 item XXXV do art. 5º, que estabelece: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

10

ASSINATURA

Muro TP

L. P. P.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

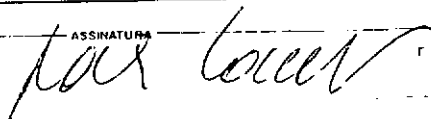
000165

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO PAES LANDIM			
6	TIPO		
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

Suprima-se o § 3º do art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000.

JUSTIFICATIVA

Com a eliminação do inciso III do art. 5º, proposta pela respectiva Emenda Supressiva, não há como ser mantido o parágrafo terceiro do mesmo artigo.



MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000166

2	DATA / /	3	PRE Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000
4	AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM	5	Nº PRONTUÁRIO
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO
			PARÁGRAFO
			INCIS
			ALÍNEA

Suprima-se o III do art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000.

JUSTIFICATIVA

Em virtude da faculdade conferida ao devedor de indicar os débitos a serem parcelados, proposta na Emenda Modificativa do § 2º do artigo 2º, não mais se justifica a permanência da redação do inciso III do art. 5º.

10

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000167

Data		Proposição	
		MEDIDA PROVISÓRIA	
Autor		Nº Prontuário	
DEP. AUGUSTO NARDES			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 9 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
	3º	7º	
Alínea			

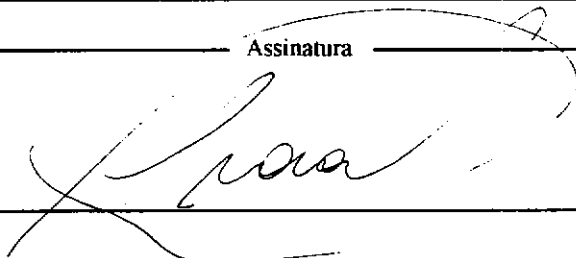
Texto

Suprima-se, no parágrafo 7º do artº da Medida Provisória nº.2004-5, de 13 de janeiro de 2000, a seguinte expressão: "exclusiva as relativas a débitos inscritos em dívida - ativa".

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa a permitir que a compensação de créditos e a utilização de prejuízos fiscais, possam ser feitas, inclusive, relativamente a créditos tributários já inscritos na Dívida Ativa.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000168

2 DATA / /

3 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.0004 AUTOR
DEP. AUGUSTO NARDES

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO PARÁGRAFO INCIS ALÍNEA

9 TEXTO

Dê-se ao item II do art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 5º.....

II - inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos, ou não, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, exceto se a pessoa jurídica optante reparcelar os três meses devidos, conforme abaixo estipulado:

a) verificando-se o inadimplemento do terceiro mês, a pessoa jurídica optante terá o prazo de 30 dias para pleitear o reparcelamento;

b) o valor das parcelas em atraso será corrigido na forma da lei, acrescido de multa de 2% e liquidado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da alíquota de enquadramento, até sua quitação.

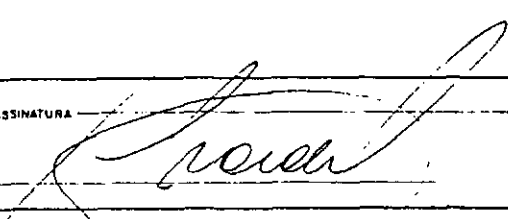
JUSTIFICATIVA

Em virtude do prazo de pagamento concedido pelo REFIS ser dilatado, as empresas poderiam, no transcorrer do tempo, sofrer dificuldades financeiras esporádicas, sem contudo, implicar na sua exclusão do programa.

Para possibilitar a retomada nos pagamentos sem onerar desmedidamente o capital de giro da pessoa jurídica, seria possível, através da presente sugestão, o refinanciamento quase que automático das pequenas parcelas em aberto, mediante a alteração ora sugerida, facilitando o recolhimento dos valores em atraso, mantendo desta forma a sequência do REFIS.

10

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000169

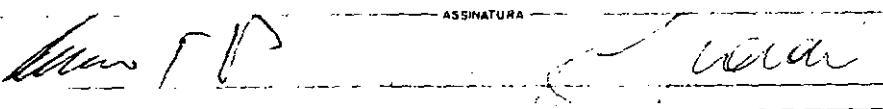
2	DATA	3	PROPOSTA
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	

4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
Sílvio Torres		553	

6	TIPO								
1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input type="checkbox"/> ADITIVA	9	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

7	PÁGINA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

9	TEXTO
<p>Dê-se ao § 1º do art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:</p> <p>Art. 5º</p> <p>§ 1º - A exclusão da pessoa jurídica do REFIS implicará na exigibilidade da totalidade do crédito consolidado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Retira-se da redação a "automática execução da garantia prestada", pois esse procedimento é decorrência lógica da ordem processual, razão pela qual não necessita estar consagrado no texto da legislação em debate.</p> <p>Considera-se na nova redação "crédito consolidado" e não "confessado", uma vez que a relação dos débitos devera ser fornecida por certidão do órgão competente.</p>	

10	ASSINATURA
	

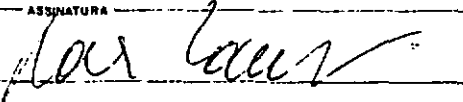
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000170

2 DATA / /		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4 AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

9 TEXTO			
<p>Dê-se ao § 2º do art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:</p> <p>Art. 5º,....</p> <p>§ 2º - A exclusão, nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Com a supressão do inciso III do art. 5º, restou eliminada a referência feita pelo parágrafo segundo a esse inciso.</p>			

10 ASSINATURA


MP 2004-5

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000171

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004 - 2			
AUTOR DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 5º	PARÁGRAFO	INCISO II	ALINEA

TEXTO

Dê-se ao inc. II do art. 5º a seguinte redação:

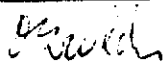
"Art. 5º

.....
II – inadimplência, por três meses consecutivos ou não em período de doze meses, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de janeiro de 2000;"

JUSTIFICAÇÃO

A exclusão do REFIS é penalidade extremamente pesada para contribuintes inadimplentes, que buscam regularizar sua situação fiscal. Propõe-se maior amplitude da inadimplência, por período de doze meses, e altera-se a data fixada, para guardar coerência com proposta já realizada.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000172

Data 09/fevereiro/2000	Proposição MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.004-5
---------------------------	--

Autor Deputado Augusto Nardes	Nº Prontuário
---	---------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	9 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
-------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 5º	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------------	-----------	--------	--------

Texto

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 2.004-5, de 13 janeiro de 2000, o seguinte § 4º.

"Na hipótese do inciso II deste artigo, o pagamento espontâneo do débito em inadimplência reintegra o devedor no REFIS".

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa a instituir mecanismo que incentive o inadimplente ao pagamento.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000173

Data		Proposição	
		MEDIDA PROVISÓRIA nº 2004-5	
Autor		Nº Prontuário	
DEPUTADO AUGUSTO NARDES			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo Global			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso
	12		

Texto

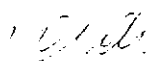
Dê-se ao caput do art.12 da Medida Provisória 2004-5 de 13 de Janeiro de 2000, a seguinte redação.

" Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo parcelamento ,em até cento e oitenta parcelas mensais,iguais e sucessivas,dos débitos referidos no art.1º, observadas todas as demais regras aplicáveis aquele programa. "

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa a ampliar os prazos de pagamento, no caso de a pessoa jurídica optar pelo parcelamento previsto ' neste artigo.

Assinatura



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000174

2 DATA 17 / 02 / 00		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004-5, DE 14/02/2000	
4 AUTOR DEPUTADO FEU ROSA		5 Nº PRONTUÁRIO 274	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 12	PARÁGRAFO 1º	INCISO III

Artigo Único. Dê ao inciso III do § 1º do Art. 12 da Medida Provisória Nº 2.004-5, de 14 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

“III – R\$ 1.500.00 (um mil e quinhentos reais). nos demais casos.”

JUSTIFICATIVA

O objetivo da MP 2.004-5, que institui Programa de Recuperação Fiscal-REFIS é estimular através da concessão de algumas prerrogativas, a regularização de débitos fiscais acumulados de milhares de empresas, destinando-se a promover a regularização desses débitos em nome de pessoas jurídicas, através do pagamento por parcelas, onde o valor mínimo é estabelecido, em prazos dilatados até 5 anos, acrescidos tão somente, de juros determinados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo INSS, exigindo a pessoa jurídica, a garantia da regularidade do pagamento dos valores parcelados e dos tributos e contribuições correntes.

O nobre objetivo da Medida Provisória Nº 2.004-5, que é abrangente, pois atinge todas as empresas, fica comprometido pelo inciso III do § 1º do Art. 12 que limita o valor mínimo da parcela a ser paga pelas empresas, não optantes pelo SIMPLES, ou submetidas ao regime de tributação com base no lucro presumido, ao valor de R\$ 3.000.00 (três mil reais), o que é muito elevado para milhares de pequenos e médios empresários, principalmente no comércio, que terão dificuldades em ingressar no REFIS devido ao valor mínimo da parcela.

A adoção portanto, do valor mínimo de cada parcela de R\$ 1.500.00 (um mil e quinhentos reais), possibilitará a inclusão no REFIS de número muito maior de empresas

desejosas de regularizar seus débitos com a União, principalmente as pequenas e médias empresas.

ASSINATURA

MP 2004-5

000175

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
	/ /		Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
	DEP. AUGUSTO NARDDES		
6	TIPO		
	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISOS ALÍNEA

Dê-se ao art. 12 da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 12. A pessoa jurídica, optante do REFIS, poderá, alternativamente, e a qualquer tempo, requerer, de modo definitivo, parcelamento de seus débitos referidos no art. 1º, em até cento e oitenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com o aumento do número de parcelas, tornar essa forma de parcelamento compatível com o ônus mensal decorrente do REFIS.

ASSINATURA

MP 2004-5

000176

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 / / 3 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000

4 AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM 5 Nº PRONTUÁRIO

6 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

Dê-se ao § 1º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000 a seguinte redação:

Art. 12.

§ 1º. O valor de cada parcela referida no caput deste artigo não poderá ser inferior a:

I - R\$ 300,00 (trezentos reais), no caso de pessoa jurídica enquadrada no conceito de microempresa e empresa de pequeno porte estabelecido pela Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1.999, optante ou não pelo SIMPLES, e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;


II - R\$ 600,00 (seiscentos reais), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

III - R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas decorrentes das atividades comerciais, industriais, médico-hospitalares, de transporte, de ensino e de construção civil;

IV - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos demais casos.

JUSTIFICATIVA

A redação proposta buscou atender a mesma proporção e critério estabelecidos no inciso II, § 4º do art. 2º da medida Provisória objeto da conversão.

10 ASSINATURA 

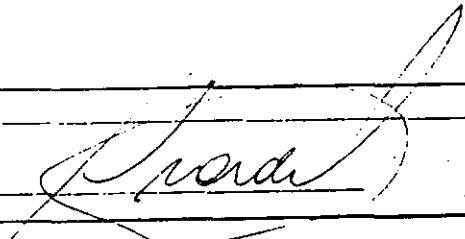
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000177

2	DATA	3	PROPOSTA
/	/	Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000	
4	AUTOR		5
DEP. AUGUSTO NALDES		Nº PRONTUÁRIO	
6	TIPO		
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		PARÁGRAFO	ALÍNEA

9	TEXTO
<p>Acrescente-se parágrafo ao art. 12 da Medida Provisória nº 2.004-5, de 11 de fevereiro de 2.000:</p> <p>Art. 12.</p> <p>§.... As parcelas referidas no caput deste artigo poderão ser antecipadas, caso em que será aplicado um decréscimo linear correspondente a 1% (um por cento) para cada mês de antecipação.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Pretende-se tornar mais atrativa a liquidação antecipada do débito, consagrada no artigo 12 da Medida Provisória objeto da conversão.</p>	

10	ASSINATURA
	

72 +

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2004-5

000178

Data		Proposição	
		MEDIDA PROVISÓRIA nº 2004-5	
Autor		Nº Prontuário	
DEPUTADO AUGUSTO NARDES			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo Global			
Página	Artigo	Paragrafo	Inciso
	12		
Alinea			

Texto

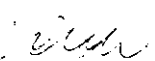
Acrescente-se ao art.12 da Medida provisória nº2004-5 de 13 de Janeiro de 2000,o seguinte § 3º.

" A pessoa jurídica que optar pelo parcelamento,nos termos do caput deste artigo, e que venha a antecipar o ' pagamento do débito,gozará de redução de dez por cento , se o pagamento ocorrer até 30 de Junho de 2000, ou de cinco por cento, se o pagamento ocorrer até 30 de Dezembro ' de 2000."

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda visa a estimular o devedor a antecipar pagamentos, permitindo antecipação da arrecadação da receita correspondente.

Assinatura



EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2009-2** ADOTADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 12 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ASSEGURA PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIDORES DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Senador ANTERO PAES DE BARROS.....	011.
Deputado JOSÉ PIMENTEL.....	009.
Deputada NAIR XAVIER LOBO.....	010.
Deputado OSCAR ANDRADE.....	012, 013.
Deputado PEDRO PEDROSSIAN.....	008.
Deputado PHILEMON RODRIGUES.....	007.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 06

EMENDAS ADICIONADAS: 07

TOTAL DE EMENDAS: 13

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-2
000007

2 DATA 15 / 02 / 00		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2009-2	
4 AUTOR DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 TIPO <input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
9 ALÍNEA			
10 TEXTO			

Altere-se a redação dada ao Art. 1º, como segue:

“Art. 1º - Os valores da Gratificação por operações especiais a que aludiam os Decretos Leis números 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1771,

de 20 de fevereiro de 1980 e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

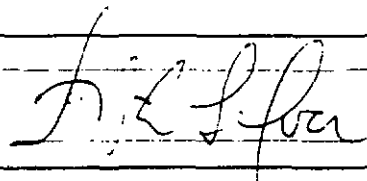
JUSTIFICATIVA

A Medida sob emenda parte do velho vício, tão comum na nossa República, de conferir dois pesos à mesma medida. Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais travam na justiça, há muitos anos, a mesma batalha para recuperar gratificação de idêntica natureza e denominação que percebiam pacificamente antes da Lei n.º 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que perderam indevidamente a partir de então.

Ao que parece, a MP acolhe, com muito atraso, a tese dos Policiais Federais, mas, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não procede da mesma forma em relação aos Policiais Rodoviários Federais. Esse, portanto, é o motivo que justifica plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento equânime que merece a matéria.

10

ASSINATURA



MP 2009-2

000008

Data: 16/02/2000

Proposição: Medida Provisória nº 2.009-2 de 12/02/2000

Autor: Deputado Pedro Pedrossian

Partido: PFL

UF: MS

1

Supressiva 2

Substitutiva 3

X

Modificativa 4

Aditiva: 5

Substitutiva
Global

Página:

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inclui:

Alínea:

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que haja um tratamento diferenciado entre Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais, por intermédio de Decretos-Leis ou Medidas Provisórias.

Ao editar a Medida Provisória nº 2.009-1, o Executivo resgatou o direito adquirido por Policiais Federais, solapados a partir da publicação da Lei nº 7.923 de 12 de dezembro de 1989.

Entretanto, formidável discriminação aparece na referida MP ao ignorar os mesmos direitos em relação aos Policiais Rodoviários Federais.

Seja este, portanto, o motivo plenamente justificável para que esta emenda modificativa seja aprovada. A presente matéria merece equanimidade em nome da justiça.

Assinatura:



MP 2009-2

000009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-2, DE 1:

Assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal e dá outras providências.

**EMENDA MODIFICATIVA Nº
(Do Sr. Deputado JOSÉ PIMENTEL)**

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa estender a tão ansiada e merecida Gratificação por Operações Especiais (GOE) aos servidores da Polícia Rodoviária Federal. Trata-se de uma gratificação instituída em novembro de 1979, através do Decreto-Lei nº 1.714, que comandou sua implantação na folha de pagamentos da Polícia Federal, destinada ao cargo de natureza estritamente policial, em órgão da Administração Federal. Mais tarde, em fevereiro de 1980 o Decreto-Lei 1.771 concedeu a referida gratificação aos servidores da Polícia Rodoviária Federal.

A Gratificação por Operações Especiais (GOE) não se reveste de simples benesse ou privilégio. Encontra conseqüente justificativa para fazer

face às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e os riscos a que estão sujeitos seus exercentes.

Essa gratificação foi paga regularmente a ambas as carreiras até ser suspensão em novembro de 1989. Em 14 de dezembro de 1999, através da MP nº 2.009/99, os Policiais Federais reconquistaram o direito à recepção da GOE.

Quando das discussões na Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público acerca da criação da carreira de Policial Rodoviário Federal, em abril de 1998, interpusemos as emendas 001 a 004/98, todas no sentido de conferir igualdade salarial entre os Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais, entendido que a natureza da atividade que exercem, a identidade de atribuições dessas polícias e a esfera a que estão subordinadas reclama esse tratamento isonômico.

Diante disso, nada mais justo que estender aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal a recepção da GOE, objeto da presente Emenda, para a qual peço o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 16 de Fevereiro de 2000.


Deputado José Pimentel
PT-CE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2009-2

000010

2 DATA 17/02/2000		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.009-2 - 11-02-2000	
4 DATA DEPUTADA NAIR XAVIER LOBO		5 N PRONTUARIO	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações especiais a que aludiam os Decretos - Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, 1.771, de 20 de fevereiro de 1980, e 2.372, de 10 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

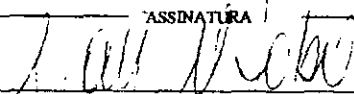
Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial”

JUSTIFICATIVA

A medida sob emenda parte do velho vício, tão comum na nossa República, de conferir dois pesos à mesma medida. Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais travam na justiça, há muitos anos, a mesma batalha para recuperar gratificação de idêntica natureza e denominação que percebiam pacificamente antes da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que perderam indevidamente a partir de então.

Ao que parece, a MP acolhe, com muito atraso, a tese dos Policiais Federais, mas, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não procede da mesma forma em relação aos Policiais Rodoviários Federais. Esse, portanto, é o motivo que justifica plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento equânime que merece a matéria.

ASSINATURA



MP 2009-2

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/02/00	proposição Medida Provisória nº 2009-2
------------------	---

autor Senador ANTERO PAES DE BARROS	nº do prontuário
--	------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

“Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979; 1.771, de 20 de fevereiro de 1980; e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

§ único – O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em prol dos servidores das Carreiras Policial Federal e Policial Rodoviário Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.”

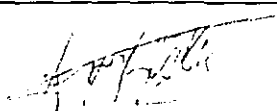
JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa tão somente por um basta num velho vício da administração, qual seja, de estabelecer duas medidas distintas para situações iguais e/ou idênticas, sempre em prejuízo de uma das partes. *In casu*, Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais lutam na justiça, e a vários anos, com o igual objetivo de recuperar gratificação de idêntica natureza e denominação que percebiam serenamente antes do advento da malsinada Lei de nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e que lhes foram subtraídas indevidamente e sem maiores justificativas legais desde então.

Assim, a Medida Provisória acolhe, com muita propriedade e igual atraso, a tese dos Policiais Federais, contudo, sem qualquer elemento plausível capaz de justificar a atitude, não atende ao outro segmento da classe – os Policiais Rodoviários Federais. Razão pela qual se impõe e justifica-se plenamente a aprovação da presente emenda, resgatando a justiça e o tratamento igual que deve prevalecer.

PARLAMENTAR

Brasília, 16 de fevereiro de 2000



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MP 2009-2****000012**

Data	Proposição
16/02/2000	MP 2009-2
Autor	DEPUTADO OSCAR ANDRADE
Tipo	Modificativa
TEXTO	

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999, a seguinte redação:

Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das Carreiras de Policial Rodoviário Federal e de Policial Civil Federal dos ex-Territórios, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das carreiras Policial Federal e Policial Civil Federal dos ex-Territórios que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa reparar a injustiça que muito temos visto em episódios relativos a concessão de benefícios das classes de servidores federais concedidos pelo Governo Federal.

Não podemos admitir que a classe de Policiais Rodoviários Federais, assim como os Policiais Cíveis Federais dos ex-Territórios não sejam contemplados com a mesma gratificação concedida aos Policiais Federais, sendo que as duas classes acima citadas cumprem papeis relevantes de segurança nacional. No caso específico dos Policiais Cíveis Federais dos Ex-Territórios, tem um significado ainda maior que o de ocupar, defender e proteger toda área de fronteira do Brasil e os países vizinhos. Podemos citar que o Estado de Rondônia, que tem uma área de fronteira de mais de 900 kms, e pela total falta de números suficiente de policiais federais, a segurança é feita pela Polícia Civil Federal local.

Creio que a extensão desse benefício a essas duas classes de Policiais Federal Rodoviário e Civil Federal é plenamente justa pelos fatos expostos e pelo caráter equânime que merece a matéria.


OSCAR ANDRADE
Deputado Federal

MP 2009-2**000013****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data	Proposição
16/02/2000	MP 2009-2
Autor	DEPUTADO OSCAR ANDRADE
Tipo	Modificativa
TEXTO	

Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória n.º 2.009, de 14 de dezembro de 1999, a seguinte redação:

"Art. 1º - Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludiam os Decretos-Leis n.º 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal e das Carreiras Policial Civil Federal dos ex-Territórios, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não gera nenhum efeito financeiro em favor dos servidores das carreiras Policial Federal e Policial Civil Federal dos ex-Territórios que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial."

JUSTIFICATIVA

A emenda em questão tem o objetivo de assegurar aos Policiais Cíveis Federais dos ex-Territórios o direito de percepção da Gratificação por Operações Especiais – GOE, com tratamento isonômico aos Policiais Federais.

Em decorrência do ato legislativo extintivo, os policiais passaram a integrar um quadro em extinção do serviço público federal, e os ativos foram postos à disposição das Secretarias de Segurança de seus respectivos Estados, subsistindo a responsabilidade da União no que tange à fixação e ao pagamento da remuneração percebida pela categoria.

Assim é que os vencimentos dos integrantes do quadro dos policiais civis dos ex-territórios, por questão de justiça, sempre ombrearam aqueles pagos pela União aos Policiais Federais e aos Policiais Cíveis do Distrito Federal.

A igualdade remuneratória, garantida de fato, restou consolidada normativamente a partir de dezembro de 1986, com a promulgação da Lei nº 7.548, e em outras que lhe seguiram, sendo certo que para cada nova lei endereçada aos Policiais Federais, sucedia-lhe uma norma aplicando idênticas vantagens aos Policiais dos Ex-Territórios.

É imperioso frisar, a reconhecida semelhança entre as atividades desenvolvidas pelos policiais federais e civis dos ex-territórios, pois já levou o legislador a reconhecer, em diversas normas específicas, a igualdade jurídica entre as categorias policiais em comento, faltando apenas a garantia de sua observância.

Com efeito, a primeira atuação legiferante com o fito de garantir a necessária igualdade, deu-se logo após o advento do Decreto-Lei nº 2.251/85, que criou a carreira da Polícia Federal e definiu as bases remuneratórias da categoria.

À época, o referido Decreto-Lei exigiu do legislador um ato positivo no sentido de equiparar objetivamente a carreira de policiais dos ex-Territórios, a fim de elidir possíveis diferenças criadas na novel norma. Bem por isso, o Executivo fez enviar ao Legislativo competente Projeto de Lei formalizando a referida igualdade.

De todo o procedimento normativo, chama a atenção a Exposição de Motivo feita pelo então Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração ao

Presidente da República da época, onde se expõe a necessidade de isonomia remuneratória entre as categorias:

'Excelentíssimo Senhor Presidente da República. O Decreto-Lei nº 2.251 de 26 de fevereiro de 1985, disciplinou a carreira Policial Federal, fixando a correspondente retribuição, de modo a assegurar aos funcionários dela integrantes remuneração condizente com a relevância dos serviços prestados.

Da mesma forma, o Decreto-Lei nº 2.266 de 22 de março de 1985, criou idêntica carreira no Distrito Federal, com disciplinamento e retribuição idêntica.'

Não se incluem nessas carreiras os servidores que desempenham atividades policiais nos Territórios Federais e os exercentes de atribuições da mesma natureza nos extintos Territórios Federais do Acre, Rondônia.

Vez que se trata de mesmas atividades, exercidas em unidades de Federação (União, Distrito Federal e Territórios Federais) que se sujeitam a disciplinamento idênticos pertinentes à Administração de Pessoal, devem ser estendidas a esses servidores ainda não beneficiados com as normas de classificação de cargos, insertas no mencionado Decreto-Lei nº 2.251/85.

Em face do Exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei, destinado a estender a incidência do Decreto-Lei nº 2.251/85, aos servidores de que se trata."

A manifestação do Executivo, é certo, obteve o respaldo do Congresso Nacional, que editou a Lei nº 7.548, de 05 de dezembro de 1986, CONCEDENDO ISONOMIA ENTRE AS CATEGORIAS, vez que mandava aplicar aos policiais civis dos ex-territórios idêntico plano de carreira e vencimentos entre os policiais federais, mediante o expresse comando para a aplicação do Decreto-Lei nº 2.251/85 aos agentes dos Ex-Territórios, **in verbis**:

"Artigo 1º - Aplica-se, no que couber, o disposto no Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, aos servidores públicos, ativos e inativos, dos Territórios Federais, incluídos os transformados em Estados.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua aplicação, retroagindo seus efeitos à data de início da vigência do Decreto-Lei nº 2.251, de 22 de fevereiro de 1985."

Verificando-se o teor da norma, não se pode negar que o objetivo da Lei nº 7.548/86 foi o de conceder Isonomia de carreira e vencimentos entre as classes assemelhadas, o que desde logo afasta a alegação de ausência de lei específica veiculando a referida igualdade entre as classes em tela.

Não obstante, a Constituição Federal, em seu artigo 39, parágrafo 1º, consagrou o princípio da isonomia, preceituando *in verbis*:

"Parágrafo 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho".

Ressalta-se ainda, o disposto no artigo 41, parágrafo 4º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, que assim preceitua:

"É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho."

No entanto poderíamos citar tantas outras leis que asseguram o direito de isonomia entre policiais federais e policiais civis dos ex-Territórios, como por exemplo, a Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991, Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, que regulamenta os artigos 37, inciso XI e 39, parágrafo 1º da Constituição Federal e dá outras providências.

Conforme já exposto, vemos que o princípio de igualdade remuneratório entre as classes é absolutamente inquestionável dentro dos preceitos da legislação.

Para tanto esperamos o acatamento da presente emenda, a qual propiciará o tratamento igualitário entre as classes.

OSCAR ANDRADE
Deputado Federal

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CÁE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65

PE

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

PSDB

OSMAR DIAS	PR-2121/25
------------	------------

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)

HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Presidente: JOSÉ AGRIPINO****Vice-Presidente: RAMEZ TEBET****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPICÝ - PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 11/02/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PEL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 11/02/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50
PFL	
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17
PSDB	
TEOTÔNIO VILELA (3)	AL- 4093/95
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30
PPB	
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado em 20.01.2000

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COST
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10 00 horas

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14.00 horas
21/02/2000

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em 21.02.2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e_mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,80
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não sera recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



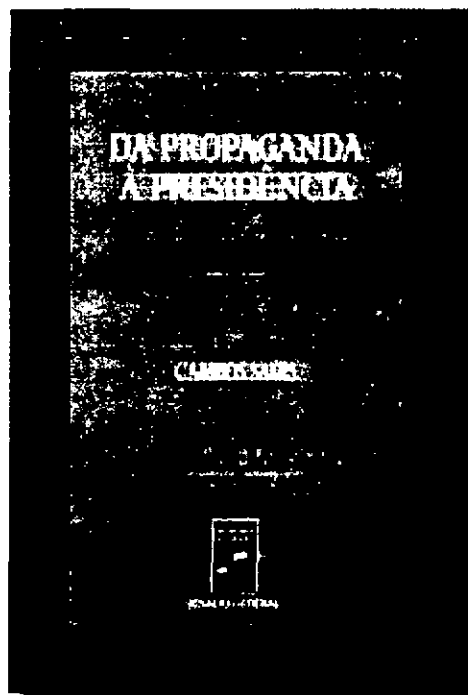
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

De Profecia e Inquisição

Coleção Brasil 500 Anos

Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 20,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

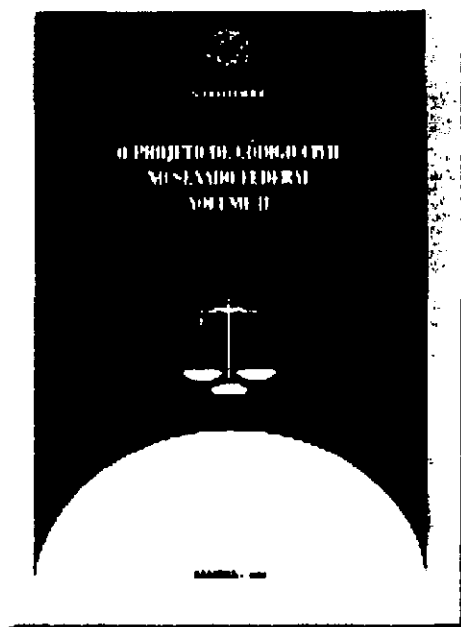


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Projeto do Código Civil no Senado Federal

Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

**Código de Proteção
e Defesa do Consumidor
e Legislação Correlata**

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Direito Constitucional Brazileiro - reforma das instituições nacionais

Coleção Memória Brasileira

Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juizes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas, tem introdução de Nelson Saldanha e prefácio de J. Izidoro Martins Júnior.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



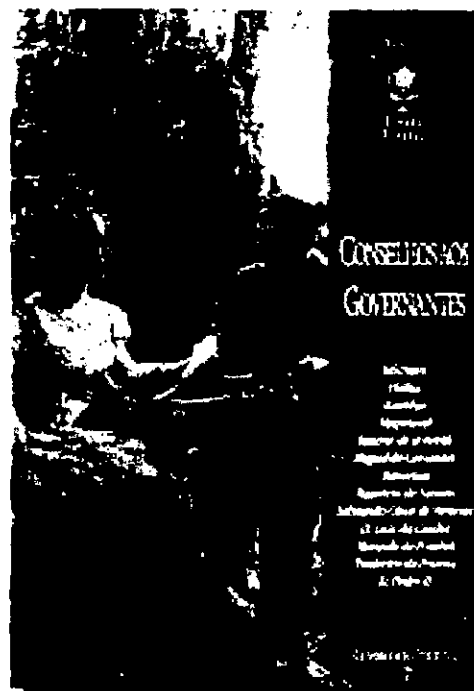
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS